

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

BRASIL INTEGRADO: A IDEOLOGIA SISTÊMICA DO AGRONEGÓCIO NA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINESS

ELAINE VIEIRA LACERDA

Rio de Janeiro

2009



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

BRASIL INTEGRADO: A IDEOLOGIA SISTÊMICA DO AGRONEGÓCIO NA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINESS

ELAINE VIEIRA LACERDA

Sob a Orientação da Prof^a Dr^a Regina A. L. Bruno

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro

2009

338.10981 Lacerda, Elaine Vieira.
L131b Brasil Integrado: a ideologia sistêmica do
T Agronegócio na Associação Brasileira de
Agribusiness / Elaine Vieira Lacerda, 2009.
333 f.

Orientador: Regina Angela Landim Bruno
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências
Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 312-315.

1. ABAG - Teses. 2. Agronegócio - Teses. 3.
Ideologia e Estruturas Ideológicas - Teses. 4.
Hegemonia - Teses. I. Bruno, Regina Ângela
Landim. II. Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III.
Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE

ELAINE VIEIRA LACERDA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 18/12/2009

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Regina A. L. Bruno, orientadora (CPDA/UFRRJ)

Prof^a. Dr^a. Leonilde S. de Medeiros (CPDA/UFRRJ)

Prof^a. Dr^a. Maria Antonieta P. Leopoldi (Centro de Estudos Gerais/ UFF)

Agradecimentos

Não objetivando repetir o exercício de uma civilidade caduca, que reduz as relações humanas a um teatro cotidiano de gestos e saudações saídas de manuais de boas maneiras, agradeço aos que generosamente me transmitiram humanidade. Aos que usam a inteligência e não a arrogância, aos que têm autonomia, aos que têm responsabilidade e cuidam, aos que se mobilizam e se perguntam, aos que têm boas histórias para contar...aos meus amigos cujos nomes ficarão guardados na lembrança livre de fantasmas e protegida do tempo.

Agradeço à Professora Regina A. L. Bruno, pela paciência e compreensão da necessidade de certa distância.

Ao Professor Raimundo Santos, cujas provocações servem de estímulo à autonomia e à maioridade mental.

Aos professores do CPDA os quais contribuem para nossa formação.

Aos entrevistados.

À CAPES, cujo auxílio foi de fundamental importância para a realização desta pesquisa.

Resumo

Lacerda, Elaine V. *Brasil Integrado: a ideologia sistêmica do Agronegócio na Associação Brasileira de Agribusiness*. 2009. p.333. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2009.

Esta dissertação tem como objetivo examinar a Ideologia Sistêmica do Agronegócio na Associação Brasileira de Agribusiness, bem como a ação da referida Associação na busca pela formatação de uma institucionalidade favorável ao modelo organizacional difundido pelo conceito de *Agribusiness* o qual tem sido, nos últimos tempos, ressignificado enquanto *Agricultura Sustentável*. Exercício que reflete um esforço contínuo para a construção e consolidação da hegemonia do empresariado rural num contexto de imagnetização do capital, onde especialistas em marketing assumem papel fundamental na produção conflitiva do consenso.

O referido objeto foi examinado à luz do referencial gramsciano uma vez que este permite tratar dos elementos fundamentais na apreensão do processo de construção da hegemonia. Nesse sentido, foram consideradas a relevância das estruturas ideológicas da ABAG e a ação de seus autores/atores num contexto de definição do *Novo Rural* brasileiro, organicamente materializado na figura de um *Sistema*.

Minha análise encontra-se circunscrita ao período que compreende os anos de 1990 até o ano de 2008. Período marcado por modificações, fruto da modernização de base técnica da agricultura, as quais têm impactado profundamente as relações sociais. Contexto no qual refletir sobre as relações de poder identificando os fundamentos legitimadores de um dos atores políticos do empresariado rural brasileiro, assume função estratégica para compreendermos um regime sujeito à *hybris* e marcado pela constante luta por hegemonia.

Palavras-Chave: ABAG, Agronegócio, Estruturas Ideológicas, Hegemonia e Ideologia Sistêmica do Agronegócio.

Abstract

Lacerda, Elaine V. *Integrated Brazil: The Sistemic Ideology of the Agronegócio in the Brazilian Agribusiness Association*. 2009. p.333. Dissertation (Development, Agriculture and Society Masters Degree). Human and Social Sciences Institute, Agriculture and Society Development Department, Federal Rural do Rio de Janeiro University, Rio de Janeiro, RJ, 2009.

This dissertation has the objective to exam the Sistemic Ideology of the Agronegócio in the Brazilian Agribusiness Association, as well as, the action of the mentioned Association in the search for a institutionality formatation favourable to the organizational model broadcasted by the *Agribusiness* idea, which has been, in the last time, reframed as *Sustentable Agricultural*. An Exercise that reflects a continous effort to the construction and consolidation of the rural business hegemony in a capital imagetization context, where marketing specialists assume a fundamental role in the conflictive production of consensus.

The mentioned object was examined through the Gramscian reference, once that, it permits dealing with the fundamental elements in the apprehension of the process for the construction of the hegemony. In this direction, the ABAG ideologics structures relevances were considered and its authors/actors action in the contest for the brazilian *New Rural* definition, materialized organically in a *System* figure.

My analysis is in the period that comprehends from 1990 untill 2008. This period is marked by changes, result of the technical agricultural basis modernization, which has impacted profoundly the social relationships. Context in which to think about the power relations identifying the legitimizing basis of one of the politics actors of the brazilian rural business, assumes the strategic function to make us understand a scheme subjected to hybris and marked by the continous fight for hegemony.

Key-Words: ABAG, Agronegócio, Ideologics Structures, Hegemony and Sistemic Ideology of the Agronegócio.

Sumário

Apresentação.....	p. 9-34
Capítulo I- <i>Agribusiness</i> brasileiro: a construção de autores/atores do Agronegócio.....	p. 35-106
Capítulo II - Associação Brasileira de Agribusiness: a organicidade de um Partido.....	p. 107
2.1 - A origem: cenário e personagens.....	p. 107-143
2.2 - Ideologia Sistêmica do Agronegócio e Estruturas Ideológicas	p. 143-144
2.2.1 – Agrishow/RP.....	p.144-157
2.2.2 - Programa Educacional Agronegócio na Escola.....	p. 157-161
2.2.3 - Congresso Brasileiro de Agribusiness.....	p. 161-231
2.2.4 - Fórum ABAG.....	p. 231-255
2.2.5 - ICONE.....	p. 255-267
2.2.6 - ARES.....	p. 267-282
Capítulo III - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): breve nota sobre a institucionalização de interesses em tempos de Agronegócio.....	p. 283-284
3.1 - Estrutura e Organização.....	p. 284-288
3.2 - Gestão de Roberto Rodrigues (2003-2006).....	p. 288-304
Conclusão.....	p. 305-311
Bibliografia.....	p. 312-315
Fontes.....	p. 315-320
Apêndice A – Diretorias da ABAG.....	p. 321-323
Apêndice B – Empresas associadas à ABAG.....	p.324
Tabela I – Período de associação.....	p. 324- 325
Tabela II – Perfil das empresas	p.326-332
Apêndice C – Tabela Agrishow/RP (1994-2008).....	p. 333

Apresentação

As linhas a seguir materializam o esforço de apreender a ideologia sistêmica do Agronegócio¹ na Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG)², bem como de demonstrar a ação da referida Associação enquanto importante base de atuação considerando a produção conflitiva do consenso a partir de um *Aparelho Privado de Hegemonia*. Exercício para o qual grande foi a contribuição das ideias de Antônio Gramsci.³

Ao discutir a relação entre *Sociedade Civil e Sociedade Política*, traduzida na noção de *Estado Ampliado*, Gramsci teorizou sobre os elementos e as questões fundamentais na formação e consolidação da *Hegemonia* – basta recordar de conceitos como os de *Ideologia*, *Estruturas Ideológicas*, *Intelectual Orgânico*, *Guerra de Posição* e *Bloco Histórico*. Nesse sentido, o teórico lançou luz sobre os estudos em torno da problemática da consolidação do poder e dos estratagemas desenvolvidos pelos agentes que o disputam.

Partindo do referido referencial teórico e buscando atingir o objetivo desta dissertação fui guiada pelas seguintes indagações: 1) enquanto Aparelho Privado de Hegemonia a ABAG, no exercício de consolidação do Agronegócio, atuaria sob quais

¹ Ao referir-me à ideologia sistêmica (no sentido de totalizante) do Agronegócio, busco ressaltar que o termo “Agronegócio” mais do que um conceito com o qual os agentes da fração dominante do empresariado rural nomeiam atividades e agentes ligados à agricultura sob a representação de um *Sistema*, emprego o referido vocábulo para nomear um movimento de articulação do aludido grupo no sentido de institucionalizar seus interesses tendo como estratégia o uso da marca *Agronegócio brasileiro* na construção de uma identidade organizadora da multiplicidade de interesses que busca congregar. Atenção para o uso do adjetivo pátrio como meio de legitimação e reconhecimento social. O intenso processo de desnacionalização sofrido pelos negócios em torno da agricultura brasileira acaba sendo ocultado. Para distinguir “Agronegócio” enquanto movimento político-ideológico, de “Agronegócio” enquanto ferramenta de análise econômica cuja leitura pela figura de um *Sistema* permitiria o aperfeiçoamento das partes pela visão do todo – como divulgado por representantes do empresariado rural –, o termo será destacado em itálico ou será substituído pela palavra *Sistema* quando empregado no sentido patronal.

² Fundada em 6 de maio de 1993 e localizada na cidade de São Paulo, a referida Associação recebe o qualificativo “nacional” como forma de distinção em termos de representação consideradas suas experiências regionais materializadas na ABAG/RS e ABAG/RP. Atenção para fato curioso no Estatuto (2004) da ABAG nacional. O documento menciona a ABAG/RP como entidade “co-irmã”, mas não faz nenhuma menção aos confrades do Rio Grande do Sul. Ver o capítulo II desta dissertação.

³ Em “*Cadernos do Cárcere*”. Foram consultados os volumes I, II e III da obra. Pode-se dizer que se encontra em tais cadernos o núcleo central de todas as grandes reflexões do pensador. Cabe lembrar que as ideias gramscianas chegaram ao Brasil em plena ditadura militar e tiveram sua divulgação prejudicada pelo forte contexto de repressão com o AI-5. Contudo, não deixaram de influenciar toda uma geração a qual tem na figura de Carlos Nelson Coutinho um de seus expoentes mais conhecidos. Para uma reflexão atualizada em torno da universalidade dos conceitos gramscianos e de sua materialidade em processos nacionais ver Coutinho (2003).

bandeiras?; 2) quais seriam as frentes materiais dessa atuação? e; 3) quais seriam os elementos estruturais da matriz discursiva de seus agentes?

Indagações que orientaram a identificação e o exame das ações para a formatação de uma institucionalidade favorável ao Agronegócio tendo como premissa a hipótese de que, considerado o contexto de surgimento da Associação Brasileira de Agribusiness, a referida Associação representaria uma solução orgânica à necessidade de implementar e consolidar a ideia de *Agribusiness* no Brasil, bem como de criar o que deveria ser a estrutura de representação política dos agentes ligados à formação do que constituiria o próprio *Sistema* no País.

Nesse sentido, a ABAG (desde sua origem) viria trabalhando para legitimar a função social atribuída aos referidos agentes reforçando a importância das atividades em torno da agricultura ao defender as interdependências entre a agropecuária e os setores a montante e a jusante. Vale destacar que a participação de tal conjunto no PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil tem sido um dos principais argumentos da campanha de afirmação do *Agronegócio* enquanto principal base de sustentação da economia nacional.⁴ Contribuição cuja mensuração não tem levado em consideração os custos socioambientais que questionam a *Sustentabilidade*⁵ do modelo produtivo defendido.

⁴ Motivo de controvérsias, a definição da participação de cada setor da economia no PIB nacional revela importante campo de disputa entre agentes classificadores da ordem. Fato explícito nas diferentes metodologias e bases conceituais empregadas para a mensuração dos dados/indicadores que servem de base para o cálculo de tal participação. Em disputa a construção e consolidação do próprio capital social – refiro-me à capacidade de influenciar os atores que estão em posição de tomada de decisão – dos grupos ligados às atividades produtivas as quais busca-se destacar em termos de contribuição ao País. Atenção para as diferentes metodologias mesmo entre aqueles que empregam a mesma base conceitual. Diversidade que reforça a natureza política do trabalho de formulação das estatísticas. Nos últimos anos, os dados divulgados sobre a contribuição do *Agronegócio* revelam uma participação que varia entre 20,6% e 33% no PIB nacional. Conferir material divulgado pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), GV-Agro (Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas) e CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada). A título de exemplo ver artigo de autoria de Alexandre de Castro intitulado “*O caos estatístico do Agronegócio*”, em versão on-line do *Estado de São Paulo* de 24/02/2009.

⁵ As indefinições sobre o termo fez com que Moreira (2007) empregasse a metáfora “nebulosa” para considerar sobre o mesmo. Já Ehlers (1996) reconhecendo as imprecisões que cercam o conceito afirmou que o mesmo abrigaria: “[...] desde aqueles que se contentam com simples ajustes no atual padrão produtivo, até aqueles que vêem nessa noção um objetivo de longo prazo que possibilite mudanças estruturais, não apenas na produção agrícola mas em toda a sociedade.” (EHLERS, 1996, p.131). Cabe enfatizar que observado o significado do termo no discurso de agentes e agências do Agronegócio constata-se o sentido de um “*Sistema de Riscos*” cuja gestão deve viabilizar e potencializar o *business* através de uma ação pro-ativa do “setor”. O referido termo será empregado em itálico para se distinguir da compreensão adotada nesta dissertação. Leia-se processo em contínuo aprimoramento de critérios e normas baseados em valores socioambientais e econômicos que se atualizam no tempo e no espaço adequando-se à situação da relação de forças existente.

Feitas tais observações, vejamos a funcionalidade dos conceitos gramscianos (acima mencionados) para o exercício de reflexão realizado. Considerações que se somam ao registro das fontes selecionadas, bem como à metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa da qual esta dissertação é fruto.

Atenta à relação dialética entre *estrutura* e *superestrutura*⁶, bem como às condições de produção e reprodução da mesma considerando as relações de força de dado momento na constituição de uma unidade favorável à organicidade da mesma, vale iniciar esta apresentação pela apreensão dos conceitos de ideologia e hegemonia gramscianos.

Segundo o teórico italiano, a *ideologia* constitui uma visão de mundo a qual transcende o conhecimento e se liga diretamente com a atuação voltada para influir no campo de ação dos homens. De acordo com Gramsci, as ideologias podem ser divididas em dois grupos. Constituiu fonte de interesse nesta pesquisa um deles. Falo das ideologias orgânicas que surgem como necessidade que a história apresenta. E ao serem “[...] *historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade “psicológica”*: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.” (GRAMSCI, 2006, v.1, p.237) Nesse sentido, a ideologia se faz presente em todas as atividades humanas – o pensador refere-se a toda e qualquer “*manifestação da vida intelectual e coletiva*” – criando a atmosfera para o consenso. Consenso que é espontâneo, dado pelas massas à orientação impressa pelo grupo dominante e que nasce historicamente do prestígio, de determinada posição/função no mundo da produção. (2001, v.2, p.21) Cabe mencionar que mais importante do que dominar é ter capacidade de direção para que o exercício da hegemonia seja possível. Exercício que materializa o poder não só de uma classe, mas de dada fração de classe diante da sociedade como um todo. A *hegemonia* residiria assim na capacidade de convencimento a qual estabelece o consenso que universaliza a ideologia por meio de instituições valorativas⁷, de acordo com o intelectual italiano.

⁶ Segundo Gramsci (2006, v.1, p.238), respectivamente, economia e ideologia. Cabe lembrar que o autor trabalha com dois planos superestruturais: “[...] o que pode ser chamado de “*sociedade civil*” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “*privados*”) e o da *sociedade política ou Estado, planos que correspondem, respectivamente, à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídico.*” (Gramsci, 2006, v.2, p.20-21)

⁷ A capacidade de generalizar a ideologia é dada pelas instituições que justamente por estarem ligadas à difusão de valores são de tal forma designadas.

Atenção para a compreensão da ideologia para além de uma justificativa póstuma de um poder cuja formação depende das condições materiais. A ideologia representaria uma força colaboradora na formação de um poder que se vai constituindo, e não tanto como justificadora de um poder já constituído.

O valor conceitual dos termos apresentados é inquestionável ao pensarmos a visão sistêmica (sob a denominação *Agribusiness*) das atividades agrícolas e de sua chegada ao Brasil via Ney Bittencourt de Araújo, então presidente (herdeiro) do grupo Agroceres⁸ e fundador (e primeiro presidente) da ABAG.⁹ Vejamos.

Em discurso de apresentação da Associação, Araújo enfatiza a necessidade de se reconhecer a importância do que representaria uma “*nova agricultura*”, um “*novo sistema*”. Refere-se ao que seria uma nova realidade no campo, fruto do processo de modificações iniciado após a Segunda Guerra. Processo que sendo percebido sob o ponto de vista de um *Sistema* por John Davis e Ray Goldberg (pesquisadores do *Programa de Pesquisa Agricultura e Negócios* da Harvard Business School, criado em 1952) foi nomeado por *Agribusiness*. Termo que englobava todas as operações em torno da atividade agrícola – da produção até o varejo.¹⁰ Visão difundida ao longo dos anos e registrada nos documentos da ABAG. Na versão de seu atual Estatuto (datado de 2004)¹¹, em capítulo intitulado *Da definição e finalidades*, temos:

Art. 6º - Entende-se como “agribusiness”, ou agronegócio, a soma de todas as operações envolvendo:

⁸ Fundada em 1945, a empresa foi pioneira na produção de milho híbrido no Brasil e tem como objetivo primário gerar tecnologia aplicada à genética para o campo brasileiro. Considerando os esforços de seu presidente (herdeiro), representa importante base de atuação do Agronegócio desde os primórdios do movimento.

⁹ Sua gestão datou de mar.93 a jun.96. Em função de trágico acontecimento – Araújo veio a falecer em 14/01/1996 num ocorrido que ficou conhecido como “Caso Agroceres” –, Ney Bittencourt foi substituído por Arturo José Furlong (jan.96 a jul.96)*. Agrônomo formado (1958) pela Escola Superior de Agricultura da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) a qual originou a Universidade Federal de Viçosa (1969), Araújo representa um dos mais importantes nomes do Agronegócio. Seus esforços para a importação e acomodação do conceito de *Agribusiness*, bem como para a criação de condições objetivas para o reconhecimento social da importância do *Sistema*, no Brasil, não devem ser ignorados. Ver capítulo II.

* Conferir sucessão em Apêndice A – Diretorias da ABAG.

¹⁰ Ver evolução do conceito nas formulações de Davis e Goldberg, bem como os autores que foram influenciados pelo referido referencial teórico em Silva (1996). O autor ressalta o mérito dos trabalhos da Escola de Harvard em “[...] deslocar o centro das análises ‘de dentro para fora da fazenda’, evitando tratar o setor agrícola como isolado da economia.”

¹¹ Não foi possível uma análise comparativa entre os diferentes estatutos da Associação uma vez que a referida documentação não foi disponibilizada pela ABAG. O documento (datado de 12/04/2004), citado nesta dissertação, foi disponibilizado (oficiosamente) por um dos entrevistados. Colaboração a qual agradeço.

- a) a produção e a distribuição de suprimentos agropecuários;
- b) as operações de produção na propriedade rural;
- c) o armazenamento, o processamento e a transformação de produtos agropecuários;
- d) a distribuição e o comércio de produtos agropecuários e dos serviços e produtos deles originados.

O referido “*Sistema*” seria realidade nacional desde os anos de 1970, na percepção de Ney Bittencourt.¹² Nesse sentido, a introdução do novo conceito traz consigo a intenção de organizar todos os agentes envolvidos com os negócios em torno da agricultura e dotá-los de dada unidade de visão – o sistêmico através do *Agribusiness* – e de ação. Enfim, trata-se de uma visão da realidade cuja função organizativa surge como necessidade de justificar a caracterização das atividades ligadas à agricultura como uma rede de interdependências entre os diferentes elos de diferentes cadeias produtivas. Tenta-se descrever o processo de “modernização” na perspectiva de profunda integração agrícola e industrial. É claro, legitimar as modalidades de intervenção e direção do mesmo sob a ótica dos interesses do próprio Agronegócio.

Assim, temos a defesa de intervenções de natureza sistêmica sob justificativa de potencializar o “setor” no qual, em termos de Brasil, residiria a solução para o que foi eleito como “*desafios estruturais*” para o País. Assinala-se o desenvolvimento sustentado, a eliminação das desigualdades de renda e bolsões de miséria e o respeito ao meio ambiente. Problemas para os quais a visão de *Agribusiness* permitiria um “*ação holística de aperfeiçoar as partes a partir da visão do todo*”.¹³

Entre as tarefas da Associação, considerando sua visão e missão, Araújo chama atenção para duas delas. A primeira seria

[...] a de conscientizar os segmentos formadores de opinião e decisórios do país – os políticos, os empresários, os sindicatos, os acadêmicos, os líderes de comunicação – para a importância e a complexidade do sistema do agribusiness [...]. (ARAÚJO, 1993, p.8)

¹² Cf. *Íntegra do discurso proferido pelo Presidente da Abag, Engenheiro Agrônomo Ney B. de Araújo, na cerimônia de posse da Diretoria e Conselho da entidade, dia 6 de maio de 1993, no Auditório Nereu Ramos, do Congresso Nacional, em Brasília. p.2-3.*

¹³ Araújo em documento citado, p.3.

A segunda estaria ligada ao apoio no planejamento do referido *Sistema* e na divulgação de seu funcionamento. O desconhecimento seria fator de entraves gerando desperdício de recursos e desencontros políticos. Assim sendo, explicita-se o papel de um verdadeiro *Aparelho Privado de Hegemonia/Partido*¹⁴.

E como tal, a ABAG assume uma função histórica real levando em conta o contexto de seu surgimento no qual a classe dominante rural brasileira depara-se com a necessidade de adequar sua estrutura de representação política às mudanças no plano da produção, bem como à própria correlação de forças de então.

Afinal, não há como negar a intensificação da segmentação de interesses fruto do processo de especialização da produção¹⁵ que ao alimentar a disputa entre capitais acaba por prejudicar o consenso interno necessário à ação política. Muito menos a oposição entre capital e trabalho cuja dinâmica explica em muito as mobilizações das décadas de 1980/1990 nas quais as perspectivas de institucionalização das demandas daqueles que historicamente têm estado à margem dos “Sistemas” (no sentido de modelos hegemônicos de organização social) levaram à violenta reação das elites rurais cuja principal base de atuação foi a União Democrática Ruralista (UDR).

Para apreender o processo de mobilização do patronato/empresariado rural, no Brasil, foram resgatados os estudos de Silva (1991 e 1996); Bruno (1997 e 2002) e Mendonça (1990; 2005 e 2006). Contribuições estas que auxiliam na identificação do contexto de formação da Associação Brasileira de Agribusiness, bem como na compreensão de sua relação com o próprio movimento de institucionalização de interesses fruto do processo de politização da economia o qual tem o Agronegócio como uma de suas expressões. Devo assinalar que a presente pesquisa se diferencia dos referidos estudos ao ter como objeto de análise a própria ABAG, em particular. Nesse sentido, registra sua trajetória, ações e interações considerando uma atuação baseada no equilíbrio de

¹⁴ Instituição da sociedade civil responsável pela organização da consciência e da produção de mecanismos difusores da concepção de mundo de dada classe. Base de atuação responsável pela própria institucionalização de interesses tendo como objetivo específico estabelecer a hegemonia do grupo que representa. (GRAMSCI, 2007, v.3).

¹⁵ Processo iniciado com a *Revolução Verde** o qual deu origem à modernização de base técnica da agricultura cujos constrangimentos socioambientais apontam os limites de sua eficiência.

*Processo baseado na disseminação de sementes melhoradas e novas práticas agrícolas dependentes de altos índices de insumos cuja legitimidade era atribuída ao fim último de aumentar a produção com o objetivo de resolver o problema da fome mundial. Seus defensores ignoraram a distinção entre oferta e condições de acesso ao alimento. Não se considerou a concentração da renda existente no Globo

compromissos com o qual busca o consenso necessário à hegemonia dos interesses de suas bases sociais¹⁶.

Levando em conta a natureza da Associação, estudos voltados à questão da ação coletiva do empresariado rural (no Brasil) em parceria com o Estado na garantia de interesses específicos, sob o argumento de ajustamento da economia nacional à economia mundial, também foram consultados. Nesse sentido, as análises de Ortega (2005) e Iglecias (2007) são apresentadas no intuito de auxiliar na compreensão das transformações do capitalismo brasileiro e seus impactos sobre o comportamento do empresariado rural, tanto em termos econômicos, quanto no que diz respeito às ações políticas.

Cabe ressaltar que a ABAG já foi objeto de pesquisa de duas dissertações. A primeira delas é de autoria de Paulo Marques e foi apresentada (1996) ao Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Intitulada *Segurança Alimentar: a intervenção da Associação Brasileira de Agribusiness no campo de disputa e produção ideológica*, a referida dissertação aborda o período de fundação da Associação e sua inserção no debate sobre Segurança Alimentar. Fato que a diferencia da presente pesquisa uma vez que busco examinar o período de 1993 a 2008, bem como a trajetória da ABAG considerando suas ações para a consolidação do Agronegócio em plena ressignificação do *Agribusiness* enquanto *Agricultura Sustentável*.

Já *Espaço, modernidade e modernização em discursos da ABAG e do MST: conflitos, consonâncias e dissonâncias* de autoria de Cláudio Severino, defendida (2003) no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, foi a segunda pesquisa identificada. Contudo, lamentavelmente, o trabalho não estava disponível para consulta durante o desenvolvimento desta dissertação. Fato que inviabilizou o resgate de seu conteúdo.

Considerando a natureza das pesquisas existentes e o objetivo deste estudo foram resgatadas importantes obras de autores/atores do Agronegócio referentes ao período abordado. Um total de sete obras constitui o conjunto selecionado. São elas: Araújo; Wedekin; Pinazza (1990, 1992); Araújo e Pinazza (1993); ABAG (1993); Rezende (1993);

¹⁶ Conferir Apêndice B - Empresas associadas à ABAG. Tabela I - Período de associação e Tabela II - Perfil das empresas.

Contini e Nunes (2001) e Batalha (2005). Também foram identificadas e examinadas algumas das principais *estruturas ideológicas*¹⁷ da ABAG, além de revelada complexa rede de organizações na qual a Associação está inserida cuja materialidade revela importante práxis para a institucionalização de interesses. Realidade em que as interações entre os campos econômico, político e intelectual, no que diz respeito à condução das atividades ligadas à agricultura, são explicitadas.

A pesquisa incluiu, ainda, a realização de entrevistas com alguns agentes do próprio *Sistema* e com a coordenadora da *Campanha de Engenharia Genética* do Greenpeace.

Com o intuito de mapear a trajetória da ABAG e identificar seu capital social, além de registrar a percepção dos entrevistados em relação às frentes materiais elaboradas pela Associação ou vinculadas a mesma, as entrevistas revelaram expectativas e planos de ação. Fato possível graças à natureza dos roteiros elaborados. Semi-estruturados, tais roteiros consideraram a posição social dos entrevistados e foram flexíveis à própria dinâmica dos depoimentos.

A conversa com Gabriela Vuolo (Greenpeace) possibilitou, ainda, constatar pontos negociáveis e não negociáveis entre a referida ONG e o empresariado rural no Brasil. Registro relevante frente ao contexto em que, dadas as exigências (em termos produtivos) relacionadas a fatores socioambientais, os agentes do empresariado rural têm reelaborado suas estratégias de ação. Multiplicam-se as alianças (formais e informais) entre o referido grupo e diferentes ONGs. Assistimos ao que parece ser a formação de um novo pacto social baseado na própria capacidade de convencimento do patronato rural. Nesse sentido, seus potenciais aliados precisam ser convencidos de que suas demandas são reconhecidas e consideradas como problemas sistêmicos – no sentido de interligados e interdependentes – pertencentes ao *Agronegócio*.

Feitas tais considerações, cabe assinalar terem sido realizadas um total de oito entrevistas entre junho de 2008 e março de 2009. Sete ocorreram em São Paulo e uma na cidade do Rio de Janeiro. Os agentes entrevistados foram: Ana Célia Castro (ex-membro do

¹⁷ Termo gramsciano que assume o significado de organização material voltada para manter, defender e desenvolver a “*frente*” teórica ou ideológica de dada classe. Assim sendo, Gramsci (2006, v.2, p.78) afirma: “[...] tudo que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura. Dela fazem parte: as bibliotecas, as escolas [...], até a arquitetura, a disposição e o nome das ruas.” Através da materialização da ideologia percebemos a exata relação de forças de dada sociedade, segundo o teórico italiano. As estruturas ideológicas da ABAG selecionadas para exame, bem como as fontes empregadas para tanto serão identificadas mais adiante.

Conselho Acadêmico/ABAG); César Borges de Sousa (diretor da ABAG nacional e vice-presidente da CARAMURU Alimentos); Gabriela Vuolo (então coordenadora da Campanha de Engenharia Genética do Greenpeace); Meire Ferreira (então superintendente do ARES); Mônica Bergamaschi (diretora executiva da ABAG/RP e diretora do Conselho Fiscal da ABAG nacional); Paulo Roque (então editor-chefe da Revista *Panorama Rural*); Roberto Rodrigues (fundador e ex-presidente da ABAG nacional) e Roberto Waack (presidente do Conselho Consultivo do ARES e fundador e presidente da AMATA).¹⁸

Antecipando o conteúdo dos depoimentos coletados, vale ressaltar que à ABAG é atribuído valor simbólico. Leia-se político. A Associação exerceria o papel de unir o “setor” em torno de questões gerais e fazer pressão perante o Governo, além de representar o *Sistema* em reuniões internacionais com segmentos do *Agribusiness* mundial. Já em relação a interesses mais particulares, as empresas seriam representadas pelas associações setoriais. De tal forma, atribui-se ao político o lugar do formal priorizando a representação via associações de cunho setorial (natureza econômica) enquanto lugar do real.¹⁹

Contudo, não cabe ignorar a estreita relação entre ambas as dimensões uma vez que as contradições do real justificam a existência do formal no processo de construção da hegemonia.

Exemplo do referido fato constitui a própria dissidência em torno da difusão de nichos de mercado como os dos não transgênicos cujos interesses levaram ao surgimento da ABRANGE (Associação Brasileira de Produtores de Grãos Não-Geneticamente Modificados).²⁰ Oportunidade de negócio para uns e constrangimento para outros.²¹

¹⁸ Ao longo desta dissertação, quando possível, informações sobre formação e posição social dos agentes citados serão apresentadas. Para conferir dados gerais das entrevistas verificar fontes primárias.

¹⁹ Para resgatar a discussão entre representação real e representação formal ver Silva (1991).

²⁰ Fundada em agosto de 2008 sob a presidência de César Borges de Sousa*, a Associação reúne esforços no intuito de desenvolver e aprimorar a produção de grãos convencionais no Brasil reforçando a posição de seus associados no mercado nacional e internacional. A ABRANGE tem as seguintes associadas: ANDRÉ MAGGI, BREJEIRO, CARAMURU Alimentos, IMCOPA, VANGUARDA, AGRISERVICE, APGD, CERT ID, COCAMAR, CONTROL UNION WORLD GROUP, COOPERATIVA AGRÁRIA, COOPERATIVA BOM JESUS, COTRIGUAÇU, GRÃO MAR, IBD, INTEGRADA, KOVALSKI, NATURALLE, NUTRI 100, NUTRIMILHO, ORCIVAL GUIMARÃES, PLANETA ORGÂNICO, SEMENTES BOM FUTURO, SNA, TECPAR e UNIAGRO. Os principais estados produtores são: Mato Grosso, Goiás, Paraná, Tocantins e Bahia. Ver website <<http://www.abrange.org>>.

*Natural de Uberlândia-MG, César Borges é vice-presidente da CARAMURU Alimentos, empresa de processamento de grãos e de capital nacional. Pós-graduado em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo, César Borges de Sousa é vice-presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Milho (ABIMILHO), presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Milho e Sorgo do Ministério da Agricultura, membro titular da Câmara Consultiva de Soja e Milho da Bolsa de Mercadorias &

Realidade que chega à ABAG, levando em consideração a diversidade de seus associados.²² De um lado, a CARAMURU Alimentos – empresa de capital nacional e principal articuladora da ABRANGE – e de outro, por exemplo, BUNGE e CARGILL.

Atenção para o fato de ter a referida disputa como limite a ameaça às bases de sustentação do *Sistema*. Fato que expressa a natureza da própria luta entre capitais sempre restringida às fronteiras da seguridade do capitalismo.²³

Em relação às frentes materiais através das quais a ABAG atua, deparamos-nos com a constituição de importantes estruturas ideológicas, tais como: os *Congressos Brasileiros de Agribusiness* (CBAs – iniciados em 2002); os *Fóruns ABAG* (iniciativa datada de 2004); o *Sistema de Feiras Agrishow* (1994) e os seminários e programas de intercâmbio com associações internacionais (iniciados no ano de 1996) para a troca de experiências e difusão do *Agribusiness* “brasileiro”. Inclua-se em tais estruturas a *Revista Panorama Rural* (1999), bem como os seminários e iniciativas em parceria com espaços acadêmicos como o PENSA (Centro de Conhecimento em Agronegócios da Fundação Instituto de Administração (FIA) formada pelos docentes da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA/USP) cuja fundação foi obra de Décio Zylbersztajn após visita (a convite de Araújo) ao Programa de Agribusiness da Universidade de Harvard liderado por Ray Goldberg.²⁴ Zylbersztajn coordena o PENSA desde sua criação (17/06/1990).

Futuros (BM&F); vice-presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA), diretor da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), membro do Comitê Assessor Externo da Embrapa e membro do Conselho Superior de Agronegócios (COSAG) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

²¹ Ao examinar parte da documentação referente ao processo de negociação entre empresas do *Agronegócio* e o Greenpeace na feitura de seu *Guia do Consumidor* verifiquei a expansão da Brejeiro – empresa cuja produção é reconhecida pela referida ONG como livre de OGMs – em termos de mercado. Contratos de fornecimento são cancelados diante da possibilidade do nome da empresa contratante ser inserida na famosa lista vermelha do referido guia diante da incapacidade de seu fornecedor provar a não contaminação por OGMs. Contexto que tem favorecido a própria Brejeiro. A referida documentação se encontra no escritório do Greenpeace de São Paulo sob os cuidados da equipe da *Campanha de Engenharia Genética (Transgênico)*. Aproveito para agradecer a colaboração de Gabriela Vuolo, Rafael Cruz e Bruno Passos. Vuolo foi coordenadora da referida campanha até o segundo semestre de 2008. A partir de então, Cruz assumiu o cargo. Passos é um dos colaboradores da ONG.

²² Conferir perfil das empresas associadas à ABAG em Apêndice B/Tabela II.

²³ Para reflexão sobre outra face da transgenia conferir Bruno (2004). Regina Bruno trata da transgenia enquanto campo de disputa entre classes cuja materialidade é dada na oposição trabalhadores rurais e empresários do *Agronegócio*.

²⁴ Cf. entrevista de Zylbersztajn por ocasião das comemorações dos 10 anos do PENSA (2000). Ver em <<http://www.folhaonline.com.br>>. Acesso em 12/08/2007. Vale reforçar que além de Zylbersztajn, Araújo (frequentador dos seminários da HBS-Harvard Business School, desde a década de 1970) teria tido a

Após quase duas décadas, o referido espaço – até recentemente denominado *Programa de Estudos dos Sistemas Agroindustriais* – teve sua designação alterada. Como registrado, o Programa converteu-se em um *Centro de Conhecimento em Agronegócios*. Mudança que reforça o capital simbólico de um dos mais significativos espaços de construção de uma visão específica sobre atividades e práticas dos atores ligados à agricultura.

A exemplo de outras bases de atuação, constata-se que em “[...] *forma de rede, o PENSA envolve pesquisadores em diferentes unidades da Universidade de São Paulo, bem como pesquisadores no Brasil e no exterior*” no intuito de melhor apreender a coordenação dos agentes envolvidos nos SAGs. O domínio de tal dinâmica representaria “[...] *questão fundamental para inserção competitiva do Brasil no Agronegócio Internacional.*”²⁵ Repete-se o discurso de defesa do *Agronegócio* como elemento estratégico de desenvolvimento nacional.

Não tendo sido possível resgatar o material referente aos seminários e programas de intercâmbio da ABAG com associações internacionais, bem como as iniciativas em parceria com espaços acadêmicos como o acima mencionado²⁶, selecionei para exame os CBAs e os *Fóruns ABAG*. A mais antiga e principal feira do Sistema de Feiras Agrishow²⁷ também foi examinada. Refiro-me à *Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação de*

companhia de Ivan Wedekin (então funcionário da Agrocere) em uma de suas idas à Escola citada. A parceria entre os referidos agentes para a acomodação da ideia de *Agribusiness* no Brasil é lembrada pelo próprio Wedekin em livro organizado por Rodrigues em homenagem póstuma a Araújo. O conteúdo da referida obra é resgatado no capítulo II desta dissertação. Por ora, vale apresentar algumas informações sobre Zylbersztajn e Wedekin. O primeiro possui graduação em Agronomia (1975) e mestrado em Economia Agrária (1979) pela Universidade de São Paulo. Além de mestrado (1981) e doutorado (1984) em Economia pela North Carolina State University. Atualmente é professor titular da Universidade de São Paulo, além de coordenador do PENSA. Já Wedekin é Diretor de Commodities da BM&FBovespa S.A. Formado em Engenharia Agrônoma pela ESALQ-USP, Ivan Wedekin foi Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de janeiro de 2003 a julho de 2007, sócio diretor da RCW Consultores de 1996 a 2002, Diretor Comercial e Assessor Econômico da Agrocere de 1984 a 1996, Diretor Executivo da Sociedade Rural Brasileira de 1981 a 1984 e Técnico do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas de 1975 a 1981.

²⁵ Ver website <<http://www.pensa.org.br>>.

²⁶ Apesar de inúmeros contatos com a ABAG (e-mails, visita à Associação e telefonemas), o material não foi disponibilizado pela mesma. A organização material construída pela Associação Brasileira de Agribusiness é objeto de discussão no capítulo II.

²⁷ Marca que confere padrão de qualidade a cinco feiras destinadas ao “setor”. Martins (2006, p.9) entende por marca a “[...] *união de atributos tangíveis e intangíveis[...] que cria influência e gera valor [...]*.” A marca, quando bem gerenciada (*Branding*), ajudaria a fidelizar o consumo, estabelecendo identidades/relações em que valores seriam compartilhados. De tal forma, podemos concluir que sob a marca *Agrishow* busca-se o consenso em torno da ideia de que desenvolvimento tecnológico significa desenvolvimento rural. Para uma leitura sobre *Marcas e Branding* conferir o autor citado.

Ribeirão Preto (iniciada em 1994)²⁸ – evento que materializa estratégia reveladora de uma forma bem contemporânea da produção do consenso em tempos de imagnetização do capital.

A abordagem da Agrishow/RP foi realizada através de outra estrutura ideológica do Agronegócio, acima citada. Trata-se de *Panorama Rural*, revista oficial da feira.²⁹ Foram consultadas todas as edições referentes ao período de realização do evento, publicadas entre os anos de 1999 e 2008. Os websites <<http://www.panoramarural.com.br>> e <<http://www.agrishow.com.br>> também foram consultados no intuito de complementar as informações veiculadas nas edições impressas do periódico em questão. Inclua-se, ainda, o conteúdo da entrevista realizada com Roberto Rodrigues. Ocasão em que o ex-Ministro apresentou sua versão da origem da feira.

Cabe assinalar que o exame de *Panorama Rural* enquanto significativa frente material do Agronegócio também foi realizado. Contudo, em razão de problemas técnicos que ocasionaram a perda do material analisado e arquivado, a referida estrutura ideológica será objeto de discussão em pesquisa futura.

Em relação aos Congressos Brasileiros de Agribusiness foi realizada uma sistematização do conteúdo reproduzido nos anais editados, no período de 2002 a 2008, pela ABAG. Exceção para o primeiro destes eventos cujo conteúdo das discussões tive acesso através da leitura de uma edição especial de *Agroanalysis* referente ao período de junho/julho de 2002.

Tendo como editor Ivan Wedekin – um dos elaboradores do Relatório Técnico apresentado para orientar as discussões do referido CBA e figura ligada à ABAG desde sua gênese –, a revista chegou a justificar a decisão de reproduzir (na íntegra) o material do evento:

²⁸ Vale identificar as versões da referida feira cujo conjunto forma o *Sistema Agrishow*. As chamadas “*experiências clonadas*” ocorrem em regiões que representariam novas fronteiras para o *Agronegócio*. Nesse sentido, temos: Agrishow Cerrado (Rondônia/MT) cuja primeira edição foi em 2002; Agrishow Comigo (Rio Verde/GO) e Agrishow Nordeste ou LEM (Luis Eduardo Magalhães/BA em unidades da EMBRAPA), realizadas desde 2004. Na lista ainda a própria Agrishow FFH (Frutas, Flores e Hortaliças) realizada desde 2000 (Jundáí/SP). Atenção para o fato de estar a frequência dos referidos eventos sujeita à conjuntura. Tais eventos podem ser supensos, dependendo da situação, para serem resgatados em momento posterior. Conferir em *10 Anos ABAG. Em defesa do desenvolvimento do País e 15 Anos ABAG. Uma história de realizações em benefício do agronegócio brasileiro*. Informações sobre as feiras podem ser obtidas também em edições de *Panorama Rural*.

²⁹ Ver tópico específico sobre a Agrishow/RP (Capítulo II). Momento em que é resgatada a história e a dinâmica da feira, bem como depoimento de Paulo Roque – editor-chefe de *Panorama Rural* no período de 1999 a 2008 – sobre a relação entre *Panorama* (1999) e a Agrishow/RP.

A decisão não trará qualquer prejuízo aos assinantes da revista. Todas as assinaturas receberão uma edição a mais do que o contrato até junho de 2002. Agroanalysis entende que, deste modo, presta serviço de melhor qualidade a seus leitores, oferecendo estudos técnicos de alta qualidade e em caráter exclusivo. (Agroanalysis, v.22, n. 05, junho/julho de 2002)

Ainda buscando uma melhor compreensão desta frente material, acompanhei o CBA realizado em agosto de 2008. Sob o título *Agronegócio e Sustentabilidade*, o evento comemorou sua sétima edição.

Vale observar que a formatação dos CBAs tende a evitar oportunidade para a manifestação do dissenso decorrente do estranhamento de agentes com interesses tão amplos e diferentes. As exposições tratam de temas consensuais e de interesse majoritário. Assim sendo, nota-se um importante espaço para a unidade do discurso, bem como para a organização de interesses e sua institucionalização.

Já em relação aos Fóruns ABAG foram consultados todos os *Informativos ABAG* – espécie de jornal eletrônico veiculado no website <<http://www.abag.com.br>> – datados de 2004 a 2008. Foram resgatados também os anais do 1º, 2º, 3º, 4º e 7º fóruns.

A exemplo dos CBAs, cabe registrar a dificuldade de identificar os pontos de divergência em relação às questões abordadas em tais fóruns. Outra questão é a disponibilidade das exposições em slides. Meio através do qual se identifica a estrutura de apresentação das ideias, mas não (necessariamente) seu conteúdo. Contudo, apesar das limitações, o referido material confirma a importância do evento para a organização do *lobby*³⁰ do empresariado rural.

Como já mencionado, a ABAG, enquanto Aparelho Privado de Hegemonia, está inserida em uma rede/redes de agentes e agências através da (s) qual (ais) busca intervir na realidade formulando diretrizes para o que seriam os problemas brasileiros. Sendo assim, não poderia deixar de chamar atenção para agências como o *Centro de Agronegócio* da

³⁰ Entendido enquanto processo de articulação de interesses em que dado grupo de pressão busca participar da tomada de decisão em termos de políticas públicas. Para tanto, estudos e atividades estratégicas são elaborados no intuito de dar suporte a atuação de seus agentes. Conferir Graziano (1996) e Oliveira (2004). Atenção para o sentido inverso do processo. Ao mesmo tempo em que tentam influenciar as autoridades públicas, tais agentes sofrem influência das mesmas. Fato explícito do processo de negociação em torno das políticas oficiais.

Faculdade de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (GV Agro/FGV-SP)³¹, o próprio *Centro de Conhecimento em Agronegócios* (PENSA) e, em particular, o *Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais* (ICONE)³², bem como o *Instituto para o Agronegócio Responsável* (ARES)³³.

Em função dos limites desta dissertação, GV-Agro e PENSA não puderam ser analisados.³⁴ Constituíram objeto de discussão as duas últimas agências mencionadas. Seleção cuja explicação reside na importância de ambos os Institutos em significativas áreas de atuação do Agronegócio. Refiro-me às negociações internacionais em termos de agricultura, bem como ao campo da Sustentabilidade.

Consultas constantes foram realizadas nos websites <<http://www.iconebrasil.org.br>> e <<http://www.institutoares.org.br>> objetivando identificar a contribuição destes Institutos no fazer do *Sistema* o projeto político hegemônico. Procedimento ao qual se somou a leitura de documentos elaborados pelas referidas bases de atuação. De autoria do ICONE, destaque para o *Relatório de Atividades* referente ao período de 2003 a 2007. O documento referente ao exercício de 2008 ainda não se encontrava disponível até o fechamento desta dissertação.

Já em relação ao ARES, foi dada atenção especial ao estudo intitulado *Governança Socioambiental nos Sistemas Agroindustriais* (primeiro a ser veiculado), bem como ao Estatuto

³¹ Ressaltando a importância estratégica do *Agronegócio* para o Brasil e defendendo a necessidade de avançar na pesquisa e na formação de recursos humanos para o “setor”, a Fundação Getúlio Vargas justifica a criação do GV-Agro afirmando seu valor enquanto “*centro de excelência*” cujo fim seria contribuir com o “setor” através de quatro áreas de atuação: GV-Agro Pesquisa; GV-Agro Comunicações – tendo como publicações a *Revista Agroanalysis* e *Textos para Discussão*; GV-Agro Cursos e GV-Agro Projetos de Consultoria. Ver o website <<http://www.eesp.fgv.br>>.

³² O ICONE foi fundado em 10/03/2003 tendo como objetivo prover governo e setor privado de estudos e pesquisas na área da agricultura e do *Agronegócio*, principalmente, no que diz respeito às negociações agrícolas da Rodada de Doha da OMC e à posição brasileira no G-20. Detalhes no capítulo II.

³³ Fundado em 04/09/2007, o ARES surge como forte candidato a um dos principais canais de estabelecimento do consenso necessário à hegemonia dos “modernos” setores ligados ao *Agronegócio*. Manifesta-se o intuito de colaborar para o desenvolvimento da *Sustentabilidade*, com ênfase na agropecuária e agroindústria por meio da geração e difusão de conhecimento especializado e estruturação de canais permanentes de diálogos com as partes interessadas. Enfim, propõe-se somar esforços para incorporar à identidade institucional do *Agronegócio* o valor “*responsabilidade socioambiental*” para a construção do modelo de “*negócios sustentáveis*”. Conferir detalhes no capítulo II.

³⁴ Ainda assim solicitei entrevista com os coordenadores das referidas agências no intuito de melhor apreender a gênese da ABAG, considerando a importância de ambos os atores no processo em discussão. Solicitação que foi prontamente atendida por Roberto Rodrigues cuja entrevista ocorreu no GV-Agro/FGV-SP no dia 20/10/2008. Já Décio Zylbersztajn (infelizmente) não pode colaborar. As informações obtidas através da entrevista concedida por Rodrigues são apresentadas no capítulo II. Momento em que breve resumo sobre formação e experiência profissional do entrevistado é apresentado.

do Instituto (2007) e ao *Manifesto em prol do Desenvolvimento Sustentável* (2008) de sua autoria. O conteúdo das entrevistas com Meire Ferreira e Roberto Waack³⁵ também foi utilizado para a abordagem da organização em questão.

Infelizmente, as tentativas de entrevistar um representante do ICONE não foram bem sucedidas. A assessoria do Instituto não respondeu às solicitações encaminhadas via e-mails. Insucesso que se repetiu na tentativa de entrevistar Marcos S. Jank³⁶ – a quem a ideia do Instituto é atribuída. Primeiro presidente do ICONE, Jank preside (desde junho de 2007) a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA)³⁷. Fato que me levou a contatar a organização no intuito de agendar entrevista com o mesmo. No entanto, a agenda do representante inviabilizou o encontro.

A entrevista visaria resgatar a trajetória do ICONE, além de explorar os laços entre representação real e representação formal, considerada a relação entre ABAG e UNICA. As iniciativas no campo da Sustentabilidade a partir de significativa organização do *Sistema* também constituiriam pauta da conversa.

Durante minha pesquisa não pude ignorar a experiência da Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto e sua forte campanha de valorização institucional do *Agronegócio*.

Fundada em 2001, por sugestão de Roberto Rodrigues diante do interesse de usineiros da cidade de Ribeirão em valorizar a imagem de suas atividades, o sucesso de sua experiência teria despertado o interesse pela criação de ABAGs setoriais. Ideia apoiada por

³⁵ O conteúdo das referidas entrevistas, bem como informações sobre Ferreira e Waack são resgatados em tópico específico sobre o ARES. Ver capítulo II.

³⁶ A ligação de Marcos Jank com o Agronegócio é identificada em tópico sobre o ICONE (Capítulo II). Por ora, antecipo dados sobre o mesmo. Jank possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo (1984), mestrado em Master Of Sciences pela Centre International Des Hautes Etudes Agronomiques Mediterraneens (1988), doutorado em Administração pela Universidade de São Paulo (1996), pós-doutorado pela University Of Missouri Columbia Agribusiness Research Institute (2000) e pós-doutorado pela Georgetown University School Of Foreign Service (2001). Atualmente é Professor da Universidade de São Paulo, Diretor do Departamento de Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e presidente da UNICA. Vale registrar, ainda, sua passagem (como assessor especial) pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio em 1999. Não devemos esquecer que Celso Lafer foi um dos ministros no referido ano. Jank foi também assessor de comunicação da ABAG nos anos de 1990, segundo Marques (1996).

³⁷ Fundada em 1997 com a fusão de organizações setoriais do estado de São Paulo, a UNICA realiza poderoso *lobby* a favor dos interesses de usineiros do País. Com escritórios no exterior, inaugurados sob a gestão de Marcos Jank, a Associação tem intensificado a campanha para a transformação do etanol em *commodity* global. Conferir no website <<http://www.unica.com.br>> .

Rodrigues e vista com receio por Mônica Bergamaschi.³⁸ Na visão da executiva, a descentralização traria riscos de imagem para o grupo. Já para Rodrigues, a iniciativa organizaria e fortaleceria, regionalmente, os setores ligados ao *Agronegócio* sem pulverizar a representação com a criação de novas associações. Segundo Bergamaschi, a ideia não teria vingado por falta de recursos dos grupos regionais.³⁹

Entre as ações da ABAG/RP, o *Programa Educacional Agronegócio na Escola* chamou minha atenção em razão do valor do sistema de ensino na produção e reprodução de certo tipo de civilização e portanto, de organização do social. Característica que o define como poderoso instrumento para a unidade ideológica.⁴⁰

Devo ressaltar não ter sido objetivo desta dissertação reforçar a concepção instrumentalista do sistema de ensino. A complexa dinâmica entre “*função própria*” e “*função externa*” (BOURDIEU, 2008) do referido sistema não foi ignorada. Contudo, dado o contexto de criação da Associação e os objetivos de seu programa educacional, a chamada “*função externa*” do sistema de ensino é que foi evidenciada. Fato responsável pela inclusão da referida iniciativa entre as estruturas ideológicas selecionadas para exame.

Para a abordagem do *Agronegócio na Escola*, recorri às informações veiculadas no website da própria ABAG/RP (<<http://www.abagr.org.br>>), bem como à entrevista realizada com Mônica Bergamaschi. A *Cartilha do Agronegócio* – material didático, elaborado pela Associação, cujo conteúdo é reproduzido em vídeo legendado em inglês no sítio citado – também foi consultada. Não foi possível, lamentavelmente, acompanhar a dinâmica do programa. A iniciativa estava suspensa quando cheguei em Ribeirão Preto.

Tratando-se de uma pesquisa cujo foco é a construção e a consolidação de determinada capacidade de direção a partir de um Aparelho Privado de Hegemonia, a presença de agentes do Agronegócio em postos-chaves de agências do Estado não foi secundarizada. Em função dos limites desta pesquisa, selecionei (a título de exemplo) a

³⁸ Diretora Executiva da ABAG/RP, Bergamaschi é engenheira Agrônoma pela Unesp (onde foi aluna de Roberto Rodrigues) e mestre em Engenharia de Produção Agroindustrial pela UFSCar. Possui MBA em Economia de Empresas (ênfase em Cooperativismo) pela FEA/USP – Campus de Ribeirão Preto. A executiva acumula cargos como os de Diretora da ABAG nacional e da SRB, além de Presidente do Conselho Fiscal do ARES e de Secretária Executiva, pelo setor privado, do Conselho do Agronegócio – CONSAGRO/MAPA. Participa ainda de diversos Conselhos, Comitês e Câmaras relacionadas ao *Agronegócio*.

³⁹ Informações obtidas em entrevista com a referida representante.

⁴⁰ Ver Gramsci (2007, v.3). O referido programa é objeto de discussão no capítulo II. Momento em que se constata a valorização da escola enquanto fonte de construção e reprodução de dada visão organizadora da realidade.

gestão de Roberto Rodrigues no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Nomeação cujo caráter político de aproximação entre Governo e empresariado rural fica claro na fala de representantes do “setor”, bem como no discurso do próprio Presidente da República.

Vale assinalar que Rodrigues exercia a presidência da ABAG quando foi nomeado para a Pasta. Seu substituto foi Carlo Lovatelli sob cujo comando a Associação chegou a manifestar “*reconhecimento público*” em relação à referida nomeação em carta aberta endereçada ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva:

A Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG –, representativa de entidades e empresas líderes do agronegócio brasileiro, vem a público externar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, louvores pela jubilosa opção por Roberto Rodrigues – agricultor, professor, líder setorial e cooperativista – para conduzir o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A bem-aventurada indicação revigora o ânimo e consolida, definitivamente, a confiança da comunidade ABAG no agronegócio, setor essencial aos propósitos do programa Fome Zero, de grande significado e alcance social. A comunidade representada pela ABAG coloca-se, assim, à disposição do novo Governo para trabalhar, de forma articulada, e contribuir para o êxito do projeto, em prol de toda a sociedade brasileira.

(ABAG, 2003, p.23)

Para uma breve nota sobre a institucionalização de interesses a partir das ações do MAPA sob o comando de Rodrigues foram consultados os Planos Agrícolas e Pecuários referentes ao período de 2003 a 2007, o Plano Plurianual (2004-2007) e os Relatórios do Gabinete do Ministro (GM/MAPA) referentes ao período (exercício) de 2003 a 2005.

Enfim, considerando os meios selecionados para a análise do objeto desta dissertação, pode-se constatar a complexidade da rede de interações construídas pelos agentes do *Sistema* a partir de um importante elo de ligação materializado na ABAG nacional. Um dos principais redutos do núcleo dirigente do empresariado rural, a Associação potencializa o projeto de um *Brasil Integrado* – interna e externamente – cuja sustentação tem sido as próprias frentes materiais construídas por seus agentes. Realidade na qual chama atenção a ação de *intelectuais orgânicos*⁴¹ unindo estrutura e superestrutura na

⁴¹ Agente constituído organicamente por dado grupo social (em seu desenvolvimento histórico) tendo como função atribuir ao referido grupo homogeneidade e consciência da própria função nos campos econômico, social e político no intuito de criar as condições para a expansão da própria classe. Ver Gramsci (2006, v.2).

composição de um *bloco histórico*⁴² favorável ao processo de transformação que buscam orientar, cujo resultado depende da guerra de posição alimentada pelas disputas pela capacidade de direção.

Cenário no qual torna-se fundamental o conselho metodológico gramsciano segundo o qual se deve buscar o critério de distinção das atividades intelectuais “[...] no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram no conjunto geral das relações sociais.” (GRAMSCI, 2006, p.18) Afinal, segundo o teórico, as categorias especializadas para o exercício da função intelectual constituem-se em conexão com todos os grupos sociais. Principalmente com os mais importantes, sofrendo elaborações mais complexas em ligação com o grupo social dominante. (GRAMSCI, 2006, p.18-19) É na estreita relação com a política de hegemonia deste que contribuem para a construção e consolidação do bloco histórico favorável ao mesmo. Enfim, a relação entre intelectuais e classe dominante não é, segundo Gramsci, uma abstração e sim, algo concreto constitutivo do processo de hegemonia.

E foi sob tal premissa que se deu o estudo da produção dos autores/atores do Agronegócio ligados à ABAG⁴³, bem como da funcionalidade das estruturas ideológicas examinadas. Além da própria abordagem do ICONE e do ARES.

A insistência gramsciana de explicar a dominação de uma classe ou fração de classe sobre as demais não apenas por aspectos políticos ou econômicos, abrangendo também a necessidade do predomínio da visão de mundo deste grupo sobre o restante da sociedade, desperta a atenção para a relevância das estruturas ideológicas, considerando a guerra de posição característica à natureza de um *Estado Ampliado*. E foi justamente por enfatizar a questão da hegemonia – definida, sobretudo, no âmbito da sociedade civil – que Gramsci formulou o conceito de Estado Ampliado destacando não ser o Estado limitado a seu

⁴² Pode-se afirmar que o referido conceito diz respeito à importante problemática do marxismo. Trata-se da relação/uniidade entre estrutura (economia e relações de produção) e superestrutura (ideias, costumes, comportamentos morais etc.), entre teoria e prática, entre forças materiais e ideologia. Gramsci critica as interpretações mecanicistas e deterministas desta relação. Não existiria uma conexão de causa e efeito e sim, um conjunto de relações e reações recíprocas cujo estudo se daria em seu concreto desenvolvimento histórico. Vale ressaltar que, dependendo da conjuntura, a ideia de dois planos superestruturais (sociedade civil – conjunto dos aparelhos privados – e sociedade política ou Estado – aparelho de coerção) torna-se meramente didática sendo mais adequada a ideia de *Estado Ampliado*. Conferir Gramsci (2006, 2007).

⁴³ Entre os nomes mais importantes, temos: Ney B. de Araújo, Roberto Rodrigues, Ivan Wedekin e Luiz A. Pinazza. A questão é objeto do capítulo I. Devo enfatizar que os referidos autores representam importantes atores do Agronegócio. Destaque para as figuras de Araújo e Rodrigues na constituição de um núcleo dirigente.

aparato político-administrativo ou político-militar, abrangendo também grupos da sociedade civil (Aparelhos Privados de Hegemonia/ Partidos) que disputam a capacidade de direção. (GRAMSCI, 2007, V.3)

De tal forma, Gramsci identifica o Estado como um espaço onde se produz consenso, onde uma visão de mundo elaborada por determinada classe ou fração de classe pode ser disseminada para o restante da sociedade. Assim sendo, as ações das agências estatais não seriam “neutras”/“acima das classes”, nem tampouco uma transposição mecânica dos interesses da classe dominante, mas, sim, frutos de pressões e contrapressões exercidas por membros da sociedade civil.

A discussão em torno do processo de hegemonia leva Antonio Gramsci a resgatar, ao longo dos cadernos, a relação entre estrutura e superestrutura. E ao fazê-lo, o pensador critica as interpretações mecanicistas da história (inclusive no âmbito do marxismo), em que a superestrutura é colocada no terreno das “aparências” como um mero reflexo das questões estruturais. Para Gramsci, a superestrutura representa importante papel na constituição da hegemonia de um determinado grupo sobre os demais, como já assinalado. Nesse sentido, o referido conceito consiste em elemento primordial no seu pensamento uma vez que não se limita apenas a aspectos políticos e econômicos. Abrange, igualmente, a esfera cultural. Grupos e/ou organizações da sociedade civil elaborariam uma determinada visão de mundo (correspondente aos seus interesses econômicos) e procurariam dotá-la de um caráter universal. Processo que envolveria inúmeras disputas para a inserção de cada projeto e conjunto de demandas junto à sociedade política. Isto porque o Estado, valendo-se de instrumentos como o Direito e/ou o Sistema de Ensino, desempenharia papel fundamental na difusão de costumes e modos de pensar o mundo. Logo, constituiria poderosa via de “adequação” dos não dirigentes ao modelo organizacional predominante. Assim, sua tarefa “educativa” se destacaria.

E é assim que o Estado – ao dotar de aparência universal o projeto político do grupo hegemônico, impondo-o como legítimo para toda sociedade – apresenta-se como lugar privilegiado na formulação do consenso, não se restringindo às medidas de caráter meramente coercitivo.⁴⁴ Dessa forma, segundo Gramsci, o Estado expressa não só a

⁴⁴ Atenção para o programa *Agronegócio na Escola* implementado pela ABAG/RP (em 2001). A iniciativa é resgatada no capítulo II, como já assinalado.

dominação de uma classe (ou fração de classe), mas também os conflitos que perpassam a sociedade. Atenção para o fato de que o exercício da hegemonia implica, assim, em lidar com estes conflitos de modo que o grupo dominante, para garantir sua direção junto às políticas estatais, tenha que abarcar também demandas de outros grupos. De tal forma, Gramsci afirma:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2007, p.48)

Considerações teóricas cuja materialidade pode ser constatada nas iniciativas da ABAG. Destaque para a fundamental importância atribuída à parceria com o Estado. Nesse sentido, cabe resgatar as advertências de Araújo em solenidade de apresentação da Associação. Na ocasião, Ney Bittencourt enfatizou a importância da ação ordenadora do Governo afirmando que o Agronegócio “[...] pela complexidade de suas relações, pela sua dependência da infra-estrutura do país e da política macroeconômica, não se coordena sem íntima parceria com o Estado. Há, pois, uma tarefa política para a ABAG.”⁴⁵ Idéia a qual tem coordenado a ação da Associação ao longo dos anos.

Baseando sua autoridade na representação daquele que seria o “setor” responsável pela “comida brasileira”, a ABAG nacional tem demandado de nossos governos uma interação entre os níveis macro e setorial no sentido de viabilizar reformas institucionais onde os interesses do Agribusiness sejam priorizados, como já mencionado. Além de reivindicar sua participação na definição das prioridades eleitas pelos órgãos deliberativos do Governo como o próprio CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar).⁴⁶

⁴⁵ Em documento citado, p.6. O contexto de surgimento da Associação, bem como sua atuação são abordados no capítulo II.

⁴⁶ O CONSEA foi criado, em 24/04/1993, como órgão de consultoria e assessoria ao Presidente da República no Plano de Combate à Fome e à Miséria. Construção do chamado Governo Paralelo*, desde sua origem tem se constituído em arena de disputa entre as diferentes forças sociais. Não cabe ignorar o significado político-ideológico para um grupo social definir, em termos nacionais, a Política de Segurança Alimentar. A questão

Devo ressaltar que as proposições da ABAG encaminham uma maior desregulamentação e desburocratização na concessão de licenças para a produção, bem como para o funcionamento de empresas e obtenção de patentes. O investimento em infraestrutura, logística e em P&D – tendo na Parceria Público-Privada a solução – apresenta-se como uma espécie de “mantra”. Inclua-se a necessidade da descentralização de decisões e o estabelecimento de ações em conjunto com as agências responsáveis pela defesa sanitária e de certificação.⁴⁷ Demandas que podem ser sistematizadas pela problemática da *Sustentabilidade*, bandeira sob a qual a Associação tem buscado, nos últimos tempos, institucionalizar os interesses de suas bases sociais.

Atenção para o real significado que assume tal problemática ao ser assimilada pela ABAG. Considerando a tradução por um *Sistema de Riscos*, trata-se da elaboração de estratégias para a manutenção dos negócios. Para tanto, busca-se resguardar a base de sustentação das atividades empresariais. Nesse sentido, as questões socioambientais são pensadas dentro da lógica de reprodução da própria produção. Realidade na qual não se pode menosprezar a construção social dos mercados.

Atualmente, muito se discute a exigência por “produtos limpos”. Produtos que devem ser acompanhados de selos que certifiquem sua qualidade e respeito ao meio ambiente, bem como às relações de trabalho. Desta forma, multiplicam-se os mecanismos cujo objetivo final é conquistar a confiança do consumidor o qual seria o principal definidor da produção, em tese. Afinal, não cabe ignorar as influências as quais os mesmos estão sujeitos. A título de exemplo, o próprio *neuromarketing* e o cada vez mais aperfeiçoado serviço de *branding*.⁴⁸

será tratada no capítulo II ao se discutir o contexto de criação da ABAG, bem como a importância da temática da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil em tempos de Agronegócio.

*Criado pelos partidos de esquerda, derrotados nas eleições de 1989, tinha em seus “quadros” alternativas ministeriais. Na “pasta agrária”, coube a José Gomes da Silva aglutinar ideias e divulgar propostas, inclusive a de Segurança Alimentar. Ver Marques (1996) e Moura (2009).

⁴⁷ Ver na íntegra as exposições do 1º CBA, realizado em 2002, para o qual se produziu relevante material “técnico” no intuito de embasar as discussões em torno do *Agronegócio*. O encontro teve como fruto a *Carta do Agribusiness na Perspectiva 2010*. Documento que objetivava servir de base de informação aos tomadores de decisão da iniciativa privada e do Governo cujas demandas e diretrizes se constituíram em matriz referencial recorrente no discurso do empresariado rural. Cf. *Agroanalysis*, v.22, n.05, Jun./Jul. de 2002.

⁴⁸ Refiro-me ao campo do marketing mais avançado. Em relação ao primeiro dos termos, verifica-se a junção do marketing com a medicina na busca pela decifração do “genoma” da mente do consumidor através de exames como a ressonância magnética para identificar reações cerebrais numa simulação de marketing. Já o *branding* diz respeito às ações que visam trabalhar as *marcas* além de sua natureza econômica, naturalizando-as na cultura, influenciando a vida das pessoas. Para detalhes consultar Alex Born em *Neuromarketing*. O

Enfim, a construção de uma relação de confiabilidade, com o mercado e com o consumidor, ganha ênfase na discussão das questões destacadas como “bandeiras” do “setor”. Em entrevista à *Exame*, em junho de 2007, Carlo Filippo Lovatelli destacou o que seriam tais bandeiras. Nesse sentido, enumerou: a redução do custo Brasil, a segurança fundiária e a capacidade de tornar a atividade agropecuária sustentável. Atenção para o fato das referidas bandeiras espelharem, na realidade, uma tendência nas demandas da Associação.⁴⁹ Fato o qual pode ser verificado através da consulta a documentos como o enviado a FHC – intitulado “*Sugestões da ABAG ao presidente eleito Dr. Fernando H. Cardoso*” (1994) – e as propostas encaminhadas aos presidentiáveis em 2006. Além do material produzido para os próprios Fóruns e CBAs.

O acesso a mercados e o desenvolvimento de vantagens competitivas viriam exigindo cada vez mais planejamento e autocontrole das atividades no *Agronegócio* em seu conjunto, segundo a percepção dos agentes da Associação. A gestão do *Agribusiness* se faria na direção de “*adequar-se às regras do jogo internacional*”, como tem declarado Lovatelli. Regras onde o consumidor seria peça chave e deveria ser convencido da existência de um comércio justo⁵⁰. Enfim, o consumidor deveria ser levado a crer que adquire com cada produto os chamados *bens públicos*.⁵¹

Contexto no qual é de extrema relevância destacar a fundação do *Instituto para o Agronegócio Responsável* cuja iniciativa simboliza o universo da agricultura empresarial no Brasil dos últimos tempos, bem como a importância da ABAG enquanto base de atuação do *Agronegócio* no intuito de consolidar seus interesses em termos de *Sustentabilidade*.

Genoma do marketing. O Genoma das Vendas. O Genoma do pensamento e José Roberto Martins em obra já citada.

⁴⁹ Inclua-se as seguintes problemáticas: agroenergia; presença do Estado enquanto agente regulador; modernização do financiamento da produção e comercialização; formação de recursos humanos para o “setor” através de parcerias com instituições como o CIEE; inserção das cadeias produtivas no Mercosul; participação ativa nos fóruns internacionais como OMC e ALCA etc. Conferir em *Informes Abag* por ocasião da comemoração dos dez anos de fundação da Associação. Disponível em <<http://www.abag.com.br>> .

⁵⁰ Para noção do conceito de *Fair Trade* ver <<http://www.wfto-europe.org>>.

⁵¹ Estes constituem os bens de uso comum os quais devem estar sob responsabilidade do Estado ao qual cabe cuidar para que estejam em condições normais de utilização pelo público em geral. Contudo, tais bens podem ser objeto de limitações ao exercício do direito de uso, com base no poder de polícia do Estado. Um bem público pode ficar condicionado ao uso privativo de determinada pessoa ou grupo, sob os institutos de permissão ou concessão de uso, atos de outorga baixados pela administração pública consoante sua conveniência e senso de oportunidade. Ana Célia Castro (2007) cita entre os bens públicos: estabilidade financeira, estabilidade política, meio ambiente e conhecimento.

Cabe frisar que o surgimento do ARES foi apreendido como um dos exemplos do processo de objetivação do mundo em que, mais do que nunca, a natureza torna-se objeto de exploração em disputa. Processo em que o valor da biodiversidade tem sido mensurado pelo seu potencial produtivo, bem como pela capacidade de oferecer os chamados “serviços ambientais”. Realidade na qual ocorre uma reapropriação da natureza na elaboração de um discurso de desenvolvimento sustentável com o qual se busca a produção de “*capital natural*”. (LEFF, 2007) Basta poucos minutos de atenção ao conteúdo discursivo de nomes ligados ao Agronegócio para constarmos tal fato.⁵²

A defesa de se pensar o meio ambiente na ótica do que é denominado por “*ativo ambiental*” materializa a tendência de difusão dos serviços ambientais no sentido de transformá-los em *commodities*. A preservação seria garantida através da criação de valor. O produtor se transformaria em legítimo ambientalista. Cenário que traduz o contínuo exercício de adaptação do empresariado rural frente aos desafios de uma realidade em que a sustentação da produção passa a depender da adição ao capital reputacional do “setor” o valor de *Desenvolvimento Sustentável*.⁵³ Daí o esforço para que as exceções, em termos de boas práticas, pareçam regra.

Contudo, a busca por legitimidade tem como limite a realidade de uma modernização desorganizadora do tecido social e fonte de desequilíbrios naturais. Destaque para as considerações sobre a primeira problemática, considerada a seleção de postos de trabalho provocada pela mecanização:

Será remotíssima a chance de que algum dos mais de dois milhões de expelidos encontre outra ocupação após perambular por regiões nas quais a modernização das colheitas ainda possa estar atrasada, acabará na sarjeta de algumas das 50 principais aglomerações urbanas do país[...] (VEIGA, 2005, p.120)

As discussões em torno de soluções para mitigar os impactos do desemprego tecnológico estão longe de apresentarem resultados práticos. Nesse sentido, o que se vê é o

⁵² Exemplo pode ser o discurso de figuras políticas como o Deputado Federal Homero Pires (PR/MT). Pires chegou a ser deputado titular da Comissão Permanente de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e Suplente da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

⁵³ Entendido enquanto processo em que o crescimento econômico se traduz em qualidade de vida e bem-estar. Inclua-se, ainda, o respeito a base natural. Ver Veiga (2007).

deslocamento de significativos contingentes de trabalhadores para as frentes pioneiras onde acabam sendo, na maioria das vezes, submetidos a novo processo de espoliação.

Ao lado das questões de deslocamento e desemprego, as denúncias de mão-de-obra em condições análogas à escravidão também chamam atenção. Fato que levou o Governo Federal, em 2003, a criar um cadastro dos empregadores autuados pelo Ministério do Trabalho em cujas relações de produção fosse verificada a existência de tal prática. Além de responderem pela mesma, os autuados ficam proibidos de ter acesso aos fundos do Ministério de Integração Nacional. Contudo, expedientes jurídicos têm possibilitado o questionamento dos registros de autuação permitindo a liberação de crédito junto ao referido Ministério.

Contexto no qual devemos estar atentos ao esforço para impor às Américas certo modelo de produção, como alerta Burbach (2006), bem como para a conveniência da “*exclusão integrativa*” (MARTINS, 1989)⁵⁴ tanto para o Agribusiness – enquanto estratégia do capital financeiro no controle de mercados e imposição de padrões de produção, como entendido pelo próprio Burbach – quanto para os grupos de interesses em torno do *Sistema* no Brasil. Afinal, não se pode negar a fundamental importância das referidas questões para se pensar a *questão agrária nacional*⁵⁵.

Finalizando, devo esclarecer que, circunscrita aos anos de 1990 e 2008, a presente dissertação tem como objeto uma das múltiplas problemáticas de um “*novo rural brasileiro*”⁵⁶ marcado pela chamada “*modernização conservadora*” ou “*dolorosa*”⁵⁷ –

⁵⁴ Resgato a expressão utilizada por Martins para definir a natureza da exclusão capitalista. Uma “*exclusão integrativa*” responsável pela formação de reservas de mão-de-obra/mercados temporários ou parciais. O sociólogo menciona a criação de excedentes populacionais cuja utilidade residiria na exclusão do trabalhador do processo de trabalho capitalista e sua inclusão no processo de valorização por meio de formas indiretas de subordinação real do trabalho ao capital. José de Souza também analisa o termo “*exclusão integrativa*” em obra (1975) na qual reúne escritos dos anos de 1960/1970 tendo como proposta refletir sobre as contradições da sociedade agrária brasileira. E mais, o autor em capítulo destinado a vida material, social e cultural do caipira discute o que denomina por “*economia do excedente*” e a relaciona ao processo excludente citado.

⁵⁵ Compreendida não só enquanto um “[...]conjunto de inter-relações e contradições derivado de uma estrutura fundiária altamente concentrada que, por seu turno, também determina a concentração de poder econômico, político e simbólico, criando estruturas de sujeição da população rural e uma cultura incompatível com um tipo de exploração racional da terra definido pela fala/prática oficial como a ‘*mais adequada*’ para o desenvolvimento nacional”, como o define Mendonça (2006), mas também como a soma dos constrangimentos ambientais gerados na captura da renda da natureza. Renda auferida com a exploração dos recursos naturais cuja garantia tem sido a posse do conhecimento sobre os mesmos. Para discussão sobre renda da natureza e saber ambiental ver Moreira (1995) e Leff (2008).

⁵⁶ Refiro-me à expressão a qual recorre José Graziano da Silva para a caracterização do que seria uma “*nova conformação*” do meio rural a partir de 1980. O “*Novo Rural*”, segundo o estudioso, se constituiria de três grandes grupos de atividades: 1) uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada

adjetivos os quais expressam os constrangimentos gerados por tal processo – cujos desdobramentos levaram e levam ao atual modelo organizacional dominante no mundo rural brasileiro, representado pelo *Agronegócio*. Realidade cuja dinâmica faz com que Delgado (1985 e 2006), a exemplo de outros estudiosos, chame atenção para o fato de que se deslocarmos a noção de *Agronegócio* da relação técnica interindustrial “moderna” para o processo de integração capitalista no Brasil, em especial o processo de acumulação no campo, o mesmo representaria a fusão do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária baseada em “*arranjos ocupacionais e fundiários atrasados, em termos de relações sociais e de exploração ambiental*”.

Fato que nos remete aos estudos de José de Souza Martins os quais possibilitam identificar as raízes da concentração fundiária e da exploração/expropriação no campo brasileiro enquanto mecanismo de obtenção da renda da terra. O modelo capitalista no Brasil se diferenciaria do modelo clássico europeu ou norte-americano por passar a reprodução ampliada do capital pela extração e realização da renda fundiária, de acordo com Martins. Nesse sentido, não cabe ignorar o papel do Estado brasileiro na difusão de políticas favoráveis ao fenômeno de “*territorialização da burguesia*” (LEITE; PALMEIRA, 1998). Daí a necessidade de refletir sobre a forma de capital personificada na figura do fazendeiro para melhor compreendermos as formas mediadoras do mesmo, como reforça José de Souza.

Diante de tais considerações acredito que o objetivo de identificar e analisar os fundamentos legitimadores das demandas e proposições de uma das mais expressivas

às agroindústrias; 2) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; 3) um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos especiais de mercados. O autor justifica da seguinte forma as aspás: “‘novas’ foi colocado entre aspás porque muitas dessas atividades, na verdade, são seculares no país, mas não tinham, até recentemente, importância econômica. Eram atividades de “fundo de quintal”, hobbies pessoais ou pequenos negócios agropecuários intensivos (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais etc.), que foram transformados em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural, nos anos mais recentes. Muitas dessas atividades, antes pouco valorizadas e dispersas, passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo, na maioria dos casos, não apenas transformações agroindustriais, mas também serviços pessoais e produtivos relativamente complexos e sofisticados nos ramos da distribuição, comunicações e embalagens.”(SILVA, p. 3-4)

⁵⁷ Ver Silva (1982). Obra em que o autor apresenta reflexões sobre as principais temáticas referentes à estrutura agrária brasileira considerando a problemática do desenvolvimento capitalista em solo nacional. Nesse sentido, Silva alerta: “[...]a subordinação das relações pré-capitalistas ao capital não pode de modo algum ser compreendida como uma funcionalização dessas relações. A subordinação das relações pré-capitalista determina contradições específicas, jamais uma solução para contradições do capitalismo.” (SILVA, 1982, p.31).

associações de classe do empresariado rural brasileiro – cuja origem expressa o fenômeno de politização da economia – associado ao exame dos meios através dos quais seus agentes buscam institucionalizar seus interesses, assume função estratégica para a apreensão de um regime sujeito à *hybris* e marcado pela constante luta por hegemonia. Portanto, um regime sujeito à disputa entre os diferentes Partidos/Aparelhos Privados de Hegemonia cuja natureza é determinantemente influenciada pela correlação de forças em dado momento.

Para viabilizar a apresentação da discussão proposta, a presente dissertação acha-se estruturada em três capítulos. No primeiro – *Agribusiness brasileiro: a construção de autores/atores do Agronegócio* – são apresentadas importantes obras de autores/atores do Agronegócio cujo conteúdo discursivo busca criar uma unidade de visão/percepção das mudanças em torno das atividades ligadas à agricultura, bem como difundir a forma ideal de sua organização e direção. Exercício fundamental para demonstrar a acomodação da ideia de *Agribusiness* no Brasil.

No segundo capítulo – *Associação Brasileira de Agribusiness: a organicidade de um Partido* – são resgatados contexto e personagens do processo de formação da referida Associação, bem como algumas das principais estruturas ideológicas responsáveis pela difusão da ideologia do Agronegócio. Agências como o ICONE e o ARES também são abordadas no intuito de dar visibilidade a importância da ação de *think tanks* na construção de relações de cooperação tão necessárias ao equilíbrio de compromissos, elemento determinante na construção conflitiva do consenso.

No terceiro e último capítulo – *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): breve nota sobre a institucionalização de interesses em tempos de Agronegócio* – são identificadas as principais iniciativas da gestão de Roberto Rodrigues (2003 a 2006) no referido Ministério cujo exercício traduz o *lobby* institucional de significativa agência do Estado a qual se apresenta como importante estrutura de poder, considerada a extensão de sua atuação.

Capítulo I- *Agribusiness* brasileiro: a construção de autores/atores do Agronegócio

A acomodação da ideia de *Agribusiness* no Brasil.

Sob a premissa gramsciana de que em qualquer formação social o poder do bloco dominante repousa na unidade entre estrutura e superestrutura, voltei-me para o processo de construção da referida unidade o qual traduz o campo de disputa que envolve construção e reconstrução de dada hegemonia. Nesse sentido, neste capítulo busco resgatar o trabalho de elaboração de autores/atores do Agronegócio no processo de acomodação da ideia de *Agribusiness* traduzida em Complexo Agroindustrial Brasileiro. Vale lembrar que o referido exercício materializa a atuação de forças intelectuais responsáveis pelo consenso tão necessário a capacidade de direção.

Apesar de não ter constituído objetivo deste capítulo o resgate da guerra de posições em torno da definição do “Novo Rural” brasileiro, não se ignora o rico campo analítico e conceitual que alimenta o embate pela definição da referida realidade.⁵⁸ Campo no qual a construção dos autores/atores do Agronegócio expressa a materialidade de alianças específicas e frentes de interesses organizados.

Outra consideração a ser feita diz respeito à face dolorosa do processo de “modernização” (SILVA, 1982). Examinadas dimensões outras que não a da integração técnico-produtiva, os continuísmos são evidentes em elementos estruturais da questão agrária brasileira. Fato através do qual é possível o questionamento da unidade ideológica – identidade de visão/percepção da realidade – pretendida pelo Agronegócio através de suas forças intelectuais e/ou frentes materiais. Por revelar as verdades “inconvenientes” do processo modernizador materializadas na intensificação da concentração fundiária, na expropriação dos trabalhadores, na sazonalidade do emprego, no êxodo rural e na degradação ambiental, a questão agrária tem sido silenciada sob efeito de que é inexistente ou pouco importa frente aos assuntos de natureza agrícola.

⁵⁸ Conferir sistematização do mesmo em SILVA (1996, p.61-106) e RAMOS (2007, p.18-52).

Realidade reveladora do processo de construção das condições objetivas para a acumulação capitalista no Brasil cujos agentes econômicos, em sua maioria, incorporam a noção de custos socioambientais como se a mesma não denunciasses a insustentabilidade do atual modelo organizacional do *business* em torno da agricultura. Caso entendamos sustentabilidade enquanto processo ininterrupto de melhoramento das condições de vida, minimizando o uso de recursos naturais e desequilíbrios nos ecossistemas.

Enfim, dependendo da visão do analista o referido modelo hegemônico pode ser apontado como experiência universal ou como exemplo a se evitar. Consideração significativa para a desnaturalização das elaborações dos autores/atores do Agronegócio, responsáveis por uma “*orquestração consciente de interesses*” (GRAZIANO, 1996).

Feitas tais observações, cabe assinalar que, considerando a atividade editorial uma das mais significativas frentes materiais construtoras da hegemonia e buscando atingir os objetivos deste capítulo, recorri a um conjunto de sete obras cuja sequência de publicação e as temáticas explicitam, claramente, a organicidade das mesmas. Seleção que se justifica não só pelo período abordado pela pesquisa da qual esta dissertação é fruto, como também pelo objeto da mesma e sua relação com o próprio processo de importação e acomodação da ideia de *Agribusiness*.

De tal forma, as referidas obras traduzem o exercício de elaboração do consenso em torno da ideia de um *Sistema* enquanto representação do “Novo Rural” brasileiro cuja importância para a economia nacional o qualificaria a elemento nuclear da vida social e das ações públicas. Exercício em que é possível identificar o que tem sido considerado como problemas sistêmicos – no sentido de interligados e interdependentes – do *Agronegócio*, levando em conta as múltiplas dimensões em termos de diagnóstico e planejamento de ação para potencializar os empreendimentos de suas bases sociais. Vejamos.

Cunhado por John Davis e Ray Goldberg, durante estudos desenvolvidos no *Programa de Pesquisa Agricultura e Negócios* da Harvard Business School (HBS), o conceito de *Agribusiness* (o qual teria sido criado em 1957) seduziu importante figura do empresariado brasileiro. Trata-se do então presidente (herdeiro) do Grupo Agrocere Ney B. de Araújo cuja presença nos seminários realizados na HBS passou a ser frequente a partir da década de 1970.

O entusiasmo de Araújo com as discussões em Harvard é fato marcante na lembrança daqueles que com ele conviveram.⁵⁹ A visão sistêmica das atividades agrícolas (sob a denominação *Agribusiness*) o cooptara de tal forma que Bittencourt incorporou a missão de difundir a mesma no Brasil dando início a um movimento político em torno do qual congregou importantes lideranças de um setor que estava sendo reinventado. A agricultura passava a ser *Agribusiness* cujo exercício de tradução (leia-se acomodação) teria sido marcado por algumas “liberalidades”, segundo os próprios autores/atores do Agronegócio.

Nesse sentido, são registradas as seguintes aproximações: 1) *Complexo Agroindustrial e Sistema Agroalimentar* buscariam exprimir o conteúdo da palavra *Agribusiness*; 2) Setor de insumos e bens de produção, setor “antes da porteira da fazenda” que equivaleria ao conjunto das atividades econômicas que ofertaria produtos e serviços para agricultura (*Farm Supplies*); 3) Agricultura, setor rural, agropecuária, setor agrícola, produção agropecuária e produção agrícola e atividades “dentro da porteira da fazenda” seriam sinônimos, representariam agregado que, dentro das unidades ou estabelecimentos rurais, seria responsável pela produção vegetal e animal (*Farming*) e; 4) Processamento e Distribuição, agregado situado “depois da porteira da fazenda” e que envolveria as atividades na indústria e nos serviços para a conversão e comercialização dos bens de consumo feitos com produtos de origem agropecuária. (ARAÚJO; WEDEKIN; PINAZZA, 1990)

Somados os agregados antes, dentro e depois da porteira, temos a constituição de uma rede de conexões cuja organização e representação política legitimaria o projeto de uma associação que traduzisse a nova realidade e dotasse de importância política o poderoso complexo econômico definido, didaticamente, nas obras editadas pela Agrocerec de Ney Araújo e, posteriormente, pela própria ABAG⁶⁰ que materializara o referido projeto (1993).

Tida como pioneira na divulgação da tese predominante na HBS, a obra *Complexo Agroindustrial: o Agribusiness Brasileiro* de autoria de Ney B. de Araújo, Ivan Wedekin e Luiz Antônio Pinazza foi editada pela Agrocerec como parte das festividades em

⁵⁹ Ver Rodrigues (1997). Figura que, ao lado de Araújo, representa o núcleo dirigente do Agronegócio. A atuação de Roberto Rodrigues é mencionada no capítulo II.

⁶⁰ Dados os limites do campo de uma dissertação foi resgatado o conteúdo das discussões de Araújo, Wedekin e Pinazza (1990,1992,1993); ABAG (1993); Rezende (1993); Contini e Nunes (2001) e Batalha (2005).

comemoração aos 45 anos de sua fundação (1990). A partir de então, nota-se um trabalho mais sistemático de divulgação das ideias de John Davis e Ray Goldberg, em termos de convencimento, no sentido de que atividades e agentes envolvidos com a agricultura seriam partes constitutivas de um *Sistema* cujo desenvolvimento só seria possível se o mesmo fosse considerado em suas interdependências. Fato que não deve ser descolado da própria trajetória da Agrocere, bem como de sua importância enquanto base de atuação de um dos principais patronos do Agronegócio.

Em obra póstuma que homenageia Araújo, Ivan Wedekin (então funcionário da referida empresa) lembra que “garimpara” informações para a feitura de “*Complexo Agroindustrial...*” em companhia de Décio Zylbersztajn e Araújo na própria HBS.⁶¹

Importa relembrar que ao retornar ao Brasil, Zylbersztajn funda o PENSA. Segundo Marcos Neves, Ray Goldberg teria tomado parte no Conselho do então recém criado programa cuja equipe passou a realizar seminários a exemplo dos eventos da Harvard Business School⁶². Durante o período de 10 anos (1991 a 2000), a experiência teria ocorrido entre as cidades de Atibaia, Águas de São Pedro e São Paulo e reuniria líderes do Agronegócio “brasileiro” e também argentino. Destaque para a presença de Hector Ordonez o qual teria fundado um grupo de agronegócios na Universidade de Buenos Aires, inspirado no próprio PENSA.

Atuando em redes, a exemplo de outras bases de atuação do Agronegócio, desde então o PENSA busca divulgar o funcionamento do *Sistema*, além de criar espaços para a circularidade de ideias através da realização de Seminários e Congressos os quais possibilitam uma maior integração dos agentes/agências do Agronegócio no intuito de gerar as sinergias necessárias ao bom funcionamento do “setor”. A compreensão da dinâmica do

⁶¹ Obra organizada por Roberto Rodrigues (1997) em que “*companheiros de jornada*” registraram suas impressões sobre a figura de Araújo a partir da convivência com o mesmo. Momento em que é atribuído a Ney Bittencourt o título de “*Dinamo do Agribusiness*”. O conteúdo da referida obra é resgatado no próximo capítulo.

⁶² Eventos (denominados de *Seminários de Casos*) os quais reuniriam docentes da Harvard Business School e executivos tendo como objetivo o estudo de caso de empresas previamente selecionadas. Com frequência anual, o evento ocorre ainda hoje. A convite da HBS, Marcos Neves* teria participado das últimas edições dos referidos seminários. Conferir informações em <<http://www.jornalcana.com.br>>.

*Engenheiro Agrônomo formado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da USP em 1991, Mestre (1995) e Doutor (1999) em Administração de Empresas pela FEA/USP (1999). Pós-Graduado em Agribusiness & Marketing Europeu na França (1995) e em Canais (Networks) de Distribuição na Holanda (1998/1999). Livre-Docente em Marketing e Estratégia pela Universidade de São Paulo em 2004 com tese sobre Planejamento e Gestão Estratégica de Marketing. Atualmente, Neves é Professor de Estratégia na FEA/USP, Campus de Ribeirão Preto.

mesmo seria de fundamental importância para a inserção competitiva do Brasil no *Agronegócio* internacional. Inclua-se, ainda, a formação de quadros para o *Agribusiness* “brasileiro”.

Consideradas as observações feitas, temos indícios claros da constituição de organizações e porta-vozes próprios de um movimento de articulação política cuja estratégia de atuação através da interação entre os campos econômico, político e intelectual, no que diz respeito à condução das atividades ligadas à agricultura, revela importante prática para a institucionalização dos interesses do empresariado rural. Enfim, a difusão do que seria uma nova ferramenta de análise econômica, empregada por Davis e Goldberg, deu origem a um dos mais fortes conceitos políticos do campo de disputa em torno do modelo organizacional das atividades e agentes ligados à agricultura cuja direção tem sido determinante no tratamento dispensado à questão agrária no Brasil.

Para cumprir com o objetivo deste capítulo, passo a apresentar o conteúdo das obras selecionadas as quais constituem produtos do processo de articulação acima mencionado. Atenção para a posição social de cada um dos autores/atores, bem como formação.

Aspecto que chama mais atenção no trabalho de convencimento pretendido com as referidas obras é a preocupação com a clareza do conceito com o qual pretende-se nomear o que seria a nova realidade dos negócios em torno da agricultura, bem como o tratamento ideal para a mesma. Nesse sentido, Araújo e pares afirmam:

Vivemos um novo sistema e sob nova ótica devemos analisá-lo, bem como discutir novas políticas que o ajustem e promovam as mudanças necessárias ao seu desenvolvimento harmônico. O Complexo Agroindustrial necessita da integração de um número muito grande de setores e atividades, muitos deles não agrícolas. Tal integração não sairá de baixo para cima, partindo-se das perspectivas da propriedade agrícola para a rede de inter-relações a que se liga. Terão de ser feitas de cima para baixo, de forma a ser coerentes com as metas econômicas e sociais do país como um todo. (ARAÚJO; PINAZZA; WEDEKIN, 1990, p.XV)

Assim,

[...]COMPLEXO AGROINDUSTRIAL, apesar de não representar uma tradução fidedigna do termo “agribusiness”, já é uso corrente e passa, portanto, a denominar o “agribusiness” brasileiro. (Id.)

Cabe reforçar que o conceito de *Agribusiness*, a partir de então, foi sendo difundido tendo como ideia orientadora um fluxo de agregação de valor, desde a indústria de insumos, passando pela produção rural, pelas agroindústrias, pela distribuição e chegando, por fim, aos consumidores finais. Ideia cuja origem, como já assinalado, se encontra em estudos desenvolvidos por John Davis e Ray Goldberg cujas obras mais discutidas na literatura são: “*A Concept of Agribusiness*” (1957) e “*Agribusiness Coordination*” (1968).

Atenção para a data de publicação de “*Complexo Agroindustrial...*”, estamos a três anos da fundação da ABAG. Além de reunir os autores/atores já citados, temos a participação de Elísio Contini (Cap.II) e José Luiz Tejon Megido e Coriolano Xavier (Cap.VII). A iniciativa de publicar a referida obra é destacada como um dos esforços da Agroceres de participar da modernização agroindustrial e de antecipar-se às exigências do CAI brasileiro. Tarefa tradicional considerando a história da referida empresa, segundo os autores.

Registra-se o agradecimento aos incentivos e à colaboração da Organização das Cooperativas Brasileiras, da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação, do Estado de São Paulo e do Guia OESP da Alimentação. Fato indicativo da dimensão da rede de interesses em formação em torno da tese a difundir.

Curiosa a afirmação de não constituir a referida obra “*um livro texto*”, pois o conhecimento do qual seriam seus autores/atores portadores, não os autorizaria a “*exercícios de natureza acadêmica*”. (ARAÚJO; PINAZZA; WEDEKIN, 1990, p.X) Contudo, o objetivo de oferecer ao leitor o que seria uma “[...]visão abrangente e sistêmica do *Complexo Agroindustrial Brasileiro*[...]” é afirmado. A discussão do conceito de *Agribusiness* revela a intenção de chamar atenção para um processo que viria transformando a agricultura num ramo da indústria. A passagem da “*era da agricultura*” para a “*era do agribusiness*”, trabalhada, rapidamente, na introdução intitulada “*Reflexões sobre o Complexo Agroindustrial*”, é enfatizada. Fato o qual representaria uma nova realidade tecnológica, produtiva, comercial e financeira da agropecuária com os setores indústrias e de serviços. Importa destacar o reconhecimento de que o referido processo não constituiria um fenômeno geral no Brasil. As diferenças regionais e entre produtos, considerando a organização dos fatores de produção e a integração com os ramos mais dinâmicos da economia, não são ignoradas. Fato claro na seguinte passagem:

Para contrapor situações extremas, basta lembrar que uma enxada pode representar inovação tecnológica em determinadas regiões, enquanto outras estão integradas à vanguarda do “agribusiness” mundial. (Ibid., p.IX)

A tentativa de difusão de um conceito com o qual se pretende nomear e analisar as mudanças no campo brasileiro, leva a um esforço de demonstrar a relevância dos negócios em torno do CAI e sua importância na economia brasileira. Nesse sentido, realiza-se uma sistematização do que seriam as relações setoriais do “setor” e sua contribuição na geração de emprego⁶³, na estrutura dos gastos das famílias e no comércio externo entre outros. (Ibid, p.15-29)

Vale registrar que os autores consideram como “agregados” do *Agribusiness*: o setor de insumo e bens de produção; a produção agropecuária propriamente dita, e o setor de processamento e distribuição de produtos agrícolas e seus derivados. Dado importante para identificar o setor e/ou setores mais dinâmicos do CAI.

Cabe antecipar a referida problemática uma vez que seu conteúdo é motivo de controvérsias e um dos argumentos mais significativos na tentativa de legitimação da defesa dos interesses ligados ao *Sistema*.

Nesse sentido, fato curioso deve ser registrado. Após reconhecerem a liberação de mão de obra pelo processo de modernização, os autores afirmam não ocorrer tal realidade no CAI. Contudo, os dados que empregam para fundamentar tal tese são referentes à realidade norte-americana como se a mesma se reproduzisse por aqui. Informações contidas na obra *“Da Lavoura às Biotecnologias, Agricultura e Indústria no Sistema Internacional”* (GOODMAN et.al.,1990) são apresentadas. Os próprios autores chegam a lamentar a inexistência de um estudo nacional demonstrativo do potencial do CAI como gerador de emprego considerando seu *“tamanho na economia”* brasileira. Momento em que a maioria dos leitores, provavelmente, se perguntara o porquê de se perder momento tão oportuno para que tal dado fosse levantado. Apesar de um índice extenso e detalhado, o conteúdo da obra deixa a desejar em termos de informação e análise. Exceção para a abordagem do que seriam as modernas técnicas de marketing e sua função para o desenvolvimento do

⁶³ Cabe ressaltar que o volume de postos de trabalho gerado pelo *Agronegócio*, como não poderia deixar de ser, representa a soma dos postos de trabalho das atividades diretas e indiretas em termos de agricultura.

Complexo Agroindustrial. Parte na qual se destaca o trabalho de construção de estratégias para a internalização de valores necessários ao convencimento para a construção de condições objetivas viabilizadoras dos negócios em torno da agricultura.

Dados do IBGE (década de 1980) são resgatados para uma menção rápida sobre o que constituiria, em nosso País, o impacto do CAI sobre a geração de postos de trabalho. A mensuração do referido processo considera a seguinte divisão do emprego por atividades no CAI: “[...] atividade “antes da agricultura”, (nas indústrias mecânicas, químicas, de transporte, etc), no setor rural e nos setores de processamento e distribuição de produtos agropecuários e seus derivados.” (ARAÚJO; PINAZZA; WEDEKIN, 1990, p.33)

A geração de emprego no primeiro agregado não é abordada sob a alegação de insuficiência de dados informativos. Em relação ao segundo, afirma-se um percentual de 25% da população economicamente ativa – PEA estimada para 1987. Já “no conceito mais abrangente de pessoal ocupado”⁶⁴, a agropecuária empregaria 21,1 milhões de pessoas dos quais 3,7 milhões seriam de meninos e meninas com idade inferior a 15 anos. A força feminina representaria 1/3 do pessoal ocupado. Números que indicariam o setor rural como intensivo em mão-de-obra cuja capacitação seria precária. Realidade que obstacularizaria o incremento da produtividade do fator trabalho. (Id.)

Segundo os autores, o CAI representaria mais de 40% da PEA total do Brasil em 1980. Destaque para os números, não para o sentido dos mesmos.

O silêncio sobre o tipo/qualidade do emprego – dado que em si já seria preocupante ainda mais quando se assume a participação de trabalho infantil – aparece como característica marcante do “não dito” na abordagem da questão. Vale destacar que a dificuldade de incorporar a questão social enquanto problema sistêmico tem sido recorrente até mesmo entre os organizadores da identidade do empresariado rural. Dificuldade que pode ter como origem os próprios limites impostos pelo antagonismo entre Capital e Trabalho.

Portanto, os dados transcritos são examinados em seu valor quantitativo e não, necessariamente, qualitativo. As informações do censo de 1980 são resgatadas para demonstrar que cerca de 527 mil estabelecimentos teriam como empregados permanentes nas lides agropecuárias 2,2 milhões de pessoas. Já a participação de temporários seria de

⁶⁴ Não se define o que viria a ser o tal “conceito mais abrangente de pessoal ocupado.” Cf. op.cit., p.33.

2,8 milhões de trabalhadores num universo de 600 mil estabelecimentos. Nada a respeito da relação entre o valor do salário e o valor da produção ou jornada de trabalho. Além da sazonalidade do emprego. Contudo, a tendência das áreas agrícolas terem a frente a figura do administrador é registrada.

Outro argumento muito empregado no processo de legitimação do *Agronegócio*, a participação do “setor” no Produto Interno Bruto (PIB) nacional e na geração de receita em moeda forte é enfatizada. Em 1989, apesar da diversificação da pauta e da queda no preço das *commodities*, o CAI teria sido responsável por 65% do saldo da balança comercial. Já no ano de 1990, se denuncia a redução do *market share* do Brasil por limitações artificiais. Entre estas as diversas formas de reservas de mercado e

[...] os altos custos totais de distribuição de mercadorias agrícolas exportáveis bem como das vendidas no mercado interno[...]O Brasil teima em ‘exportar impostos’, enquanto os seus competidores – particularmente os EUA e a CEA – além de não tributar, acabam subsidiando as vendas de seus produtos agrícolas no mercado mundial. (Ibid., p.35)

Em relação aos gastos relativos ao consumo das famílias e a contribuição com o PIB nacional no ano de 1980, os autores afirmam que o CAI teria absorvido 46% dos gastos daquelas e correspondido a 32% deste.

Importante mudança é mencionada. Na repartição do valor adicionado ao CAI, ainda em 1980, embora a participação dos insumos tenha permanecido inalterada (praticamente), o valor da agropecuária teria recuado para 28% e o segmento “*depois da porteira*” da fazenda teria ampliado para 61% sua participação na renda gerada pelo CAI. Fato que leva à afirmação de que seria este o “[...] *elemento dinâmico no desenvolvimento do maior negócio do mundo.*” (Ibid., p.38)

Contudo, desenvolve-se uma linha de argumentação em torno de um *Agronegócio* – não se fala em Agro-negócios. Os autores reforçam a ideia de um “setor” cuja competitividade e a importância para a desconcentração econômica, a geração de emprego e de renda o dotariam de significado estratégico considerando o desenvolvimento econômico e social do Brasil.⁶⁵ E alertam:

⁶⁵ O mesmo não é afirmado pelos estudos que contestam o referido modelo organizacional o qual por mais que atualizaria as estruturas produtivas (entendidas não apenas em sua base material, mas também nas condições de produção do conhecimento e no aparato burocrático que lhe dá suporte legal), conservaria e até

A recente segmentação entre a coordenação da produção agrícola e os programas de abastecimento, entre Ministérios de comunicação deficiente, demonstra que o conceito de Complexo Agroindustrial ainda não chegou ao primeiro escalão do governo. (ARAÚJO; PINAZZA; WEDEKIN, 1990, p.X)

Frente a tal ordem de coisas e preocupados com o que seriam as macro-mudanças, bem como tendências detectadas no movimento de reestruturação do *Agribusiness* mundial de então insistem:

O sistema intricado que constitui o CAI é, em essência, uma rede de mercados que continuamente se influenciam, pulsando em perpétuo mecanismo de ação e reação. A identificação da natureza e escopo destes mercados; os processos de análise e definição de estratégias para atingi-los, aperfeiçoá-los, otimizá-los; e o ajustamento de seus comportamentos aos objetivos sócio-econômicos da nação são claramente tarefas que necessitam novo ferramental analítico – a disciplina do “agribusiness” – para que possam criar a visão macro, essencial ao trato de sistemas complexos. (Ibid., p.XV)

O CAI seria o “[...]continente e o conteúdo da agricultura moderna.” Para abordá-lo, sistematicamente, seria necessário o afastamento das práticas tradicionais. A abordagem do Complexo Agroindustrial deveria buscar confrontar-se com objetivos gerais do sistema de decisão e de um sistema de informação que reproduzisse a operação de sistemas físicos ou redes de fluxo dentro da estrutura. (Id.)

Para a otimização do *Sistema* seria necessário a superação dos gargalos de todos os subsistemas. Lógica que se fará presente nas demandas e proposições da ABAG cuja orientação tem sido o tratamento sistêmico dos problemas identificados. Logo, uma abordagem que considere as interdependências dos mesmos. Esquema interpretativo cuja abrangência sofre influência da própria conjuntura nacional e/ou internacional. Considerações inerentes à própria estratégia de representação com a qual a Associação está comprometida.

Voltando a obra em discussão, nota-se o esforço para afirmar o caráter universal do referencial teórico adotado. A visão macro do CAI já seria popular nos EUA na década de

agravaria as desigualdades sociais e a degradação dos recursos naturais. Cf. SILVA (1982); GARCIA, R.C; MARTINE,G.(1987); GRAZIANO NETO (1982) e DELGADO (1985).

1960, espalhando-se pelos países desenvolvidos do Ocidente. Os autores chegam a afirmar ainda que Gorbatchev, quando Ministro da Agricultura da União Soviética, teria aplicado a disciplina do *Agribusiness* na análise dos problemas agrícolas de seu país e na reestruturação de seu ministério. (Ibid., p.XV)

Os autores continuam a apontar o equívoco de se considerar a agricultura como elemento distinto da economia não a relacionando com seus subsistemas à montante e à jusante. Quatro fatores são citados como exemplo das interdependências existentes. O primeiro deles é a tecnologia. Fundamental na modernização do sistema, sua incorporação dependeria do treinamento do agricultor, de investimentos produtivos e das condições de infra-estrutura e preços que garantissem rentabilidade aos novos ganhos de produtividade. Uma nova tecnologia só seria otimizada se harmonizada com outras tecnologias dentro da cadeia do *Sistema*. O aumento da produtividade demandaria um aprimoramento da colheita, do armazenamento, da secagem, do transporte, da industrialização, bem como da própria distribuição.

Já o segundo fator diria respeito à questão fundiária. Sob a ótica do CAI, a propriedade poderia ser dividida em duas categorias: moderna que se traduziria em eficiência sob o ponto de vista produtivo; e tradicional, geralmente ineficiente e inadequada a um CAI. Enfatiza-se que a eficiência não está associada ao tamanho da propriedade. Esta seria difícil de detectar nas muito pequenas e também nas muito grandes em função do volume de investimentos necessários à modernização. Atenção para a natureza seletiva do processo. E mais, a natureza do processo produtivo, a qualidade da infra-estrutura, o nível tecnológico, a verticalização e o processo de industrialização e distribuição passam a ser essenciais na análise das estruturas fundiárias, segundo os autores. (Ibid., p.XVI)

O terceiro fator é referente ao emprego. Considerando os 35% de participação no PIB nacional e a natureza intensiva da mão de obra, os autores não hesitam em afirmar a superior importância do CAI na economia nacional em relação ao lugar ocupado pelo referido complexo na economia norte-americana. Afirmação curiosa considerando as inúmeras vezes em que se aponta a escassez de dados sobre a realidade brasileira.

O quarto e último fator é a infra-estrutura. As condições de armazenamento, transporte, distribuição, energia, comunicação, etc. seriam decisivas na eficiência do CAI. Nestas residiriam suas maiores causas de desperdício. As más condições de

armazenamento, transporte e gerência responderiam pela perda de 20% da safra de grãos cujo valor agregado justificaria investimentos na infra-estrutura.

Dada a insistência com que se menciona as interdependências do CAI, nada mais óbvio do que apontar o problema conceitual da não capacidade de enxergar o *Sistema* como um todo. Incapacidade que se repetiria no não reconhecimento das interdependências da agricultura com outros setores econômicos tendo como consequência a inibição do processo integrado de planejamento e trabalho conjunto o qual permitiria formular políticas para o atendimento das metas econômicas e sociais. A eficiência do CAI não seria somente importante para a capacidade econômica de competir externamente, mas de baratear o alimento internamente. Fato que seria fundamental para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. (Ibid., p.XVII) De tal forma, desenvolve-se um dos mais fortes argumentos de legitimação do *Agronegócio*, considerando a extensão da fome no conjunto da população nacional.

Enfim, somente a visão macro (sistêmica) tornaria possível identificar os gargalos reais e traçar uma política de desenvolvimento, além de dissolver a fluidez de nosso processo de eleição de prioridades.

Para uma melhor compreensão do conceito de *Agribusiness* seria preciso entender, definitivamente, que de atividade voltada para a auto-suficiência da propriedade (auto-sustentável), a agricultura modernizou-se e adequou-se às dinâmicas da economia de mercado. Destaque para duas mudanças importantes: da porteira para dentro da fazenda notaríamos uma tendência de especialização do produtor no que seria sua atividade-fim. Da porteira para fora, se notaria a constituição de um parque industrial para o fornecimento de bens de capital e insumos modernos destinados ao abastecimento do campo. Menção às sementes melhoradas, aos defensivos, às vacinas, aos medicamentos e rações como exemplo.

A elaboração de organismos para dar suporte ao processo de produção agropecuária não é esquecida. Dentre tais organismos teríamos: órgãos públicos e privados de ensino e pesquisa, carteiras de crédito rural dos bancos, firmas de assessoria e planejamento, empresas supridoras de bens de produção e insumo, empresas de transformação e processamento e por fim, redes comerciais de atacado e varejo.

Atualmente, as conexões entre os referidos elementos se multiplicam. Nota-se interações constantes a procura do consenso necessário à predominância da agenda dos interesses do próprio *Sistema*.

Ao reafirmarem a atualidade do conceito para analisar a realidade nacional, os autores apontam o pouco uso do mesmo no Brasil em oposição à sua utilização em economias desenvolvidas. Em nosso País, não existiria sequer um termo genérico que traduzisse a palavra *Agribusiness*. Assim, o termo Complexo Agroindustrial seria o de maior aceitação.

Atenção para a distinção entre agroindústria e CAI. Aquela faria parte deste. São mencionadas também as diferentes formas de se definir o primeiro termo. Um breve resumo dos conceitos da FAO, do BID, de Malassis e de Lauschner é apresentado no intuito de clarear tal distinção num reforço de construção do conceito selecionado pelos autores/atores para traduzir a realidade dos negócios cuja atividade base continuava sendo a agricultura.

Considerando que as empresas e as unidades agrícolas pudessem ser agrupadas de várias maneiras no contexto do *Agribusiness*, Araújo e pares assinalam que Davis e Goldberg teriam optado por uma combinação que destaca três agregados primários (*Primary Agribusiness Triaggregate*), formados por: Suprimentos Agrícolas (*Farm Supplies*), Agricultura (*Farming*), e Processamento-Distribuição (*Processing –Distribution*).

Mesmo admitindo as “*liberalidades*”, já mencionadas nas linhas acima, a acomodação do esquema da HBS não altera a essência do mesmo. Vejamos o trecho abaixo cujos detalhes justificam sua transcrição, apesar de sua extensão:

O CAI envolve os agentes que produzem, processam e distribuem os produtos alimentares, as fibras e os produtos energéticos provenientes da biomassa, num sistema de funções interdependentes. Nele atuam os fornecedores de insumos e fatores de produção, os produtores, os processadores e distribuidores. As instituições e organizações do Cai podem ser enquadradas em três categorias majoritárias. Na primeira, estão aqueles operacionais, tais como os fazendeiros, processadores e distribuidores que manipulam e impulsionam fisicamente o produto pelo sistema. Na segunda, figuram as que geram e transmitem energia no estágio inicial do sistema. Aqui aparecem as empresas de suprimentos de insumos e fatores de produção, os agentes financeiros os centros de pesquisa e experimentação, entidades de fomento e assistência técnica e outras. Por último situam os mecanismos coordenadores, como o governo, contratos comerciais, mercados futuros, sindicatos, associações

e outros, que regulamentam a interação e a integração dos diferentes segmentos do sistema. (Ibid., p.6)

Os autores insistem que compreender o funcionamento do CAI é ferramenta indispensável para os tomadores de decisão na formulação de políticas e estratégias mais precisas e eficientes. Além da necessidade de se considerar as especificidades dos sistemas de produção agrícola – época certa para plantio, colheita, processamento etc. O período de safra e entressafra influenciaria e formaria a tendência de variação sazonal de preços com reflexo na utilização de insumos, fatores de produção e no processamento e transformação das matérias-primas de origem agropecuária.

Considerando os diferentes fatores/focos geradores da instabilidade da renda dos agricultores e dos outros segmentos do CAI, os autores contrapõem à sazonalidade da oferta à relativa constância do consumo dos produtos da agropecuária ao longo do ano. A produção agropecuária sofreria interferência de fatores como mudanças climáticas, ataques de pragas e doenças, que até certo ponto seriam incontroláveis e causariam desequilíbrios nos mercados.

Realidade cuja dinâmica faz com que os mesmos enfatizem o gerenciamento das unidades produtivas. Atenção ainda para os aspectos estratégicos que as políticas de Segurança Alimentar representariam para as nações em função da capacidade de alterarem as regras do livre jogo comercial com subsídios e protecionismos. (Ibid., p.103) De tal forma,

[...] o gerente que conseguir combinar uma profunda percepção dos fatores políticos, constitucionais e biológicos que cercam a produção e os mercados de alimentos, fibras e energia renovável, com habilidade para adaptar-se a freqüentes mudanças de cenários e conhecimentos das técnicas consagradas de administração de marketing, terá vantagens comparativas concretas na resolução das situações-problema. (ARAÚJO; WEDEKIN; PINAZZA, 1990, p.103)

Daí a importância de um enfoque sistêmico como chave para um planejamento de marketing eficaz das atividades existentes “antes”, “dentro” e “depois” da porteira. Visão global que não ignoraria as especificidades de cada mercado do Complexo Agroindustrial.

As abordagens mais atuais nas quais as reflexões em marketing ultrapassariam o nível das categorias segmentadoras exógenas ao consumidor penetrando em conceitos

endógenos tradutores do seu comportamento enquanto indivíduo/personalidade são lembradas. Ao lado das categorias sócio-econômicas de diferenciação, inclui-se a “segmentação psicográfica do consumidor”. É mencionada uma metodologia de análise de mercado – empregada nos EUA – denominada “Vals Segments” a qual assumiria o significado de “Values and Life Styles”. Instrumental teórico que segmentaria os consumidores em três grupos: Dirigidos de Fora (consumidores que se comportam considerando as aparências e de acordo com as normas estabelecidas); Dirigidos de dentro (pessoas que se comportam no consumo voltadas à satisfação de suas próprias necessidades individuais e à expressão da própria identidade) e Direcionados (atuariam na base da pirâmide, com comportamento moldado mais por necessidades básicas do que por escolha). Considerações que nos indicam importante trabalho estratégico para a internalização de valores. (Ibid., p.104)

Para os autores, o modelo de segmentação de mercado, no CAI, exigiria a compreensão de todas as partes envolvidas. Seria fundamental, a toda análise, partir da ponta do consumidor final até a segmentação de agricultores. (Ibid., p.108) Seria um tratamento mais amplo do que a segmentação por características tecnológicas, regionais, geográficas ou culturais, que também são importantes; porém insuficientes. A atividade rural seria tipicamente um negócio de demanda derivada, considerando que a agroindústria e os consumidores são os clientes dos agricultores. Daí o efeito renda ser determinado pela eficiência global do Sistema. (Id.)

Nesse sentido,

No CAI, o padrão de produtividade e as soluções de marketing não podem estar limitados a um enfoque individualizado do “antes”, do “dentro”, ou do “depois” da porteira da fazenda. Ao contrário, o ponto de excelência fica exatamente na análise integrada de todo o processo. (ARAÚJO, PINAZZA; WEDEKIN, 1990, p.108)

Daí a necessidade do gerente de marketing dominar as relações técnicas e as etapas envolvidas no processo global de seu produto. Da mesma forma que um pesquisador de insumos ou tecnologias deveria estar em sintonia com os executivos de marketing no desenvolvimento de produtos que venham ao encontro das expectativas e tendências de mercado.

Destaque para a fundação da Associação Brasileira de Marketing Rural (ABMR) em fins dos anos de 1970. A partir de então, o “*marketing rural*” teria passado a “[...]a ser sinônimo das estratégias do setor de insumos, serviços e bens de produção agropecuários, com algumas pinceladas de marketing do agricultor, ou da agricultura.” (Ibid., p.114) Os autores chegam a citar a definição do referido marketing difundida pelo Iº Congresso Brasileiro de Marketing Rural (em 1984):

[...] uma filosofia administrativa que orienta e conecta todos os produtos/ serviços e ações para e da atividade rural, com o consumo real. Ou com o consumo potencial, viabilizado através de programas especiais de desenvolvimento da sociedade. (Id.)

Passo definitivo para uma reflexão mercadológica para o “setor” com maior refinamento teórico e renovada por uma descoberta que também teria alcançado o marketing rural, a segmentação (crescente) dos mercados não é ignorada.

Momento de destaque na obra é a menção às tendências mundiais do *Agribusiness* e seus reflexos no CAI brasileiro. A importância de se retratar o que seriam as macro-mudanças mundiais residiria no fato de que o Brasil não “*teria outra opção de desenvolvimento*” que não fosse se posicionar de maneira mais efetiva dentro da economia global. (Ibid., p.137) O desenvolvimento nacional estaria condicionado pelo nível de nossas relações com o exterior.

Daí o título sob o qual busquei sistematizar o exercício de reflexão proposto. Enfim, refletir sobre uma ideologia de natureza sistêmica organizadora e difusora de um movimento de institucionalização de interesses cuja maior bandeira é a da integração nacional – interna e externamente.

Temáticas de extrema relevância levando em conta a própria integração nacional à economia internacional, os investimentos em P&D e as vantagens comparativas são enfatizadas.

Considerando o fato dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento concentrarem-se em países desenvolvidos, orienta-se a integração competitiva aos países e empresas avançadas em tecnologia.

Já em relação ao tema das vantagens comparativas, registra-se a natureza de uma sociedade de serviços onde a informação e o conhecimento seriam elementos de maior relevância do que o capital convencional. Realidade que constituiria

[...]uma ameaça para o Brasil quando se leva em conta o “desinvestimento” crônico em educação e formação de recursos humanos[...] Acaba aqui o mito das vantagens comparativas dos países que colocavam entre seus pontos fortes a “abundância de matérias-primas e mão de obra barata”. (Ibid., p.140, grifo meu)

As mudanças na demanda final também é outro elemento destacado. Esta ditaria o “[...]caráter serviço-intensivo da economia moderna”, se orientaria na direção dos “[...]compacts, para a aquisição de pacotes que, além do produto, contêm uma gama de serviços dele indissociáveis, desencadeando mudança profunda no marketing empresarial.”(Id.)

O crescimento demográfico é, igualmente, tema mencionado no cenário de mudanças internacionais: “*O espectro da fome é cabal: muita gente a alimentar e pouco dinheiro para comprar alimentos.*”(Id.) A solução para o problema é apresentada como paradoxal. Para manter a oferta de produtos baratos seria necessário a modernização aumentando a produtividade do fator trabalho. Fato que ocasionaria a redução do nível de empregos diretos no campo – nada se fala sobre a possibilidade de aumentar a produtividade física mesmo na presença de baixa produtividade do trabalho. Enfim, no lugar de tecnologia poupadora de mão de obra, técnicas que absorvessem o contingente populacional do campo evitando seu desenraizamento. Causa dos deslocamentos constantes a procura de emprego.

Dois anos depois (1992) da obra apresentada, temos o lançamento, pela Edições Abag⁶⁶, da obra intitulada *Agribusiness. O Complexo Agroindustrial Brasileiro*. A inversão do título da obra de 1990 não deixa dúvidas sobre a forma como tem se dado o trabalho de difusão e acomodação do termo “*Agribusiness*” no Brasil. Falo da repetição enquanto estratégia de internalização de conceitos. Na autoria da obra temos o mesmo trio de autores da obra publicada pela Agrocerec.

Atenção para anexo no qual constam o que deveriam ser princípios orientadores de uma reforma do Estado. Sistematização que é apresentada como um “documento” o qual não teria como objetivo “[...]descer a detalhamentos de ação política ou administrativa”, tendo

⁶⁶ Atenção para tal fato. Temos uma atividade editorial antes mesmo da apresentação oficial da Associação a qual ocorreu (apenas) em maio de 1993. Cf. Araújo, Wedekin e Pinazza (1992).

como prioridade “[...]alertar para aspectos relevantes das necessárias reformas do Estado e dos tributos, dentro da ótica da questão federativa.” (ARAÚJO; WEDEKIN; PINAZZA, 1992, p.6) De tal forma, a obra prepara a intervenção no debate sobre a reforma do Estado. Seus autores antecipam-se às discussões da revisão constitucional (1993).

Questão importante, o tamanho e o custo do Estado ganha capítulo escrito por Ney B. de Araújo e inicia a obra. Seu conteúdo é repetido em obra de autoria de Fernando Rezende, intitulada *A metamorfose do Estado*, também publicada pela ABAG em 1993. Motivo pelo qual opto por mencionar, rapidamente, as ideias de Araújo registradas no referido capítulo uma vez que as mesmas serão resgatadas no momento em que a obra específica sobre o tema for abordada. Vejamos.

Resgatando a problemática do déficit fiscal e a discussão em torno da conseqüente crise do Estado brasileiro, Araújo afirma passar a mesma pela avaliação do “[...]gigantismo e da ineficiência de nossa máquina estatal”.

Os gastos com o funcionalismo, bem como com as despesas de custeio geradas por estados e municípios são criticados. Aponta-se o erro constitucional de 1988 de transferir receitas aos estados e municípios sem as respectivas responsabilidades administrativas. Fato que teria gerado a multiplicação dos últimos. (Ibid., p.3) Realidade cujo cenário seria a ingovernabilidade vivida. Como solução propõe-se a redefinição do papel do Estado, bem como uma reforma administrativa – cujo exemplo seria a Argentina – e a desestatização acelerada. Alerta-se para a possibilidade de reações corporativas “*de vulto*” em função do enfrentamento de “[...]problemas delicados e intocados, como o da estabilidade do emprego público.” (Ibid., p.4)

A denúncia da tributação sobre a produção em detrimento da riqueza é repetida. O sistema tributário nacional seria socialmente perverso. Os tributos indiretos sobre a alimentação superariam a casa dos 20% e sobre vestuário seriam de quase 40%.

A tributação equivocada seria responsável também pela evasão fiscal:

Obviamente, não existem números oficiais sobre o problema, mas todos sabemos do tamanho e da importância da economia informal e dos altos níveis de sonegação que são atingidos em alguns setores. Esse problema além de injustiças sociais mencionadas, mascara e compromete qualquer tentativa de incentivo à competitividade. As empresas modernas, mais bem estruturadas, com melhores índices de produtividade, que, por

razões éticas e de exposição à opinião pública e fiscalização, honram seus deveres, são profundamente penalizadas pela sonegação. (Ibid.,p. 5)

A dificuldade de modernização e de comercialização de grãos no Brasil, em especial os de consumo interno, é relacionada à sonegação. E mais, residiria no sistema tributário brasileiro um dos meios de cultura “[...] da maior doença do país e de nossa sociedade produtiva – a corrupção.” (Id.)

Registra-se a perda da oportunidade de tratar a questão à época da Constituinte de 1988. Desperdício que não caberia no momento de revisão da Constituição (1993) uma vez que a pobreza não poderia ser combatida num contexto em que a produção de alimentos e seus preços sofreriam com pesados impostos. (Id.) Enfim, a falta de visão estruturada do Brasil viria agravando a ineficiência gerencial da máquina do Estado.

Feitas tais observações, vale destacar dois capítulos de “*Agribusiness...*” em função dos acréscimos que representam em relação ao conteúdo apresentado em “*Complexo Agroindustrial...*”. Trata-se de um capítulo propositivo intitulado “*Uma agenda para a política agrícola*” e outro sobre gestão de recursos naturais cuja autoria é de Roberto Rodrigues.

Início pelo segundo. No referido capítulo, Rodrigues defende a necessidade de reformas estruturais na agricultura para que a agressão aos ecossistemas seja reduzida. Uma delas seria o desenvolvimento de tecnologias geradoras de produtividade e redutora de agressão aos ecossistemas das áreas de exploração. O ex-Ministro reforça as medidas da proposta de crescimento com equidade como solução para o problema tecnológico, bem como do assentamento do agricultor pobre, “[...]migrante das áreas de subsistência das regiões tradicionais, empobrecidas pelo protecionismo dos países industrializados.” (Ibid., p.158, grifo meu)

Destaca-se um fator externo como causa principal dos problemas no campo. Não é mencionada a opção por um modelo organizacional por natureza altamente concentrador. Dessa forma, o protecionismo dos ricos é apontado como causa do empobrecimento do agricultor de países como o Brasil. Fato responsável pelas migrações cujo processo de deslocamento seria responsável por graves problemas em áreas de fronteira agrícola, principalmente a amazônica. Áreas cuja demanda por alimento seria crescente em função da predominância de atividades exploratórias como o garimpo.

Além de tais fatores, segundo Rodrigues, a postura preservacionista contrária ao emprego de tecnologia biológica e mecânica acabaria sendo igualmente nociva uma vez que deixaria como alternativa aos limites da produção a incorporação de novas áreas ocasionando devastação através de cultivos extensivos acompanhados da prática de queimadas. (Ibid., p.158) Ao não definir a qual “*postura preservacionista*” se refere, Roberto Rodrigues parece generalizar e homogeneizar a crítica ao padrão tecnológico implantado pela modernização de base técnica da agricultura.

O modelo adotado no que seriam, na época, os Planos de Desenvolvimento Rural Integrado no Mato Grosso (os chamados PDRI) é mencionado como exemplo de uma agricultura moderna. (Id.)

Os efeitos agressivos da tecnologia disponível no País são reconhecidos, em determinados casos. Nesse sentido, o autor/ator chama atenção para o fato de que os “[...]subprodutos do progresso tecnológico devem ser, dentro do programa de reformas estruturais para a agricultura, equacionados de maneira muito cuidadosa.”(Ibid., p.159) Entre tais subprodutos assinala a compactação do solo, a salinização, o assoreamento de rios e reservatórios, a contaminação dos cursos d’água e o desenvolvimento de pragas por adensamento de culturas entre outros – problemas presentes em importantes áreas de preservação como os Cerrados e o Pantanal, além da Amazônia. Roberto Rodrigues reconhece o emprego de uma tecnologia não poupadora de produtos químicos e que pouco utiliza produtos orgânicos. Fato preocupante cuja solução seria complexa.

Complexidade que o leva a descartar a eficácia da preservação obrigatória ou a tributação dos produtos nocivos ao meio ambiente. Não se poderia resolver um fenômeno econômico com a força da lei, na visão de Rodrigues. E mais, em sua opinião, a tributação atingiria produtos essenciais à produtividade agrícola. A opção do barateamento da tecnologia poupadora de produtos químicos igualmente é descartada. (ARAÚJO; WEDEKIN; PINAZZA, 1992, p.159-160)

A alternativa apresentada para os problemas causados pelos subprodutos do desenvolvimento agrícola intensivo é o investimento em educação e pesquisa. (Ibid., p.160-162) Algumas sugestões são enumeradas: 1) estudo de uma tecnologia mais intensiva de uso de solo na Amazônia no intuito de elevar o rendimento do fator terra, acompanhado de regulamentação e pesquisa para evitar a agressão ao meio ambiente por parte da tecnologia

não-biológica; 2) estudos com foco no aproveitamento da terra após o amansamento; 3) elaboração de um código de solos moderno o qual permitiria o manejo científico evitando o que denomina por “efeitos deletérios” da tecnologia; 4) programa de uso racional do solo com a difusão de técnicas de manejo e conservação e diagnose da fertilidade do uso eficiente de insumos e fatores de produção para o incremento da produtividade, aliado a ações de monitoramento do impacto ambiental e; 5) desenvolvimento de tecnologia poupadora de produtos químicos e intensiva em produtos orgânicos. Inclua-se ainda: o desenvolvimento de uma tecnologia em irrigação e de estudos de sistematização das bacias hídricas através do qual se teria o uso racional da água, além da regulamentação dos artigos 2,3 e 5 da Lei nº 4771 que determina as áreas de preservação para regulamentação das áreas de propriedade agrícola passíveis de exploração e preservação e a regulamentação dos artigos 15 e 44 da mesma Lei com a qual se delimitaria as áreas de exploração e as de reserva nas propriedades agrícolas. (Ibid., p.162-164)

Seriam prioridade também os projetos agropecuários na Amazônia em áreas vocacionadas e os incentivos fiscais para a reserva de dois terços da área sob pastagens degradadas para recuperação natural da floresta nativa, além de campanhas a favor do uso de insumos para o aumento da produtividade. Soma-se às referidas prioridades a sensibilização de organismos internacionais no sentido de geração de recursos para o incremento da produtividade da agropecuária brasileira em áreas exploradas no lugar de abertura de novas áreas na Amazônia.

Mais uma vez constata-se a defesa da produtividade como solução para alimentar a população de baixa renda e proteger o meio ambiente.

Das obras consultadas, o referido artigo é o único que foca na relação entre natureza e agricultura. Fato que nos dá indício dos limites da abordagem sistêmica difundida pelo Agronegócio. No geral, o meio ambiente aparece como pano de fundo, como uma menção meramente formal entre os problemas a serem considerados. Lugar ainda assim privilegiado quando comparado ao lugar atribuído à temática dos custos sociais. Não há autocrítica nesse sentido.

As próprias considerações de Roberto Rodrigues denunciam a distância entre o discurso e a prática individual e coletiva do empresariado rural. As incorporações discursivas não são traduzidas em atitudes.⁶⁷

Outro capítulo que interessa mencionar é o destinado à proposição de uma política agrícola. Neste, logo de início, temos a denúncia do que seria um duradouro processo de transferência de renda da agricultura para o setor urbano no qual recuperar “[...] *um quadro de competitividade e eficiência da agropecuária brasileira tornou-se tarefa hercúlea*[...]”. (ARAÚJO; PINAZZA; WEDEKIN, 1992, p.157) O motivo residiria na descapitalização do setor e no mal estar gerado nos demais segmentos sócio-econômicos nacionais em função de um desarranjo ocorrido nas “*duas últimas décadas*”, enfatizam os autores. A causa para tal fato estaria na intervenção excessiva do Estado – o Estado estaria asfocado pelas próprias demandas – e na inflação cujo pior produto seria a “*derrocada da ética e da moral*”.

Apesar de constituir “*tarefa hércula*”, a recuperação da atividade rural seria fundamental uma vez que a mesma constituiria o “*eixo da roda da economia*”.

Nas proposições apresentadas, apenas alguns aspectos são enfatizados uma vez que o IICA já teria cuidado da temática em relatório intitulado “*Diagnóstico do Setor Agropecuário e Lineamento de Política Agrícola no Brasil*”. (Ibid., p.158) Nesse sentido, são abordados os seguintes itens: 1) a estabilidade macroeconômica – constituiria a política macroeconômica peça mais importante para o campo do que a política agrícola; 2) a necessidade de mudança no imaginário urbano em relação ao agricultor cuja importância deveria ser reconhecida garantindo legitimidade necessária para o consenso em torno das políticas setoriais e da macroeconomia; 3) a atenção da política agrícola para com os produtores que têm potencial para alcançar o grupo tecnificado e portanto, de chegar ao mercado⁶⁸; 4) a problemática da produção versus abastecimento de cuja solução contariam a eliminação do controle de preços setoriais e a liberação dos mercados e; 5) o papel do Estado e a agricultura moderna. (Ibid., p.160-161)

Chama-se atenção para o fato de que o conceito básico a ser esclarecido em relação à agricultura moderna é o de cadeia de produção “[...] *ou seja, o conjunto de atividade do*

⁶⁷ Realidade marcante em termos de Sustentabilidade. Vale ponderar que enquanto processo em construção, a Sustentabilidade tem sido incorporada de diferentes formas pelos diferentes atores sociais cuja lógica de seus campos é que tem ditado a maneira pela qual a mesma deve se materializar. A dificuldade de internalizar valores tão amplos tem caracterizado o comportamento dos diversos atores sociais.

⁶⁸ Aos indivíduos excluídos do mercado e da economia se destinaria a assistência estatal.

negócio rural.” Conceito o qual garantiria a compreensão de que a garantia da renda do agricultor seria a garantia da renda de todo o Complexo Agroindustrial. Logo, do *Agribusiness*. O sucesso da cadeia dependeria do sucesso das empresas localizadas em cada um dos seus elos. E vice-versa. Processo no qual se destaca a formação de lideranças:

É evidente que esse esforço precisa ser acompanhado de uma maciça formação de lideranças capazes de raciocinar na direção da modernidade. Sem uma massa crítica volumosa e competente, a agricultura não será competitiva. Não se formará uma mentalidade desenvolvimentista no campo, nem se investirá em tecnologia e infraestrutura e o país perderá o trem da história. (Ibid., p.162, grifo meu)

Sobre as metas e os instrumentos da agricultura na década de 1990, aponta-se: 1) o crescimento sustentado a taxas de 4.0 a 4.5% ao ano; 2) o crescimento mediante o aumento da produtividade e redução dos custos; 3) a integração das cadeias de produção, em particular com a agroindústria; 4) a ampliação da competitividade comercial através da criação de mercados de alto valor agregado (frutas e agroindustrializados); 5) a viabilização do aumento da renda rural como via para a ascensão sócio-econômica do agricultor, o que contribuiria para a recuperação econômica e para a solução do problema da fome. Metas para cujo alcance seriam necessários incentivos tais como: 1) investimentos públicos e privados em pesquisa, tecnologia, educação rural e treinamento de mão-de-obra; 2) investimentos em infra-estrutura de armazenagem, transporte, portos, distribuição e comercialização; 3) desregulamentação e privatização do crédito e; 4) redução da carga tributária global, com aumento dos impostos sobre a renda. (ARAÚJO; PINAZZA; WEDEKIN, 1992, p.163)

A implantação de políticas comerciais livres – importação e exportação – com adoção de salvaguardas contra políticas desleais de comércio; a adoção da política de preços mínimos a qual administre os riscos de preços nos mercados agrícolas e de políticas de estoques governamentais restritos e emergenciais ao lado da adoção de políticas seletivas para as questões da pobreza rural, são igualmente listadas. (Id.)

Sob título de política agropecuária, a primeira temática abordada é a da política tributária. Assinala-se como unanimidade a oposição à excessiva tributação sobre os produtos agrícolas uma vez que a mesma inviabilizaria a competitividade e “[...] se constituiria num fardo insuportável para o assalariado de baixa renda”. Aponta-se a injustiça do

ICMS por tributar igualmente os que lucram e os que perdem. Reclama-se um imposto sobre valor agregado com alíquotas progressivas, de acordo com a essencialidade do produto. Propõe-se ainda, pagar imposto de renda superior em troca de carga tributária global reduzida e enfatiza-se a oposição ferrenha ao ICMS sobre exportações por representar fator de perda de competitividade. (Ibid., p.164)

Cabe mencionar a proposta de revisão das contribuições sociais com a reformulação do papel do Estado e a criação de mecanismos alternativos de previdência social. Inclui-se, ainda, a sugestão do ITR como tributo com características do imposto territorial urbano com a condição adicional da progressividade, tendo em vista a reforma agrária.

A necessidade de ações de caráter imediato do “setor”, na ausência da reforma fiscal, é ressaltada. Entre elas: 1) pressão dos legislativos estaduais, auxílio da justiça no caso de bitributação como o ICMS; 2) luta política contra o ICMS sobre produtos de exportação e; 3) revisão do destino do ICMS como tentativa de melhorar a repartição entre estados mais e menos industrializados, de modo a reduzi-lo na incidência sobre produtos agrícolas.

Em relação à política de créditos, vale mencionar a necessidade assinalada de se desenvolver mecanismos de privatização do crédito rural frente à impossibilidade do Estado de atender a todas as demandas. O crescimento/incorporação da tecnologia no processo produtivo dependeria de capital. Nesse sentido, aponta-se o lado negativo do baixo endividamento do agricultor.

Entre as propostas de reforma de crédito rural, de curto prazo, temos a concentração dos recursos públicos do referido crédito no pequeno produtor e em investimentos em tecnologia. Já as de longo e médio prazo incluiriam a criação de bancos de crédito cooperativo privado e a institucionalização de formas e arranjos privados de financiamento tais como compras e vendas a termo, contratos de integração e contratos entre produtores de insumos e agricultores.

Atenção para a questão do comércio exterior. Em particular aos instrumentos de administração de abertura de comércio. Menciona-se as salvaguardas, o recurso à solução controvérsias e a necessidade de se formar quadros para defender os interesses nacionais – leia-se interesses do Agronegócio – em foros internacionais. (Ibid., p.172-173) Os autores insistem na necessidade de quadros para enfrentar a problemática das barreiras não

tributárias ou não alfandegárias. Demanda que acabou sendo suprida por iniciativas do núcleo dirigente do empresariado rural. Lembremos-nos da criação do ICONE e do ARES.

Em termos de política de tecnologia, temos a defesa da criação de um *Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico* cujos recursos viriam de pequeno percentual acrescentado aos preços dos insumos e máquinas agrícolas cuja administração ficaria sob responsabilidade de um conselho privado. Outra possibilidade seria o modelo argentino de financiamento à pesquisa, em que se descontaria 1% de todos os valores do FOB de todos os produtos agrícolas exportados:

A expectativa, com a reforma dos instrumentos de financiamento e pesquisa, é montar um arsenal tecnológico nas áreas agrônômicas, zootécnica, florestal, pesqueira em colaboração com a biotecnologia, para garantir competitividade aos produtos brasileiros. Isso não quer dizer que o setor privado deva necessariamente criar novas instituições de pesquisa e sim colaborar no financiamento das pesquisas públicas já existentes. (Ibid., p.173)

Já em relação à transferência de tecnologia, critica-se a ineficiência do Estado ressaltando o papel do setor privado e dos organismos classistas cuja função viria se ampliando – exemplo seria a extensão privada. Atenção para o fato de que o agricultor marginalizado – não associado a organismos de classe – deveria constituir alvo de extensão pública. Seria responsabilidade do Estado garantir suas condições de inserção no mercado. A necessidade de um organismo coordenador de programas extensionistas, a exemplo da Embrater, também é mencionada. (Ibid., p.174)

O crescimento da irrigação é outra demanda registrada. Os altos investimentos requeridos são justificados em função de uma taxa de retorno satisfatória considerando a geração de empregos.

A questão ambiental tem seu valor de variável importante reconhecido na competitividade do “setor”. A fundação da *Associação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável* é destacada como oportunidade para a elaboração de estudos/projetos que viabilizem a alocação de recursos internacionais em programas de natureza ambiental.

O desenvolvimento do ecoturismo através de fazendas planejadas para preservação científica e acadêmica da flora e fauna, além de programas de recuperação de matas ciliares

como ponto de partida para a aplicação correta do conceito de preservação e conservação do solo são defendidos. (Ibid., p.175)

Como solução para a marginalização do pequeno produtor, além de transformá-lo em alvo da extensão pública, chama-se atenção para a necessidade de programas seletivos de caráter temporário até que este produtor esteja capacitado a se integrar nos mercados. São listadas as seguintes alternativas: 1) programas que permitam a incorporação de novas tecnologias e a utilização de forma eficiente da mão de obra disponível; 2) desenvolvimento de organização institucional capaz de identificar as necessidades internas e mobilizar seus próprios recursos, principalmente humanos. Organizações que deveriam interagir com instituições oficiais para estabelecer mecanismos de apoio temporário como recursos creditícios, financeiros, tecnológicos e gerenciais. Não se descarta a possibilidade de subsídios diretos aos preços de produtos oriundos dessas comunidades:

Em resumo, os investimentos públicos devem retrair-se nas atividades ligadas à intervenção estatal no mercado, abrindo espaço para o setor privado, guardadas as ressalvas relativas à proteção especial ao produtor e ao consumidor de baixa renda. Em contrapartida, o setor público deve envolver-se em investimentos prioritários, como pesquisa e extensão; educação e saúde rural; geração de informações; construção de infra-estrutura básica; regulamentação das áreas sanitárias vegetal e animal e de insumos, tendo em vista a saúde humana; instrumentos que fiscalizam o abuso de poder econômico e a degradação ambiental. (ARAÚJO; PINAZZA; WEDEKIN, 1992, p.179)

E mais, equacionar o problema da agricultura de baixa renda demandaria tempo. Seria necessário articulá-la com as estratégias de desenvolvimento das organizações e instituições ligadas ao CAI: “O conceito de globalização dos mercados coloca todos os grupos sociais, independentemente de continentes e países, sob a influência do processo de transformação, incluídos os retardatários de modernização.” Na perspectiva do conceito, o problema da baixa renda significaria perda de valor de potencial produtivo e manutenção de parcela considerável da população em nível inferior de vida. Nesse sentido, o problema demandaria políticas sociais voltadas para nichos rurais atrasados no intuito de integrá-los ao CAI. Nada se fala do tipo de integração a qual estariam sujeitos tais grupos em uma situação de intensa concentração dos negócios com reduzidas margens de negociação.

A incompetência com que seriam os problema brasileiros tratados teria levado à perda da “*visão estruturada da pátria*”, não seríamos uma Federação nem um Estado Central e sim, “[...] *um arquipélago de interesses particularistas*”.

Os autores/atores chamam atenção para a importância da revisão da Constituição em 1993. Momento que representaria uma nova oportunidade para se reforçar a ideia de que:

A racionalização do sistema tributário é um dos requisitos indispensáveis para a remoção dos obstáculos estruturais à melhoria do padrão de vida do trabalhador e à redução das desigualdades sociais que ameaçam os objetivos de modernização do país. A má nutrição que afeta parcela importante da população brasileira – e que todos reconhecem ser a causa preponderante da perpetuação das desigualdades de oportunidades de ascensão social – não pode ser combatida em um contexto no qual a produção de alimentos e seus preços sofrem as conseqüências da cobrança de pesados impostos. (Ibid., p.6)

Consideração cuja lógica se repete em uma das obras mais citadas no debate sobre as proposições da ABAG no cenário nacional. Falo de *Segurança Alimentar. Uma abordagem de Agribusiness*⁶⁹. Obra que apresenta a elaboração de uma Política de Segurança Alimentar considerando os interesses do empresariado rural no Brasil. Nota-se, na referida obra, aquele que constitui um dos mais fortes argumentos éticos organicamente elaborado pelo Agronegócio:

Está no Agribusiness a única saída, em curto prazo, para acelerar a integração do Brasil à economia internacional e é ele também que oferece a grande oportunidade de descentralização industrial. Até mais importante do que isso tudo, depende do Agribusiness a Segurança Alimentar do país, pedra fundamental de seu desenvolvimento como sociedade justa. (ABAG, 1993, p.9, grifo meu)

Enfim, o *Sistema* apresentado como opção que visaria o bem público, traduzido em “*sociedade justa*”.

A leitura da obra nos faz recordar o conteúdo do discurso de Araújo, durante apresentação oficial da ABAG (Brasília, 1993). Nesse sentido, temos a ênfase na capacidade de contribuição do Agronegócio para a superação do que seriam quatro desafios

⁶⁹ O conteúdo da obra chegou a ser objeto de discussão na dissertação de Paulo M. Marques, como já assinalado. Vale lembrar que as contribuições de Marques são resgatadas no próximo capítulo. Momento no qual apresento os estudos existentes sobre a ABAG.

da sociedade brasileira: 1) o desenvolvimento sustentado; 2) a integração à economia internacional; 3) a melhoria da distribuição de renda através da desconcentração de pólos de desenvolvimento e; 4) a preservação do ambiente.⁷⁰

Novamente, a missão da Associação é ressaltada. Destaque para duas etapas: a primeira seria conscientizar os tomadores de decisão da importância do “setor”, bem como da necessidade de tratá-lo sistemicamente para otimizá-lo. A segunda seria a de divulgar, tornar o *Agribusiness* conhecido. O desconhecimento das interações no *Sistema* não permitiria a identificação de gargalos, bem como uma política adequada ao mesmo.

Assumindo a tarefa árdua de racionalizar o referido *Sistema*, a Associação expressa a pretensão de atuar através de seu Instituto de Estudos de Agribusiness como “*agente catalisador*”.

Haveria uma tarefa política para a ABAG a qual demandaria ações internas e externas. Internamente tais ações estariam relacionadas ao apoio às políticas de desenvolvimento do *Agribusiness* o qual se confundiria com o próprio desenvolvimento nacional. Externamente, caberia à Associação o apoio à luta contra o protecionismo dos países desenvolvidos.⁷¹ Dado o suposto de uma realidade de natureza sistêmica, a Associação trata de cuidar dos fatores que englobariam o funcionamento da mesma em sua totalidade.

Marca de distinção, o argumento de que a defesa do *Sistema* impediria a Associação de assumir a tarefa de uma organização setorial é repetido:

A ABAG não é, entretanto, mais uma associação. Até pela sua constituição, que encerra representantes de interesses às vezes real ou aparentemente conflitantes, a ABAG não pode, sob pena de autodestruição, exercer lobbies setoriais. Sua ação política terá de se basear fundamentalmente nas ferramentas da informação estruturada e na racionalidade, manejadas com grande espírito público. (ABAG, 1993, p.11, grifo meu)

Enfim, a Associação Brasileira de Agribusiness surge com a função primordial de organizar os agentes em torno das atividades ligadas à produção agrícola. De tal forma, deve-se entender que a visão sistêmica tem servido para que os referidos agentes

⁷⁰ Após mais de uma década os referidos desafios permanecem, mesmo num contexto de predominância do *Agronegócio*.

⁷¹ Orientação que tem sido fortalecida. Lembremos-nos da criação do ICONE e da constituição de toda a rede de agentes/agências do Agronegócio cujos esforços objetivam a consolidação dos interesses do *Sistema*.

reconheçam a si mesmos enquanto participantes de um mesmo empreendimento, bem como para a organização das estratégias para seu bom funcionamento. Desafios como o da competitividade exigiriam ações para além das atuações de associações e sindicatos de classe. Daí a constituição de uma Associação representativa dos interesses comuns aos agentes das cadeias agroeconômica para que se posicionassem de maneira harmônica e coesa.

Vale precisar o conceito da SA na obra. Esta não constituiria “*socorro alimentar*” e sim, “[...] *o acesso assegurado a cada família à quantidade necessária de alimentos para garantir uma dieta adequada a todos os seus membros para uma vida saudável.*” (Ibid., p.21)

Afirmando a dimensão nacional da fome e da desnutrição no Brasil, a ABAG defende a recuperação e revalorização da atividade agrícola e agroindustrial no País, bem como a recuperação do poder de compra dos trabalhadores para que o poder aquisitivo dos mesmos garantisse a formação de demanda. Segundo a Associação, estudos mostrariam que o aumento na oferta de alimentos e a elevação do salário real diminuiriam a desigualdade na distribuição da renda e levariam à estabilidade: “*A segurança alimentar é sempre o mais forte condicionante do êxito de uma estratégia de crescimento econômico. A perspectiva da estabilidade econômica é ilusória sem uma oferta alimentar abundante.*” (Ibid., p.25)

Logo, o desafio nacional na perspectiva da Segurança Alimentar seria recuperar o poder de compra do salário mínimo o qual dependeria do ritmo possível de seu aumento nominal, de um lado, e da redução do custo dos alimentos, de outro. Redução que dependeria da restauração da capacidade de investimento e da valorização da atividade agrícola e agroindustrial. Somente o aumento da produção seria possível atender a uma Política de Segurança Alimentar ou a uma política de estabilização de preços. Admite-se não existir uma receita única para a primeira delas cuja aplicação seria geral. O importante seria entender seu caráter sistêmico. Nesse sentido, políticas macroeconômicas, bem como as estratégias de desenvolvimento influenciariam significativamente na condução da questão.

A SA implicaria em alcançar “[...] *uma disponibilidade agregada de alimentos*” que fosse simultaneamente:

- *Suficiente para atender não apenas à demanda alimentar efetiva (consumo que se expressa no mercado), mas também a demanda*

potencial, isto é, a que resulta da incorporação dos setores sociais excluídos;

- *Estável, no sentido de neutralizar as flutuações cíclicas da oferta;*
- *Autônoma, assegurando a auto-suficiência nacional nos alimentos básicos;*
- *Sustentável, ao garantir o uso em longo prazo dos recursos naturais;*e
- *Eqüitativa, por contemplar o acesso universal ao mínimo nutricional.*

(ABAG,1993, p.38)

Sob o título “*As setes chaves da Segurança Alimentar*” são expostos aqueles que seriam os princípios em torno dos quais deveria se construir a estratégia da SA considerando o “[...]*arcabouço institucional de uma economia de mercado*”. Atenção para a necessidade dos mesmos constituírem matéria de debate na sociedade para que a estratégia montada referente à questão se transformasse em um projeto nacional.

Os pontos básicos propostos são: 1) o desafio de construir a “*Família Brasil*”; 2) a estabilidade econômica para o desenvolvimento nacional; 3) o aumento real de compra dos salários; 4) a elevação das oportunidades de consumo de alimentos; 5) a valorização e expansão da produção agropecuária; 6) a redução dos custos de comercialização e distribuição de alimentos e; 7) a agregação de valor e interiorização do desenvolvimento. (Ibid., p.153)

A proposta de construção da “*Família Brasil*” se daria no intuito de construir uma sociedade preocupada com o próprio futuro e onde seus cidadãos fossem habilitados a consumir e produzir em benefício da competitividade global do País. Já em relação à recuperação do poder de compra dos salários, são apresentadas as seguintes propostas: 1) acentuada redução dos tributos incidentes sobre os produtos alimentares; 2) aumento real do valor do salário mínimo; 3) programas de participação dos trabalhadores no lucro das empresas e; 4) incentivos de programas de qualidade nas empresas no intuito de obter maior produtividade dos fatores e redução dos custos para a redução dos preços da mercadoria.

No item relacionado às oportunidades de consumo, defende-se que além da geração de oportunidade de emprego e renda seja considerada a implementação de programas assistencialistas no contexto da SA. Os referidos programas deveriam contemplar: 1) programa para alimentação de crianças e nutrízes; 2) criação de bônus-alimentação, à semelhança dos “*food stamps*” internacionais, para a população-alvo de programas

nutricionais e; 3) ampliação dos programas de merenda escolar nas áreas mais pobres do País. Chama-se atenção para a necessidade de se garantir orçamento social para tal finalidade. Contudo, as referidas iniciativas estariam sujeitas à lógica da relação custo/benefício. O custo da implementação dos mesmos deveria ser baixo – não se define o quanto seria “*baixo*”. Para tanto, deveriam seguir “[...]a *ótica da descentralização operacional máxima*”. As etapas de realização dos programas deveriam ser executadas pelos agentes mais próximos do usuário final. Leia-se municípios e entidades como sindicatos, associações e empresas. (ABAG,1993, p.156)

Em relação à valorização e expansão da produção agropecuária, enfatiza-se o esforço duplo no sentido de aumentar a produção e aproximar os indicadores sócio-econômicos da população rural aos da população urbana. Para tanto, reafirma-se a necessidade de reconstituição da renda do agricultor, a elevação dos padrões tecnológicos das atividades agropecuárias para redução de custos e o respeito às condições naturais de equilíbrio do meio-ambiente.

A agenda de políticas para a agropecuária deveria contemplar ainda: regras simples e estáveis de política agrícola que possibilitassem o acesso ao mercado sem intervenções do Governo cuja principal função seria a de assegurar o funcionamento do mercado pondo fim às reservas de mercado. Defende-se ainda a liberdade de comercialização e a política de preços mínimos restrita aos produtos essenciais à SA entre outras demandas.

Já em relação à política fundiária, defende-se programas de reforma agrária nas propriedades ociosas e improdutivas recorrendo à estrutura do cooperativismo para viabilizar os assentamentos dos produtores rurais. Inclua-se, ainda, o crédito fundiário para aquisição de terras para plantio e para a fusão de minifúndios no intuito de ampliar sua escala operacional, bem como viabilizar a colonização e a reforma agrária. O sistema tributário progressivo sobre a propriedade rural, de acordo com sua capacidade produtiva e eficiência “*de modo a estimular a oferta de terras aos que queiram e saibam plantar*” também é defendido. (Ibid., p.157-159, grifo meu)

Entre as ações para a redução dos custos de comercialização e distribuição de alimentos, temos as seguintes proposições: 1) criação de mercados regionais e municipais para a redução do “*passeio dos alimentos*” e geração de menor dependência aos mercados centralizados; 2) formação de estoques reguladores anuais para a retirada do produto do

mercado no pico da safra e realizar sua “desova” na entressafra; 3) melhora da infraestrutura para a comercialização e feitura de programas de qualidade para redução de perdas e; 4) reaproveitamento dos resíduos agrícolas e agroindustriais etc.

Por fim, no que diz respeito à agregação de valor e interiorização do desenvolvimento são assinaladas três direções: 1) incentivo à produção agropecuária e agroindustrial a dar sustentação às cidades do interior; 2) definir programa habitacional levando à iniciativa privada ao financiamento de habitações populares alcançando as cidades de apoio das atividades baseadas na agricultura e; 3) apresentar soluções para as distorções da estrutura fundiária nas áreas rurais.

A agregação de valores nas próprias regiões de produção viabilizaria a geração de emprego, a redução das perdas da comercialização e a diminuição da incidência do custo do frete sobre o valor dos alimentos. (Ibid., p.160)

Outra publicação da Edições Abag, datada do mesmo ano de 1993, *A metamorfose do Estado*, de autoria de Fernando Rezende⁷², apresenta um diagnóstico do Estado brasileiro o qual é precedido de proposições relativas à problemática da ordenação das relações entre Estado e sociedade. Segundo o autor, o desempenho do primeiro estaria bem aquém das necessidades desta:

Acentua-se em todos os rincões do País um sentimento de profundo divórcio entre o Estado e o povo brasileiro[...]a conduta, as ações, o desempenho do Estado não satisfazem às demandas e as aspirações da sociedade. Esta clama por progresso, probidade, segurança, respeitabilidade e justiça. O Estado oferece retrocesso, corrupção, violência, desemprego, escândalo e injustiça. (REZENDE, 1993, p.15)

Apresentando a obra em questão, Ney B. de Araújo repete as considerações sobre a relevância da reforma do Estado brasileiro feitas em “*Agribusiness. O Complexo...*” Nesse sentido, vale mencionar apenas a insistência da denúncia de um Estado voltado a atender “[...]seus próprios interesses de sobrevivência”. Contudo, tais interesses não são detalhados e muito menos a natureza de classe dos mesmos.

⁷² Mestre em Economia, Vanderbilt University, 1968; Pós- Graduação em Análise Econômica, Conselho Nacional de Economia, 1964; Graduação em Economia, UFF, 1963. Professor da EBAPE; Assessor-Especial, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, desde 1999; Presidente do IPEA, 1996-1998; Diretor Responsável da Rezende\$Accorsi, Consultoria e Planejamento, até 1995; Consultor de Organizações Internacionais (BID, Banco Mundial e ONU); atividades de Consultoria Pública e Privada no Brasil e Professor-Adjunto da UERJ e da PUC, anos setenta. O nome completo do economista é Fernando Antonio Rezende Silva. Ver <<http://www.ebape.fgv.br>> .

A passagem abaixo resume o contexto de produção da obra e de sua veiculação. De tal forma, atenção para o período de revisão constitucional:

Promover a divulgação das idéias contidas neste livro, de modo a permitir a ampliação do debate em busca do estabelecimento de relações mais saudáveis entre o Estado e a sociedade, é uma das primeiras responsabilidades que assumimos, como presidente da Associação Brasileira de Agribusiness – Abag –, no âmbito do Movimento de Ação Coordenada Empresarial – Acorde. Assim fazendo, estamos confiantes em que, ao contrário do que ocorreu em 1988, a sociedade se antecipará na expressão dos anseios de reforma. (Ibid., p.12)

Enfim, a referida passagem revela as intenções da obra. Mais uma vez a ABAG busca intervir no cenário político nacional enquanto expressão de dado grupo de interesses e enfatiza a necessidade de atuar por conexões na formatação de uma institucionalidade favorável ao Agronegócio. Fato que não exclui a consideração de demandas outras que não só a do referido movimento. Afinal, a capacidade de direção depende de um equilíbrio de compromissos.

O autor enfatiza o que seria o divórcio entre o Estado e a sociedade cujo principal sintoma seria a evasão fiscal e a sonegação. O resgate da credibilidade do Estado exigiria uma reforma profunda com a revisão das atribuições do mesmo cuja legitimidade dos gastos seria indispensável para a recuperação da confiança do cidadão. Há uma responsabilização do Estado em termos de evasão e sonegação. O autor “caminha” numa linha tênue entre a explicação do fato e sua justificativa:

A rebeldia fiscal e a sonegação são a contrapartida da perda de credibilidade nas instituições públicas[...]da indignação decorrente da sucessão de escândalos públicos associados à corrupção e ao enriquecimento ilícito. (Ibid., p.18)

Como princípios gerais do que viria a ser a base da reforma do Estado, Rezende recomenda a liberalização do mercado e do comércio cujo ritmo deveria ser acompanhado por reformas internas que assegurassem competitividade ao parque produtivo brasileiro. Afirma a necessidade de criação de novos mecanismos de cooperação entre poder público e iniciativa privada no intuito de reduzir as disparidades regionais. Já o restabelecimento do equilíbrio federativo se daria através da autonomia federativa, subordinada aos princípios

de menor intervenção estatal e maior cooperação interna, no campo do desenvolvimento regional.

Defende, ainda, a redefinição dos mecanismos de proteção social. Esta deveria se dar através da solidariedade social. A retirada parcial da proteção oficial deveria ser acompanhada de mecanismos alternativos para a manutenção de “*padrões mínimos de dignidade e decência*” de parte significativa da população brasileira. A adesão ao princípio da solidariedade social significaria a instituição de vínculos entre o empresariado e a comunidade em termos de educação, saúde e assistência social. (REZENDE, 1993, p.117-120)

Ítalo Calvino é resgatado para se afirmar os valores que deveriam inspirar a reforma do Estado cujo objetivo seria fortalecê-lo e não aniquilá-lo. Nesse sentido, valores como a leveza, a rapidez, a exatidão, a visibilidade, a multiplicidade e a consistência são assinalados. O primeiro deles não deveria ser confundido com fraqueza. Sua associação aos demais princípios objetivaria um Estado capaz de dar respostas em tempo real, ser transparente e atuar de forma sistêmica e precisa.

Considerando a problemática da participação, o autor reafirma a necessidade da negociação política em torno das soluções que constituiriam um novo projeto nacional. Contudo, quanto maior a complexidade da organização social, maior seria a necessidade do Estado intervir para arbitrar e regular conflitos: “*Nesse caso, a ação direta é menos importante que a regulação*”, defende. (Ibid., p.123) Segundo Rezende, o desafio da terceira revolução industrial tornaria prioridade as ações voltadas para o desenvolvimento científico e para a melhoria do sistema educacional.

Em termos de revisão do padrão da relação entre o público e o privado, o autor chama atenção para o risco de que a overdose estatizante fosse substituída pela atrofia do aparelho estatal, com prejuízo para todos. Daí a necessidade de se definir os critérios garantidores do equilíbrio entre a ação do Estado e a ação da iniciativa privada no que seria uma nova etapa do Desenvolvimento. Compreende-se enquanto campos de ação do Estado: a produção dos bens públicos tradicionais; a provisão de serviços de interesse coletivo; a modernização da infra-estrutura básica e a previdência e assistência social. (Ibid., p.124-125)

O papel do Estado na área dos bens públicos não seria objeto de disputa. A necessidade da expansão da ação do Estado em relação à proteção da propriedade privada e da segurança do indivíduo é reforçada. Deste campo ao rol dos bens públicos tradicionais (defesa, justiça e segurança) agregar-se-iam, em posição relevante, as preocupações com questões ambientais e com o tráfico de drogas.

A entrada do setor privado em áreas antes de domínio do setor público exigiria revisão das normas vigentes, com respeito à contratação de serviços, cessão de direitos, mecanismos de controle e critérios de penalização. (Ibid., p.126)

Em relação à questão da modernização da infra-estrutura básica, o volume de recursos necessários exigiria uma recomposição do padrão de financiamento e a revisão das normas que regulam a relação público-privada nos programas de transportes, comunicações e energia. Seria no campo da infra-estrutura que deveria se concentrar a preocupação do Estado com o desenvolvimento regional. A integração do mercado doméstico seria tão importante quanto a integração regional (MERCOSUL) e internacional.

Nesse sentido, valeria a revisão dos incentivos fiscais cuja instituição de regras especiais para o apoio do setor privado aos programas de modernização da infra-estrutura que favorecessem regiões e estados menos desenvolvidos facilitaria a referida reforma. (REZENDE,1993, p.128-129)

Outra temática relevante, a redefinição do papel estatal no campo do seguro social é abordada. Comenta-se aquela que seria a recomendação mais importante de um relatório da comissão especial do Congresso sobre a matéria. O autor refere-se à proposta de separação da previdência das atividades mantidas pelo governo nos campos da saúde e da assistência social. Rezende menciona a determinação da instituição de um teto máximo para aposentadorias e pensões, além da fixação de limite mínimo de idade para aposentadoria. (Ibid., p.131)

A independência do regime de previdência social em relação ao governo também é defendida. Ao Estado caberia a função de avalista do que seria um contrato social baseado no princípio da solidariedade intergeracional, além de exercer o arbítrio na disputa entre as partes. Importa mencionar a proposta do gerenciamento do fundo previdenciário constituir atribuição de empregados e empregadores. A regionalização do referido fundo, de modo a

adequar as normas de formação e o regime de benefícios às particularidades regionais, também é defendida:

O corolário da imposição de encargos incompatíveis com as realidades locais é o desaparecimento progressivo da proteção social oferecida pelo Estado, na medida em que a informalização das relações de trabalho põe para fora do manto protetor oficial um contingente numeroso de trabalhadores.

A adoção de encargos previdenciários regionalmente diferenciados pode constituir-se em um forte atrativo para o deslocamento de atividades produtivas intensivas em mão de obra para as regiões menos desenvolvidas, de acordo com o propósito de estímulo à cooperação interna na solução dos problemas do desenvolvimento regional. (Ibid., p.133)

No mesmo ano de 1993, a Globo lança *Agricultura na virada do século XX: visão de agribusiness*. Assinam a autoria da obra Luiz Antonio Pinazza e Ney Bittencourt de Araújo. Com o referido livro temos um total de três publicações num só ano. Fato que assinala o trabalho orgânico de elaboração em prol do reconhecimento social da agricultura empresarial. Lembremos-nos, novamente, do significado político do ano em questão. Estamos em plena revisão constitucional.

Prefaciando a obra, Ivan Wedekin afirma o objetivo de remeter o leitor “[...] ao âmago do planejamento estratégico nacional” dando claro exemplo do trabalho dos prepostos de um dado grupo social. Vejamos a passagem em que Wedekin se refere ao trabalho de implementar estratégias as quais garantiriam ao Brasil competitividade:

Implementar significa dar execução a um plano, programa ou projeto. Relaciona-se, portanto, a uma etapa posterior ao planejamento e à organização dos recursos. Os primeiros degraus do processo de planejamento consistem na definição das expectativas e dos desejos (de acionistas de uma empresa ou da sociedade como um todo), na busca de consenso sobre a missão (da empresa) ou da vocação (de um país) e na análise dos fatos internos (controláveis) e externos (ambiente) que influenciam os destinos dos agentes econômicos. As informações assim reunidas permitirão o estabelecimento de objetivos e a informação de estratégias e cursos de ação. (ARAÚJO; PINAZZA, 1993, p.7)

A ideia de um diagnóstico seguido de um planejamento antecedendo a execução de uma ação repete-se nos manuais de gestão cujas orientações são receitadas pelos agentes ligados ao *Agronegócio*. Ao elegerem o que seriam questões nacionais, o tratamento

proposto para as mesmas se assemelha aos procedimentos adotados em empresas. O Estado eficiente funcionaria como uma empresa.

Na introdução da obra, Araújo destaca o que viria sendo um “[...] processo de desestruturação das vantagens competitivas dos países em desenvolvimento de forte vocação agrícola, como o Brasil.” (Ibid., p.9) Ney Bittencourt aborda o crescente protecionismo (iniciado nos anos de 1970) baseado em barreiras não tarifárias e praticado por países desenvolvidos em relação à agricultura. Fato cuja reação nacional teria começado somente nos anos de 1990, timidamente, segundo o autor/ator. Teríamos vinte anos de “[...] bloqueio sistemático à nossa base de crescimento [...]” ao qual nem Governo nem Sociedade Civil teria se contraposto. (Ibid., p.13) Realidade que expressaria as diferentes posturas dos países do Globo. De um lado o que é denominado por “agriculturização” dos países desenvolvidos, de outro a prioridade à industrialização. Incluído no segundo caso, o Brasil viria desestruturando o “setor” que seria a alavanca para seu desenvolvimento sustentado e para sua integração à economia internacional de forma competitiva. Nossa política viria se rendendo aos interesses estrangeiros:

[...] os países ricos pressionam os países em desenvolvimento para abrirem seus mercados aos produtos industriais, nos quais são mais competitivos, mas persistem no agressivo protecionismo sobre os produtos de origem agrícola. E países como o Brasil escutam a sereia do livre mercado e promovem concessões sem barganhar, aumentando a assimetria do comércio internacional e colaborando para a crescente concentração de renda nos países ricos. (ARAÚJO; PINAZZA, 1993, p.14, grifo meu)

Cabe mencionar que, mais uma vez, os autores/atores do Agronegócio chamam atenção para o fato de não constituir a referida obra um exercício acadêmico. Fato que não retiraria a seriedade da mesma em termos de divulgação tendo como objetivo “[...] atingir todos os públicos”. E mais, afirmam não representar a edição do livro uma ação isolada. As passagens transcritas a seguir são longas, mas elucidativas. Vejamos:

A visão da Abag é a de que o alicerce fundamental de nosso desenvolvimento sustentado está no agribusiness. Entende, portanto, que o desenvolvimento da cadeia de alimentos e fibras – o maior negócio do Brasil – ultrapassa os limites do agribusiness e deve ser, por isso, assumido como uma prioridade da sociedade como um todo. Este livro marca, pois, o início de uma luta contra uma das mais perversas

barreiras ao nosso desenvolvimento [referem-se ao não reconhecimento social do Sistema]. (Ibid., p.15)

E em seguida, enfatizam:

Pretendemos agir interna e externamente. Internamente, buscando, através dos mecanismos que pudermos aglutinar, a conscientização da sociedade brasileira, anestesiada pela desinformação, para transformá-la em força de pressão, e motivando a área acadêmica, como fornecedora de munição para essa luta, e a imprensa, nossa interface com a sociedade. Externamente, buscaremos promover ações mais coordenadas, em parceria com todas as associações que representam os vários segmentos do agribusiness brasileiro, para prover um maior apoio logístico, político e de informações ao nosso Ministério das Relações Exteriores, para que a questão do protecionismo se constitua em prioridade real de nossa Política Externa. Buscaremos maior entrosamento com o Grupo de Cairns, no qual a Austrália e Nova Zelândia, juntas, desenvolvem uma luta desigual, com pouco apoio dos demais membros, inclusive do Brasil; sem esquecer o consumidor dos países do Primeiro Mundo, o grande sacrifício do outro lado do campo de batalha. (Ibid., p.15, grifos meus)

De tal forma, explicita-se um plano de ação através do qual é revelada a pretensão de um forte trabalho de institucionalização de interesses considerando práticas lobistas.

O *Corn Laws* é resgatado para demonstrar a tradição das políticas protecionistas nos países desenvolvidos em relação àqueles que seriam os setores menos competitivos dos mesmos.

Cabe o registro, mais uma vez, de estratégia recorrente no discurso dos agentes do Agronegócio. Trata-se da utilização de argumentos éticos na oposição às políticas de países estrangeiros. A fome e a pobreza da periferia seriam frutos dos subsídios agrícolas existentes nestes. Ao sustentarem artificialmente a renda de seus produtores, as políticas protecionistas ocasionariam queda do preço das *commodities* agrícolas reduzindo a capacidade de obter divisas dos países exportadores. Realidade que dificultaria a manutenção de um orçamento adequado à Política de Segurança Alimentar nacional.

Diante de tal quadro, a necessidade do resgate das teorias clássicas como a Lei do Livre Mercado de Smith e a Lei das Vantagens Comparativas de Ricardo é defendida. (ARAÚJO; PINAZZA, 1993, p.23)

Em capítulo intitulado *O discreto charme das políticas agrícolas no primeiro mundo* temos o destaque para linha argumentativa a favor do protecionismo agrícola através de

séculos e gerações. Contudo, tal tradição viria encontrando constrangimentos em fins do século XX. Período em que as referidas políticas viriam perseguindo quatro objetivos: 1) manutenção de preços; 2) garantia da oferta de alimentos; 3) sustentação da renda rural e; 4) sobrevivência das comunidades rurais. O primeiro deles teria sido prioridade, considerando sua importância para conter a inflação, segundo nossos autores/atores do Agronegócio. (Ibid., p.27)

De acordo com Araújo e Pinazza, as políticas agrícolas (em prática) dos países desenvolvidos teriam se distanciado de seus objetivos iniciais:

Na prática, a garantia de preços não resultou em redução da pobreza; a auto-suficiência não se traduziu em segurança alimentar. O que ocorreu foi que a estabilidade real dos preços mínimos, garantida pelos governos, em função dos ganhos de produtividade, os manteve artificialmente mais altos do que os preços de mercado. (Ibid., p.28)

É enfatizada a necessidade dos formuladores de políticas agrícolas reverem seus paradigmas em função das mudanças ocasionadas por uma revolução tecnológica pela qual teria passado o setor agropecuário no pós-guerra.

A incapacidade dos governos de estabilizarem preços também é mencionada. O comportamento do mercado de *commodities* agrícolas apresentaria particularidades não percebidas. Entre elas a própria volatilidade de seus preços cujos valores poderiam ser afetados por fatores de ordem conjuntural (guerras, choques do petróleo etc) e estrutural (revolução tecnológica) com efeitos de médio e longo prazo. (ARAÚJO; PINAZZA, 1993, p.30)

Frente às mudanças tecnológicas e à produtividade da produção agropecuária, os autores defendem que os governos revejam para baixo os preços de garantia de algumas *commodities* evitando “inflar” os orçamentos das políticas agrícolas. Reforçam a ideia de que os consumidores teriam sido favorecidos com os ganhos de produtividade os quais poderiam ter sido superiores caso os preços de garantia não tivessem sido sustentados em níveis artificialmente altos. Resultado negativo das políticas protecionistas. (Ibid., p.32)

Embora os gastos, ao longo dos anos, tenham crescido (significativamente) com as políticas agrícolas, os preços dos bens agrícolas teriam continuado voláteis e não teriam se estabilizado:

Como a quantidade demandada reflete os preços fixados artificialmente, as forças do mercado ficam abafadas e manipuladas. Daí, nas conjunturas de escassez, os consumidores continuarem a demandar bens como se estivessem em período de oferta abundante e permanecerem frugais durante as fases de excedentes. É um mundo surrealista e de completa irracionalidade econômica, onde a lei número um do mercado de oferta e demanda fica velada. (Ibid., p.34)

Por outro lado, os produtores continuariam a produzir devido à garantia de preços superiores gerando grandes estoques e um ambiente de pressões baixistas nas cotações. Independente do ponto de vista, os resultados seriam danosos. As políticas encareceriam cada vez mais e as nações agroexportadoras perderiam receitas. Realidade que dificultaria a SA das nações em questão.

A questão da Segurança Alimentar é abordada com ênfase na diferenciação entre o referido termo e auto-suficiência. Esta envolveria a garantia de uma oferta mínima de insumos e fatores de produção. Tratar-se-ia “[...]de uma interpretação econômica e social muito mais abrangente do que a proposta pela segurança alimentar.”(ARAÚJO; PINAZZA, 1993, p.35)

Vale assinalar que os autores enfatizam que, considerando o nível de recursos tecnológicos disponíveis, a fome ocorreria [...]somente por força de erros ou omissões dos homens.” (Id.)

A miserabilidade dos países pobres poderia ser estancada se os países desenvolvidos se dispusessem a abrir seus mercados às importações de produtos agrícolas do Terceiro Mundo e ao mesmo tempo colaborar no desenvolvimento de sua infra-estrutura rural. (Ibid., p.37)

O objetivo da obra é chamar atenção em relação ao efeito para além da fronteira dos países que aplicam os programas de subsídios com a conseqüente influência no valor das *commodities*. (Ibid., p.49) Os programas de proteção induziriam os produtores a tomar decisões que desconsiderariam as tendências do mercado mundial. A variação na quantidade produzida acompanharia os preços fixados pelo Governo. Fato responsável pela baixa cotação internacional “[...]a despeito do empenho dos burocratas em ajustar as políticas domésticas ao real equilíbrio mundial de oferta e demanda.” (Ibid., p.50)

Araújo e Pinazza também denunciam o que identificam como um desrespeito da PAC (Política Agrícola Comum) ao Tratado de Roma, onde se defenderia a garantia do padrão de vida da população rural “[...]em particular pelo aumento da renda individual das pessoas engajadas na produção primária.” (Ibid., p.52-53) Orientação que contrastaria com os resultados da referida política cujos beneficiados seriam as indústrias moageiras e armazenadoras de grãos.

Em relação à política agrícola norte-americana, destaca-se que “[...] se o enfoque dos programas agrícolas de apoio ao preço fosse mudado para pagamentos previdenciários destinados a agricultores necessitados, o custo dos subsídios agrícolas cairia em dois terços.” (ARAÚJO; PINAZZA, 1993, p.55)

Pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisa de Política Comercial de Londres de autoria de Kim Anderson e Rod Tyers (finalizada em 1991) também é lembrada. Tendo como objeto as políticas agrícolas protecionistas de países desenvolvidos, teria concluído a referida pesquisa que, num cenário de status quo, o custo anual do protecionismo agrícola em domicílios não rurais cresceria de 1400 dólares em 1990 para 2 mil dólares no ano de 2000. (Ibid., p.56) Valores que seriam superados considerando a taxação de Japão e da Europe Free Trade Association (EFTA).

Outro ponto destacado é a ineficiência das políticas uma vez que para cada dólar concedido ao produtor, cerca de 37% seriam perdidos, o que perfazeria um total anual de 60 bilhões de dólares. A estimativa seria de que menos de 1 dólar de cada dez alocados chegasse propriamente ao produtor. Tudo por ausência de critérios “[...] adequados para estimular a produção de alimentos, com gastos desnecessários em terra, mão de obra e agro-químicos.” (Ibid., p.57)

Estudos da própria OCDE – considerando serem os objetivos reais das políticas agrícolas protecionistas os produtores mais pobres –, afirmariam que as distorções seriam flagrantes. Cerca de um terço dos produtores receberia pequena parcela dos subsídios por representarem apenas 10% da produção. Haveria uma vinculação entre subsídios e grande produção. Nesse sentido, seriam os produtores de maior porte os beneficiados. (Ibid., p. 58)

Um estudo denominado “*Are You Paying Too Much?*” da Australian Bureau of Agricultural and Resource Economics, encomendado pelo Governo australiano, teria demonstrado que de quase onze milhões de agricultores, o extrato de 20% dos maiores

produtores receberia 80% dos subsídios. Os subsídios recebidos por estes ultrapassariam em mais de 50% a renda média dos domicílios e quase dezesseis vezes a quantidade recebida pelos pequenos produtores.

Fato bem contemporâneo é mencionado. O recurso às modernas técnicas de marketing no processo de convencimento da opinião pública em relação à política de subsídios rurais não é ignorado. Estratégia que se somaria à criação de associações/organizações responsáveis pela promoção das causas agrícolas em escolas e esferas públicas de atuação. Além de organizar a representação do “setor”. (ARAÚJO; PINAZZA, 1993, p.69) Realidade não distante das estratégias empregadas pelo Agronegócio.

Os autores chegam a citar o exemplo francês. País em que a referida atuação se daria no sentido de deslocar os debates para a ideia de que não seria apenas o bem-estar dos agricultores que estaria sendo colocado em risco com a retirada dos subsídios, mas também uma parte da identidade nacional. Em nome da emoção tudo seria válido uma vez que daí para conseguir o apoio dos principais partidos seria “[...]apenas uma questão de causa e efeito.” (Ibid., p.71)

A força do *lobby* rural francês para além da fronteira nacional é enfatizada. Nas negociações internacionais, os franceses imporiam seus pleitos considerando sua importante condição de exportador de bens agrícolas. (Ibid., p.73)

Outro ponto mencionado é a própria estrutura política da CEE a qual seria favorável à atuação do *lobby* rural uma vez que os Ministérios da Agricultura teriam maior peso político “[...] do que mereceria a economia rural” (Idem) Comenta-se a reunião de experts para a realização das políticas agrícolas cuja complexidade inviabilizaria a revisão das mesmas.

Na obra é destacada a capacidade de cooptação a favor do protecionismo. Na vigência de uma crise orçamentária ou da necessidade de negociação, a força do *lobby* rural seria evidente. E mais, nesses momentos a proteção passaria rapidamente a ser mérito legítimo de diferentes *lobbies*, de acordo com os autores. (ARAÚJO; PINAZZA, 1993, p. 74)

Três tipos de cooptação girariam em torno do eixo da política agrícola dos países desenvolvidos: o primeiro resultaria dos estudos e análises organizados pelos burocratas,

que embasam os pareceres dos políticos; o segundo derivaria das promessas de campanhas e de favores a serem cumpridos pelos políticos; o terceiro e mais arquitetado vem das atividades do *Agribusiness*, que gerariam empregos nas cidades e influenciariam as políticas ao alcance do raio de ação do *lobby* rural:

Na verdade, as políticas agrícolas envolvem um complexo jogo de troca de favores entre políticos e produtores, com subsídios, votos e fundos de campanhas. Nos últimos sessenta anos, essa orquestração foi afinada pelos burocratas, cuja mente é povoada por uma fauna exuberante de crenças, opiniões e sentimentos, que faz com que o ato de pensar sobre a realidade seja contaminado e governado pelo desejo. A vontade de praticar políticas agrícolas protecionistas pode até ser sincera, mas os resultados não dão certo. É aí que os erros convertem-se em ilusões: foge-se do problema, que é sempre uma experiência desagradável, para não duvidar daquilo em que se está acostumado a acreditar. (Ibid., p.75)

Araújo e Pinazza apontam que somente com a oitava rodada de negociações do GATT⁷³ é que pela primeira vez se teria tido a oportunidade real de incluir as temáticas em torno da produção e comercialização de produtos agropecuários nas discussões no âmbito do referido acordo. (ARAÚJO; PINAZZA, 1993, p.80) Conjuntura que levaria a formação do Grupo de Cairns. Fato que demonstraria a estratégia dos países exportadores na tentativa de fortalecerem sua posição nas rodadas de negociações internacionais.

Os autores relacionam corte dos subsídios à amenização de problemas ambientais:

Os cortes nos subsídios podem não significar a solução dos problemas ambientais que atingem a agricultura, mas certamente serviriam para amenizá-los. As quantidades de produtos químicos aplicados no solo diminuiriam e a redução dos preços de garantia limitaria a área plantada. (Ibid., p.97)

E mais:

As atividades ligadas à agricultura propriamente dita passarão a desempenhar um papel mais genuíno na cadeia alimentar, ou seja, o de produzir de forma mais barata gêneros de consumo direto, principalmente hortigranjeiros e matéria-prima para o processamento e a para a industrialização. (Id.)

⁷³ Conhecida como rodada Uruguai, formalmente iniciada em 1986, cuja agenda de discussão teria incluído temas relacionados a serviços, direitos de propriedade e inversões relacionadas com o comércio internacional, principalmente no tocante à política protecionista de subsídios.

Destaque para o fato da amplitude das políticas agrícolas ultrapassarem o poder das negociações que se desenvolvem no GATT uma vez que ao serem examinadas individualmente no âmbito de cada país, os *lobbies* rurais e os próprios Ministros da Agricultura adotariam posições conservadoras e nacionalistas. (ARAÚJO; PINAZZA, 1993, p.95) Menciona-se o reconhecimento, pelos próprios burocratas da CEE, de que a PAC para ser desmantelada levaria o mesmo tempo de sua construção. A estimativa seria de 40 anos.

Ao abordarem o que seriam os focos de pressão para a reformulação das políticas agrícolas, os autores/atores mencionam a pressão de ambientalistas contrários à monocultura imposta pela política de subsídios, a ação das nações exportadoras cujo bem-estar seria afetado pelo artificialismo do mercado mundial e a decrescente disposição de consumidores para transferirem renda aos produtores através da taxaço dos alimentos. (Ibid., p.96)

Mais argumentos são lançados contra o protecionismo dos ricos. Noam Chomsky chega a ser resgatado. Com bases em informações do Banco Mundial, Chomsky teria concluído que as políticas protecionistas dos países industrializados reduziram as rendas nacionais do sul do planeta em quase o dobro da ajuda concedida à região. Já Suzan George, do Transnational Institute, de Amsterdã, teria calculado que a transferência de recursos dos países pobres para os ricos elevava-se a mais de 400 bilhões de dólares entre 1982 e 1990. Valor que equivaleria a mais ou menos seis planos Marshall – conclusão a qual os autores chegam baseados no que seriam resultados da atualização do referido valor. Realidade que significaria uma afronta aos agroexportadores. (Ibid., p.97) Nesse sentido, defende-se a ideia de que a liberalização do comércio de bens agrícolas tornaria possível a proliferação/crescimento de mercados nos países em desenvolvimento.

Como não poderia deixar de acontecer em uma obra com pretensão de abordar as mudanças agrícolas do século XX, comenta-se a Revolução Verde em suas origens, sua difusão e seus desencantos.

Segundo os autores, o processo teria ficado aquém do esperado. Chamam atenção para o fato de auto-suficiência não significar garantia de acesso ao que se produz. Tal acesso dependeria de um sistema de abastecimento de alimentos para a população. E teria

sido justamente a não capacidade de atender ao referido requisito (dentre outros) que a Revolução Verde teria gerado desencanto. (Ibid., p.100)

Em geral, os beneficiados teriam sido os produtores ligados às culturas de exportação. O êxodo, bem como o aumento do preço dos alimentos também são mencionados. A experiência mexicana é citada como exemplo do insucesso.⁷⁴

Registra-se a estimativa do International Food Policy Research Institute (IFPRI) de que para aumentar a produção nas regiões mais críticas do planeta seria necessário 200 bilhões de dólares. Valor inferido ao gasto com as políticas agrícolas no mundo desenvolvido. Contudo, nossos autores/atores afirmam que a erradicação da fome dependeria mais de coragem política e inteligência do que de bilhões de dólares.

A capacidade da população pobre de comprar alimentos suficientes para sua sobrevivência e melhorar assim sua qualidade de vida não implica altas transferências de recursos. Requer apenas a realização de tarefas como a remoção das barreiras, limitações e desvantagens que levam ao incremento da pobreza e impedem os pobres de alimentar-se adequadamente. (Ibid., p.103)

Garantir acesso ao alimento estaria além da condição de ter o dinheiro para comprá-lo ou de sua disponibilidade. Estes seriam fatores óbvios. Araújo e Pinazza chamam atenção para a necessidade de se considerar a estrutura do comércio internacional, as políticas agrícolas protecionistas e o próprio estado do meio ambiente.

Em capítulo sobre as perspectivas globais da produção e consumo de alimentos, os autores afirmam que o crescimento do setor agrícola – através de *commodities* alimentícias ou não – constituiria o principal caminho para sustentar o crescimento econômico em muitos dos países subdesenvolvidos (Ibid., p.105) Fato que agravaria a existência do protecionismo agrícola.

Em termos de fatores influentes na produção e no consumo, cinco são destacados: 1) crescimento e distribuição de renda; 2) papel do Estado; 3) comércio internacional; 4) infra-estrutura e; 5) tecnologia. Destaque para a dependência do primeiro deles em relação às políticas internas e ao meio ambiente prevalecente no comércio internacional. Araújo e

⁷⁴ Cabe assinalar que o referido processo é relatado como se os desencadeamentos do mesmo no Brasil constituíssem, consideradas as devidas proporções, exceção à regra.

Pinazza defendem a necessidade de ajustamentos estruturais na economia e reformas institucionais para o crescimento da América Latina, África e Leste Europeu.

Em relação ao Estado é apontada a inadequação do mesmo a uma economia orientada para o mercado em função de instituições inapropriadas, infra-estrutura deficiente, pequena experiência do setor privado para enfrentar a competição etc. A excessiva intervenção no passado faria com que muitos governos assumissem papel passivo, sem intervir em áreas necessárias para assegurar o funcionamento do mercado e promover as negociações com externalidades da economia. (Ibid., p.110)

Em relação ao comércio internacional, destaque para o conflito gerado pelas políticas protecionistas da OCDE. Estimativa do Banco Mundial afirmaria que sob condições de livre mercado, as importações pelos países desenvolvidos cresceriam cerca de 50 bilhões de dólares anuais até o final do século. Valor quase equivalente à ajuda oficial que a OCDE concederia a cada um dos países desenvolvidos. Outro indicador mencionado e relacionado com o desenvolvimento e bem-estar é a distribuição de renda. Contudo, não se menciona como fazê-lo. A distribuição estatística dos pobres pelo globo baseada em dados do próprio BM é abordada da seguinte maneira: *“De quase um bilhão de pobres existentes no Terceiro Mundo, aproximadamente 780 milhões estão na Ásia [...] e 18% na África Setentrional. Os restantes estão distribuídos entre América Latina, Leste europeu e Norte da África...”* (Ibid., p.111)

Ainda tratando da referida problemática, os autores citam dados que seriam da ONU. Dados que afirmariam a expectativa de que até 2050 a população mundial passaria de 5.5 para 10 bilhões de pessoas. Sendo mais de 90% dos nascimentos no Terceiro mundo, em especial na África. O aumento da taxa de urbanização seria igualmente significativo gerando pressão sobre os sistemas de comercialização de alimentos. Fato que leva os autores a alertarem:

É indispensável a realização de investimentos que melhorem a infra-estrutura rural e assegurem maior eficiência na produção e comercialização. Caso contrário, cresce o risco de aparecerem algumas excrescências. É o caso, por exemplo, de aumentar a produção de alimentos com maior valor agregado, destinados a atender ao consumidor urbano de maior renda, enquanto amplas parcelas da população rural permanecem à margem do agribusiness. (Ibid., p.112)

No que diz respeito à infra-estrutura, os investimentos na área se justificariam por se tratar de fator estratégico no acesso aos mercados de exportação, à produção de insumos modernos e ao consumo de bens. Ao mesmo tempo em que reduziria as distorções espaciais e temporais dos preços entre as regiões, imprimindo maior eficiência à cadeia alimentar. Atenção à tecnologia como chave dos incrementos na produtividade considerando “[...]as menores futuras oportunidades de expandi-la via ampliação de área”. (Id.)

Nesse sentido, os autores enfatizam o investimento em políticas de pesquisa e desenvolvimento na agricultura e a necessidade de se garantir o acesso do trabalhador de baixa renda à tecnologia gerada:

Somente assim, ou seja, com a incorporação do melhoramento genético, corretivos, fertilizantes, práticas de conservação do solo, irrigação e drenagem, métodos de controle de pragas e doenças, crédito, assistência técnica e gerencial aos pequenos produtores, as estratégias serão bem sucedidas no que diz respeito à conciliação das metas de desenvolvimento rural e de produção de alimentos. (ARAÚJO; PINAZA, 1993, p.113)

Garantia fundamental num contexto em que se afirmaria a estreita ligação entre o conceito de área agricultável e a necessidade de se evitar a degradação de recursos naturais. Atenção para a importância da ação pública em termos de prevenção na área da preservação:

Tendo em vista que muito da degradação dos recursos naturais e a contaminação do ambiente representam externalidades, o sistema de mercado apresenta-se insuficiente para induzir os agentes econômicos (produtores e consumidores) a adotar voluntariamente medidas preventivas. É somente quando o nível de dano alcança proporção tal que os custos de produção passam a ser diretamente afetados que a reação começa a acontecer. Daí as medidas preventivas terem inicialmente de vir das fundações públicas de ciência e tecnologia e das políticas e regulamentos governamentais. (Id., grifos meus)

E mais:

Nos países em desenvolvimento, onde convivem a baixa renda, a rápida urbanização e a baixa produtividade agrícola juntamente com um fraco conceito de propriedade e de uso correto dos recursos naturais, os riscos de degradação do meio ambiente são maiores. (Id.)

Realidade em que a agricultura de baixa renda teria alta taxa interna de desconto uma vez que para atender às necessidades básicas de sobrevivência não valorizaria o desenvolvimento sustentado de longo prazo:

Quando a terra torna-se escassa e a pressão populacional cresce, as soluções apelativas da população rural de baixa renda levam à derrubada de florestas, mata ribeirinha, aumento da erosão e outras agressões ao ambiente que comprometem a capacidade produtiva do solo. (ARAÚJO; PINAZZA, 1993, p.114)

Logo, o crescimento da produtividade pela incorporação de tecnologia seria o caminho mais adequado. Ideia marcante em toda a obra. Nesse sentido, os autores insistem na capacidade da pesquisa e da tecnologia em “[...]aprimorar os métodos de produção de modo a evitar-se a degradação e a melhorar a qualidade dos solos.” (Id.) O uso da tecnologia para incrementar as margens de lucro na extração de uma renda da natureza a qual ganha cada vez mais visibilidade diante do alto índice de entropia causado pelo modelo organizacional defendido não é mencionado.

Segundo Araújo e Pinazza, a compatibilidade entre produção e consumo de alimentos poderia ocorrer de modo sustentado desde que três fossem os caminhos seguidos: 1) acelerar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento na agricultura; 2) incorporar externalidades (conceito de propriedade e uso correto dos recursos frente às necessidades das gerações futuras) nas decisões dos consumidores e produtores e nas políticas governamentais e; 3) reduzir a baixa renda. (Id.)

Destaque para a denúncia da ênfase das políticas governamentais no ajustamento estrutural da economia e na implementação de reformas – em especial a liberalização dos mercados, a privatização e a redução das ineficiências no setor público. A melhoria da produtividade dos recursos humanos – saúde, educação e alimentação – e o acesso da população de baixa renda aos recursos produtivos – terra e capital – seriam temáticas preteridas. (ARAÚJO; PINAZZA, 1993, p.115)

Os autores afirmam, ainda, a necessidade de políticas de longo prazo com a destinação de recursos para infra-estrutura rural, saúde, educação, pesquisa e tecnologia dada a importância dos referidos fatores para o incremento da produção. Medida fundamental para a Segurança Alimentar e Nutricional. Já em curto prazo, a SA seria garantida através de programas de alimentação, subsídios ou frentes intensivas de trabalho.

Para se conquistar a Segurança Alimentar seria necessário compatibilizar o crescimento sustentável e acelerado da produção alimentar com o aumento da renda da população mais pobre.

Considerações que levam os autores a chamarem atenção para o fato de que a vitalidade econômica do “setor” seria condição importante, mas não suficiente para reduzir a pobreza uma vez que em diversos países subdesenvolvidos a sobrevivência da população rural de baixa renda viria de atividades extras, não diretamente associadas à atividade agrícola. Nesse sentido, ressaltam:

Na abordagem de que o crescimento econômico auto-sustentado pode promover o desenvolvimento rural, cabe à agricultura um papel importante mas não o único. Essa consideração é relevante para o processo de tomada de decisão sobre políticas e programas governamentais. Os projetos integrados de desenvolvimento rural que porventura fracassarem nas metas estabelecidas não podem rejeitar essa consideração. Ao contrário, é preciso analisar por que falharam de modo a se poder redesenhá-los a partir de sua base conceitual. (loc.cit.)

Enfim:

O desenvolvimento e a adoção de tecnologias apropriadas para a produção reduzem a insegurança alimentar (custo para a atual geração) e evitam a degradação dos recursos naturais (custo para as gerações futuras). (ARAÚJO; PINAZZA, 1993, p.117)

Ao lado de tais medidas levanta-se a questão do controle familiar considerando expectativas do crescimento populacional nos países em desenvolvimento. Crescimento responsável pela pressão sobre a produção e a distribuição de alimentos.

Os autores enfatizam que ao se abordar o *Agribusiness* tendo em vista o objetivo de entender a inserção da agricultura numa época de intensas mudanças econômicas e sociais, a exemplo do que teria ocorrido no pós-guerra, não haveria como dissociar o processo de modernização do “setor” da intensificação urbana e do conceito de Segurança Alimentar. (Ibid., p.119)

Na fase inicial da revolução tecnológica das fazendas, o *Agribusiness* teria sido fortemente orientando para a produção e teríamos tido a ênfase nas atividades antes da porteira, geradoras de produtos e processos. Os pacotes tecnológicos aí desenvolvidos, uma vez incorporados pelos produtores, teriam proporcionado ganhos de produtividade e de

redução de custos, ou seja, teriam possibilitado maior eficiência técnica e econômica aos sistemas de produção. Realidade que levará à modernização das unidades de produção de fundamental importância para atender à demanda crescente por alimentos da população urbana. Paralelamente, outras funções ligadas ao armazenamento, industrialização, transporte e distribuição teriam passado a assumir grande importância dentro do sistema de alimentos, fibras e biomassa, para fazer com que o produto chegasse até o consumidor. (Id.)

Destaque para o papel do Governo enquanto coordenador das atividades do *Agribusiness* e responsável pela implementação da Segurança Alimentar. Os autores afirmam que as políticas e programas referentes à temática dependeriam do “[...]estágio de desenvolvimento econômico e social de cada país.” (Id.)

Nos países desenvolvidos se implementaria o conceito de *Food Safety* cujo enfoque seria a defesa do consumidor, em termos de nutrição e saúde. Já nos países não desenvolvidos, o conceito dominante seria o de *Food Security* em que as políticas deveriam se destinar à produção objetivando expandir a oferta de bens agrícolas e garantir o suprimento de energéticos à população. (ARAÚJO; PINAZZA, 1993, p.119-120)

Do ponto de vista de sua eficiência, as políticas e os programas de SA não deveriam ser implementados isoladamente. Deveriam constituir parte de uma estratégia nacional.

Vale precisar o conceito de Segurança Alimentar dos autores. Na visão de Araújo e Pinazza, SA significaria o acesso de toda a população, em todos os momentos, a uma alimentação suficiente para uma vida ativa e saudável. Os grandes riscos decorreriam da falta de renda e da oferta de alimentos.

Já no âmbito familiar, o conceito seria definido como a garantia de uma dieta adequada a seus membros, em termos não somente de calorias mas também de vitaminas, proteínas, micronutrientes etc. (Ibid., p.121)

Cabe destacar que os autores enfatizam a maior fragilidade das áreas de pobreza urbana em relação às áreas de agricultura de subsistência. Contudo, reconhecem que os agricultores sem terra se encontram numa situação particularmente sensível.

Considerando a heterogeneidade da pobreza e o fato de variarem as causas e os efeitos da Segurança Alimentar de grupo para grupo, os autores defendem que as políticas e programas sejam diferentes em seus aspectos – os quais iriam desde as variáveis macroeconômicas até enfoques mais específicos como o desenvolvimento de ações

sanitárias e o acesso a crédito e poupança. Conjunto que incluiria medidas que envolveriam subsídios, transferência de renda, criação de frente de trabalho e programa de suplementação alimentar. Os programas não deveriam ser reformulados isoladamente, mas como componentes de uma estratégia nacional de alimentação e nutrição. (Ibid., p.128)

A implementação das políticas e programas de segurança alimentar requer diferentes estruturas e organizações institucionais. São os casos das iniciativas comunitárias (creches, por exemplo) e dos governos (geração de empregos), para estimular o crescimento e o desenvolvimento sócio-econômicos. (Id.)

Destaque para o peso das políticas macroeconômicas em função de seu poder na constituição de preços, renda e emprego. Contudo, não seriam apenas as políticas não agrícolas (proteção industrial, salários, impostos, entre outras) relevantes para a Segurança Alimentar, mas também as relacionadas com a agricultura e o abastecimento, pois estas afetariam a intensidade da urbanização (migração rural-urbana) e a provisão de alimentos. Seria a proteção direta e indireta, além da taxação dos setores econômicos que determinariam a competitividade relativa de cada um e induziriam os fluxos de recursos na economia.

Os autores também chamam atenção para a importância das estratégias de desenvolvimento para os efeitos de longo prazo das políticas macroeconômicas no crescimento e na redução da pobreza. A obra reforça a responsabilidade das políticas macroeconômicas pela situação de insegurança alimentar e pela penalização da agricultura em função do desenvolvimento da indústria. Realidade que favoreceria à intensificação da urbanização. Fato contrário ocorreria se fossem dadas as condições ideais para o desenvolvimento da agricultura:

A agricultura pode funcionar como veículo de crescimento se a produtividade da mão-de-obra no setor aumentar mediante o uso de novas tecnologias e diversificações, e se a geração de emprego em suas cidades de apoio crescer nas atividades de processamento, industrialização e distribuição das matérias-primas agrícolas. Quando isso ocorre, pode-se esperar que uma significativa parte da população do campo reduzirá sua migração para as grandes cidades, e a segurança alimentar crescerá. (Ibid., p.129)

O aumento do custo efetivo das intervenções governamentais para melhorar a nutrição não é esquecido. A insuficiência das informações disponíveis para orientar a tomada de decisão é apontada como causa de tal fato. Nesse sentido, a capacitação e constituição de instituições para gerarem informações básicas de modo a permitir, em longo prazo, implementar políticas com menores custos são defendidas.

O dilema das políticas de preço consistiria em descobrir uma forma de proteger o produtor sem onerar o consumidor. São citados o que seriam os dois tipos mais comuns de subsídios: 1) total com redução de preço de determinado produto beneficiando a todos os consumidores – prática dos países desenvolvidos – e; 2) parcial com menor preço beneficiando determinados grupos. Já em relação ao que seriam as formas de transferência de renda são mencionados os bônus, vales e cupons de alimentação. (Idem, p.130) Os autores citam Pinstrup Andersen:

As políticas de subsídios são instrumentos poderosos para a segurança alimentar, porém o custo e o benefício destas precisam ser aferidos no contexto das reais alternativas existentes e do período de tempo de seu impacto. Os estudos mostram que a transferência de subsídios para a alimentação proporciona um aumento de 15% a 20% na renda real das famílias de baixa renda. (ARAÚJO; PINAZZA, 1993, p.130)

Menores preços de alimentos levariam não só ao aumento do consumo pelas populações pobres, como também tornariam possível ao cidadão aumentar seus gastos em atividades que desenvolveriam o capital humano (treinamento, conhecimento, etc.) e a produtividade do trabalho.

A generalização total dos subsídios aos preços em relação à parcial pesaria mais sobre o orçamento além de ser regressiva na distribuição dos benefícios econômicos. O estabelecimento de metas para o atendimento das necessidades das famílias como forma de reduzir o custo efetivo dos subsídios a tais programas é defendido. Contudo, as dificuldades de ordem administrativa e a falta de sustentação política frequentemente impediriam a montagem de um sistema de metas que tornasse mais efetivas as políticas e os programas de Segurança Alimentar. (Ibid., p.131)

Problemas como desvios e corrupção são mencionados. A constituição de uma estrutura de administração e gerenciamento é mencionada como possível solução, embora se reconheça a oneração responsável pela mesma. Outro obstáculo aos programas de metas

seriam as mudanças econômicas (inflação, por exemplo) cujas soluções exigiriam ações rápidas – problemas transitórios que afetam a Segurança Alimentar – e a própria mobilidade social.

O fato de não ser apenas o custo per capita do alimento e a renda transferida para os pobres que influenciam a eficácia dos programas de subsídios é enfatizado. Existiria o aspecto da cobertura. Os programas mais abrangentes apresentariam vantagens em relação aos mais específicos, porém seriam mais custosos. As frentes de trabalho, por exemplo, poderiam trazer maior retorno se produzissem ativos que gerassem fluxos de renda no futuro. (Id.)

Um conjunto de mecanismos práticos usados em combinações diferentes nas áreas urbanas para reduzir os custos dos programas alimentares subsidiados poderia ser empregado: 1) instalação de lojas ou feiras com alimentos subsidiados em regiões urbanas carentes de difícil acesso, para se reduzir o tempo e o custo da população carente em adquirir alimentos; 2) seleção dos alimentos que são largamente consumidos pela população de baixa renda para efeito de preços subsidiados; 3) racionalização dos subsídios e; 4) distribuição de cupons, vales e selos para as classes de renda mais baixa.

Os programas suplementares de alimentação não são esquecidos. Estes deveriam ter como alvo os indivíduos em si. Os beneficiários seriam as pessoas mais vulneráveis: idosos, crianças, gestantes e lactantes. Tais programas operariam através de sistemas de prestação de serviços que atendessem à clínicas escolares, creches entre outras instituições. O sucesso ou o fracasso dependeriam das metas para a quantidade de alimentos a ser distribuída, do período de atendimento, da situação nutricional e do número de beneficiários. Os autores lembram estudo de Kennedy e Alderman. (ARAÚJO; PINAZZA, 1993, p.132)

Atenção para o fato de que a qualidade da Segurança Alimentar e Nutrição urbana não se resumem às questões de oferta inadequada e insuficiência de alimentos. Esta dependeria de outras políticas públicas como tratamento de água, rede de esgoto, coleta de lixo etc. Não existiria substituto para tais serviços, segundo os autores.

Na percepção destes, as medidas preventivas na área de medicina e saúde para reduzir a incidência de doenças infecciosas poderiam amenizar em longo prazo os efeitos adversos de doenças como diarreia, especialmente em crianças. Embora reconheçam as

maiores facilidades no meio urbano para a assistência médica e hospitalar, os autores defendem a necessidade de ampliar o acesso a tais serviços, principalmente nas áreas pobres. (Ibid., p.133)

A formação de hortas domiciliares e a criação de pequenos animais como iniciativas populares para melhorar a SA são sugeridas. A agricultura urbana teria se tornado uma característica no mundo desenvolvido, embora seja desencorajada por razões estéticas – contraste com a “beleza” das cidades – ou ideológicas – manifestariam hábitos rurais que não condiziriam com a modernidade da vida urbana.

Fator importante é mencionado. A constante flutuação em função do fluxo instável de renda da população urbana pobre é abordada. A oportunidade de acesso a crédito e poupança é citada como ferramenta importante para a SA:

A pobreza urbana é carente de capital para participar em pequena escala nos setores de manufatura e serviços, por isso a concessão de financiamento para promover o emprego autônomo através de investimentos privados pode contribuir para melhorar a segurança alimentar. (Ibid., p.134)

A insuficiência cadastral (insuficiência de renda, patrimônio e etc) é apontada como o maior obstáculo ao acesso ao crédito por parte da população de baixa renda:

O desenvolvimento de mercados financeiros que facilitem seu acesso à poupança para investimento em ativos produtivos ajuda a estabilizar o fluxo de renda e reduz transitoriamente os problemas de segurança alimentar e nutrição. Os meios institucionais típicos para desenvolver programas dessa natureza consistem na formação de cooperativas ou associações, cujos objetivos ampliem as oportunidades dos indivíduos de baixa renda. Os programas deveriam combinar a provisão de pequena escala de crédito com fatores motivacionais e aconselhamento técnico. (Id.)

A passagem acima resgata uma abordagem cuja necessidade de pesquisas para o exame da adequação da mesma às áreas urbanas é reconhecida. Enfim, o conhecimento acumulado sobre SA seria ainda insuficiente para assegurar a tomada de decisão entre as alternativas de políticas e programas para as diferentes realidade e situações de pobreza urbana. Os estudos tratariam de *cases* gerais que, apesar de trazerem esclarecimentos importantes, apresentariam uma abordagem muito ampla. O grande objetivo das pesquisas

seria gerar informações que sustentassem a implementação de políticas e programas para uma dada realidade e situação específica da pobreza. Enfim, as pesquisas poderiam ajudar na compreensão dos efeitos e da sustentabilidade das políticas e programas à medida que desenvolvessem enfoques que considerassem: problemas relacionados com a implementação; critérios e parâmetros para a tomada de decisão e; efeitos sinérgicos entre os componentes:

A forte relação existente entre renda e consumo de alimentos deve ser o grande foco de análise, em que os serviços de apoio precisam ser proporcionados em paralelo, para que ocorra de fato a aplicação sustentável das políticas e programas. (ARAÚJO; PINAZZA, 1993, p.135)

Os autores alertam para o fato de que o entendimento de questões básicas ligadas ao comportamento e às estratégias das famílias carentes para enfrentar a fome precisaria ser melhorado. O conhecimento de como se dá o movimento flutuante da população urbana de baixa renda e de como ela enfrenta a insegurança alimentar tocaria em pontos fundamentais que deveriam ser esclarecidos antes da intervenção da política pública.

Destacam, ainda, questões estratégicas sobre SA como a indagação sobre a natureza do crescimento urbano e da urbanização que resulta das diferentes estratégias de desenvolvimento, em especial quanto ao papel da agricultura e das políticas alimentares nos países de baixa renda onde o setor agrícola tem participação expressiva. Outra questão diria respeito à natureza do mercado urbano de alimento em rápido crescimento nas cidades, em particular nos países em transição do planejamento estatal para a distribuição privada de alimentos. Inclui-se também a possibilidade do sistema de mercado fracassar com a referida mudança. Dúvidas sobre a necessidade de informação de mercado e de apoio público como elo de ligação entre infra-estrutura rural e urbana igualmente deveriam ser esclarecida.

Problemáticas que deveriam ser consideradas em conjunto com a forma pela qual a população urbana pobre poderia ter acesso à poupança e ao crédito para enfrentar a insegurança alimentar. E por fim, qual seria o meio através do qual a comunidade participaria e desenvolveria os programas de alimentação e nutrição. (Ibid., p.136) Mencionam ainda a necessidade de se pensar como os serviços de saúde, água potável, coleta de lixo e rede de esgoto seriam proporcionados aos pobres.

Retomando à questão dos subsídios, sob o título “*As marchas e contramarchas das Reformas*”, os autores discutem a funcionalidade dos acordos multilaterais negociados nas reuniões do GATT, bem como o caráter gradual das mudanças em relação às negociações internacionais em torno dos mesmos:

Daí a linha de raciocínio de que a rodada Uruguai, mesmo que consiga somente pequenos avanços na questão do protecionismo agrícola, estará abrindo um importante caminho para futuros cortes nos subsídios. Não importa, portanto, se inicialmente as reformas apenas “raspem a superfície” do regime de subsídios agrícolas da OCDE. Trata-se de uma matéria que exige visão estratégica, pois o objetivo final será alcançado somente no horizonte temporal de médio e longo prazos. (ARAÚJO; PINAZZA, 1993, p.139)

Contexto em que assumiria fundamental importância a conscientização do consumidor em relação ao custo e aos benefícios das políticas agrícolas. Futuramente quando houvesse a generalização da ideia das políticas agrícolas como socialmente injustas, as crises orçamentárias se resolveriam com cortes de subsídios e os *lobbies* rurais perderiam os argumentos de contestação. Contudo, a de se atentar para a morosidade do processo de reformulação das políticas agrícolas.

Em relação aos movimentos ambientalistas enquanto grupos de pressão, a previsão seria de fortalecimento dos mesmos com o aumento do número de adeptos e de sua ação na sociedade. A retirada dos subsídios chegaria a ser relacionada com a diminuição da poluição uma vez que os mesmos incentivariam a produção excedente, bem como o uso de práticas intensivas de cultivo. Fato que teria sido denunciado pela Comissão das Comunidades Europeias, em parecer de 1991.

Crítica-se a acusação feita pelo *lobby* rural do países desenvolvidos– denunciado como alarmista e arrogante – de que os produtores dos países subdesenvolvidos usariam produtos químicos proibidos e mão-de-obra escrava, além de destruírem as florestas. (Ibid., p.144)

Atenção para o crescente poder de governos e consumidores de rejeitarem produtos que não os satisfaçam. Paralelamente, produtores tenderiam a utilizar de forma mais eficiente os fatores de produção. E em relação à preservação, afirmam:

Quanto à preservação das florestas, cabe considerar que não estão sendo destruídas para uso agrícola, mas principalmente por fornecedores de

madeira tropical, que poderiam estar trabalhando em atividades agrícolas voltadas para a exportação. (Id.)

Os autores criticam ainda os indícios “[...]de que o controle do meio ambiente tornar-se-á um novo pretexto para manter o protecionismo nas políticas agrícolas.” (Id.)

Sobre o pagamento de multas pela degradação ambiental, os autores sinalizam a legitimidade das mesmas desde que tais recursos fossem “[...]intransferíveis para outros destinos” E claro, fazem a ressalva de que a penalização com “*pesadas multas*” caberia considerando que “[...]tudo tem de ser bem dosado”. (ARAÚJO; PINAZZA, 1993, p.145)

Em relação à globalização dos mercados, afirma-se que a velocidade com que o sistema de alimentos, fibras e biomassa caminha para uma organização global dependeria da intensidade de aceleração com que as negociações multilaterais do GATT evoluíssem. “*É indubitável que a remoção das políticas protecionistas da agricultura trará grande energia para a internacionalização do agribusiness.*” (Ibid., p.148)

A previsão do crescimento do *Agribusiness* mundial de maneira heterogênea entre os diferentes níveis da cadeia vertical é assinalada:

Até o ano de 2028 as funções de processamento e distribuição representarão 79% de todo o faturamento do sistema, contra 65% e 60%, respectivamente, em 1980 e 1950. A agricultura terá sua participação reduzida de 30% em 1950 para 14% em 2028, enquanto os fornecedores de insumos e fatores de produção também terão sua participação reduzida no período de 10% para 7%. (Ibid., p.148)

As estratégias de compra, venda e fusões de empresas nos vários níveis de integração vertical do *Agribusiness* não é ocultada. Medidas com as quais se buscariam oportunidades de negócios em diferentes regiões do Globo, considerando mudanças demográficas e da composição etária. Exemplo seriam as *traders* com esquemas matriciais através dos quais seria possível simular e medir os efeitos da alteração de variáveis significativas como o comportamento de mercado futuro, o uso de recursos financeiros e os meios alternativos de transporte.

Ao lado de empresas que adotassem os referidos esquemas matriciais teríamos grupos com estratégias de levar suas capacitações tecnológicas para os participantes do *Agribusiness* em outros países. Fato representado pelas grandes empresas da indústria química e farmacêutica. Cenário em que se incluiriam as empresas que visariam à

integração para frente, a partir do processamento até a rede de distribuição. Aliança que geraria importante poder de sinergia:

De um lado os processadores ganham maior posição de liderança na cadeia, à medida que conseguem desenvolver produtos de alto valor agregado, como os alimentos protéicos de carne. De outro, existe a liderança crescente da rede varejista, com marcas próprias altamente competitivas em preços, principalmente em produtos tipo commodities e de menor valor agregado. (Ibid., p.149)

Destaque para a retardatária percepção de processadores e segmentos de distribuição atacadista e varejista de que fazem parte de um sistema no qual possuem funções especializadas de troca e agregação de valor.

O crescimento no período de 1970 a 1990 do comércio de alimentos é ressaltado. Este teria sido de cinco vezes. De 50 bilhões de dólares para 250 bilhões de dólares. Os produtos processados teriam apresentado o melhor desempenho, sextuplicando seu faturamento de 25 bilhões de dólares para 150 bilhões de dólares. Já os semi processados e *in natura* teriam tido comportamento semelhante, saindo de 20 bilhões de dólares para 50 bilhões de dólares cada um. (ARAÚJO; PINAZZA, 1993, p.150) Ênfase para o marketing ao qual ditaria o tom dos negócios. E mais: “*O posicionamento de cada país e empresa, no contexto agroalimentar mundial, somente espelhará com significado a realidade quando os mercados forem segmentados conforme as categorias de alimentos e as condições sociais e culturais de cada região.*” (Ibid., p.150-151)

Atenção para o fato de que o filão estaria na categoria dos processados os quais teriam crescente participação no faturamento global, e é em tal categoria na qual as empresas orientadas para o consumidor final competiriam na oferta de produtos com maior valor agregado. Situação que dificultaria a posição dos países desenvolvidos de executarem políticas protecionistas orientadas para a produção de matérias-primas, em função da volatilidade incontrolável do preço das *commodities*.

É reforçada a ideia de que na medida em que o sistema de alimentos e fibra e biomassa se orientam para o consumidor final, os conceitos administrativos de marketing – planejamento, organização, direção e avaliação – passam a adquirir maior relevância.

O impacto da biotecnologia com altos investimentos no ramo também é mencionado. A expectativa gerada em torno das primeiras sementes obtidas da engenharia

genética para comercialização é enfatizada. Iniciativa que teria o aval de agências como a FDA (Food and Drug Administration) norte-americana. Esta consideraria desnecessária a regulamentação especial para a aprovação de alimentos obtidos através do referido procedimento. (Ibid., p.154-155)

Em subtítulo dedicado aos conceitos ambientais e de saúde, menciona-se a difusão do conceito de *safety food* nos países desenvolvidos e a percepção da preocupação do mercado consumidor com o meio ambiente pelo sistema de fibras e alimentos. Fatos que influenciariam programas de pesquisa e desenvolvimento nos níveis de integração do *Agribusiness*. Processo cuja extensão repercutiria nas campanhas de marketing:

Na esteira dessa tendência, as grandes campanhas de marketing das empresas que atuam no agribusiness utilizarão mensagens com apelos ecológicos que gozariam de boa receptividade junto aos consumidores. Este processo, atualmente de natureza voluntária por parte das empresas, tende a ganhar força impositiva junto à opinião pública, o que poderá produzir efeitos mais intensos do que as regulamentações oficiais dos governos. (Ibid., p.155-156)

Destaca-se o fato de que o aspecto comum das mudanças e da reestruturação das operações do *Agribusiness* rediria na orientação para o consumidor. De tal forma, quando as partes internas do sistema de fibra, alimentos e biomassa não fossem suficientes para dinamizar os ajustes, fatores exógenos provocariam a reestruturação do mesmo.

Considerando a tese de expansão populacional, particularmente no terceiro mundo, os autores indagam se o *Agribusiness* estaria preparado para mobilizar os recursos necessários para sustentar o referido crescimento. Momento em que recorrem a Crosson para mencionarem a incorporação do conceito de capital social o qual sob o enfoque da agricultura auto-sustentada consideraria o uso balanceado da terra, da energia, da água, do clima e dos bancos de germoplasma. Fato que estaria relacionado à capacitação humana, tecnológica e institucional dos países. (Ibid., p.160)

O custo de tornar a terra agricultável também é abordado. Este seria cada vez maior em função das exigências a serem cumpridas. O efeito das mudanças climáticas na capacidade total da produção agrícola, além da influência do efeito-estufa em termos de oferta e uso das energias fósseis clássicas – referem-se ao petróleo, ao carvão e ao gás

natural – que seriam limitadas pelo aumento do preço e por motivos ambientais, igualmente constituem desafios assinalados.

Realidade que associada à demanda crescente por energia traria a necessidade de sistemas de abastecimento energético advindos de fontes renováveis. (Ibid., p.161)

Importa destacar que em qualquer cenário sobre produção agropecuária não se poderia desconsiderar que lavouras e criações continuariam sujeitas à incidência de praga e de doenças além das vicissitudes climáticas. Portanto, a manutenção dos níveis de produção da agropecuária dependeria dos esforços de melhoristas para o desenvolvimento de novas variedades de plantas e animais, segundo os autores. (loc.cit.) Nada se fala sobre os desequilíbrios causados pela introdução de tais variedades nos sistemas naturais.

É mencionado o esforço conjunto entre o Consultie Group on International Agricultural Research (CGIAR), o governo e a iniciativa privada na preservação dos bancos de germoplasma os quais teriam a função não só de repositores de material genético, mas também de seu distribuidor para diferentes partes do mundo. Tarefa que exigiria “*atenção e zelo constante*”.

Os autores reconhecem muito faltar em termos de capital social para atender à demanda global de alimentos, fibras e biomassa a custos aceitáveis do ponto de vista econômico e ecológico: “*Não obstante, para garantir a continuidade desse processo, será necessário pensar sobre as três partes do corpo de conhecimento, a saber: a capacitação humana, a tecnológica e a institucional.*” (ARAÚJO; PINAZZA, 1993, p.162)

Para concluir, cabe registrar o destaque dado à capacitação humana que é definida como o desafio

[...] mais problemático, principalmente entre os países não desenvolvidos. Os governos subinvestem em treinamento e capacitação na área rural. Normalmente, ainda prevalece na mente das elites políticas o paradigma de que a agricultura não é um setor estratégico para alavancar o desenvolvimento econômico. Tais atitudes comportamentais e o baixo entendimento do processo econômico e social no qual a agricultura está inserida – o agribusiness – não são superados facilmente.

E reforçam:

[...]um grande leque de desafios a serem enfrentados pelo homem está, sem dúvida, no campo do agribusiness. As negociações internacionais

precisarão reverter a tremenda massa de recursos gastos com subsídios nas políticas protecionistas dos países desenvolvidos. Até a virada do século XX, as correntes do pensamento econômico deverão engrossar o anti-Corn Laws, que ainda vigora no âmbito da OCDE. (Ibid., p.162-163)

Anos mais tarde (2001), a ABAG lança *Complexo Agroindustrial. Caracterização e Dimensionamento*. Apresentando a obra, Roberto Rodrigues afirma servir a mesma para pôr fim à especulação em torno do tamanho do PIB do *Agribusiness* ou Complexo Agroindustrial Brasileiro. A ABAG, com auxílio da Embrapa e da Cândido Mendes, torna público o estudo de Eduardo P. Nunes e Elisio Contini (“dois técnicos”⁷⁵) baseado em dados do Sistema de Contas Nacionais⁷⁶ e na Matriz de Insumo-Produto do Brasil do ano de 1996 (IBGE/1999) para a caracterização e dimensionamento do *Sistema* estimando a contribuição de cada segmento para o PIB⁷⁷ do “setor” e a contribuição deste para a economia nacional através de sua colaboração com o PIB nacional.

Para a mensuração do PIB do CAI brasileiro recorreu-se ao conceito de Valor Adicionado (VA)⁷⁸ de cada segmento do “setor”, acrescido dos impostos que incidem sobre os bens e os serviços produzidos pelas respectivas atividades. Por fim, resultados surpreendentes para os agentes do Agronegócio. Roberto Rodrigues reconhece a surpresa ao apresentar a obra. O *Agribusiness* valeria apenas 20,6% do PIB nacional, ou seja, pouco mais de 1/5 dele. Fato que poderia ser explicado pela dificuldade de apoio à agricultura pelas políticas públicas, o crescimento superior dos demais setores, a crise com o plano real – a agricultura teria sido uma espécie de “âncora verde” da estabilização – e a própria exposição à concorrência internacional com a abertura comercial do País, sem planejamento.

⁷⁵ Atenção à ênfase no caráter de imparcialidade na construção dos dados.

⁷⁶ Os autores utilizam os conceitos macroeconômicos adotados no Sistema de Contas Nacionais o qual compreenderia um conjunto de contas que retratam as diversas etapas e transações realizadas pelos agentes econômicos, além de fornecerem uma visão sistemática das inter-relações entre os agentes, a partir da construção de um conjunto detalhado de contas, balanço e quadros, baseados em conceitos, classificações e regras de contabilidade.

⁷⁷ O Produto Interno Bruto é definido enquanto conceito de mercado que compreenderia o valor adicionado por segmento do CAI, acrescido do valor dos impostos, líquidos de subsídios, que incidem sobre bens e serviços produzidos pelas respectivas atividades. Os autores explicam que sendo a estimativa do PIB uma mensuração agregada dos valores dos bens e serviços finais produzidos pela economia de um país, região ou setor, não havia sentido o cálculo do PIB de cada atividade do CAI. Cf. op.cit., p.88

⁷⁸ Valor que expressa a renda gerada no processo produtivo. No caso em questão, os autores chegaram ao valor adicionado pelo cálculo da diferença entre o valor da produção e o consumo intermediário (definido pelo valor dos insumos que o “setor” necessitou para realizar a produção). Cf. op.cit., cap.III.

Rodrigues chama atenção para o fato de alcançar o valor da produção do agro 25% do valor total da produção do Brasil. E mais, o “setor” empregaria 37% dos trabalhadores e seria responsável por 40% das exportações levando ao superávit na balança comercial. Dados que afirmariam a superioridade do “setor” como o maior negócio nacional.

Vejamos como se dá a caracterização e o dimensionamento do *Sistema*, segundo pesquisa de Contini e Nunes.

Como era de se esperar, a caracterização do setor é feita pelo próprio conceito de *Agribusiness* de Davis e Goldberg cujos estudos teriam sido “*a primeira contribuição formal*” à caracterização das relações intersetoriais da agricultura com os demais setores da economia. Portanto, *Agribusiness* seria um complexo econômico que iria além da agropecuária (núcleo do CAI) e da agroindústria, envolvendo o comércio, o transporte, armazenamento e financiamento das atividades pertencentes ao mesmo. Uma figura explicativa adaptada do livro *Complexo Agroindustrial. O Agribusiness Brasileiro*, obra já mencionada, é apresentada.

O crescente número de publicações sobre o *Agronegócio* também é assinalado. Destaque para a Revista de *Economia e Sociologia Rural*, os *Anais do Congresso Sober*, bem como teses em Economia e Sociologia Rural da Universidade de Viçosa e Unicamp. A revista *Política Agrícola* do MAPA e os estudos do PENSA e da EMBRAPA são incluídos na lista.

Importa registrar os quatro blocos citados como mais importantes do CAI: 1) fornecedores de insumo e bens de produção; 2) produção agropecuária; 3) armazenamento, processamento e transformação e; 4) distribuição e consumo. (CONTINI; NUNES, 2001, p. 32-33)

Para dimensionar o “setor”, os autores empregaram a base conceitual de Contas Nacionais para a definição do conceito de VA no intuito de evitar dupla contagem da produção dos produtos. O conceito do valor adicionado de cada segmento foi utilizado pelos autores para tal mensuração a partir das informações estatísticas da referida fonte. Atenção para o fato de que tão importante quanto calcular o peso do CAI no PIB nacional, seria precisar a base conceitual da pesquisa realizada.

Nesse sentido, foram definidos os setores constitutivos do *Agribusiness* nacional. A agropecuária seria a atividade responsável pela produção de produtos vegetais e animais no

interior dos estabelecimentos rurais cujo ciclo produtivo seria determinado pelo calendário biológico de etapas sucessivas e interdependentes na produção, com forte influência de fatores edafoclimáticos que poderiam incluir riscos na produção. Núcleo do qual fariam parte as seguintes atividades: produtos vegetais provenientes da lavoura temporária (soja, trigo, milho, hortaliças etc) e permanentes (café, cacau, fruta); produtos animais (bovino, suíno etc); produtos de origem animal (leite, ovos, mel, outras); produção de exploração florestal, florestas nativas ou plantadas, (madeira, carvão vegetal, lenha etc); agroindústria rural (transformação de café em coco em café em grãos, produção de queijo e demais atividades realizadas no interior das unidades agropecuária) e pesca em águas fluviais ou pesca marítima. (Ibid., p.34-35)

Já o “*antes da porteira*” se constituiria pelos insumos e máquinas⁷⁹ para a agropecuária. Este corresponderia na terminologia de Leontif aos “*impactos para trás*” da atividade agropecuária sobre os setores fornecedores de insumos e máquinas. O cálculo deste componente foi realizado a partir do impacto direto que a atividade agropecuária exerce sobre tais setores ao longo do processo da produção de produtos animais e vegetais.

O “*depois da porteira*” foi classificado da seguinte forma: agroindústria e serviços. Serviços que quanto ao destino foram classificados em produtos *in natura* – produtos que chegam ao consumidor final sem passar por processamento industrial – e produtos processados – produtos transformados pelo setor industrial antes de chegar ao consumidor final (farinha, café torrado, vinho etc). O “*impacto para frente*” que a agropecuária exerceria a partir de tal produção ocorreria nas atividades de comércio, transporte e armazenagem.

Ainda para efeito de cálculo foi realizada a distinção entre atividades exclusivas do CAI e atividades parcialmente do CAI. Entre as primeiras, temos os produtos pertencentes exclusivamente do setor como óleos vegetais, celulose, café, indústria do açúcar, de laticínios entre outros. Entre as segundas, temos as atividades cujos produtos apenas em parte pertenceriam ao Complexo Agroindustrial Brasileiro. Entre elas: siderurgia e indústria da borracha, madeira e mobiliário, elementos químicos, indústria têxtil, vestuário e fabricação de calçados. Nas atividades de predomínio de produtos excluídos do CAI, o

⁷⁹ Insumos da agropecuária compreendem os produtos de origem da própria agropecuária empregados para consumo intra-setorial (sementes, rações, forragens etc), dos setores industriais (fertilizantes, defensivos, medicamentos veterinários, energia elétrica etc) e de serviços (comércio e transporte de insumos). Máquinas incluiriam tratores, colheitadeiras e implementos empregados na produção agropecuária. Cf. op.cit., p.35-38.

cálculo foi feito a partir dos insumos agropecuários que a atividade consome. Já nas atividades com predomínio de produtos do CAI, o procedimento foi contrário: foi estimada a produção das atividades não pertencentes ao mesmo a partir do peso que os gastos com insumos fora do *Agronegócio* representavam na totalidade das despesas dessas atividades. Parcela excluída tanto da produção quanto do consumo intermediário. (Ibid., p.53-82)

Concluídas as estimativas da contribuição de todas as atividades econômicas para o CAI, tem-se: R\$ 136.696 milhões para o valor adicionado total; R\$24.070 milhões para os impostos sobre seus produtos; R\$ 160.766 milhões para seu PIB e R\$778.886 milhões para o PIB nacional. Dados que levaram a porcentagem calculada de 20.6% de participação do PIB do *Agronegócio* no PIB brasileiro. (Ibid., p.90)

Vale mencionar, ainda, os valores dos três blocos constitutivos do CAI. Em relação à agropecuária teríamos como valor da produção R\$ 96.140 milhões e R\$ 38.329 milhões de consumo intermediário, totalizando R\$ 57.811 milhões de valor adicionado o qual representaria 42,3% do VA do CAI. Já a indústria de insumos e máquinas para agropecuária alcançaria R\$ 14.433 milhões de valor da produção e R\$ 8.981 milhões de consumo intermediário chegando a R\$ 6.252 milhões de valor adicionado que significaria 4,6% do VA do CAI. E por fim, agroindústria e serviços com R\$ 219.995 milhões de valor da produção (66,6% do valor da produção do CAI e 16,6% da economia nacional) e R\$ 147.362 milhões de consumo intermediário somando R\$ 72.633 milhões de valor adicionado expressando 53,1% do valor adicionado do Complexo Agroindustrial brasileiro. Este somando R\$ 136.696 representaria 19,7% do VA da economia nacional. (CONTINI; NUNES, 2001, p.88-90)

Importa mencionar que o total do coeficiente técnico – quantidade de matéria prima utilizada por determinada atividade econômica em seu processo produtivo – do Complexo totalizaria 58,9% – valor expressivo da interdependência do “setor”. Já a atividade de menor coeficiente seria a própria agropecuária (39,9%) e a de maior seria a de fabricação de óleos vegetais (85,5%). O valor total do valor da produção (soma dos três componentes principais do CAI) chegaria R\$ 330.568 milhões (25% da economia) e a R\$ 194.672 milhões o consumo intermediário. Valores através dos quais se calculou o coeficiente técnico. (Ibid., p.91)

Por último, concluo com alguns dados referentes à geração de emprego no CAI divulgados na obra. Na agropecuária teríamos 62,7% das pessoas empregadas no *Agribusiness* nacional. Total de 13.906 mil pessoas. Na agroindústria e serviços para agropecuária teríamos 36,2% da mão de obra totalizando 8.043 mil pessoas. Nada se fala sobre as condições de trabalho ou a crescente utilização de mão de obra secundária. Ao leitor nada é mencionado sobre o trabalho temporário ou sobre níveis de salários.

Em *Recursos Humanos e Agronegócio: a evolução do perfil profissional* (2005), o Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais – GEPAI – da Universidade Federal de São Carlos, com financiamento do Fundo de Agronegócios do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), contando com o apoio da ABAG, da EMBRAPA e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, torna público o que seria o perfil profissional demandado pelas empresas do “*Sistema*”. Tarefa que se somou à identificação da evolução quantitativa e qualitativa dos cursos destinados à formação de recursos humanos para o *Agronegócio*. O confronto dos dados levantados, segundo os autores, possibilitou ajustes nos cursos para que os mesmos atendessem à demanda do mercado de trabalho.

Em prefácio da obra, Roberto Rodrigues relaciona a expansão dos referidos cursos com a visão positiva do *Agronegócio* entre a juventude: “*O campo passa a ser visto como um dos setores mais dinâmicos e recompensadores do ponto de vista da geração de emprego e renda. A atração para o setor de jovens talentos profissionais é uma das conseqüências mais imediatas desta situação.*” (BATALHA et.al., 2005, p.12)

Rodrigues ressalta o valor da referida obra destacando os ajustes dos cursos tradicionais, bem como a criação de novos cursos desde a publicação do primeiro livro do gênero (2000). Fato que nos leva a reconhecer a importância da atividade editorial em termos de intervenção na realidade concreta. Além de identificar o que procuram os empregadores, a pesquisa aponta quais as instituições aptas a dar suporte aos mesmos em termos de mão de obra especializada – está formada a conexão entre empregadores e instituições de ensino. Vale assinalar que a pesquisa é direcionada ao profissional de gerenciamento. Tratemos dos resultados da mesma.

Devo registrar que antes da apresentação dos resultados obtidos pelo estudo, os autores mencionam pesquisas de diversos países as quais concluíram que entre as principais

habilidade priorizadas pelas empresas do *Agribusiness* estariam as características interpessoais e comunicativas seguidas das habilidades em “*Negócios e Economia*” e por último, o domínio de habilidades técnicas como conhecimentos dos sistemas de produção agrícola, tecnologias de criação de gado, biotecnologia, bioquímica e ciência dos alimentos. Já em relação aos ajustes feitos nos cursos superiores para adequá-los à demanda das empresas, destaque para o aumento da participação das disciplinas de *Economia Agrícola e Economia e Negócios* com registro de expansão também na área de *Treinamento e Gestão dos Negócios Agroindustriais*, bem como de *Habilidades Comunicativas*. O decréscimo das disciplinas relacionadas à agricultura técnica e científica é assinalado. (Ibid., p.36) A redução na ênfase técnica teria se dado para proporcionar ao estudante um treinamento extra em habilidades de comunicação e de negócios, segundo Batalha et.al.

Os autores lembram que a primeira pesquisa brasileira nesta área – iniciada em 1998 cujos resultados foram publicados em 2000 – teria constatado que as exigências dos empregadores do *Agronegócio* não diferia “substancialmente” do que era solicitado pelo patronato estrangeiro. Dessa forma, também por aqui se priorizava as características interpessoais e as habilidade comunicativas. Em seqüência os conhecimentos em: *Economia e Gestão; Tecnologia de Produção; Métodos Quantitativos Computacionais e Sistemas de Informação*; e, finalmente, *Experiência Profissional Desejada*. (Ibid., p.39)

As exigências se dariam no sentido de formar profissionais capazes de atuar nos três grandes macrosssegmentos que formam as cadeias de produção agroindustrial (insumos, agropecuária, industrialização e comercialização).

Objetivando atualizar os dados coletados em 2000, bem como identificar as novas iniciativas do ensino superior em relação à formação de recursos humanos para o *Agronegócio* e confrontá-las com a demanda dos agentes socioeconômicos do “setor”, nova pesquisa em 2004 foi realizada e seus resultados estariam sendo publicados pela obra em questão .

Nesse sentido, as primeiras observações feitas dizem respeito à metodologia da pesquisa. Para coletar os dados referentes ao perfil do profissional demandado pelas empresas do *Agronegócio* foram empregadas duas metodologias: uma qualitativa e uma quantitativa. A metodologia qualitativa teria se baseado no estudo de caso com 19

empresas⁸⁰ as quais teriam sido selecionadas em função de sua representatividade. Tais empresas se enquadrariam em 10 setores do *Agronegócio: Entidades de Representação, Cooperativas Agropecuárias, Distribuição, Financeiro, Indústrias Agroalimentares, Insumos Agropecuários e Agroindústrias, Pesquisa e Consultoria, Tradings e Exportadoras, Transporte e Armazenagem e Produção Agropecuária.*

Em relação à metodologia quantitativa, o método de pesquisa de avaliação ou survey foi empregado. Tarefa que exigiu o envio de questionário por correio para as empresas ou a disponibilização do link do material na internet. Os autores chamam atenção para o fato de que para ter acesso às empresas selecionadas foi realizado contato com as associações das quais as mesmas participavam para a elaboração de um banco de dados com as empresas ligadas à diferentes associações. Ao todo foram contatadas 34 associações para solicitar a relação de seus respectivos associados. Número superior ao da pesquisa anterior em que apenas 14 associações teriam sido contatadas. Fato que atestaria o aumento da variedade dos setores participantes, bem como teria possibilitado a verificação da redução do número de associados para cada entidade de representação. Apesar do silêncio em relação ao significado da referida constatação, não escapa ao leitor o indício material de especialização da própria representação. Logo, os múltiplos interesses dos diversos segmentos do *Agronegócio* e a segmentação da representação.

De um total de 11.469 questionários enviados, teriam retornado apenas 619 questionários. Registrando uma taxa de retorno de 5,40%, identifica-se um relativo aumento em relação à pesquisa anterior cuja taxa teria registrado 4,67%. Cabe ressaltar que em função da baixa taxa de retorno do setor financeiro a FEBRABAN (Federação

⁸⁰ Registra-se os agradecimentos as empresas entrevistadas, bem como as instituições de ensino superior. Entre as primeiras: OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras); CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil); COCAMAR; Coamo Agroindustrial Cooperativa; Grupo Pão de Açúcar/Companhia Brasileira de Distribuição; Atacadão Distrib., Com. E Ind. Ltda; Banco do Brasil; Bradesco Corporate; Nestlé Brasil Ltda; SADIA S.A.; BASF S.A.; SYNGENTA; EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária); IEA (Estudos de Economia Agrícola); Citrovita Agro Industrial Ltda; Grupo BUNGE; Prof. José Vicente Caixeta-Filho (ESALQ-USP); Sr. Paulo Rodrigues (Produtor Rural). Em relação às instituições de ensino: Faculdade Visconde de Cairú, Universidade Estadual Paulista (Jaboticabal), Universidade Católica de Goiás, Faculdade Cenequista de Bento Gonçalves, Instituto de Educação Superior UNYAHNA Barreiras, Faculdade Sul Brasil, Faculdade São Luis, Faculdade Santa Giulia, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Viçosa, Universidade Salgado de Oliveira, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Centro Universitário Barão de Mauá, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Universidade Estadual de Maringá, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade de Brasília, Universidade de Goiás.

Brasileira de Bancos) foi excluída da pesquisa. O setor teria sido representado, em grande parte, pelas cooperativas de crédito. Os setores de Tradings e Exportadoras e Transporte e Armazenagem também teriam registrado baixa taxa de retorno.

Os critérios de avaliação das respostas dos questionários foram: identificação do porte da empresa, identificação do mercado de atuação, a posição funcional do respondente e a localização regional das empresas. Destaque para o predomínio da região sudeste em razão da maior parte das centrais localizarem-se na cidade de São Paulo.

Cabe mencionar que para identificar o perfil profissional de gerenciamento demandado pelas empresas foi analisada a pontuação atribuída às habilidades e conhecimentos pertencentes aos seguintes tópicos: *Qualidades Pessoais, Comunicação e Expressão, Economia e Gestão, Métodos Quantitativos Computacionais e Sistema de Informação, Tecnologia de Produção e Experiência Profissional Desejada.*

É assinalado que 44,6% das empresas entrevistadas foram classificadas como de pequeno porte e 13,4% de grande porte. O segmento com maior taxa de retorno foi o de Insumos Agropecuários e Agroindustriais, seguido das Cooperativas agropecuárias. Em relação ao mercado de atuação, as empresas de atuação regional obtiveram a maior taxa de retorno, seguida das de atuação nacional. Já no que diz respeito à localização, as empresas do sudeste e sul representaram as maiores taxas de retorno, respectivamente. Informações importantes para a apreensão dos dados coletados pela pesquisa uma vez que empresas de grande porte e de atuação internacional tiveram baixas taxas de retorno. De tal forma se compreende o porquê de conhecimentos como o de economia internacional, políticas agrícolas internacionais e comércio internacional tão pouco interessar aos empregadores. De acordo com a taxa de retorno da pesquisa, tais conhecimentos ocupariam a 22^a, 23^a e 25^a posições, respectivamente, no ranking das disciplinas da área de *Economia e Gestão*. Atenção para o lugar ocupado pelos conhecimentos em *Gestão Ambiental*. A pontuação auferida coloca a área em 16^o lugar.

De um modo geral verificou-se que as habilidades e os conhecimentos considerados prioritários pelas empresas concentra-se nas áreas de *Qualidades Pessoais* e de *Comunicação e Expressão*. Logo, a esfera da interação e do relacionamento interpessoal seria chave para os contratantes. Mais do que habilidades técnicas espera-se que os funcionários sejam pró-ativos e participantes no cotidiano da empresa, principalmente no que diz respeito à

visualização de oportunidades de negócios. As habilidades e conhecimentos técnicos são secundarizados podendo ser ensinados pela própria empresa durante o período de adaptação dos contratados.

Destaque para a constatação de que a avaliação do candidato em relação aos conhecimentos na área de *Economia e Gestão* se dar a partir do renome e legitimidade da instituição de ensino na qual se formou. Outro ponto é a redução das exigências sobre o domínio de língua estrangeira. Contudo, assinala-se a preferência do inglês (79%), seguido do espanhol (41%) e até do mandarim – agregado na categoria “outros” que totalizou 5% – simbolizando o interesse pelo mercado asiático.

Vale mencionar a não alteração da hierarquia das áreas de conhecimento gerada pela análise global das empresas, seja quando se analisa os dados por porte das mesmas ou a posição funcional do respondente. Contudo, os autores apontam as diferenças ocorridas ao se avaliar os questionários sob o critério de localização das empresas. (BATALHA et.al., 2005, p.48-49) Assim, apontam que tanto na região norte quanto na região sul ocorreria uma inversão entre as pontuações dos tópicos *Tecnologias de Produção* (sobrevalorização) e *Métodos Quantitativos Computacionais e SIs*.

Apesar da pontuação contabilizada afirmar a importância de todos os conhecimentos da área *Economia e Gestão*, o conhecimento em planejamento estratégico em razão da valorização da formulação e implementação de planos de longo prazo é destacado: “Isto é, pode-se afirmar que as empresas requerem que seus profissionais, de nível de gerenciamento, atuem de forma a identificar os objetivos da empresa, orientar suas atividades conforme estes objetivos, bem como buscar os melhores meios para alcançá-los[...]” (Ibid., p.50) Os conhecimentos em *Gestão de Qualidade* ficaram em 5ª posição e os relacionados à *Gestão Ambiental* em 16ª posição.

Após essa breve síntese da análise global das empresas pesquisadas, vale mencionar os resultados específicos relacionados ao segmento de representação.

Nesse sentido, chamo atenção para as *Entidades de Representação* – segmento constituído por associações, sindicatos e cooperativas – cuja especialização é apontada pelos autores. Entre suas atividades, destaque para a conscientização sobre a representação política, a sensibilização da sociedade em relação aos problemas do “setor”, a realização de

encontros e debates sobre temáticas de interesse, além da difusão de informações entre outras tarefas.

De acordo com a tabela construída, nota-se a priorização da área de *Qualidades Pessoais* cuja razão se daria em função da própria natureza das referidas organizações as quais buscam em seus profissionais características condizentes com a função de agentes da representação de interesses. Logo, destaca-se a capacidade de negociação, de tomada de decisão e de resolução de problemas. Repete-se a mesma hierarquia entre as áreas de saber constatada na análise global das empresas.

Em relação às áreas pontuadas para a constituição do perfil demandado, destaco *Economia e Gestão, Comunicação e Expressão, Qualidades Pessoais e Experiência Profissional* por considerar serem as áreas que melhor sintetizam a caracterização do perfil apresentado. Vejamos.

Em *Economia e Gestão*, destaque para os conhecimentos em Políticas Agrícolas nacionais, Planejamento Estratégico e implementação de ações, Cadeias Agroindustriais e Macroeconomia. Resultado cuja explicação residiria no fato dos referidos conhecimentos abordarem fatores que influenciariam diretamente as empresas. Curioso o fato dos conhecimentos em relação à *Legislação, Gestão da Qualidade e Gestão Ambiental* estarem em 15^a, 17^a e 22^a posições, respectivamente. (BATALHA, 2005, p.55-56) Dados que demonstram mais uma vez a pouca internalização da problemática dos custos socioambientais pelas empresas.

Em *Comunicação e Expressão* ênfase nos seguintes itens: expressar ideias de forma escrita, expressar ideias oralmente, falar clara e concisamente sobre informações técnicas. Já em relação às *Qualidades Pessoais* todos os itens foram considerados como absolutamente necessários. Na lista, temos: alto padrão moral/ético, iniciativa, capacidade de tomada de decisões e resolução de problemas, capacidade de trabalho em grupo, flexibilidade/adaptabilidade, criatividade, comunicação persuasiva, liderança e capacidade de lidar com falhas, rejeição e stress.

Por fim, na área de *Experiência profissional* foram incluídos alguns conhecimentos não considerados na análise global das empresas entrevistadas. Os autores acrescentam os seguintes itens: experiência internacional e experiência em instituições financeiras.

Contudo, considerando os dados, a ênfase recai nas áreas de produção agropecuária, desenvolvimento de plano de negócios e em implementação de negócios. (Ibid., p.57-58)

Outro segmento relevante dentro dessa seleção é o das próprias cooperativas agropecuárias. Os autores destacam como função das mesmas a prestação de serviços como compra conjunta de insumos e venda conjunta da produção dos cooperados, assistência técnica, armazenagem da produção e industrialização de matérias-primas agropecuárias.

Divergindo da hierarquia da análise global das empresas, o conhecimento sobre planejamento estratégico inverteu de posição com o conhecimento em termos de implementação, análise e controle de custos de produção. Este, segundo as tabelas apresentadas, passou a ocupar a primeira colocação. Obviamente considerando a importância dos baixos custos para que empresas de pequeno porte mantenham-se no mercado.

Ainda no tópico *Economia e Gestão*, temos em 3º lugar o marketing, seguido de Políticas Agrícolas Nacionais tendo mais adiante Gestão da Qualidade em 8ª posição. Em 16º lugar Legislação e em 17º Cadeias Agroindustriais, ficando Gestão Ambiental em 19ª posição. (BATALHA et.al., 2005, p.60)

Vale frisar que em *Comunicação e Expressão* temos, novamente, a valorização das habilidades de se expressar e escrever bem. Já as qualidades pessoais priorizadas são idênticas às já vistas em “Entidades de Representação”.

No que diz respeito à experiência profissional, a necessidade de experiência em bolsa de mercadorias e futuros e em instituição financeira é incluída. Contudo, tais exigências são menos valorizadas do que as tradicionais áreas como produção agropecuária, mercado varejista e/ou atacadista e passagem por empresa agroindustrial nacional.

As demandas das cooperativas de crédito foram analisadas separadamente no segmento financeiro. Em *Economia e Gestão* temos a priorização dos conhecimentos em finanças, macroeconomia, investimentos, planejamento estratégico, políticas agrícolas nacionais e legislação – em ordem decrescente de importância. Em 13ª posição temos gestão de qualidade e 16ª cadeias agroindustriais. Gestão ambiental cai para 24º lugar. Vale assinalar que a pontuação apresentada vai até a 25ª posição.

Em *Comunicação e Expressão* repete-se a hierarquia de valores apresentada pelo segmento anterior. Já em relação à *Qualidades Pessoais*, a pesquisa aponta inversões em relação ao referido segmento. Com exceção da primeira e segunda posições, todas as outras

capacidades recebem pontuação diferentes. Comunicação persuasiva de 7º lugar sobe para 4º e a capacidade de tomar decisões da 3ª posição desce para a 5ª posição, por exemplo.

Por fim, em *Experiência Profissional Desejada* temos novamente inversões. A passagem por instituições financeiras passa a ocupar a 1ª posição na tabela, bem como a experiência em bolsa de mercadorias e futuro do 10º lugar passa para a 5ª posição. Outra diferença fica por conta do conhecimento em produção agropecuária que do 1º lugar cai para o 7º lugar.

Os autores apresentam, após análise curricular e exame das entrevistas com coordenadores dos cursos selecionados para objeto de pesquisa, tabela em que identificam os cursos ajustados e não ajustados às demandas das empresas. O resultado demonstra a adequação da maior parte dos cursos. Exceção seriam os cursos de Agronomia e Engenharia Agrícola no nível do Pós StS, Ciência e Engenharia Florestal e Engenharia de Aquicultura, Engenharia de Pesca e Nutrição. Cursos os quais não estariam ajustados às exigências de nenhum dos segmentos do *Agronegócio*. (Ibid., p.161)

Ao conjunto das obras apresentado somam-se dezenas de obras produzidas em parceria com agências constitutivas da rede criada pelo Agronegócio. Contudo, reafirmo o valor das obras selecionadas por materializarem o trabalho orgânico com o qual a ABAG está comprometida desde sua fundação. Trajetória a qual se confunde com a consolidação do próprio Agronegócio e seu exercício de acomodação da ideia de *Agribusiness*.

Capítulo II - Associação Brasileira de Agribusiness: a organicidade de um Partido

*A origem: cenário e personagens.
Ideologia Sistêmica do Agronegócio
e Estruturas Ideológicas.*

2.1 A origem: cenário e personagens

Devo destacar que o presente tópico busca apresentar a gênese e o papel social da ABAG tendo como base o relato de um de seus principais agentes e figura de destaque do Agronegócio (refiro-me a Roberto Rodrigues⁸¹), bem como a leitura do Estatuto da referida Associação e dos estudos sobre o processo de mobilização do patronato/empresariado rural no Brasil cujos limites de inovação são dados pela materialidade de uma “modernização conservadora” – no sentido do que conserva através de reformas moleculares. Processo do qual a fundação da Associação não deve ser descolada.

Como fonte foi usado, ainda, o material de divulgação produzido pela própria ABAG. Vale assinalar que a problemática da distinção entre representação formal e representação real⁸² não foi secundarizada, considerada sua relevância para se pensar o lugar do formal – atribuído à Associação Brasileira de Agribusiness por seus próprios agentes – no processo de institucionalização de interesses do Agronegócio. Vejamos.

A Associação Brasileira de Agribusiness foi apresentada oficialmente em 06/05/1993 no auditório Nereu Ramos, no Congresso Nacional, em uma cerimônia para poucos. Segundo registro da ABAG, o número de presentes à cerimônia totalizaria 150

⁸¹ Paulista de Cordeirópolis, formou-se em Agronomia pela ESALQ/USP em 1965 e possui curso de aperfeiçoamento em administração rural. Atualmente, coordena o GV-Agro/FGV-SP, é professor do Departamento de Economia Rural da Unesp-Jaboticabal, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e co-chair da Comissão Interamericana do Etanol – atividades que se somam ao dia-a-dia de empresário rural (São Paulo/Maranhão). Rodrigues presidiu ainda a OCB-Organização das Cooperativas Brasileiras (1985 a 1991), a SRB-Sociedade Rural Brasileira (1994 a 1996) e a ACI-Aliança Cooperativa Internacional (1997 a 2001), além da própria ABAG (1999 a 2002). Entre os inúmeros cargos que ocupou, inclui-se ainda o de Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Jan./2003 a Jun./2006). A extensa lista de ocupações revela uma posição social marcada pelo forte capital social e poder de direção. Um dos principais elaboradores do Agronegócio, o ex-Ministro ainda é figura de peso do referido movimento político-ideológico.

⁸² Ver Silva (1991).

pessoas. Para o grande público a Associação foi apresentada em 14 de junho do referido ano, em evento na cidade de São Paulo. Tratava-se do *Seminário de Agribusiness* onde questões ligadas à Segurança Alimentar; ao *Agribusiness* – conceito e abrangência; ao Tamanho e Custo do Estado e Infra-Estrutura e o *Agribusiness Brasileiro* foram discutidas.⁸³ Temário que revela a organicidade do evento, considerado o contexto de sua realização – revisão da Carta de 1988 e eleição da fome como problema nacional –, bem como a própria estratégia de representação empregada pela ABAG baseada no tratamento sistêmico de temas de interesse comum viabilizando a “orquestração de interesses”⁸⁴ no Agronegócio.

Fato nada surpreendente levando em conta o movimento de institucionalização de interesses sob um ideologia organizadora do discurso e da prática do empresariado rural no sentido de dotá-lo de capacidade de direção do “*novo rural*” brasileiro.

Nesse sentido, a ABAG busca congrega os interesses de suas bases sociais diluindo o conflito, deslocando-o para as organizações de representação real. No plano formal não haveria espaço para dissenso. O consenso deve imperar para traduzir-se em hegemonia mesmo que não se ignore a produção conflitiva do mesmo.

Vale assinalar que a fundação da Associação não teve grande repercussão. Pequenas notas (referentes aos dias 06/05/1993 e 07/05/1993) foram encontradas em jornais como *O Estado de São Paulo*, *Gazeta Mercantil* e *Folha de São Paulo*.

Em edição da *Gazeta* datada de 07/05/1993 (Seção Agropecuária), o discurso de Ney Bittencourt, no evento em questão, é mencionado. Sob título “*Abag propõe subsídios aos alimentos*”, destaca-se a defesa de um programa de subsídios que, em tese, beneficiaria aos pobres do País. De acordo com a referida nota, Araújo teria defendido que a parceria entre Governo e segmentos do *Agribusiness* resultaria, a médio e longo prazo, na solução das distorções existentes nas cadeias do *Sistema* ocasionando redução dos preços dos alimentos. Fato que possibilitaria um maior acesso aos mesmos. Trecho do discurso de Araújo é transcrito para demonstrar a ênfase na elaboração de uma Política de Segurança Alimentar:

O Brasil é o quarto exportador de produtos do agribusiness mundial e a sexta população mal nutrida do planeta. Acima de uma política agrícola, de uma política de agribusiness, condicionante mesmo de nossa política

⁸³ Conferir em *10 Anos Abag. Em defesa do desenvolvimento do País*, p.4. Material divulgado durante as festividades dos 10 anos da Associação.

⁸⁴ Ver Silva (1996). Obra na qual se discute a forma como se deu a acomodação dos múltiplos interesses nascidos da especialização da produção.

de desenvolvimento como nação, cumpre discutir a urgência e o compromisso de uma política de alimentos. (Gazeta Mercantil, 1993, p. 15)

Araújo fala com a autoridade de quem apresenta a Segurança Alimentar (SA) como a principal responsabilidade social do *Sistema*. Atribuição que legitimaria as demandas de seus agentes. Nesse sentido, ao tratar da SA, a ABAG a apresenta como produto exclusivo da marca *Agronegócio*.⁸⁵

Atuação que evidencia importante aspecto a considerar. Trata-se da Segurança Alimentar enquanto objeto de políticas governamentais e como tal elemento de disputa especialmente quando utilizado para “[...]legitimar a pretensão de algum tipo de tratamento diferenciado por parte do Estado.” (MALUF, 2007, p.15)

Vale lembrar a especificidade do termo quando empregado no Brasil. Renato Maluf⁸⁶ ressalta o acréscimo do adjetivo “nutricional” e explica: “O propósito foi interligar os dois principais enfoques que estiveram na base da evolução dessa noção no Brasil, que são socioeconômico e o de saúde e nutrição, expressando perspectiva intersetorial que orientou a construção do enfoque da SAN entre nós.” (Ibid., p.18)

O pesquisador chama atenção ainda para o fato de que, enquanto objeto de ações e políticas públicas, a SAN estaria subordinada a dois princípios. Refere-se ao direito humano à alimentação e à soberania alimentar. A referida vinculação e a intersetorialidade das ações exigidas distinguiria o referido enfoque dos usos correntes “[...]por governos, organismos internacionais e representações empresariais vinculadas às grandes corporações e ao ‘agronegócio.’” (Ibid., p.19)

Considerações que devem ser levadas em conta ao resgatarmos a participação de Araújo no Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), criado em Abril de 1993⁸⁷, cuja função era assessorar o Executivo em relação à temática. Formado “[...]por 10

⁸⁵ Produto cuja oferta veio a se somar, nos anos 2000, à promessa de atender a outra valiosa demanda. Falo da Sustentabilidade. Campo em que se disputa as regulações socioambientais e culturais da produção dos alimentos e portanto, torna-se objeto de interesse do empresariado rural.

⁸⁶ Para conferir a trajetória do conceito de SA e os usos do mesmo ver Maluf (2007).

⁸⁷ A iniciativa durou até fins de 1994. Iniciado o Governo de Fernando Henrique Cardoso, o CONSEA foi substituído pelo *Comunidade Solidária*, um programa cujo intuito inicial seria ampliar a experiência do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, mas que acabou “[...] em direção contrária à incorporação da SAN como objetivo estratégico orientador de políticas públicas.” (MALUF, 2007, p.85) Em março de 2003, tendo como Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, o CONSEA foi recriado com a divulgação do *Fome Zero*. Para discussão em detalhe sobre o Conselho e sua experiência em esferas regionais verificar Moura (2009).

ministros de Estado e 21 representantes da sociedade civil designados por iniciativa do Presidente da República a partir de indicações do Movimento pela Ética na Política”, o referido Conselho teria se mostrado como um espaço de natureza conflituosa cujo êxito teria sido a introdução da Segurança Alimentar na agenda nacional. (Ibid., p.82-83)

E é enquanto espaço organizador da realidade por sua natureza deliberativa que o CONSEA despertava/desperta interesse dos atores sociais. E foi como um desses atores é que Ney B. de Araújo participou do referido espaço.⁸⁸

Para Renato Maluf, atual presidente do CONSEA, a intervenção da ABAG em tal campo se definira da seguinte forma:

Com base num enfoque enviesado pelos interesses econômicos e pela autovalorização das atividades do setor que representa, a Abag atribuiu à segurança alimentar a capacidade de ‘imprimir dinâmica ao processo de desenvolvimento de uma sociedade organizada’, assegurando uma demanda sustentada que lhe permite retomar o crescimento. (MALUF, 2007, p.87)

Não há dúvidas de que ao apresentar o *Sistema* enquanto principal base de implementação da Segurança Alimentar, a Associação dá claro exemplo do *lobby* classista cuja força de atuação tem se apresentado como poderoso instrumento no processo de institucionalização dos interesses do Agronegócio.

Voltando ao evento de lançamento da Associação, a presença de Lázaro Barbosa – então Ministro da Agricultura – também acabou rendendo nota na Gazeta Mercantil. Em seu discurso, Barbosa teria enfatizado o papel da ABAG no desenvolvimento de uma política de Segurança Alimentar.

Sem maiores detalhes, as notícias surpreendem pela pouca atenção dispensada ao evento. Não se divulga sequer a lista das autoridades presentes à cerimônia. Fato que sinaliza uma certa naturalização da proximidade entre determinados grupos sociais e o Poder. Afinal, trata-se de uma cerimônia no Congresso Nacional em que o próprio Ministro da Agricultura confirma a importância de dada associação – representante de interesses específicos – para a condução de uma questão nacional.

⁸⁸ Entre os estudos sobre a atuação da ABAG, destaque para dissertação de Marques (1996) cujo objeto de análise foi a intervenção da Associação no campo da Segurança Alimentar. A referida pesquisa é resgatada adiante.

Ainda na referida nota, a afirmação de Ney Bittencourt de que a ABAG se assemelharia a um “*banco de informações*” é destacada. Além da proposta de uma Política de Segurança Alimentar publicada naquele ano, a Associação estaria elaborando estudos sobre o Mercosul e a Reforma Constitucional. Material que, apesar de não ter sido localizado, possivelmente tem seu conteúdo reproduzido nas demandas e proposições explicitadas nas obras selecionadas para exame, bem como no conteúdo difundido pelas estruturas ideológicas resgatadas dada a linha de continuidade apresentada no discurso da ABAG cujo pleito, muitas vezes, é formalizado em documentos encaminhados ao Executivo. A título de exemplo, o material enviado a Fernando Henrique Cardoso (1994). Vale lembrar (também) as propostas encaminhadas aos presidentiáveis no período de campanha. O documento “*Propostas do Agronegócio para o próximo Presidente da República*” elaborado para as eleições de 2006 constitui exemplo da referida prática.

A defesa de Ney Bittencourt de que o Brasil deveria solucionar seus problemas econômicos antes da implementação do livre mercado⁸⁹ com Argentina, Uruguai e Paraguai igualmente foi divulgada pela *Gazeta Mercantil*. No mais, em resumo, o registro da apresentação oficial da ABAG (considerando os três jornais consultados) se reduz à notícia de uma Associação em torno da qual se reuniriam os atores ligados ao *Agribusiness nacional* – tratado como novidade conceitual – cuja participação no PIB brasileiro seria de 40%. Enfim, não se encontra nenhuma análise política sobre a articulação de interesses que se desenvolvia.

Examinando o discurso de Araújo como primeiro presidente da ABAG, na íntegra, percebe-se o que acabou se constituindo em elementos estruturantes da matriz discursiva da referida Associação. Refiro-me àqueles que seriam os quatro problemas estruturais nacionais apontados pelo patrono do *Sistema*: desenvolvimento sustentado, integração à economia internacional, eliminação das desigualdades de renda e bolsões de miséria e respeito ao meio ambiente.

⁸⁹ Vale comentar a visão gramsciana de livre mercado enquanto regulação do Estado. Segundo o pensador italiano, a tese liberal constituiria um erro teórico por basear-se na distinção entre sociedade civil e sociedade política cuja natureza metodológica é transformada em orgânica. “*Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em sua regulamentação. Mas, dado que sociedade civil e o Estado se identificam na realidade dos fatos, deve-se estabelecer que também o liberalismo é uma*” regulamentação “*de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico.*” Ver Gramsci (2007, v.3).

De acordo com Ney Bittencourt, o primeiro deles exigiria vantagens competitivas, requeria “[...]um modelo baseado[...]em condições pré-existentes de modelos de produção competitivos que permitam, sem artificialismos, fazer deslanchar a economia do país de forma estável.” Já a integração à economia internacional a este estaria condicionada. O Brasil necessitaria de atividades econômicas competitivas para ser capaz de disputar nichos de mercado.

Em relação ao problema social, ao lado da educação e da eliminação dos desperdícios de recursos nacionais, Araújo defendia a interiorização do desenvolvimento com atividades que agregassem valor e produzissem emprego. Em termos de meio ambiente, a solução seria o desenvolvimento econômico, educacional, científico e tecnológico. “*A miséria e a ignorância são perigosos agentes de poluição*”, afirmava Ney Bittencourt. (ARAÚJO, 1993, p.1) Araújo parecia ignorar o alto índice de entropia causado pelas grandes corporações tidas como símbolo de desenvolvimento econômico e tecnológico.

O empresário atribuía a existência do modelo (*Agribusiness*) – o qual equacionaria os problemas nacionais – ao inadequado processo de industrialização. De um lado, a rápida tecnificação do setor rural teria originado um novo segmento antes da porteira da fazenda – refere-se à pesquisa, experimentação, máquinas, equipamentos, corretivos e fertilizantes, entre outros. De outro, a urbanização teria gerado a extensão do segmento depois da porteira – ou seja, armazenagem, transporte, processamento e embalagem, industrialização e distribuição de produtos agrícolas ou deles derivados. Cenário em que o

[...] agricultor passou a ser um especialista em plantar e criar, em íntima interdependência com os segmentos a montante e a jusante da fazenda. Nesse momento desenvolveu-se a agroindústria (moderna e tecnificada), que passa à liderança do processo produtivo, e surgem as mais eficientes cadeias[...]Consolidam-se as grandes cooperativas.(ARAÚJO, 1993, p.3)

Processo que não seria privilégio nacional. O surgimento do que seria um novo “*Sistema*” teria sido identificado e nomeado por pesquisadores de Harvard na década de 1950. Refere-se a Davis e Goldberg cujas ideias passaram a influenciar os agentes envolvidos com os negócios em torno da agricultura brasileira em razão de sua adequação à necessidade de reestruturação da representação política dos mesmos. Realidade

materializada no esforço de Araújo para a acomodação da referida visão entre seus pares. Fato que pode ter na aproximação com Décio Zylbersztajn⁹⁰ e suas idas a Harvard, um entre os inúmeros exemplos. Aliás, o próprio Zylbersztajn (então ligado à Agrocere) afirma ter ido a referida Universidade a convite de Araújo. Ao retornar ao Brasil, o economista funda o PENSA no ano de 1990. Fato já mencionado na introdução desta dissertação.

Em depoimento sobre a origem da ABAG, Roberto Rodrigues⁹¹ reforça a importância de Ney Bittencourt para a difusão do conceito de *Agribusiness* entre seus pares, bem como seus esforços para fortalecer o “setor”, considerando a nova visão. O ex-Ministro da Agricultura enfatiza a insistência de Araújo para a fundação de uma associação que traduzisse o referido conceito representando politicamente o *Sistema*.

Nomes como os de Alberto Veiga, Alysson Paulinelli, Antônio Ernesto Werna de Salvo e Flávio P. Teles de Menezes são destacados como importantes colaboradores na causa do *Agronegócio* – e porque não falar em Agronegócio também – e no próprio processo que levou à fundação da Associação Brasileira de Agribusiness.

Vale lembrar que Paulinelli, prefaciando o primeiro volume (intitulado *Antes da Tormenta*) de uma trilogia com os principais artigos de Roberto Rodrigues, afirma ter conhecido Rodrigues (a quem se refere como “*Dr. Toninho Rodrigues*”) através de seu pai. Roberto Rodrigues presidia a OCB quando Alysson Paulinelli assumiu o cargo de Ministro da Agricultura. Cargo que ocupara “ *muito novo*”. Fato que o teria levado a recorrer a “*líderes mais experientes e vividos*” durante sua gestão. Nesse sentido, teria encontrado no “*Dr. Toninho Rodrigues*” mais que um conselheiro. Teria nele encontrado um amigo.⁹²

Paulinelli recorda ainda que com a proximidade da Constituinte foi procurado por um grupo de representantes de Federações da Agricultura que o sugeriu que se candidatasse à presidência da CNA. A principal “*trincheira*” – termo bem significativo considerando o

⁹⁰ Durante um ano busquei agendar entrevista com Décio Zylbersztajn e embora o mesmo tenha acenado com a possibilidade da mesma ocorrer no próprio Pensa ou por Skype, não foi possível a realização da referida entrevista dentro do prazo de fechamento desta dissertação.

⁹¹ Em entrevista realizada com o mesmo no GV-AGRO/SP em setembro de 2008. Atenção para a importância da referida base de atuação enquanto mecanismo de institucionalização de interesses do empresariado rural. Vale lembrar os serviços de assessoria, formação de quadros e elaboração de pesquisas oferecidos pela referida agência.

⁹² Ver em Rodrigues (2008a). Obra na qual o autor reúne seus próprios artigos – com temáticas relacionadas ao *Agronegócio* – publicados entre os anos de 1975 e 2003. Lembremos-nos de que Rodrigues tomou posse no MAPA neste último ano.

enfoque sob o qual examino a ABAG – do “setor” estaria sem representante. Cargo para o qual se candidatara e que embora eleito não pôde tomar posse. Contudo, ao eleger-se em 1986 Deputado Federal Constituinte por Minas teria conseguido reaver sua posição na CNA. O empresário afirma que enquanto constituinte tinha o objetivo de realizar uma “*limpeza*” cujo grupo alvo seria a esquerda revolucionária que “*tirava o sono*”. E mais, as figuras de Roberto Rodrigues e Flávio Teles de Menezes são destacadas como a salvação da Constituinte.

Alysson Paulinelli identifica na formação da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB) a defesa da propriedade privada, da livre iniciativa, da competência produtiva e da gestão profissional privada. Já a UDR teria servido para enfrentar os excessos dos “*radicais de esquerda*” cujo enfrentamento não teria outra opção a não ser igualmente a radicalização, segundo o ex-constituinte.

Contudo, Paulinelli reconhece a importância da conciliação. Chama atenção para o trabalho de Rodrigues na FAAB onde as diversas instituições e lideranças poderiam tomar parte, deixando de lado o radicalismo. Afirma o tom conciliador de Roberto Rodrigues – o qual teria sido o primeiro a perceber a ineficácia do radicalismo para se conseguir algo na Constituinte – e sua “*liderança incontestada*”.

Ainda considerando a visão dos agentes ligados ao *Sistema*, cabe registrar a visão do próprio Rodrigues sobre a trajetória da Frente Ampla e sua relação com a ABAG uma vez que a mesma auxilia na identificação das raízes do movimento político-ideológico ao qual denomino por Agronegócio. Vejamos.

Durante nossa conversa, Roberto Rodrigues resgata a temática (FAAB) para contextualizar o surgimento da Associação Brasileira de Agribusiness. Momento em que o ex-Ministro reafirma o período de constituição/atuação da Frente Ampla como um período de grande mobilização do patronato rural na tentativa de recuperar sua força política somando todos os setores ligados à agricultura.

Segundo o ex-Ministro, o cenário de penalização da agricultura em função de “*duríssimos planos de estabilização*”, o descrédito da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) com o desgaste da figura de Flávio de Britto – cujo processo de substituição por Paulinelli foi extremamente complicado com a posse deste tendo que ser garantida na justiça – e o próprio horizonte da Constituinte teriam desencadeado uma

reação do “setor” que resolveu constituir uma Frente com intuito de formar um poder que o representasse de forma articulada, bem como de “*intervir*” na própria CNA. Rodrigues destaca as figuras de Flávio P. Teles de Menezes, Alysson Paulinelli e Antônio Ernesto W. de Salvo na mobilização para a constituição da FAAB.⁹³

O entrevistado relaciona sua experiência no cooperativismo à capacidade de perceber que a FAAB teria maior poder agregando setores/entidades não só agrícolas, mas aquelas dependentes da agricultura. Refere-se ao setor de insumo e à própria indústria de transformação, transporte etc. Dos nomes citados, dois teriam formado a Diretoria Executiva da FAAB com ele. Trata-se de Flávio Menezes (SRB) e Alysson Paulinelli (Constituinte por Minas e já presidente da CNA). Rodrigues acumulara também o cargo de secretário geral da Frente Ampla.

A gestão de Íris Rezende no MAPA é lembrada como marco de um período de vitórias para o *Sistema* frente ao executivo (mudanças no Plano Cruzado) e legislativo (leia-se Lei Agrícola). A FAAB cumprira sua missão. Quase todas as associações teriam tomado parte na mesma⁹⁴, inclusive as setoriais do café, arroz e cana. Na versão de Rodrigues, a ausência da UDR e da Contag no grupo teria se dado em função do posicionamento extremista de ambas as associações. A primeira por representar os proprietários rurais e não produtores.⁹⁵ Já a segunda, por representar os trabalhadores rurais, não teria tido interesse em tomar parte na Frente. Segundo o ex-Ministro, ambos os grupos representavam a “*ideologização daqueles tempos*”.

Vale ressaltar a visão de que a radicalização do período gerou bônus para grupos como a própria Frente Ampla uma vez que havia do lado de fora da mesa de negociações a pressão dos “*extremistas*”.

De acordo com Rodrigues, a época coincidiu com o regresso de Ney Bittencourt de Harvard onde o mesmo teria apreendido a temática de *Agribusiness* e identificado o *Sistema* na organização da própria FAAB. Contudo, Araújo chamava atenção para a necessidade de

⁹³ Extinta no início dos anos de 1990, a CNA divulga o ressurgimento da mesma sob nova denominação. Em 14/08/2002 foi criado o Rural Brasil. Trata-se de um Conselho Superior de Agricultura e Pecuária mantido pela própria CNA e com sede em Brasília. A iniciativa teve a parceria da SRB, OCB, ABCZ, CNA e UBA. Ver o website <www.cna.org.br>.

⁹⁴ Rodrigues cita entre elas: OCB, CNA, SRB, Milho e Sorgo, ANDA, ANDEF, ABIMAQ e ABITRIGO.

⁹⁵ O período resgatado por Rodrigues, bem como a relação entre UDR e FAAB constituíram objetos de reflexão de estudiosos como Graziano (1991), Bruno (1997; 2002) e Mendonça (1990; 2006). Pesquisadores cujas contribuições são apresentadas nas próximas linhas.

institucionalizar a experiência. Avaliação que divergia da visão de Rodrigues para quem a informalidade evitava dissidências entre os sócios da Frente. Segundo este, a organização/institucionalização constituiria um risco para a iniciativa uma vez que surgiria mais uma associação no meio de tantas outras.

Sem Estatuto, o grupo basearia sua ação na posição das pessoas as quais representavam as instituições associadas. Segundo Roberto Rodrigues, a FAAB tinha poder, mas não estrutura. A estrutura teria sido a da própria OCB com assessoria técnica comandada por Alberto Veiga que teria “*escrito a três mãos*” com Flávio Menezes e ele mesmo a *Carta de Princípios* da Frente. Todo o processo que envolveu a consolidação/ação da FAAB teria sido relatado em Jornal (do Rio) denominado *Indicador Rural*, de propriedade do jornalista Ismar Cardona Machado.⁹⁶ Veículo que teria sido uma espécie de “*Diário Oficial*” da Frente. Tudo teria sido registrado e colocado em discussão nas páginas do mesmo, segundo o entrevistado. A FAAB teria tido como rastro conceitual a própria *Carta de Princípios*.

Terminados os trabalhos da Constituinte, Rodrigues afirma um relaxamento das questões centrais. A Constituição saíra a “*contento*”. A partir de então, iniciava-se uma fase de adaptação ao novo cenário regido pela nova Carta. Realidade que fez com que a FAAB perdesse o apelo que tivera até então. Resolvidas as questões centrais, as instituições passaram por uma fase de reestruturação e mudanças ocorreram. Roberto Rodrigues sai da OCB (1991) e Wilson Thiesen assume o cargo⁹⁷, Flávio Menezes sai da Rural (após 14 anos na presidência) sendo substituído por Pedro de Camargo Neto (gestão de 1990-1994) e Alysso Paulinelli passa a presidência da CNA para Antônio E. W. de Salvo. A partir de então, cada organização volta-se para questões mais específicas. A título de exemplo, a OCB teria se voltado para a Lei Cooperativa e a CNA à questão sindical.

Por outro lado, Ney Bittencourt continuava a insistir com a ideia de formar uma instituição de *Agribusiness* à imagem da tese de Goldberg tendo como argumento o sucesso da Frente Ampla. Existiria um consenso em torno da ideia da referida experiência como uma semente de uma instituição de *Agronegócio*.

⁹⁶ Anos mais tarde, Machado é nomeado Assessor Especial de Comunicação Social do MAPA na gestão de Rodrigues.

⁹⁷ Ver discurso de transmissão do cargo, em março de 1991, em Rodrigues (2008, p. 231-234).

Durante o resgate do processo de constituição da ABAG, Roberto Rodrigues comenta uma reunião com um grupo formado por Raul Cortes (Comunicação Rural), Pedro Brito (Cotia Trading S/A) e Nelson Mamede (diretor de exportação da Sadia) que em fins de 1992 teria se reunido em sua fazenda (Guariba) junto com Mauro Rezende Lopes e sua esposa Inês Vidigal Lopes (“*dois técnicos da FGV/RJ*”), além de Alberto Veiga, Victor Ferrão, Antonio Ernesto W. de Salvo, Flávio P.T. Menezes e Ney Araújo. Reunião cujo fruto teria sido o projeto de um Estatuto de uma associação que se chamaria Associação Brasileira de Agribusiness a qual teria como objetivo original constituir-se em um *Instituto de Estudos do Agribusiness* cuja missão seria a elaboração de programas/projetos que considerassem as cadeias produtivas sob a ótica do que importava. Refere-se a um produto final competitivo em termos de qualidade e de preço para enfrentar a concorrência internacional e à distribuição ao longo da cadeia das diferentes margens para que as mesmas fossem sustentáveis. É como se a representação política e a credibilidade frente ao Governo e a opinião pública fosse garantida pela produção do conhecimento daquela que seria a mais importante fonte de sustentabilidade do País: o *Agribusiness*.

Rodrigues frisa que a ABAG seria uma espécie de “*guarda-chuva*” do Instituto de Pesquisa do qual fariam parte nomes como os de Ivan Wedekin, A. Pinazza e Mauro Lopes.

Durante a formação da ABAG, Associação a qual teria o referido Instituto como instrumento acadêmico de seu próprio desenvolvimento, Roberto Rodrigues é eleito para a Rural Brasileira (gestão de 1994-1996). Fato que o impedira de assumir a presidência da ABAG mesmo diante da insistência de Araújo para que ele o fizesse. Contudo, a recusa teria sido acompanhada da sugestão para Ney Bittencourt assumir a presidência da Associação enquanto ele (Rodrigues) ficaria como seu conselheiro. Cargo que Ney Araújo ocupava na Rural. Esta teria sido a estratégia articulada para tocar o projeto da ABAG. A contratação de Ubaldino Dantas Machado como executivo da mesma é mencionada. Atenção para o fato de que o início dos trabalhos teria ocorrido na sede da Rural Brasileira, de acordo com Rodrigues.

Considerando a pretensão de constituir-se em fonte geradora de conhecimento sobre o *Sistema*, além de representá-lo politicamente, cabe mencionar a formação de um Conselho

Acadêmico da ABAG. Segundo Ana Célia Castro⁹⁸, a reunião do grupo se dava quando a Associação objetivava explicitar publicamente alguma demanda. Ou ainda, posição sobre alguma temática de importância nacional. Castro lembra que durante a elaboração do documento intitulado “*Sugestões da ABAG para o presidente eleito Dr. Fernando Henrique Cardoso*” (datado de 1994), o grupo teria se reunido duas vezes. Do referido grupo, a economista destaca: Décio Zylbersztajn, Luiz Antonio Pinazza, Antonio Hermínio Pinazza e Roberto Rodrigues.

Examinando as ações da Associação, ao longo de sua trajetória, nota-se que seus agentes sempre recorrem a acadêmicos e técnicos para elaboração de estudos/propostas referentes aos seus interesses. Estratégia visível (atualmente) em sua relação com agências públicas e privadas.

A título de exemplo, vale mencionar fato ocorrido no 7º Congresso Brasileiro de Agribusiness (2008). Ocasão em que um representante do ICONE passou certo constrangimento ao não apresentar, em toda sua extensão, análise sobre mudança no uso da terra e certificação. O referido agente fora confrontado com o trabalho de Evaristo Eduardo de Miranda (Chefe Geral da Embrapa Monitoramento por Satélite) que abordara o alcance territorial da Legislação Ambiental sobre a agricultura. Carlo Lovatelli, então anfitrião do evento, chegou a interromper a fala do primeiro registrando, que, ao contrário do que apresentava, Miranda havia surpreendido na exposição que fizera. Episódio que traduz a função estratégica dos CBAs e o papel de seus participantes, bem como a confirmação de uma espécie de solidariedade mediada por “laços de eficiência”.

Laços que sustentam os interesses das bases sociais da Associação. Bases estas em que se deve atentar para a participação das cooperativas. Considerando os nomes que tomaram posse na primeira diretoria da ABAG – cuja lista reflete a extensão da rede de agentes em torno da mesma – dos 38 conselheiros, 10 pertenciam à cooperativas.⁹⁹ Já em 2008, das 58 associadas mantenedoras, verifica-se a participação de 7 cooperativas.

⁹⁸ Em entrevista realizada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro no dia 05/08/2008. Ana Célia Castro é professora do referido Instituto e participou do Conselho Acadêmico da ABAG até o ano de 1996.

⁹⁹ Fato explicável considerando a trajetória de um de seus principais fundadores e ex-presidente. Falo de Roberto Rodrigues. Figura cuja forte ligação com o Cooperativismo constitui uma espécie de herança paterna.

Destaque para a Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé LTDA- COOXUPÉ cuja associação com a ABAG data desde o início da fundação desta.¹⁰⁰

A presença das cooperativas, como lembra Mendonça (2005), acaba legitimando a Associação enquanto “[...]depositária dos princípios democráticos e igualitários da doutrina cooperativista.” (MENDONÇA, 2005, p.24) Fato que produz dividendos no campo da representação. Através do cooperativismo viria se dando a inserção do pequeno no *Sistema*.

Segundo Roberto Rodrigues (2008), o Cooperativismo democratizaria o capital a partir da oferta de oportunidades de trabalho e renda.

Por outro lado, outra característica da Associação Brasileira de Agribusiness é a forte presença de empresas internacionais (BUNGE, CARGILL, EVONIK DEGUSSA entre outras) e do capital financeiro (Banco do Brasil, Banco Itaú BBA S.A, Banco Santander etc). Basta olharmos sua extensa lista de associados, bem como atentarmos para a composição de seus cargos de comando.¹⁰¹

Ainda sobre os associados da ABAG, vale destacar a ênfase em valores tais como: Credibilidade, Identidade Preservada (garantir a conformidade dos produtos com as normas estabelecidas), Competitividade (criar novas oportunidades com agregação de valor para mercados diferenciados) e Sustentabilidade (assegurar resultados econômicos com responsabilidade social). Tendo como base de suas ações (em tese) os referidos valores, as empresas divulgam como missão oferecer ao *Sistema* soluções tecnológicas e inovadoras visando a transparência, qualidade e segurança na cadeia produtiva.

Outro dado relevante a registrar é que a data de fundação das mesmas varia enormemente. Ao lado de empresas centenárias temos a presença de empresas criadas na atual década. Já em termos de nacionalidade, registra-se a adesão de empresas alemães, francesas, holandesas, japonesas entre outras.

Voltando à rede/redes de agentes do Agronegócio cuja relação com a ABAG é clara, cabe resgatar o conteúdo de homenagem póstuma a Araújo na qual Rodrigues reunira “*companheiros de jornada*”. Sob o título “*Ney Bittencourt. O Dinamo do Agribusiness*” são

¹⁰⁰ Ver listas das empresas associadas em Apêndice B. A consulta à referida lista permite identificar a variação do número de associados, bem com os setores que constituem a base social da Associação.

¹⁰¹ Além da lista de associados, conferir tabelas de diretorias nas quais (quando possível) foi identificada a instituição de origem dos executivos da ABAG. Ver Apêndice A.

registrados depoimentos sobre a convivência com Ney Araújo. Obra que demonstra o exercício de construção de uma memória coletiva a partir de um dirigente.

Início por Alberto Duque Portugal. Portugal (então presidente da Embrapa e ex-Ministro da Agricultura no Governo Itamar) destaca a atuação de Ney Bittencourt nos Fóruns de *Agribusiness* cuja proposta envolvera outras lideranças como o próprio Rodrigues e Antônio Ernesto de Salvo. Proposta que consolidaria a visão de Araújo da importância da informação e da necessidade da ação institucional para a valorização do *Agribusiness* dentro da sociedade brasileira. Alberto Duque assinala ainda o estímulo à Embrapa para que a mesma se tornasse o pólo articulador para organizar e sistematizar a informação referente ao *Sistema*. (RODRIGUES, 1997, p.16)

Já Aldons Albuquerque Galletti (médico veterinário e administrador de empresas e ex-diretor de crédito rural da Febraban e do Banco Itaú S/A) lembra o esforço de Ney Bittencourt no ano de 1994 para convencer Julian Chacel (Diretor do Ibge) a relançar a Revista *Agroanalysis*. Periódico que voltou a circular em setembro daquele mesmo ano. Fato também comentado por Regis Alimandro (redator-chefe da revista). (Ibid., p.212-213 e 258)

Para Alex Branco (editor-executivo da *Gazeta Mercantil*) o *Agribusiness* teria ficado órfão: “Ninguém soube articular tão bem esse pulverizado setor quanto o Ney, um empresário que enxergava longe e um homem público que resgatou a imagem e a importância do mundo agroindustrial junto à sociedade brasileira.”

Segundo Herbert José de Souza (então presidente do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), Araújo sempre mostrara a capacidade de pensar questões nacionais, revelando “*profunda consciência social*”. Betinho baseia seu depoimento na convivência “*com o colega*” no Conselho Nacional de Segurança Alimentar, bem como no Conselho da Comunidade Solidária. (RODRIGUES, 1997, p.261)

Já Marcos Jank (professor da ESALQ) chama atenção para o fato de que a ausência do “*pai do agribusiness*” implicaria na responsabilidade de seus pares em darem continuidade à “*travessia*” – refere-se às modificações ocorridas na agricultura as quais são discutidas na obra comemorativa dos 50 anos da Agroceres intitulada “*Travessia: do sertão ao agribusiness*”. Jank lembra da atenção de Araújo para a necessidade de formar profissionais para a área do *Agribusiness*. Responsabilidade que chama para si e para seus

colegas do Departamento de Economia e Sociologia Rural da ESALQ. A inserção na grade curricular de uma área de concentração em economia e administração agroindustrial é mencionada.

Outro “*companheiro*” a registrar suas impressões sobre Araújo é Mauro de Resende Lopes (coordenador de Projetos de Pesquisa do Centro de Estudos Agrícolas/FGV). Lopes lembra que ao defender o *Agribusiness*, Araújo não excluía a sensibilidade com o segmento “*politicamente mais frágil da cadeia*”. Ou seja, o setor agrícola.

Na lista temos, ainda, depoimentos como o de Zélia Cardoso de Melo para quem Ney Bittencourt possuía uma “*distinção notável*” pela abordagem de temas gerais sem defender interesses particulares, bem como de Tony de Boan (líder do Raibobank do Brasil). Segundo Boan, o “*Mr. Agribusiness do Brasil*” teria como marca a generosidade e a espontaneidade, além do “[...]impulso quase fanático de organizar o *agribusiness brasileiro*”. (RODRIGUES, 1997, p.253-254)

Tania Maria de Paula Lyra (Assessora do Ministério da Agricultura) ressalta a seriedade de Araújo em lidar com o setor público. Ao definir a importância dos elos da cadeia de negócios, teria incluído o Governo como um deles. Lyra menciona o apoio à obra de Rezende sobre o Estado cujas características de coordenação e de planejamento seriam enfatizadas para que este não constituísse o elo mais fraco da cadeia do *Agribusiness* brasileiro.

Outro relato é o de Rui Polidoro Pinto (vice-presidente da ABAG nacional, ex-diretor da Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul e presidente do Conselho Político da ABAG/RS). Rui Polidoro destaca a solidariedade de Ney Bittencourt com as iniciativas regionais “[...]estimulando parcerias em uma visão orgânica do todo e não apenas dos centros hegemônicos do poder”. (Ibid., p.234) Mais uma vez é destacado o esforço de Araújo no sentido de trabalhar pelo setor como um todo e para apaziguar as divergências.

Já Antônio Pinazza lembra ter conhecido Araújo no início dos anos de 1980 na SRB. Em 1984 teria tido um texto seu em parceria com Ivan Wedekin editado nos cadernos Agroceres. Pinazza ressalta ter representado o período em que esteve na Agroceres (1986-1994) um ciclo de aprendizado. Revela que o trabalho próximo à presidência o colocara num impasse uma vez que do ponto de vista teórico seria natural que em momentos de crise

a relação entre superior e subalterno vivesse momentos de desgastes. Contudo, na prática seria “[...]duro enfrentar com sorriso amarelo a carranca do chefe, diante das agruras agrárias.” Experiência com a qual aprenderá a “*verdade incontestável*” de que amizade e negócios não se misturam.

Outra figura de peso no metier, José Luiz Tejon Megido (então gerente geral de negócios da OESP Mídia Direta, fundador e membro do Conselho da ABMR e diretor da Agroceres Avicultura) lembra a incansável luta de Araújo para que seus produtos entrassem na preferência mental dos consumidores.

Encerrando, cabe mencionar o depoimento de Jacques Marcovitch (Prof. da FEA/USP) e Ivan Wedekin. Marcovitch destaca o compromisso de Ney Bittencourt pela busca da excelência. Inovação tecnológica baseada na pesquisa e na difusão de novos conhecimentos constituiria o epicentro de seu discurso. Já Wedekin (então diretor comercial da Agroceres) ressalta o pioneirismo de Araújo em apontar “[...]as derradeiras noites de uma agricultura que até então era analisada como um setor isolado e independente da economia. Com ele passei a fazer parte de uma grande sala de aula chamada Brasil.”

Ivan Wedekin lembra ter sido Araújo a única figura a participar dos Seminários sobre Agribusiness de Harvard já na década de 1970. Experiência que o teria propiciado aprendizado que o permitira articular negócios como a formação de *joint venture* entre a Agroceres e a Ross Poultry Breeders, da Escócia. Wedekin resgata o período em que ele, Décio Zylbersztajn e Araújo “*garimparam*” informações que foram registradas naquele que teria sido o primeiro livro sobre a temática do *Agronegócio*. Ou melhor, sobre o que seria o CAI brasileiro. Refere-se à “*Complexo Agroindustrial...*”. Obra cujo lançamento, como já mencionado, fez parte das comemorações dos 45 anos da Agroceres. Festividades que incluíram a realização de um seminário com Ray Goldberg, na cidade de São Paulo. (RODRIGUES, 1997, p.115)

Segundo os registros (acima), enquanto agente organizador/articulador do empresariado rural no Brasil, Araújo realizou nítido trabalho de convencimento em torno do que deveria ser o projeto do patronato rural no País. Fato nítido, inclusive, nas inúmeras considerações sobre uma legitimidade moral do *Sistema*. Já no discurso de apresentação oficial da ABAG, Araújo afirmara:

*Está no agribusiness a mais importante saída, em curto prazo, para aumentar a integração do Brasil à economia internacional e a grande oportunidade de descentralização industrial. E, até mais importante que tudo isto: depende da eficiência do agribusiness a **SEGURANÇA ALIMENTAR** do país, pedra fundamental de seu desenvolvimento como sociedade justa.* (ARAÚJO, 1993, p.3, grifo meu)

Nota-se o recurso à repetição como estratégia de convencimento. Insistentemente temos a defesa de uma visão sistêmica para se tratar a cadeia de alimentos e fibras. Demanda cuja legitimidade residiria na importância da referida cadeia na relação entre Desenvolvimento Sustentado e Segurança Alimentar. Atenção para o fato de que o esforço pela implementação da referida visão ter se iniciado com as iniciativas da própria Agroceres.

Ao resgatarmos a atuação de Araújo, percebemos o esforço para uma mudança de mentalidade dos agentes envolvidos com os negócios ligados à agricultura no intuito de fundar uma Associação que congregasse em vez de diluir a representação. Divididos pelo próprio processo de especialização do qual eram frutos, os agentes deveriam ser orientados por uma nova visão a qual considerasse a realidade em sua complexidade – considerando a própria dinâmica do *Sistema* – e os possibilitasse uma representação política à altura de sua importância econômica.

A representação veio com a ABAG cujo objetivo de “conscientizar” sociedade e Governo da importância do “*Sistema*” levou a Associação a ter em seu Instituto de Estudos de Agribusiness a via para atuar como “*agente catalizador*” unindo ações já existentes e apoiando a estruturação de redes de informação com o então recém formado Instituto Internacional de Integração de Sistemas, além de incentivar estudos sobre o *Agribusiness* em parceria com a comunidade acadêmica.

Apesar de defender a parceria da ABAG com entidades nacionais na reforma constitucional do Estado sem a qual não haveria condições para o desenvolvimento sustentado, Araújo enfatizava que o enfoque específico da Associação seria defender posições coerentes no apoio às políticas de desenvolvimento do *Agribusiness* – as quais coincidiriam com o próprio desenvolvimento do País. Além de “[...] *cooptar a sociedade para um programa de desenvolvimento sustentado e de segurança alimentar*”. (ARAÚJO, 1993, p.6) Nesse sentido, insistiu ao apresentar a ABAG:

Se quisermos que o futuro do país não seja comprometido com o desenvolvimento paralelo e crescente de uma sub-raça, há que se fazer o sistema produtivo do país para atender à demanda real de alimentos. Há, neste caso, outra imagem que é o reflexo da primeira: desenvolvimento rural e aumento da produtividade agrícola jamais ocorrerão se não estiverem inseridos no contexto de uma bem-sucedida estratégia global de desenvolvimento, onde o segmento após a porteira da fazenda – a agroindústria, a infraestrutura, os mecanismos de distribuição e as estratégias de ação no mercado externo – esteja estruturado competitivamente. (Id., p.7, grifos meus)

Competitividade que exigiria harmonização entre tecnologia e gestão. Exigência que demonstraria a localização do poder:

Reconhece-se que o centro do poder migrou do capital para a capacitação científica e tecnológica, centrada na informação. Mas a revolução da informação promoveu, também, a revolução da gestão. Novas técnicas de ação administrativas aumentaram exponencialmente a produtividade dos indivíduos e permitiram novos conceitos de qualidade e excelência, onde a renovação continua dos produtos, a custa cada vez mais baixos, são as características mais importantes. O melhor produto, pelo preço mais baixo, passa a ser a lei da competitividade. (Id., grifos meus)

Lei esta que beneficiaria o consumidor e que, portanto, justificaria uma política de ciência e tecnologia voltada para o *Agribusiness* – mais uma vez temos um argumento de natureza ética. A própria Política de Segurança Alimentar teria que reconhecer a necessidade da dissolução dos gargalos da cadeia de alimentos e fibras e do aumento da eficiência de todos os seus segmentos. Fato que exigiria revisão das prioridades da sociedade nacional. Entre estes: os investimentos em ciência, tecnologia e infra-estrutura e a revisão do modelo fiscal e tributário e da reorientação da política macroeconômica para a sustentação do referido projeto. (Id., p.8)

Ainda em seu discurso de posse da Diretoria e do Conselho da ABAG, Araújo reconheceu a gravidade da situação nutricional dos grupos desfavorecidos do Brasil. Momento em que sugeriu algumas medidas emergenciais para minorar o referido problema, tais como: redução ou eliminação de tributos na cesta básica, alimentos subsidiados, bônus alimentação, merenda escolar e alimentação de nutrízes – recomendações expressas na obra “*Segurança Alimentar...*”. Em áreas rurais (em particular) Araújo defendeu a adoção de estratégias regionalizadas para redução do êxodo rural viabilizando a agricultura de subsistência, melhorando a organização da produção do pequeno proprietário, bem como

melhor definindo as relações de trabalho do assalariado no campo. Ney Bittencourt também sugeriu a criação de programas especiais de educação, saúde e treinamento no próprio ambiente de trabalho. Em sua visão seria necessário centrar a política de Segurança Alimentar nos municípios e comunidades.

O futuro “*Dinamo do Agribusiness*” encerrou seu discurso agradecendo a presença das autoridades¹⁰² e enfatizou o valor simbólico da escolha de Brasília para a apresentação da ABAG. O fato demonstraria a disposição da Associação de realizar um trabalho de parceria com o governo brasileiro na reconstrução do País.

Considerando os 16 anos de fundação da Associação Brasileira de Agribusiness não são muitos os estudos em relação à referida Associação. Contudo, tal realidade não significa que a mesma tenha despertado pouca atenção. Um Aparelho Privado de Hegemonia que desde sua fundação explicita tal natureza, não poderia passar despercebido. Após o famoso levantamento sobre o “estado das artes”, destaco dois nomes cujas pesquisas têm se voltado para a questão do patronato rural brasileiro nos últimos anos. Refiro-me à Regina A.L. Bruno e à Sônia R. Mendonça.

Tendo em vista os limites desta dissertação, resgato algumas considerações das referidas pesquisadoras. Vejamos.

Consideradas as especificidades de cada abordagem, ambas as pesquisadoras têm contribuído para a compreensão da complexa rede de relações e de atuação do referido grupo na sociedade nacional. Nesse sentido, fica claro que a apreensão da Associação Brasileira de Agribusiness não deve ignorar o processo de mobilização e de reorganização da classe dominante agrícola no Brasil em contexto específico de disputa política e de expansão e consolidação do Agronegócio.

Nesse sentido, vale mencionar a obra “*Senhores da terra, senhores da guerra. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil*”¹⁰³ onde Bruno examina o que identifica como sendo uma nova retórica de legitimação e novos padrões de comportamento do patronato rural brasileiro a partir dos anos de 1980. Destaque para a difusão da imagem de

¹⁰² Araújo não cita nomes. Apenas a presença de Lázaro Barbosa é registrada.

¹⁰³ Obra (datada de 1997) que reúne artigos cuja discussão se volta para a atuação do patronato rural brasileiro entre os anos de 1980 e 1990. No prefácio, Martins destaca o trabalho de Bruno ao desvendar a organização, a ação e a mentalidade do referido grupo. Fato que contribuiria para a compreensão dos “*bloqueios*” responsáveis por ser a sociedade brasileira injusta e “*carente de reformas profundas*”. Refere-se, fundamentalmente, à realização da Reforma Agrária enquanto instrumento de justiça social e de modernização política. Ver Bruno (1997).

um patronato rural e agroindustrial enquanto liberal e progressista o qual consideraria questões sociais e se orientaria por padrões de rentabilidade e competitividade. A pesquisadora chama atenção para uma racionalidade uniformizadora dos interesses ruralistas. A referida retórica teria o sentido de reorganizar símbolos e práticas, além de fundamentar uma qualificação legitimadora da modernidade de tais agentes. Linguagem que ressignificaria temas como Sustentabilidade e Segurança Alimentar.

O imperativo de uma representatividade a qual transcendesse aos interesses agrários é enfatizado. Fato que seria responsável pelo “[...] *esvaziamento das instâncias clássicas*” como a própria estrutura sindical patronal dada a integração entre capitais. (BRUNO, 1997, p.XI)

A socióloga alerta para os continuísmos definidores do que seria uma prática ruralista. De tal forma, menciona a noção de propriedade enquanto direito natural a qual legitimaria a violência como mecanismo garantidor da dominação. Segundo Regina Bruno, se evocaria o que seria um modo de pensar historicamente conhecido. Assim, constata-se “[...] *o discurso da penalização da agricultura, a exaltação do mundo rural, o gosto pela ostentação e a necessidade de reafirmar a cada momento a imagem de “moderno”.*” (Ibid., p.XII)

Na concepção de propriedade residiria à unidade, o espaço político, ideológico e social comum ao grupo. Bruno fala da “*terra-poder*”, “*terra-acumulação*”, “*terra violência*”. Noção capaz de enunciar “[...] *um modo de existência, uma causa e um propósito de ação*”. (Ibid., p.XIII) Nesse sentido, as intervenções na realidade nacional se dariam através de ressignificações de determinadas temáticas no intuito de manter intocável o latifúndio:

Em meados dos anos 80, quando o conjunto do patronato rural e suas elites foi chamado a se posicionar sobre a reforma agrária da Nova República, as disputas e as divergências internas se esfacelaram em face de uma mesma concepção de propriedade fundiária. E o que se viu foi uma mesma lógica de defesa do monopólio que agrega numa identidade única o pecuarista, o industrial, o produtor de grãos, o empresário à montante e à junsante da porteira da fazenda, o banqueiro-proprietário de terras e o latifundiário ‘chapéu de palha’. (Ibid., p.XIII)

E mais:

Contra a reforma agrária o patronato rural e suas elites censuram palavras e frases e compõem outras tantas[...]Retiram-se termos

envelhecidos pelo tempo, como é o caso do 'perigo comunista', mas se permite dizer favoráveis a uma reforma agrária, 'sem luta de classe', sem retaliações e sem ideologias. (Id.)

A importância do Estado enquanto mediador na condução da política é mencionada. Entretanto, não seria o poder legítimo garantidor da posse. Bruno afirma a existência de um *'novo código da chibata'*. Fato que assinala o recurso à violência enquanto principal instrumento de dominação e construção da hegemonia. Realidade que seria expressiva da relação terra e poder que torna adequado o sugestivo título empregado na obra.

Atenção para o significado da auto-representação como “[...]nós, produtores e empresários rurais[...]” em torno da qual se daria a reorganização de símbolos e do agir dos grandes proprietários, segundo a pesquisadora. Novas significações estariam sendo atribuídas às noções de competência e do ser moderno:

No interior do discurso sobre a racionalidade econômica dos grandes proprietários de terra e empresários rurais, detectamos uma estranha noção de competência que, além de elitista, está diretamente associada ao monopólio e ao ethos da propriedade fundiária, à especulação e à improdutividade. Ser proprietário por si só é ser competente, não importando que usos ou abusos possam daí advir. Calcada sobre as idéias de capacidade, talento e superioridade individuais, ela, a competência, termina por instituir a desigualdade e os “incompetentes” sociais. (BRUNO, 1997, p.6)

Noção a partir da qual teria se instituído a figura do latifúndio improdutivo, bem como se teria mantido no Congresso Constituinte “[...] o direito à propriedade em sua expressão mais retrógrada: no artigo dos direitos individuais.” Realidade que levaria a subordinação da noção da função social aos “interesses de alguns” materializando a construção de verdadeiras trincheiras às investidas contra o padrão de propriedade vigente no Brasil.

A pesquisadora chama atenção ainda para o fato de que a noção de “ser moderno” assume o significado de “produzir e reproduzir-se” numa sociedade em que a agricultura se encontraria submetida às regras do capital cuja exigência política seria “[...]furtar-se do atraso e do arcaico[...]” que persistiriam enquanto “[...]marca social dos grandes proprietários de terra e empresários rurais”. (Ibid., p.6) Ser moderno seria ainda a tentativa de inverter as noções de atraso/moderno no intuito de deslegitimar os opositores.

Outro dispositivo ideológico empregado, segundo Regina Bruno, seria a bandeira da homogeneidade com a qual ressaltariam a união e a força do grupo. Contudo, não haveria como negar a diversidade dada as diferentes inserções e ritmos do processo produtivo, bem como o próprio acesso ao crédito e aos subsídios. Acrescenta-se, ainda, as diferenças quanto ao padrão tecnológico, além das condições de mercado.

A habilidade também seria uma característica ressaltada. Habilidade cujo êxito teria estado sempre ligado ao apoio oficial, bem com de grupos dominantes cuja colaboração se justificaria pelo fato de que “[...] historicamente e sem maiores resistências, rapidamente se enxertaram nas estruturas políticas preestabelecidas do Brasil “tradição”.” (Ibid., p.9)

Identificando as concepções que se encontram subjacentes aos argumentos das elites agroindustriais organizadas em torno do *Agribusiness*, Bruno afirma uma releitura da propriedade da terra e da Reforma Agrária. Nesse sentido, assinala a existência de uma elite que recorre à realidade do que seria uma “[...] agricultura modernizada integrada, regida pela dinâmica dos complexos agroindustriais, pela internacionalização da agricultura e pela globalização da economia[...].” para fundamentar sua posição em relação à estrutura fundiária, bem como à reforma agrária.

A pesquisadora insiste no despontar de uma nova geração política a qual buscaria se projetar na imagem de um patronato liberal e progressista, preocupado com as questões sociais e orientando-se pela “*criatividade empresarial*”, pela rentabilidade e competitividade. Geração cujo “*canal de representação política*” seria a ABAG. Segundo Regina Bruno, a Associação teria como objetivo elevar a agricultura ao nível estratégico, colaborar na reconstrução de um novo pacto político do empresariado rural em torno do que seria as alternativas de desenvolvimento, além de formalizar um espaço próprio de representação. (BRUNO, 1997, p.29-30)

A autora antecipa o que seriam alguns aspectos do que denomina por “*retórica reformista*” da ABAG. Nesse sentido, afirma:

A estrutura de propriedade da terra vigente é considerada uma questão de menos importância. Não se apresenta como elemento explicativo dos impasses e dos problemas da agricultura. E, portanto, a reforma agrária não é a solução. (Ibid., p.32)

Nada mais óbvio que a nova geração política – herdeira da modernização conservadora – recorresse à competitividade na proteção da propriedade. Daí, o recorte pela

agricultura-comercial e agricultura de baixa renda e não pela propriedade da terra. Logo, a questão agrária não se remeteria ao “[...] *instituto da propriedade da terra e sim a medidas diretamente relacionadas a melhores condições de crédito, um maior apoio do Estado à agricultura, colonização, uso de tecnologia modernas e infra-estrutura[...]*” (Ibid., p.34-35)

Vale registrar a caracterização da ABAG enquanto “*face sistêmica do poder patronal*”. A Associação exemplificaria a “nova” retórica patronal, sendo seu mais novo canal de representação. De tal forma, redefiniria e se apropriaria das questões em debate no cenário nacional.

A ABAG teria como especificidade a própria ação. Ao fazer uso da noção de *Agribusiness* teria ampliado a “[...] *representação para além dos interesses agrários*”. (loc.cit.) O objetivo de desfazer “[...] *as diferenças ideológicas entre o rural e o urbano[...]*” com a defesa de uma visão sistêmica e de racionalidade produtiva seria sua característica particular, segundo a socióloga.

Regina Bruno assinala a possibilidade de esboçar tal organização não só uma nova concepção de poder, como as próprias condições de reprodução do mesmo. Poder cuja força residiria na pesquisa tecnológica e no controle da informação. (Ibid., p.39-40)

Em suas considerações finais, Bruno chama atenção para a necessidade de se analisar o empenho da ABAG em materializar seu discurso e os meios estabelecidos para tanto. Tarefa a qual me propus.

Cabe mencionar que, durante a pesquisa, fui levada a pensar possíveis aproximações entre o significado político-ideológico do Agronegócio e o *Ruralismo* brasileiro.¹⁰⁴ Mais do que termos importados, tais termos significam construções da realidade nacional.¹⁰⁵ Nesse sentido, vale pensar o Agronegócio em seu significado para as frações hegemônicas da classe dominante agrária brasileira e o que teria sido o *Ruralismo* para os setores não hegemônicos de tal classe em termos de mobilização para a institucionalização de seus interesses, bem como o conjunto do conteúdo discursivo elaborado e difundido por tais

¹⁰⁴ Refiro-me ao conceito empregado por Mendonça (1990). Logo, “[...] *um movimento político de organização e institucionalização de interesses de determinadas frações [refere-se às chamadas ‘oligarquias bagageiras’] da classe dominante agrária, ao nível da sociedade civil e também da sociedade política, bem como os conteúdos discursivos produzidos e veiculados por agentes e agências dele participantes.*” Cf. Mendonça (1990, p.5).

¹⁰⁵ Não ignoro a historicidade dos termos uma vez que representam construções sociais relacionadas a um contexto específico de atuação. Apenas expresse a possibilidade de refletir sobre tais construções para uma atualização do campo de disputa entre setores dominantes hegemônicos e não hegemônicos no Brasil de hoje.

agentes. E mais, qual seria a relação entre um movimento e outro. De quem seriam os atores do Agronegócio herdeiros? Representariam uma continuidade da fração hegemônica da elite agrária a qual teria interiorizado as demandas das frações não hegemônicas (ruralistas) no processo de consolidação de sua própria hegemonia? Indagações cujo exercício de investigação ultrapassam os limites desta dissertação e que serão consideradas em estudos futuros.

Feitas tais observações, penso que seja valiosa a contribuição de Sônia Mendonça ao estudar os setores não hegemônicos do patronato rural brasileiro como parte integrante do processo de construção e consolidação das frações hegemônicas – em tese defendida nos anos de 1990.

Tendo como objeto de estudo o Ruralismo no Brasil, durante a Primeira República, Mendonça relembra o movimento de “Retour à la terre de Jules Méline” o qual seria uma característica do campo político francês (período de 1890-1914) e que teria dado origem ao Ruralismo ou Agrarismo. Categorias as quais remeteriam “[...] a uma política agrária, que associava medidas de caráter econômico – como a própria “grande tarifa Méline”; fiscal – diminuição de impostos a favor da agricultura – e social – o apoio governamental a associação e cooperativas, quanto à sua contrapartida ideológica, cujas principais manifestações deveriam ser divulgadas e reproduzidas através da montagem de um sistema de ensino agrícola, capaz de atuar sobre o campesinato, transformando, de seu próprio interior, suas maneiras de agir e pensar.” (MENDONÇA, 1990, p.4) Experiência elucidativa para a compreensão da ação dos agentes políticos do patronato rural brasileiro em tempos de Agronegócio.

Atenção para o fato do Ruralismo, enquanto ideologia, não expressar as clivagens capazes de identificar os diferentes interesses de seus participantes. Segundo a historiadora, os argumentos empregados teriam base comum. Estratégia que nos lembra a abordagem sistêmica do próprio Agronegócio baseada em *common grounds* no intuito da construção dos famosos *standards*.

Segundo Sônia Mendonça, em termos de Ruralismo, a distinção se daria no domínio político. Momento no qual se manifestariam as variadas modalidades de implementação das soluções para a crise da agricultura. Mendonça reforça a ideia de que ocorreria “[...] sob a aparência de um discurso monocórdio e repetitivo, uma luta pela institucionalização de interesses divergentes dos da fração hegemônica, quer no nível da sociedade civil, quer no nível da sociedade política.”

Devo assinalar que a pesquisadora situa seu estudo entre as pesquisas que se voltam para a articulação entre sociedade civil e sociedade política no Brasil, bem como o de sua expressão ideológica, privilegiando segmentos específicos da classe dominante brasileira.

Resgatando o debate em torno do Ruralismo, Mendonça afirma predominar uma leitura do referido movimento enquanto parte constitutiva de transformações que teriam sido suscitadas por necessidades industrializantes em sociedades agrárias levando a uma revalorização do “*mundo rural*”, então predominante. Movimento relevante “[...]na configuração da nova ordem industrial [...] balizando seus contornos possíveis, bem como o grau de aceitabilidade socialmente imposto à mudança [...] o ruralismo seria fator determinante na condução da chamada modernização conservadora.”

Ao tomar o Ruralismo como um movimento – constituído a partir de uma rede de posições, agentes e agências –, Sônia Mendonça chama atenção para a existência de “ruralismos” em substituição à redução de mera ideologia de grupos agrários vagamente definidos.

A dissertação de Earl Richard Downes¹⁰⁶ é apontada como exceção aos trabalhos sobre o tema. Apreendendo a diversificação da agricultura brasileira na Primeira República enquanto decorrência do Ruralismo “[...]entendido tanto como uma filosofia quanto um movimento de setores oligárquicos menos dinâmicos na correlação de forças constitutivas do bloco no poder”, Downes se aproximaria da proposta da historiadora. Contudo, ao enfatizar a influência norte-americana no processo negaria praticamente a autonomia decisória e a opção política e ideológica das classes dominantes nacionais. Equívoco apontado por Mendonça que considera o que identifica por ‘*pièces de resistance*’ do movimento ruralista à presença norte-americana.

Enfim, considerações cuja atualização em termos de Agronegócio vale um esforço de reflexão num contexto em que se vê na tv a oposição entre uma “agricultura verde”, suposta realização “ruralista”, em oposição a Agronegócio definido enquanto Sistema Financeiro que em nada contribuiria para a economia nacional.

Ainda de autoria da pesquisadora, cabe mencionar o paper intitulado “*A construção de uma nova hegemonia patronal rural: o caso da Organização das Cooperativas Brasileiras*”, datado de 2005. Como revelado no título, a historiadora volta-se para o processo de

¹⁰⁶ *The Seeds of Influence: Brazil's Essentially Agricultural Old Republic and the United States, 1910-1939*. Austin, PhD dissertation to University of Texas, 1986. Cf. Mendonça, op.cit, p.7-18.

construção da hegemonia do que seria um novo segmento patronal rural no Brasil entre os anos de 1970-1990. Refere-se à OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras).

Mendonça afirma ter a referida organização, principalmente no pós-1985, conseguido não só resolver a crise política pela qual passava o patronato rural, bem como se impor como nova força hegemônica. Vale assinalar que a referida crise é entendida pela historiadora como fruto do processo de modernização agrícola o qual teria levado a um duplo processo de diferenciação. Refere-se ao plano econômico-social e ao plano político. A diferenciação deste é explicada pela distribuição diferenciada do crédito e dos subsídios oficiais. Fato que teria levado à disputas pelos mesmos, causando *“[...]de modo incisivo a diferenciação de interesses[...], refletindo-se sobre toda a estrutura de representação política então vigente, no sentido de sua crescente segmentação.”* (MENDONÇA, 2005, p.2)

Contexto em que se teria dado início a busca por uma renovação política dos grupos agrários em direção à afirmação de um único discurso *“[...]de legitimação, em contraponto à extrema diversificação interna dos seus negócios[...]*” no intuito de se dar a inserção de representantes dos referidos grupos nas *“estruturas do poder estatal”*.

Importa destacar o deslocamento no discurso das “agremiações” patronais assinalado por Sônia Mendonça. A pesquisadora afirma que a retórica de tais grupos se deslocara do *“[...]eixo da superação do atraso[...]*”, marca dos anos de 1960, para a *“[...]construção da legitimação de uma identidade empresarial dos grandes proprietários.”* Realidade na qual ressalta a disputa pela *“hegemonia do conjunto”*, pelo *“monopólio da fala legítima”*. (Id.)

Dinâmica da qual a OCB sai vencedora, segundo Mendonça. A Organização teria construído um projeto político cuja legitimidade teria sido reconhecida pelas demais entidades. De tal forma, numa operação simbólica recriou-se o próprio conceito de “agricultura”

[...] a qual não mais se limitaria à atividade agrícola em seu sentido tradicional, porém diria respeito a todo um processo, vivenciado no país, de rápida tecnificação do setor rural, responsável por uma primeira ordem de mudanças, que fizeram surgir e desenvolver, de forma interdependente, todas as atividades econômicas que, direta ou indiretamente, guardassem algum vínculo com a agricultura. Este conjunto passaria a integrar um poderoso complexo, assim definido não somente em termos de seu peso econômico, mas, sobretudo, de sua influência política. A “agricultura” tornou-se, assim, avalista de um

sistema que respaldaria a existência de uma mega-agremiação, supra-associativa, ainda que, segundo seus idealizadores, nenhuma das entidades viesse a deixar de existir. (MENDONÇA, 2005, p.18)

Teria surgido assim a Associação Brasileira de Agribusiness. Atenção para a importância da OCB. A ABAG é vista como uma proposição desta. Contudo, para além das associações há de se considerar os agentes – sujeitos históricos – de cuja atuação as organizações são fruto. Daí a importância de se atentar para o sentido destacado, nesta dissertação, do termo Agronegócio.

Afinal, não há como negar a extensa rede de agentes e agências responsável pelo convencimento gerado em torno do modelo organizacional defendido pelo referido movimento político. Processo em que se destaca a constituição da própria FAAB – identificada como a semente da ABAG por Roberto Rodrigues –, bem como os esforços de Ney B. de Araújo cuja principal função, considerando sua posição social, era a de presidente (herdeiro) da Agrocereis.

Realidade que não deve ser secundarizada na apreensão do que teria sido uma “*operação simbólica*” de criação do conceito de agricultura através da noção de “*Agribusiness*” cuja amplitude buscaria equiparar o peso político ao peso econômico (grande contribuição ao PIB nacional) do “setor”. À ABAG caberia a consolidação de tal tarefa. Vale lembrar que Mendonça emprega o rótulo de “*mega operação supra associativa*” para definir a referida Associação.

Considerações que, somadas às reflexões sobre o Ruralismo brasileiro, possibilitam apreender o Agronegócio e um de seus principais Aparelhos Privados de Hegemonia.

Outra contribuição para o referido exercício é a discussão de José Graziano da Silva em *As representações empresariais da Agricultura Brasileira Moderna: as disputas na transição para a Democracia, 1985/1989*, paper datado de 1991. Momento em que o autor apresenta as origens das disputas pela representação política de proprietários e produtores consideradas as transformações estruturais da agricultura nacional cujo processo de especialização teria intensificado a distância entre representação formal e representação real (associações setoriais). Disputa que teria se materializado, nos anos de 1980, no embate entre UDR

(União Democrática Ruralista)¹⁰⁷ e FAAB (Frente Ampla da Agricultura Brasileira) que teria sido “encabeçada” por OCB e SRB na busca em responder à “[...]tentativa de usurpação das ‘bandeiras dos produtores’ pela UDR”, segundo Silva.

O pesquisador chama atenção para uma realidade em que o patronato rural nacional teria tido sua hegemonia contestada num processo de mobilização pela reforma agrária e redemocratização nacional. Nesse sentido, destaca o sentido das mobilizações patronais cujo intuito seria uma “[...]política agrícola que englobasse a política agrária”. E denuncia:

O resultado dessa pregação – e do acesso direto que tinham ao Palácio – foi a assinatura simultânea ao Plano Nacional de Reforma Agrária, da exposição de motivos que criou o Plano Nacional de desenvolvimento Rural (PNDR). O PNDR tinha exatamente o objetivo de reduzir a Reforma Agrária a um capítulo de uma política agrícola que garantisse ‘um desenvolvimento rural harmônico’. Diz a exposição de motivos nº 501 de 08/10/85. (SILVA, 1991, p.265)

Importa mencionar que, na visão do autor, a FAAB constituiu “um fórum de montagem” de uma Lei Agrícola a ser aprovada pelo Congresso Nacional, além de funcionar como instrumento consultivo permanente para todas as decisões que dissessem respeito à agricultura.

Na mesma linha de Silva, as reflexões de Bruno e Mendonça reafirmam a formação da Frente Ampla em oposição a UDR e sua atuação no sentido de sensibilizar Governo e Constituinte em relação às demandas de suas bases sociais. Bases as quais não interessava a reforma agrária e sim, a priorização de uma política agrícola como instrumento de paz para o campo. Vale lembrar que Mendonça (2006) chama atenção também para a tentativa de cooptação da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) “de modo a combater aqueles que, àquela altura, eram por eles [refere-se aos grupos ligados à FAAB] considerados ‘estranhos’, ou seja, Igreja e partidos.”

Considerações que interessam ao pensarmos a trajetória dos agentes envolvidos com o Agronegócio de cuja atuação a ABAG é fruto. Ao revisarmos o referido período compreendemos as vias privilegiadas pelo lobby classista o qual tem como fim último não

¹⁰⁷ Conferir pesquisa de referência no assunto em Bruno (2002). Momento em que a pesquisadora resgata a mobilização do patronato rural (em sua “face mais retrógrada”) sob a bandeira do direito de propriedade ao refletir sobre a reação do mesmo à mobilização de setores não hegemônicos nos anos de 1980. Cenário no qual o surgimento da UDR significou “[...] uma das principais expressões e um desdobramento mais imediato do confronto entre proprietários e trabalhadores rurais.” (BRUNO, 2002, p.289).

só institucionalizar interesses, bem como formatar o próprio *lobby* institucional via agências do Estado.

Levando em conta a natureza da referida Associação, cabe mencionar ainda os estudos que se voltam à questão da ação coletiva do empresariado rural, no Brasil, em parceria com o Estado na garantia de interesses específicos para o ajustamento da economia nacional à economia mundial. Nesse sentido, destaque para as pesquisas de A. Ortega e W. Iglecias. Estudos que nos ajudam na compreensão das transformações do capitalismo brasileiro e seus impactos sobre o empresariado rural, tanto em termos econômicos, quanto no que diz respeito às ações políticas.

Segundo Ortega, a ABAG constituiria uma experiência interprofissional unitária cuja legitimidade representativa viria sendo questionada pelo que seria uma nova matriz regulatória. Já Iglecias lembra Graziano (1991) ao distinguir representação real e representação formal. Vejamos as ideias dos referidos pesquisadores.

Em *O empresário do agronegócio no Brasil: ação coletiva e formas de atuação política. As batalhas do Açúcar e do Algodão na OMC* (2007), W. Iglecias parte do estudo de caso relativo às vitórias brasileiras na OMC diante dos EUA e UE no tocante à produção, acesso a mercados e exportação de algodão e açúcar, respectivamente.

O autor destaca a defesa (crescente) de formulação e implementação de políticas destinadas à agropecuária em função de seu peso no comércio exterior. Iglecias parte do pressuposto de que as estratégias empresariais e estatais para a inserção da economia nacional no comércio mundial se fazem sob uma nova matriz regulatória que não mais se caracterizaria pelo protagonismo do Estado definindo a política agrícola. A interação entre tais atores não mais se resumiria “à tradicional agenda” constituída por metas garantidoras de preço, estoques reguladores, crédito, pesquisa e assistência técnica etc. Afirma-se a interlocução permanente entre instâncias governamentais e agentes privados para a formulação de políticas específicas para cada sub-setor da atividade agropecuária, a partir das transformações operadas no Brasil e a nível mundial. Realidade na qual se destacaria a busca pela construção de uma institucionalidade favorável à atração de investimentos estrangeiros. De acordo com o autor haveria US\$ 165 bilhões disponíveis, a nível mundial, para o financiamento de atividades agropecuárias.

Ao Estado caberia o investimento em pesquisa destinada ao incremento da produtividade, em logística e infra-estrutura. E mais, seria este também responsável por legislar sobre meio-ambiente, direito de propriedade e regime de trabalho. A tarefa fiscalizadora em relação às regras para certificação e regras sanitárias igualmente é atribuída ao Governo. Questões em pauta nas parcerias de tecnocratas do governo e empresas do “setor” para enfrentar o protecionismo das economias centrais, bem como a própria atuação de seus agentes nas arenas internacionais de negociação.

Vale mencionar os atores da rede de relações que viria envolvendo a problemática da internacionalização da agricultura nacional, segundo a percepção do autor. São eles: sindicatos e federações; consumidor final, governos estrangeiros, organizações multilaterais, os sistemas financeiros (nacional e internacional), sociedade civil nacional e internacional, corporações mundiais do setor e centros de pesquisas. Atores cuja “*quebra de braço*” me faz recordar a expressão (gramsciana) “*guerra de posições*”.

O *lobby* legislativo não é esquecido como expressão da diversificação de relações estabelecidas com o Estado. A presença dos representantes do *Agronegócio* atuando nas comissões parlamentares que tratam de assuntos ligados à produção agrícola, bem como a sua participação direta em cargos públicos como os de ministérios e secretarias ligadas à agropecuária também não é ocultada – lembremos-nos da participação de agentes da própria ABAG em unidades da EMBRAPA, bem como nas Câmaras Setoriais do MAPA e na gestão da própria Pasta. Ações perante a opinião pública, em momentos de tensão com o Governo, são igualmente mencionadas. A título de exemplo o próprio Tratoração.¹⁰⁸

Em “*Agronegócios e representação de interesses no Brasil*”(2005), Antônio Ortega reforça a importância da ABAG enquanto experiência interprofissional unitária – objetivo de representar todos os complexos agroindustrias – por oposição às entidades interprofissionais européias as quais buscam a especialização. O autor chama atenção para a dificuldade de se representar interesses conflitivos no interior de cada cadeia sob um suposto interesse comum do *Agronegócio*. Nesse sentido, destaca o sucesso dos espaços inter-profissionais especializados como as câmaras do café. Espaços em que a racionalidade econômica seria controlada pela regulamentação política. E é nesse contexto que faz menção à ABAG. Seu foco é discutir a superação do protagonismo das associações de

¹⁰⁸ Conferir sobre o referido movimento em Carneiro (2008).

caráter unitário pelo das organizações especializadas. Contudo, ao não realizar uma análise comparativa no sentido de investigar ações e bases de atuação das associações inseridas na primeira categoria, Ortega gera dúvidas em relação à validade de suas afirmações.

Por fim, destaco a pesquisa de Marques (1996) o qual voltou-se para o debate sobre Segurança Alimentar no Brasil tendo como objeto a intervenção da ABAG no campo de disputa e produção ideológica em torno da referida noção. Momento em que o autor repete a necessidade da Associação de agregar o “setor” denominado *Agribusiness* e a dificuldade da realização de tal tarefa cuja explicação residiria na competição intercapitalista no interior do “setor”. Mais uma vez é assinalada a construção de uma identidade através da distinção e oposição às esferas fora do *Agribusiness*, como no conjunto da classe intercapitalista. O enfoque empresarial da ABAG em relação à noção de Segurança Alimentar é reforçado. Destaca-se a associação entre a referida noção e a ideia de competitividade.

Marques chama atenção também para o registro de que os avanços sociais deveriam ser “[...] *tracionados pelo crescimento do setor produtivo, notadamente o do agribusiness.*” (MARQUES, 1996, p.108)

Abordando a obra “*Segurança Alimentar...*”, publicada pela ABAG (1993), o autor aponta crítica à racionalidade voltada para o “*bem social*”. Afirma que para a Associação “*a razão imporia*” que se alimentasse o suficiente para a produção, “[...] *sendo o cálculo do custo/benefício o parâmetro para tal*[...]”. Embora identifique o Chile como modelo defendido pela ABAG, o pesquisador reconhece que a política de Segurança Alimentar proposta pela mesma não teria a natureza autoritária da experiência chilena.

Tendo como objetivo definir o porquê de ter a ABAG selecionado a temática “*Segurança Alimentar*” enquanto prioridade social e a forma como tal noção foi ressignificada no intuito de atender aos interesses da referida Associação, o autor reforça a explicação de uma estratégia de valorização das atividades do *Agribusiness* e de legitimação frente ao próprio “setor”, a sociedade e o governo. Fato comprovado ao se observar o discurso oficial de Araújo na ocasião do lançamento da Associação Brasileira de *Agribusiness*, apresentado nas linhas anteriores.

Paulo Marques recorre à Anna Maria Peliano para afirmar ter sido a participação de Araújo, no CONSEA, marcada por grande “*senso de oportunismo e realismo*”. Com a nomeação de Ney Bittencourt, a ABAG teria recebido o passe para participar do novo

espaço de definição política no qual se manifestariam diferentes atores do campo da produção ideológica referente à Segurança Alimentar. Fato não pouco representativo.

Vale resgatar o depoimento que Marques atribui a Ubaldino Dantas (Diretor Executivo da Associação) durante a apresentação oficial da ABAG. Considerando o referido depoimento, Dantas explícita a posição da Associação nas relações de poder. De tal forma, teria dito ele: “[...] *as atividades do agribusiness fazem parte da estratégia nacional [...] , portanto, a ABAG exigiu sua apresentação no centro de decisões políticas do país.*” (Ibid., p.75, grifo meu)

Em relação ao apoio recebido pela Associação, Marques reafirma a diminuta participação das associações por segmento e destaca as cooperativas. Segundo o autor, a maior colaboração com a ABAG teria se dado na Agrishow. As participações da ABRASEM (Associação Brasileira de Produtores de Semente), da ANDEF, da ANDA, da OCB, da ABIMAQ e da SRB são mencionadas. Paulo Marques chega a citar entrevista com Marcos Jank, então assessor da ABAG. Momento no qual Jank teria apontado a Agrocerec como a principal mantenedora da Associação em fins de 1995. Outra informação coletada diria respeito ao motivo pelo qual se registrava o afastamento do segmento de alimentos, representado pela ABIA. De acordo com Marques, Jank informara existir certas divergências entre Edmundo Klotz e Ney Araújo.

Enfim, considerando os primeiros anos de atuação da ABAG é consenso a leitura de uma Associação cuja missão é organizar e dar visibilidade ao *Sistema*. Seus porta-vozes, exaustivamente, viriam destacando a eficiência econômica do *Agronegócio* e sua contribuição à economia nacional (participação no PIB nacional, geração de emprego etc). no intuito de legitimar suas demandas.

E mais, uma Associação que inovaria em termos de representação política uma vez que buscaria a integração dos diversos setores fruto do processo de especialização da produção. E ao fazê-lo, institucionalizaria não só a representação política de tais setores, como também a própria estratégia de construção da hegemonia no embate do território de um Estado Ampliado.

Apesar da recente trajetória no cenário nacional, a Associação Brasileira de Agribusiness atingiu o rol das mais importantes entidades de representação política do

Agronegócio brasileiro. Posto cuja tarefa exige que reafirme, incansavelmente, sua visão e missão. Em seu atual Estatuto Social temos:

Art. 7 - A ABAG tem por finalidade integrar todos os segmentos do agribusiness brasileiro com os objetivos de :

a) atuar no campo político sugerindo medidas que venham otimizar e aumentar a competitividade do sistema, tanto nacional quanto internacionalmente;

b) atuar no campo técnico, desenvolvendo estudos técnicos que permitam respaldar sua atuação política;

c) estabelecer um sistema de comunicação com os vários segmentos da sociedade brasileira, visando esclarecer a relevância do sistema e valorizar sua importância social e econômica;

d) atuar de forma a otimizar os resultados do setor.

(Estatuto Social/ABAG, 2004)

Nesse sentido, a Associação tem elaborado significativas estruturas ideológicas às quais se somam múltiplos agentes e agências responsáveis pela disseminação de uma dada ideologia. Realidade que pode ser examinada, no próximo tópico, através da análise de eventos como os Fóruns ABAG, os CBAs e a Agrishow/RP. Inclua-se a abordagem de agências como o ICONE (*Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais*) e o ARES (*Instituto para o Agronegócio Responsável*), além de iniciativas como o *Agronegócio na Escola*.

Por ora, vale algumas observações sobre os aspectos organizacionais da Associação no intuito de melhor compreendermos sua estrutura e divisão interna de poder.

De acordo com seu Estatuto, os membros da ABAG são divididos entre Associados Mantenedores – pessoas jurídicas as quais atuam no *Agribusiness* e que são responsáveis pelo aporte financeiro destinado à manutenção da própria Associação Brasileira de *Agribusiness* – e Associados Honorários – todos os instituidores, patrocinadores e outras pessoas físicas ou jurídicas que tenham contribuído para a promoção de suas finalidades, a critério da Diretoria. Entre tais agentes nem todos têm direito a voto ou podem se candidatar a cargo de comando na Associação. Fato formalizado no Art. 24: “*O processo eleitoral, seus recursos, a eleição e a posse dos eleitos se darão apenas entre os associados mantenedores em condições de votar [...]*”

Ao se observar a ocupação dos postos de comando da ABAG é possível identificar os referidos agentes. Nesse sentido, destaque para AGROCERES, CARAMURU,

COCAMAR, ANDEF, BUNGE, USINA ALTO ALEGRE e BM&F BOVESPA. Além da própria ABAG/RP.

De acordo com o Art. 21, parágrafo único, as eleições só são validadas se tiverem participação de mais de 50% dos associados “[...]com capacidade para votar, em primeira convocação, e com qualquer número, em segunda convocação”.

Em termos de patrimônio e recursos da Associação, o Art.9 define constituírem os mesmos a dotação inicial; as doações oferecidas; os bens móveis e imóveis adquiridos para a consecução de suas finalidades e atividades; os bens imóveis e direitos livres de ônus que lhe forem transferidos em caráter definitivo por pessoas físicas ou jurídicas, privadas ou públicas, nacionais e internacionais e; as doações, heranças ou legados de pessoas físicas ou jurídicas, privadas ou públicas, nacionais e internacionais.

Os recursos financeiros da Instituição são listados nos artigos 10 e 11. Nestes, temos: recursos oriundos de convênios, acordos ou contratos e demais prestações de serviços, celebrados em âmbito nacional e internacional; as contribuições dos associados na forma definida anualmente pela Diretoria e aprovada em Assembléia Geral; as contribuições e as doações periódicas dos associados mantenedores. Inclui-se as rendas decorrentes da exploração de seus bens, inclusive aquelas resultantes da propriedade intelectual; a arrecadação de fundos financeiros especiais que proporcionem seu funcionamento operacional; o produto de operação financeira; as ajudas ou auxílios financeiros de qualquer origem, desde que não vinculados.

Vale mencionar a determinação de que as associações mantenedoras se reúnam, anualmente, em Assembléia Geral Ordinária para a apreciação de relatório sobre as atividades da Entidade e sua Diretoria. A aprovação do balanço econômico-financeiro, bem como das contas da administração também fazem parte da pauta da referida reunião.

O Conselho Administrativo da ABAG – cuja responsabilidade fica por conta de uma Diretoria eleita para mandato de três anos – é composto por um presidente, dois vice-presidentes e até sete diretores, todos eleitos em Assembléia Geral convocada para tal fim, dentre os associados mantenedores. Atenção para o fato de serem os diretores escolhidos de forma a representarem, preferencialmente, os três segmentos do *Agribusiness*: 1) área produtora de insumos; 2) área de produção agropecuária e florestal e; 3) área de processamento e transformação de produtos de origem agropecuária, distribuição, logística

e serviços. E mais, é vedada a participação do Presidente e Vice-Presidentes da Associação em cargos públicos. Fica determinada a frequência mensal das reuniões de Diretoria.

Cabe assinalar que ao lado da referida diretoria temos a instituição de um Conselho Consultivo que se reúne “[...] sempre que um fato que influa no comportamento do setor assim o justificar.” Sua função é aconselhar a Diretoria na definição das grandes linhas de atuação política da ABAG. O mandato de seus membros tem duração de três anos e coincide com o da Diretoria. Sua constituição é indefinida podendo reunir número igual ou inferior aos associados mantenedores. Contudo, a referida participação fica condicionada a convite da Diretoria. (Estatuto Social/ABAG, 2004, Art. 25)

Considerando a ênfase na constituição de sinergias favoráveis a construção de dados sobre o *Agronegócio*, a Associação destina um capítulo ao Instituto de Estudos do Agribusiness (IEAg), seu “*braço técnico*”, cujo executivo (seu gestor) responde a um dos vice-presidentes ou ao próprio presidente da ABAG.

Importa registrar que o IEAg conta com um Conselho de Integração Acadêmica composto por até oito membros, mais o Executivo do Instituto como coordenador e o Executivo da Associação como secretário. Sua função é elaborar programas de estudos de interesses da ABAG, além de “*coordenar e definir prioridades nos projetos que envolvam a participação das Universidades e outras instituições nos termos que interagem com o Agribusiness.*”

Diante da fundação de bases de atuação como o ICONE e o ARES, além da associação de iniciativas como o IP Desenvolvimento à ABAG, fica a dúvida sobre a funcionalidade do IEAg considerando a natureza das referidas agências. A própria atuação de um Conselho Acadêmico ABAG cuja existência transcenda ao formalismo de um estatuto não tenho como afirmar.¹⁰⁹

Para concluir, vale destacar capítulo do Estatuto da ABAG sobre disposições gerais (Cap.X) onde são identificadas as condições para a extinção da Associação (Art.27). Decisão que depende, de acordo com o documento consultado, de deliberação da Diretoria

¹⁰⁹ No intuito de esclarecer tais questões (entre outras) solicitei entrevista com o atual coordenador do IEAG, Luiz Antônio Pinazza. Ocasão em que fui orientada a procurar Roberto Rodrigues. Contudo, Rodrigues já havia sido entrevistado e em seu depoimento mencionara, rapidamente, o Instituto. No entanto, considerando o tempo da referida entrevista a qual visava recuperar o contexto de fundação e a trajetória da ABAG através da memória de um de seus principais fundadores e representante do Agronegócio, o tema não pode ser explorado.

e referendo da Assembléia Geral dos Mantenedores. Uma vez extinta, o patrimônio da Associação não poderá reverter-se aos associados ou instituidores, deverá destinar-se à associações “*sem fins econômicos*” com objetivos semelhantes ao da ABAG ou ainda de caráter educacional de pesquisa ou de caridade. O documento é assinado por Carlo Filippo M. Lovatelli (Presidente), Cristiano Walter Simon (Secretário) e Marcos Tavares Leite (OAB/SP nº95 253).

Voltando à matriz discursiva da Associação e considerando os elementos estruturais da mesma (já citados), percebe-se o exercício de legitimação de um modelo organizacional de cujo desempenho dependeria a própria viabilidade da Nação. Se nos anos noventa a bandeira da Segurança Alimentar viabilizava a reprodução do *business* ligado à agricultura, na atual década, esta é transformada em uma das muitas dimensões da Sustentabilidade. Termo que, traduzido por um *Sistema de Riscos* por gestores do *Agronegócio*, traz consigo a ideia de um “*Tripé da Perenidade*” ou “*Triple Bottom Line*”. Expressão com a qual se busca gerar um consenso sobre o que seria a mais nova motivação das iniciativas do empresariado rural no Brasil. Uma suposta associação entre valores ambientais, econômicos e sociais.

Em 2008, nas comemorações dos 15 anos da Associação, a mudança no discurso fica evidente. Não mais se fala em “*desenvolvimento sustentado*” e sim, “*desenvolvimento sustentável*”. Em prefácio de “*15 Anos Abag. Uma história de realizações em benefício do agronegócio brasileiro*”, Carlo Lovatelli avalia o que viria sendo a trajetória da Associação e, ao fazê-lo, menciona seu documento de fundação para reafirmar a contribuição da Associação para “o setor”, bem como para a economia nacional. Nesse sentido, cita a colaboração para com a integração à economia internacional e a organização do processo de “*desenvolvimento sustentável*” – atenção para a substituição do termo “*sustentado*” (presente no documento de origem da ABAG) por “*sustentável*”. Considerando ainda sobre a questão, Lovatelli reforça a participação da Associação na fundação do ICONE e destaca o papel da agência: “[...]até o final deste ano, as exportações nacionais do setor atingirão cifras superiores a três vezes e meio àquelas registradas em 2000. O Icone veio trazer munições para o Brasil atuar neste novo horizonte”.

Feitas as considerações sobre a gênese da Associação, bem como identificada sua estrutura organizacional e os indícios de sua atuação, passo às observações sobre suas

estruturas ideológicas no sentido de identificar a frente material difusora da ideologia sistêmica do Agronegócio a partir do referido Aparelho Privado de Hegemonia/Partido.

2.2 Ideologia Sistêmica do Agronegócio e Estruturas Ideológicas

Considerando a indissociabilidade entre a capacidade de direção e a construção das condições objetivas para tanto, tratemos da frente material construída pela ABAG na busca pela institucionalização dos interesses do Agronegócio. Momento em que fica explícita a estratégia baseada em *networks* enquanto mecanismo de articulação social com o qual se tem respondido à necessidade de permanente reconstrução da própria hegemonia.

Cabe ressaltar que a complexidade da situação das relações de força leva ao aprimoramento constante das bases para a elaboração da capacidade de direção. Processo o qual exige, entre outros aspectos, exercício contínuo de atualização das estratégias de elaboração do consenso intra e intergrupar. Daí a atenção dispensada pela ABAG às bases sociais do *Sistema* no sentido de convencê-las a atuarem na prevenção e resolução de conflitos cuja efetividade prática tem dependido da capacidade de produzirem os famosos *common grounds*. E é nesse sentido que os agentes responsáveis pela direção do referido processo planejam e executam ações na busca pela universalização de dada visão organizadora/interpretativa do mundo entre seus próprios pares. Além de difundi-la socialmente de forma mais ampla. Destaque também para o poder de formular *standards* cuja natureza reflete as novidades da matriz regulatória dos negócios em torno da agricultura. Conjuntura que materializa a atualização do exercício de hegemonia traduzido pelas modernas palavras de gestão empresarial.

Cenário no qual chama atenção a fundação de agências as quais buscam instrumentalizar a ação dos atores do Agronegócio, bem como naturalizar o processo de institucionalização de seus interesses. Falo da criação de importantes *think tanks* responsáveis pela reprodução do “*Sistema*”. Fato que se soma às múltiplas iniciativas organizadas no intuito de internalizar valores e uniformizar as práticas, o discurso e as demandas do empresariado rural. Da tal forma, nota-se a materialização de significativas frentes de difusão e consolidação do Agronegócio.

Considerados os limites de uma dissertação e no intuito de demonstrar a materialidade das considerações tecidas, resgato algumas das principais estruturas ideológicas da ABAG. Refiro-me aos Congressos Brasileiros de Agribusiness (CBAs), aos Fóruns ABAG e à Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação de Ribeirão Preto (Agrishow/RP). Inclua-se, ainda, a atuação do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE) e do Instituto para o Agronegócio Responsável (ARES) cuja atuação explicita um *business* com forte poder de atualizar sua representação.

Vale lembrar que a abordagem da iniciativa *Agronegócio na Escola* também faz parte da proposta do presente tópico. Sua seleção se justifica pelos elos de ligação entre a ABAG/RP e a ABAG nacional, além do esforço de valorização do *Agronegócio* que a mesma representa tendo o Estado como parceiro fundamental.

Início pela mais antiga iniciativa entre as selecionadas.

2.2.1 Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação de Ribeirão Preto (Agrishow/RP)¹¹⁰

“A grande realização da Agrishow foi promover a primeira grande reunião de todos os elos da cadeia produtiva do agronegócio do Brasil. Isso permitiu uma aproximação maior de todas as áreas envolvidas e uma compreensão maior dos problemas de cada uma das áreas e a busca de soluções comuns.” (Luiz Carlos Delben Leite, ex-presidente da ABIMAQ)

“Seu conceito atendia plenamente às necessidades que nós temos de mostrar os nossos equipamentos numa espécie de show-room[...]a Agrishow é hoje o grande show-room do nosso setor.”(Shiro Nishimura, presidente da Máquinas Agrícolas Jacto)

Peça fundamental na estratégia de valorização do *Agronegócio* e na interação entre seus agentes, a Agrishow/RP representa um momento em que se busca contornar as dificuldades tendo como solução o uso da tecnologia. O evento serve, ainda, como palco

¹¹⁰ Cale observar que a feira se realiza entre fins de abril e início de maio e ocorre na Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo - Pólo Regional de Desenvolvimento Tecnológico dos Agronegócios do Centro/Leste/ Centro de Cana (Rodovia Antonio Duarte Nogueira, Km 321 – Ribeirão Preto/SP).

para explicitar demandas do “setor” como isonomia de tributos, infra-estrutura e linhas de crédito.

Em material comemorativo dos 10 anos da ABAG, a imagem da feira é trabalhada como o momento de aproximação entre “[...]os agentes da oferta e da demanda da boa ciência e tecnologia.” O intuito seria criar uma “[...]atmosfera de esperança e progresso, em cima da base tecnológica. A disponibilidade de informação para os sacos de coragem na tomada da decisão da empreitada. Um meio para ganhar experiência e conhecimento, de modo a ser mola propulsora de renda e emprego nos elos que permeiam a cadeia produtiva.”¹¹¹

Enfim, sob o argumento de garantia de melhores lucros, bem como da própria viabilidade do *Sistema*, busca-se promover as condições para a inserção de novas tecnologias no processo produtivo cuja dinâmica realimentaria o próprio “setor”.

Difundido como o principal fator de sucesso da iniciativa, seu conceito (feira dinâmica, com demonstrações práticas) seria originário do *Farm Progress Show* dos EUA e da *Expochacra* da Argentina. Segundo seus organizadores, no Brasil, as primeiras experiências teriam ocorrido em Londrina (PR) no ano de 1992 e em Uberlândia (MG) em 1993. O nome de Brasília de Araújo Neto é lembrado. Proprietário e então presidente da Sociedade Rural do Paraná teria sido Araújo Neto que implementara o conceito em nosso País.

Outra novidade da feira estaria relacionada ao público alvo. Ao contrário do que ocorria até então, segundo seus organizadores, o evento focaria no produtor e não em concessionárias e distribuidores de equipamentos. O fato de se realizar uma feira agrícola separada da feira de pecuária é registrado também. Dinâmica que não era comum, segundo Shiro Nishimura. Em edição especial de *Panorama Rural* sobre os 10 anos da Agrishow/RP, o então presidente da Máquinas Agrícolas Jacto afirmou:

Nós que vendemos bens de capital queríamos um ‘palco’ diferente. Até a Agrishow surgir, nós sentíamos falta de uma feira específica para o nosso segmento[...]Queríamos uma feira que nos permitisse mostrar aos nossos clientes finais qual era a utilidade dos nossos produtos para eles. (Panorama Rural, ano 5, n.64, 2004, p.18)

¹¹¹ Ver 10 Anos Abag - Em Defesa do Desenvolvimento do País, p.7.

De acordo com Fabrício Rosa de Moraes, então diretor da Jumil, a Agrishow teria agregado mais valor ao relacionamento entre as partes envolvidas com o setor agrícola nacional.

O mérito da Agrishow está na aproximação de todos os segmentos – governo, indústria e produtores agrícolas –, o que facilitou a consolidação da política agrícola, com uma constante revisão, sempre para melhor. Ela atraiu a mídia e o marketing à feira, desfazendo a imagem de atraso anteriormente associada à agricultura. Graças a ela, a imagem do ‘caipira’, que antes caracterizava o produtor rural brasileiro, deixou de existir. (Panorama Rural, ano 5, n.64, 2004, p.20)

A ideia da criação de uma feira dinâmica teria começado a ser formalmente tratada numa reunião realizada no dia 22 de maio de 1993, na sede da Carborundum, em Vinhedo, SP, presidida por Ivan Pupo Lauandos.¹¹² Reunião na qual representantes da ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), MARCHESAN, BALDAN e JUMIL teriam tratado da *Exposição Nacional Dinâmica de Máquinas e Insumos* e acertado que a ABIMAQ (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos)¹¹³ a própria ANFAVEA, a ANDA (Associação Nacional para Difusão de Adubos), a ANDEF (Associação Nacional de Defesa Vegetal) e a ABRASEM (Associação Brasileira de Sementes e Mudas) deveriam ser envolvidas no projeto da referida feira. Teria sido decidido, ainda, que a primeira edição do evento seria realizada no estado de São Paulo e que se constituiria em uma feira “*essencialmente de negócios*”. (Id.)

Em 22 de junho do referido ano, na sede da ABIMAQ, numa reunião entre representantes das entidades e das empresas fabricantes, ter-se-ia definido as primeiras providências práticas, como uma consulta às entidades e uma pesquisa sobre as empresas organizadoras com experiência para realizar o evento.

¹¹² Então diretor da própria CARBORUNDUM e presidente do DNMA (Departamento Nacional de Máquinas e Implementos Agrícolas da ABIMAQ o qual se transformou na Câmara Setorial de Máquinas e Implementos Agrícolas da referida associação).

¹¹³ Criada em 1975, a ABIMAQ possui o chamado “*Sistema Abimaq*” constituído pela própria ABIMAQ em conjunto com o SINDIMAQ (Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas – criado em 1937 sob a denominação de Sindicato dos Construtores de Máquinas e Acessórios Têxteis), IPDMAQ (Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Máquinas e Equipamentos – responsável pela difusão de tecnologia industrial voltada para o setor de máquinas e equipamentos) e TRADEMAQ (empresa que concentra as atividades comerciais da ABIMAQ tais como eventos, feiras de negócios e publicações técnicas).

Segundo matéria de *Panorama Rural*, Ivan Lauandos recordando o período de mobilização para a implementação da feira, afirmara: “*Havia um consenso quanto à idéia de que deveria ser uma feira menos política e mais técnica, e que em hipótese alguma poderia ter shows, como costumava acontecer nos eventos agropecuários que se realizavam naquela época no Brasil.*” (*Panorama Rural*, ano 5, n.64, 2004, p.20-21, grifo meu) Contudo, mais de uma década depois o evento mostra sua natureza política e inclui apresentações musicais.

Dando continuidade ao resgate do processo de negociação para a implementação da Agrishow/RP, cabe mencionar o registro que em 27 de julho de 1993, a ABAG, a SRB (Sociedade Rural Brasileira), a ANFAVEA e a ABIMAQ teriam confirmado sua intenção de participação na feira que, naquele momento, ficou provisoriamente denominado *1ª Feira Dinâmica de Máquinas Agrícolas*. Tais entidades teriam reiterado, ainda, o convite de participação à ANDA, ANDEF e ABRASEM. “*Entre essas duas reuniões, Chiquinho [Francisco Maturro, diretor da Tatu Marchesan] e eu estivemos reunidos com Roberto Rodrigues, então secretário estadual da Agricultura, buscando o seu apoio. Ele nos sugeriu que convidássemos as demais entidades voltadas ao agronegócio*”, recorda Jak Torretta Junior. (*Panorama Rural*, ano 5, n.64, 2004, p.21)

O nome *Agrishow* teria sido sugerido por Celso Luís Casale e escolhido para denominar (definitivamente) o evento em reunião realizada em 3 de agosto, também na sede da ABIMAQ. Ocasão na qual se tentou definir o local da feira, tendo sido sugeridas, por ordem de preferência, as cidades de Ribeirão Preto, São Carlos e Araras. Enquanto isso, já tinham sido realizadas conversações com a EMBRAPA para uma possível realização da feira na Fazenda Canxim, em São Carlos. Deliberou-se então que uma comissão se reuniria em Ribeirão Preto no dia 10 de agosto, para visitar as propriedades disponíveis nessa região, e que, não havendo consenso sobre um local apropriado nesse município, a feira seria realizada em São Carlos.

Conforme o decidido teria sido realizada uma reunião na Estação Experimental de Ribeirão Preto do IAC¹¹⁴, para apresentar ao seu diretor, Guido de Sordi, a proposta de

¹¹⁴ “*Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), órgão de pesquisa da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, tem sua sede no município de Campinas. Fundado em 1887 pelo Imperador D. Pedro II, recebeu a denominação de Imperial Estação Agrônoma de Campinas e, em 1892, passou para o Governo do Estado de São Paulo. A Instituição tem como missão Gerar e Transferir Ciência e Tecnologia para o Negócio Agrícola, visando à otimização dos sistemas de produção vegetal e ao desenvolvimento sócio-econômico com qualidade ambiental. Sua atuação garante ainda a oferta de alimentos à população e matéria-prima à indústria, cooperando para a*

realização de uma *feira expodinâmica* naquele local: “*Passamos ao grupo nossa opinião de que, não havendo prejuízo às atividades programadas da Estação Experimental, e desde que houvesse o aval de nossos superiores, nada tínhamos a opor*”, afirmou Guido de Sordi à *Panorama Rural*. Nesse sentido, o encontro do dia 14 de setembro de 1993 – na Estação Experimental – é apontado como a data inicial para a implantação da feira em Ribeirão Preto. (*Panorama Rural*, ano 5, n. 64, 2004, p.22)

A escolha de Ribeirão é justificada por fatores como o próprio clima da cidade cujas condições possibilitariam o cultivo de diversas culturas fora do período normal da lavoura em outras regiões do Brasil. Condição necessária para a demonstração de máquinas e implementos. A infra-estrutura da cidade também é citada entre os argumentos empregados para legitimar a decisão tomada. Ribeirão Preto conciliaria a disponibilidade de uma área para a feira com a prestação de serviços capaz de atender ao grande fluxo de visitantes durante a realização do evento.

Atualmente, a possibilidade de transferir a feira para São Carlos é discutida. A dificuldade em explorar a atual área de concessão é motivo de insatisfação entre os organizadores do evento. Estes desejam um espaço exclusivo para a realização da feira cuja exploração possa se dar em longo prazo como garantia de retorno dos investimentos feitos.

Segundo notícia divulgada no website da ABAG/RP, um projeto que envolveria a criação do que se denominou por *Cidade da Bionergia*, com apoio financeiro do Governo Federal da ordem de R\$ 50 milhões, é elaborado. Contudo, apesar das idas e vindas, o presidente do Conselho Consultivo da Agrishow (Cesário Ramalho) admitiu que a feira em 2010 será realizada em Ribeirão Preto.

O evento é tido como um sucesso materializado num público crescente a cada ano. Fato cuja importância seria ainda maior considerando se tratar de pessoas envolvidas diretamente com a atividade agrícola. A feira não apresentaria atrativos “*alheios ao ramo*”. Luiz Carlos Delben Leite – então gerente de produtos da Valtra do Brasil e representante da

segurança alimentar e para a competitividade dos produtos no mercado interno e externo. Para isso, conta com um patrimônio humano de 216 pesquisadores científicos e 372 funcionários de apoio, além de 1.279 ha de terras distribuídos entre a Sede, Centro Experimental Central e 4 Centros Avançados de Pesquisa, com casas de vegetação, laboratórios, demais instalações, e infra-estrutura adequada aos seus trabalhos.” Ver em <<http://www.iac.sp.gov.br>>.

ANFAVEA no início das negociações – atribui o sucesso da feira à sua utilidade. Em 2004¹¹⁵, realizando um balanço da iniciativa, declarou:

A nossa é uma feira de tecnologia e de negócios. E esse sucesso foi alcançado pela utilidade que a Agrishow representa para essas pessoas, porque nela se reúnem hoje em dia todos os principais lançamentos de máquinas, implementos, sementes, defensivos, fertilizantes, enfim de todas as tecnologias que estão sendo colocadas à disposição do agricultor e do pecuarista brasileiros. (Panorama Rural, ano 5, n.64, 2004, p.22)

Segundo Pêrsio Luiz Pastre, que também participou das primeiras reuniões destinadas à criação da Agrishow como representante da ANFAVEA, a feira foi uma consequência de um processo de conscientização sobre a importância do setor agrícola na economia nacional.

A inflação e os planos econômicos destinados a combatê-la criaram uma situação difícil na agricultura, que acabou acumulando um alto grau de inadimplência. Essa imagem só mudou a partir da segunda metade dos anos 90, quando o setor agropecuário foi colocado na condição de âncora do Plano Real. A Agrishow surgiu e passou a ter um papel fundamental nessa fase, em que os agricultores se conscientizaram sobre a importância da competitividade. (Idem, p.22 e 25)

Um dos compromissos com os novos tempos teria sido a renovação da frota de máquinas agrícolas automotores – tratores de roda e de esteira, plantadeiras e colheitadeiras – cujo grau de obsolescência levava à perda de produtividade: “A Agrishow foi – e continua sendo – um alicerce sólido para a realização dos negócios do nosso segmento industrial”, afirma Pêrsio Pastre.

Ao observador não escapa o período estratégico do evento. Época em que o produtor está finalizando a colheita da safra e se preparando para uma nova safra. Momento oportuno para convencê-lo sobre os “milagres da tecnologia”.

A imagem da Agrishow/RP como um bom negócio é fundamentada nos números divulgados pela ABIMAQ em relação ao evento – volume de negócios, público, demonstrações, expectativas de expositores etc. Contudo, os altos e baixos do evento podem ser evidenciados na variação do volume de negócios. Não cabe esquecer a forte crise durante o ano de 1995 pela qual passou a feira. Crise que abalara a imagem do evento,

¹¹⁵ Ano em que Leite já era presidente da ABIMAQ.

bem como da ABAG sob cuja direção a Agrishow se encontrava. Momento em que a ABIMAQ – representada por Sérgio Magalhães – teria convocado uma reunião com as demais instituições que participavam do evento propondo assumir ativo e passivo, ficando com 80% da feira e as demais – ANDA, ANDEF, Rural, ABAG e a Associação dos Agrônomos de São Paulo – com os 20% restantes. Roberto Rodrigues teria sido o nome indicado para assumir a presidência da feira.¹¹⁶

Assumindo as atribuições do cargo, Rodrigues afirma ter ido à Brasília conversar com alguns “*amigos*” – refere-se a Paulo César Ximenes, então presidente do Banco do Brasil e José Eduardo de Andrade Vieira, então Ministro da Agricultura¹¹⁷ – objetivando levantar recursos para dar início ao processo de recuperação do evento. A visita à capital do País teria rendido recursos da ordem de R\$ 850 a 900 mil reais para investir no empreendimento.

Um exemplo claro da mobilização em termos de alavancar os negócios é o *Projeto Comprador* da APEX (Agência de Promoção de Exportações do Brasil – órgão do Ministério do Desenvolvimento) em parceria com o Sebrae-SP cuja Rodada de Negociações passou a ser abrigada pelo International Visitors Bureau no ano de 2000. O pavilhão organizado pela Divisão de Promoção de Comércio Exterior da ABIMAQ tem o intuito de promover atividades comerciais entre fabricantes nacionais e empresas distribuidoras internacionais.

O *Projeto Comprador* chega a patrocinar a vinda ao Brasil das empresas com maior potencial de distribuição dos produtos nacionais em seus países de origem. A principal fonte de financiamento seria a própria APEX cujos recursos são complementados pelas empresas interessadas em participar do evento as quais contribuem com taxa de inscrição.¹¹⁸

O objetivo da iniciativa é criar um fluxo contínuo de exportações dos produtos brasileiros. Além do espaço para as negociações, o pavilhão do Bureau possui uma sala de

¹¹⁶ Segundo Rodrigues, o prejuízo superara R\$ 1 milhão de reais. De acordo com o ex-Ministro, a ABIMAQ passou, a partir de então, a ter o controle da área econômico-financeira do evento.

¹¹⁷ Conferir em *Panorama Rural*, ano 5, n.64, p.12. Rodrigues também relatou o referido fato na ocasião em que o entrevistei.

¹¹⁸ Não foi possível identificar o valor da referida taxa e as empresas em questão. Considerando terem sido consultados os sites da ABIMAQ e da própria Agrishow, bem como a revista oficial do evento, a única alternativa seria entrevistar um representante da ABIMAQ para obter a referida informação. Contudo, o agendamento da entrevista não foi possível dentro do prazo de conclusão desta dissertação.

despachos para representantes do Itamaraty e equipes que informam os visitantes estrangeiros.

Desde sua vinda para a Agrishow de Ribeirão, o *Projeto Comprador* viria patrocinando a vinda de representantes de diversos países ao Brasil. Entre eles: Argentina, México, China, Uruguai, África do Sul, Itália, Holanda, Jordânia, Rússia etc.

A exemplo dos CBAs, nota-se a presença (na feira) de autoridades como Secretários e Ministros da Agricultura, Governadores, Deputados e Presidentes da República.¹¹⁹ Fato que torna a ocasião propícia para a explicitação de demandas. Demandas que têm se dado em termos de infra-estrutura, crédito e isonomia de tributos. Em contrapartida, as autoridades oficiais enfatizam a importância do “setor” e as ações governamentais na direção de sanar gargalos. Gabinetes chegam a ser transferidos para a feira. Ato nada incomum em relação à Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, bem como ao próprio Ministério da Agricultura.

Em sua terceira visita ao evento (em 2004), o atual Presidente da República afirmou:

A Agrishow é uma demonstração da evolução da agricultura e da pecuária brasileiras. Nossa produtividade por hectare é a maior do mundo, nosso gado é criado a pasto, o chamado boi verde está livre de contaminação e é promotor de crescimento. O campo está fazendo do Brasil um país rico e de destaque em todo o mundo. (Panorama Rural, ano 5, n.64, 2004, p.35, grifo meu)

¹¹⁹ A título de exemplo, pode-se registrar a participação do Presidente Fernando Henrique Cardoso em 1997, 1999 e 2001. Ano este em que recebeu o Prêmio Agrishow. Cabe lembrar ter sido criação do governo de FHC o Fórum Nacional de Agricultura. Contudo, a homenagem se deu graças a implementação do Moderfrota (Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras tendo como objetivo o financiamento da aquisição dos referidos bens). Segundo Sérgio Magalhães, então presidente da Agrishow, o programa era “[...] *um antigo plano [...], difícil de ser conseguido*”. Cf. *Panorama Rural*, ano 2, n.28, Jun./2001, p.44. Já Luiz Inácio Lula da Silva teria comparecido a quatro eventos. O último deles foi em maio de 2009 quando realizou um balanço do primeiro ano do *Mais Alimentos*. Linha especial de crédito que destina recursos para investimentos em infra-estrutura da propriedade rural. A referida linha de crédito financia até R\$ 100 mil que podem ser pagos em até dez anos, com juros anuais de 2% e três anos de carência: “*O Mais Alimentos é uma ação estruturante que permite ao agricultor familiar investir em modernização e aquisição de máquinas e de novos equipamentos, correção e recuperação de solos, resfriadores de leite, melhoria genética, irrigação, implantação de pomares e estufas e armazenagem. Esta linha de financiamento contempla também projetos associados à produção de arroz, aves, café, caprinos, feijão, frutas, gado de corte, leite, ovinos, mandioca, milho, olerícolas, suínos e trigo.*” Ver em <<http://www.mda.org.br>>. Atenção aos interesses em torno dos negócios alimentados pela referida linha de crédito, bem como para a aproximação de determinados setores patrocinada pelo Estado.

Afirmção que demonstra bem a percepção do Executivo em relação ao *Agronegócio* e o lugar atribuído ao “setor”.

Vale mencionar o destaque atribuído à figura de Antônio Palocci que chegou a receber a Moeda Oficial Agrishow.¹²⁰ Prefeito de Ribeirão quando a primeira edição da feira foi realizada, Palocci prestigiou o evento (em sua décima edição) como Ministro da Fazenda em companhia do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Ainda sobre o caráter político do evento, chama atenção a articulação entre os diversos agentes envolvidos com o *Sistema*. Diversos são os debates e reuniões, entre lideranças do “setor” e autoridades governamentais, realizados. Como exemplo o próprio encontro (2007) entre Secretários da Agricultura de 12 estados da Federação tendo como objetivo definir estratégia comum para os problemas do “setor”. Na ocasião, segundo matéria publicada em *Panorama Rural*, em pauta o descontingenciamento de recursos federais para serem aplicados na defesa sanitária.

Em relação ao perfil de expositores e visitantes, o website da Agrishow identifica entre os primeiros os seguintes setores: máquinas e implementos agrícolas, equipamento e instalações para pecuária, informática, peças, acessórios etc. Entre as categorias de visitantes: agricultores, pecuaristas, agroindustriais, estudantes, gerentes comerciais e de marketing, além de profissionais de entidades de classe.

Atenção para a disponibilização de linhas de crédito “adequadas” às necessidades prioritárias do “setor”. Em edição de *Panorama* (abril de 2009), José Carlos Vaz (diretor de agronegócios do Banco do Brasil) afirmou a existência de crédito para “fomentar a produtividade” nas áreas de irrigação, drenagem, açudagem, transporte e setor sucroalcooleiro. Áreas que mais demandariam crédito, segundo a avaliação do referido representante.

Entre as agências financeiras que participam da feira, destaque para o Banco do Brasil, para o Banco Bradesco (“Banco do Planeta”), para a Nossa Caixa e para o Santander. Devo lembrar que as referidas agências são credenciadas pelo BNDES para repassarem recursos de programas destinados à agropecuária.¹²¹

¹²⁰ Homenagem à figuras cuja colaboração com a causa do *Agronegócio* é reconhecida. A referida premiação ocorreu em 2004.

¹²¹ Cf. em <<http://www.bndes.gov.br>>.

Cabe mencionar a cobertura de mídia da feira. Nesse sentido, destaque para a participação do *Canal Rural* (canal oficial do evento), da *Revista Porto SA*, da *Revista AgriMotor*, do *Canal Mix* e da própria *Panorama Rural* (revista oficial do evento).

Segundo Paulo Roque, então editor-chefe de *Panorama Rural*, o posto de *Panorama* se deve ao fato de representar a mesma um projeto inovador o qual já na origem contou com o apoio de importantes figuras do *Sistema*. Atenção para a constituição do Conselho Editorial da referida revista. Nomes de peso do Agronegócio marcam presença, entre eles: Luiz Alberto Garcia, Luiz A. Pinazza, Roberto Rodrigues, Sergio Magalhães, Luiz Carlos Delben Leite entre outros.¹²²

Considerando a descrição de Roque sobre os objetivos do periódico, o próprio título da revista revelaria a intenção de seus idealizadores e colaboradores. A revista (lançada em 1999) ofereceria ao produtor rural o que seria um panorama da dinâmica em torno de sua atividade produtiva. Com foco no calendário agrícola e pecuário apresentaria uma pauta baseada em discussões de caráter macro com matérias mais analíticas que incluiriam as discussões nos centros de decisão do País. Tese que merece ser verificada em estudos futuros.

Voltemos às informações sobre a Agrishow/RP. Em termos de apoio institucional, a feira conta com o suporte do Governo do Estado de São Paulo. Já em relação ao patrocínio, o evento conta com o MAPA. Sua organização e promoção fica a cargo da Reed Exhibitions e Alcantara Machado.¹²³

Na tentativa de atender aos diferentes interesses de potenciais compradores, a feira apresenta os seguintes setores: Implementos Agrícolas; Máquinas Agrícolas; Sementes,

¹²² Estas informações foram obtidas em entrevista realizada com Roque em 04/11/2008. Maiores detalhes serão apresentados em estudo futuro. Momento no qual um exame completo de *Panorama Rural* será realizado tendo como foco sua história e relação com o Agronegócio.

¹²³ Criada em abril de 2007, a Reed Exhibitions Alcantara Machado é resultado da *joint venture* firmada entre aquela que seria a maior promotora de feira do mundo – a Reed Exhibitions – e a aquela que seria a maior promotora de feira da América Latina – a Alcantara Machado Feiras de Negócios. A parceria teve início em 2006, com a realização da FEICON BATIMAT (Feira Internacional da Indústria da Construção), seguida da ISC BRASIL (Feira de Segurança Eletrônica) e do SISP (Salão Imobiliário São Paulo). A Reed Exhibitions Alcantara Machado detém mais de 30 feiras de negócios, dos mais diversos segmentos da indústria. Entre os objetivos da agência, temos: propiciar aos expositores e seus clientes a oportunidade de incrementar seus negócios, trazer eventos internacionais para o Brasil, bem como realizar novas parcerias. A empresa passou a organizar a Agrishow em 2008 substituindo a organização da ABIMAQ. Fato fruto do processo de especialização implementado pela própria ABIMAQ e que acabou repercutindo na organização de *Panorama Rural*. Dinâmica que pretendo resgatar em estudos futuros.

Corretivos, Fertilizantes e Defensivos; Silos e Armazenagem; Equipamentos para Irrigação; Aviões; Veículos utilitários e Logística; Equipamentos para Agricultura Familiar; Software e Hardware; Peças automóveis e Pneus entre outros.

Devo enfatizar aspecto relevante na construção da imagem do evento. Trata-se do esforço para “desmistificar” a Agrishow/RP como uma feira voltada ao grande produtor. A título de exemplo, resgato fato recente divulgado em edição de abril de 2009 de *Panorama Rural*. Na ocasião, Luiz Aubert Neto informou que mais de 70% da área do evento seria destinado para exposição de máquinas, equipamentos e implementos para pequenos e médios produtores. Parece que diante da crise o setor de máquinas atualizara a estratégia de venda apostando suas fichas no segmento o qual mais estaria investindo. Conjuntura que nos remete ao ano de 2004 e à relação entre a inauguração do *Moderfrota Familiar* e a divulgação, pela ANFAVEA, do incremento das vendas de máquinas de menor potência em 24,8%.

Em termos de “participação” de médios e pequenos produtores na Agrishow, cabe destacar a presença de caravanas de agricultores familiares – organizadas pela parceria entre Banco do Brasil, Sebrae/SP, Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e Feasp (Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo). Fato enfatizado pelos organizadores da Agrishow em seu processo de legitimação enquanto espaço de acesso democrático à tecnologia. Os números ficam em torno de 20 mil visitantes. Segundo Sérgio Magalhães, atual presidente do Sistema Agrishow, a inclusão de culturas que podem ser rentáveis em pequenas áreas viria motivando o pequeno e o médio proprietário a visitar à feira.

Além da mobilização para garantir a presença de caravanas de agricultores familiares no evento, agentes do *Agribusiness* reforçam o coro da demanda por recursos destinados aos pequenos e médios produtores sob justificativa de incremento da produtividade através do emprego de tecnologia existente no mercado. De acordo com Magalhães, os produtores teriam acesso à tecnologia “[...]com custo adequado ao perfil de produção”. Ele chama atenção ainda para a necessidade de agilizar a disponibilidade dos recursos, além de aumentar o volume dos mesmos.

Nesse sentido, Francisco Maturro, vice-presidente da Cs-mia/ABIMAQ, salienta a importância dos programas governamentais como o *Mais Alimentos* (Governo Federal), o

Trator Solidário (Paraná) e o *Pró-Trator* (SP) para a acessibilidade da tecnologia para proprietários de pequeno e médio portes. E afirma o compromisso da Cs-mia em “[...]pleitear a ampliação do *Mais Alimentos*, incluindo os tratores com potência de até 180 cv e para faixa de renda bruta de R\$ 800 mil para aumentar o universo de pessoas beneficiadas”. (*Panorama Rural*, ano 11, n.122, Abril/2009, p. 65).

A parceria entre MDA e fabricantes de máquinas e implementos agrícolas para a implementação do *Mais Alimentos* nos leva a refletir sobre as possibilidades e limites de determinados grupos (no referido caso pequenos e médios produtores) em conseguir se indicar soluções concretas aos problemas deixados sem solução. Momento no qual se deve ponderar sobre a orientação/direção do processo de modernização de tais grupos e seu sentido.

Vale mencionar que a partir de 2000 – atendendo à demanda que viria sendo detectada desde a primeira edição da Agrishow/RP – os organizadores da feira incluíram na mesma uma feira de Pastagem e Fenação. Espaço específico para os produtores de insumos para gado, sua evolução é destacada como “*vitrine*” de tecnologia para o aumento da produtividade e garantia de qualidade dos rebanhos. Após mais de uma década, o evento acaba seguindo a tendência de realizar uma feira agrícola junto com uma feira agropecuária.

No que diz respeito às demonstrações práticas das novidades em termos de maquinaria e implementos agrícolas (dinâmicas), estas seriam, desde 2004, classificadas em três grupos: agricultura empresarial, agricultura familiar e pecuária. Divisão curiosa levando em consideração o discurso de uma única agricultura sob a bandeira do *Agronegócio*. Recursos e tecnologias diferentes para públicos igualmente diferentes.

Em sua última edição (abril/maio de 2009), a dimensão política do evento, mais uma vez, chamou a atenção. Segundo matéria de *Panorama*, parlamentares da Comissão da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural da Câmara Federal teriam realizado uma audiência pública com produtores e lideranças do “setor” em pleno primeiro de maio. O encontro teria sido presidido pelo deputado federal Duarte Nogueira (PSDB/SP) e contado com a presença dos deputados federais Giovanni Queiroz (PDT/PA), Leonardo Vilela (PSDB/GO), Marcos Montes (DEM/MG), Moreira Mendes (PPS/RO) e Paulo Piau (PMDB/MG), além do ex-Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, do presidente do

Conselho Consultivo da AGRISHOW, Cesário Ramalho e da prefeita de Ribeirão Preto, Dárcy Vera.

Na referida reunião, Luis Machado (advogado) teria feito uma breve apresentação sobre questões jurídicas e pontos da Constituição Federal que envolvem o direito de propriedade e de posse: *“É preciso repensar o conceito de produtividade das propriedades e levar para o meio rural o mesmo tratamento dado a propriedades urbanas, especialmente no que diz respeito a indenizações por desapropriação”*, teria sugerido Machado. As *“invasões de terra”* – como classifica *Panorama Rural* – as quais gerariam *“insegurança ao produtor rural”* também teriam feito parte da pauta do encontro. Questão cuja discussão teria sido tratada em conjunto com a problemática da Legislação Ambiental.¹²⁴

No mesmo evento, segundo o website da Agrishow, o atual Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes defendeu alterações no Código Florestal Brasileiro sob justificativa que a produção agropecuária estaria mais sustentável do que quando o mesmo foi instituído, em 1965:

As tecnologias de manejo vêm sendo alteradas ao longo do tempo. Plantar soja 20, 30 anos atrás, por exemplo, não era sustentável. Hoje já é altamente sustentável, uma vez que protege e recupera o solo e sequestra mais dióxido de carbono. Da mesma forma tivemos diversos avanços na cana. (website Agrishow)

E mais: *“Hoje as leis não deixam produzir e também não protegem”*, teria afirmado Stephanes. O Ministro teria defendido, ainda, que é preciso ter racionalidade, equilíbrio e fundamentação técnica para aquilo que se exige e ponderado: *“Quero deixar claro que sou a favor de criar condições para o desmatamento zero no bioma da Amazônia e Mata Atlântica. Também sou a favor de recompor as margens dos rios e nascentes, porém, especialmente os pequenos produtores não têm recursos para isso”*.

Entre as alterações que o Ministro julga serem necessárias estaria a permissão para o plantio de arroz em várzea e de café, uva e maçã em topo de morros, em áreas já consolidadas.

¹²⁴ Não há maiores informações sobre o fato.

Para finalizar, cabe registro de fato curioso da última edição da Agrishow/RP. Trata-se da ausência da ANFAVEA. Ocorrido que causou certo constrangimento e foi criticado por representantes do “setor”.¹²⁵

2.2.2 Programa Educacional Agronegócio na Escola

“Um dos instrumentos mais eficazes para promover a valorização da imagem do Agronegócio é a educação, por isto a ABAG/RP criou o “Agronegócio na Escola”.” (Website ABAG/RP)

Iniciativa da Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto, o *Programa Educacional Agronegócio na Escola* foi implementado em 2001 como uma das mais importantes estratégias de valorização da imagem do *Agronegócio*, objetivo principal da Associação.

Segundo Mônica Bergamaschi, a ABAG/RP tem sua origem (no próprio ano de 2001) na mobilização de um grupo de usineiros paulistas para valorizar a imagem das usinas da região. O intuito era a formação de um *Consórcio Paulista do Agronegócio*. Diante de tal interesse, Paulo Rodrigues – um dos agentes do referido grupo – teria convidado Roberto Rodrigues (seu pai) para uma reunião com os referidos empresários. O objetivo era que Rodrigues explicasse a dinâmica de uma associação multisetorial considerando a ideia de *Agribusiness*. Durante o encontro, o convidado teria sugerido a criação de uma ABAG regional como forma de fortalecer a experiência já em curso com a ABAG nacional. Com ação restrita e objetivos bem definidos, além de autonomia financeira, nasce a “co-irmã” da Associação Brasileira de Agribusiness.

Desde então, a ABAG/RP implementa forte campanha de valorização institucional.¹²⁶ Diversos são os vídeos com personalidades do mundo do esporte, da

¹²⁵ A não participação da Associação na feira teria prejudicado todos os atores do evento, segundo Francisco Maturro (diretor comercial da MARCHESAN/TATU e vice-presidente da Câmara de Máquinas e Implementos para a Agricultura (Cs-mia/ABIMAQ)). O motivo da ausência não foi divulgado. Em entrevista à *Panorama Rural*, Cesário Ramalho da Silva (presidente do Conselho Consultivo da Agrishow e presidente da SRB) também criticou o ocorrido.

¹²⁶ Na primeira fase da Campanha (2001 a 2005) o slogan escolhido foi: *Agronegócio: sua vida depende dele*. Foram divulgadas várias nuances da interdependência campo-cidade. Em 2006 a Campanha ganhou novo slogan: *Agronegócio: todos fazem parte*. Fase em que se divulga a ideia de um Agronegócio não restrito às grandes propriedades rurais. No *Sistema*, os pequenos também seriam relevantes para o “setor” e

música e da política ressaltando a imagem do *Sistema*. Destaque, ainda, para parcerias com a EMBRAPA no intuito de monitorar a produção de Ribeirão Preto objetivando a legitimação do modelo organizacional implementado.

Considerando tal realidade, não poderia a Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto passar despercebida. Muito menos a iniciativa para a qual voltei minha atenção.

Tendo como premissa a educação enquanto instrumento de internalização de valores, o *Agronegócio na Escola* tem como público alvo os estudantes da primeira série do ensino médio e objetivo declarado de levar “[...]os conceitos fundamentais do agronegócio para as salas de aula, de forma multidisciplinar.”

De acordo com Bergamaschi, alunos e professores contariam com material de suporte pedagógico e realizariam visitas em empresas da região. Além de participarem em eventos e concursos. É enfatizada a ideia de que o programa ampliaria “[...]a consciência dos estudantes sobre as atividades agroindustriais da região na qual estão inseridos, sobre a necessidade da preservação ambiental, sobre os valores de cidadania e a consequente melhoria na qualidade de vida”. E mais, além de associar teoria e prática, as visitas às empresas serviriam para os jovens descobrirem possibilidades de inserção no mercado de trabalho e “se orgulharem” da região onde vivem. O argumento de que a iniciativa contribuiria para a redução da evasão escolar, ao estimular o interesse pelas disciplinas cursadas uma vez que estas se aproximariam da realidade dos alunos, também é empregado.

Vale mencionar que, a cada início de ano, professores e coordenadores participam de uma “fase de captação” que envolve palestras e visitas no intuito de familiarizá-los com as temáticas relacionadas ao *Agronegócio*, além de habilitá-los a relacionar as referidas temáticas com suas matérias: “A aplicação dos conceitos em sala de aula acontece diretamente via professores, que relacionam o conteúdo programático de suas disciplinas com exemplos do agronegócio, tirados de experiências práticas, textos específicos e pesquisas, palestra de terceiros, etc.” A segunda fase é marcada pela visita dos alunos às empresas da própria região. Fato que explicaria o programa ter como logomarca a figura de um ônibus.¹²⁷

desempenhariam papel fundamental na geração de emprego, renda e no abastecimento dos centros urbanos. Em janeiro de 2009, nova mudança. O slogan *Agronegócio, você também faz parte* volta a enfatizar a relação dos bens produzidos pelo “setor” e o cotidiano das pessoas nos centros urbanos. Conferir em <<http://www.abagrp.org.br>>.

¹²⁷ Conferir no website da Associação.

As visitas são apresentadas como momento de descoberta em que os estudantes se aproximam do que seria a realidade do *Agronegócio*. Nas unidades da Embrapa, por exemplo, os alunos teriam visão do funcionamento das cadeias da carne e do leite, além da tecnologia aplicada em produtos e processos do *Sistema*. Já a visita à metalúrgica TATU MARCHESAN ou a uma fábrica de produtos farmacêuticos como a OURO FINO demonstraria as interdependências entre campo-cidade. Em relação às usinas, os alunos acompanhariam desde o corte de cana até a saída dos caminhões ou trens com o açúcar ou o etanol. A co-geração de energia elétrica a partir do bagaço da cana e o cultivo orgânico associado ao controle biológico de pragas também seriam pontos focados. A existência de áreas preservadas e viveiros de mudas revelariam locais “*inimagináveis*” pelos alunos. Os estudantes aprenderiam que o setor não teria “*apenas*” bóias-frias como mão de obra, segundo os organizadores. Ao que tudo indica, pretende-se trabalhar a imagem do setor enquanto gerador de postos de trabalho qualificado.

A lista das empresas, cooperativas e instituições de pesquisa envolvidas com a iniciativa é pública e consta no site da ABAG/RP. Entre elas: Unesp Jaboticabal, EMBRAPA Pecuária Sudeste (São Carlos), EMBRAPA Instrumentação Agropecuária (São Carlos), COPERANA, COPLANA, CAROL, TATU MARCHESAN, OURO FINO, TGM Turbinas, JUNIL, SANTANAL e mais 15 usinas de cana e etanol de Ribeirão Preto¹²⁸. Atenção para o destaque dado à participação das usinas. A forte presença das mesmas na região se daria em função da vocação do lugar, argumenta a ABAG/RP.

Observado o registro da fase de campo do referido programa, apreendemos uma experiência em que os exemplo positivos do *Sistema* são trabalhados com o objetivo de construir uma imagem positiva de suas atividade e agentes legitimando-o enquanto modelo organizacional útil ao próprio desenvolvimento local.

Atenção para o papel das cooperativas:

Nas cooperativas da região, COPERANA, COPLANA e CAROL, que recebem os alunos do Programa Educacional “Agronegócio na Escola”, o conceito desse importante setor da economia brasileira é parte fundamental da visita. O cooperativismo, com sua doutrina, visa promover o social através do econômico, um caminho seguro para o

¹²⁸ São elas: Cia Açucareira Vale do Rosário, Usina Batatais, Usina Buriti, Usina Ibirá, Usina Ipiranga, Usina Jardeste, Usina Mandú, Usina da Pedra, Usina Santa Adélia, Usina Santa Cruz, Usina Santa Fé, Usina Santo Antonio, Cia Energética Santa Elisa, Usina São Francisco e Usina São Martinho.

desenvolvimento, gerando renda e empregos. É o braço econômico da organização social, a prova de que a união é capaz de vencer obstáculos, abrir caminhos. O trabalho desenvolvido em cada uma delas é apresentado aos visitantes, da pesquisa de novas variedades de cana, soja e amendoim, ao armazenamento, processamento e até a comercialização, inclusive na bolsa de mercadorias e futuros. (Website/ABAG-RP)

Considerando os dados quantitativos, divulgados pela ABAG/RP, referentes ao *Agronegócio na Escola*, constata-se significativa evolução até o ano de 2007. No exercício de 2008, a iniciativa teria sofrido “[...] ajustes decorrentes de novas diretrizes da Secretaria Estadual de Educação[...].” Até então, as atividades do programa eram inseridas no horário regular de alunos e professores. Medida proibida pela Secretaria de Educação cujo referido ato explicaria a restrição da iniciativa em 2008.

Comentando sobre o ocorrido, Bergamaschi demonstrou frustração diante da decisão. Sob o argumento de uma avaliação negativa em termos de desempenho dos alunos da rede pública de ensino paulista, a Secretaria de Educação teria orientado suas diretorias a otimizarem a carga horária de seus alunos e reforçarem o programa escolar. Daí a medida em relação ao *Agronegócio na Escola*.

De acordo com dados divulgados, temos as seguintes informações sobre o período de implementação da iniciativa:

Ano	2001	2002	2003	2004
D.E	Jaboticabal	Jaboticabal Sertãozinho	Jaboticabal Sertãozinho Franca	Jaboticabal Sertãozinho Franca São Joaquim da Barra Ribeirão Preto
Municípios	4	9	15	32
Escolas	7	20	40	68
Professor	180	500	700	1090
Alunos	970	5.100	8200	12100
Visitas	27	140	167	256
Ano	2005	2006	2007	2008
D.E.	Jaboticabal Sertãozinho Franca São Joaquim da Barra Ribeirão Preto Araraquara	Jaboticabal Sertãozinho Franca São Joaquim da Barra Ribeirão Preto Araraquara Barretos São Carlos Pirassununga	Jaboticabal Sertãozinho Franca São Joaquim da Barra Ribeirão Preto Araraquara Barretos São Carlos Pirassununga	Jaboticabal São Joaquim da Barra Ribeirão Preto Araraquara Barretos Pirassununga

		Taquaritinga	Taquaritinga	
Municípios	41	53	83	23
Escolas	90	114	141	29
Professor	1200	1430	1800	700
Alunos	17240	18900	24500	4786
Visitas	290	341	463	86

Fonte: Website ABAG/RP: <<http://www.abagr.org.br>>.

Apesar das restrições, o *Agronegócio na Escola* representa um poderoso instrumento de estabelecimento do consenso necessário para a consolidação dos interesses envolvidos em torno do atual modelo hegemônico dos negócios ligados à agricultura “brasileira”. A referida experiência reforça a parceria com o Estado como uma das formas mais eficazes de garantir a universalização de propósitos.

Para finalizar, cabe mencioanr a relação entre segurança e o referido programa. Durante nossa conversa, Bergamaschi destacou a redução do número de sequestro relâmpago de empresários de Ribeirão. Fato o qual é atribuído à aproximação entre comunidade e agentes do *Sistema*.

2.2.3 Congresso Brasileiro de Agribusiness (CBA)

Com eleições nos grandes postos do executivo e legislativo, além de importantes rodadas de negociações internacionais, a ABAG idealiza e estrutura um processo que culmina no Projeto Estratégico de Desenvolvimento do Agribusiness Brasileiro até 2010. Esse trabalho redundará na realização do I Congresso Brasileiro de Agribusiness, com o apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e coordenação da ADVB – Associação Brasileira dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil. (ABAG, 2003, p.20)

Iniciativa datada de junho de 2002 e implementada na gestão de Roberto Rodrigues, os CBAs são considerados uma das mais importantes frentes de organização da ABAG. Assim sendo, ao lado dos Fóruns realizados pela Associação¹²⁹, constituem inegável espaço para a construção do consenso. Atenção para a participação de agentes de fora do *Sistema* –

¹²⁹ Iniciativa que é abordada no próximo tópico, os Fóruns ABAG datam de 2005 e têm servido para preparar as discussões a serem desenvolvidas nos CBAs. Constituem uma espécie de “ante-sala” dos Congressos.

avaliados como importantes aliados no jogo das *relações de força*¹³⁰ – considerando o equilíbrio de compromissos como base da hegemonia.

A aproximação de outros grupos sociais apresenta-se como estratégia de resposta às demandas de um cenário onde se multiplicam acordos como o da Moratória da Soja¹³¹ – cujo experimento tem originado discussão sobre a eficácia da reprodução da referida experiência em outros setores.

Cabe assinalar representar o referido acordo fruto não só de um movimento conjuntural (ocasional), mas também orgânico (relativamente permanente) consideradas as exigências de mercado¹³² na atual conjuntura e as forças atuantes na mesma em termos de construção de dada hegemonia no campo da Sustentabilidade. Contexto que reforça a política enquanto campo do dissenso em que se disputa o nomear e o próprio sentido da realidade através de “*microcentros de organização do social*” (OLIVEIRA; RIZEK, 2007, p.41) E é enquanto um desses espaços traduzido em Aparelho Privado de Hegemonia que a ABAG deve ter a organicidade de suas frentes materiais considerada.

Em 2008, em entrevista coletiva a qual antecedeu aos trabalhos do 7ºCBA, Carlos Lovatelli¹³³ quando indagado sobre o futuro da Moratória da Soja respondeu que o “setor”

¹³⁰ Para detalhes sobre as indicações gramscianas para uma análise das relações de força conferir Gramsci (2007, v.3, p. 3-4).

¹³¹ Acordo firmado (2006) entre setores da sociedade civil em que se estabeleceu o compromisso entre ABIOVE (Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais), ANEC (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais) e empresas associadas de não comercializarem soja oriunda de áreas desflorestadas dentro do *Bioma Amazônico*. O referido compromisso teria validade de julho de 2006 a julho de 2008. Contudo, tendo sido prorrogado por duas vezes, na última delas foi estendida até julho de 2010. Para a implementação da iniciativa criou-se o Grupo de Trabalho da Soja (GTS) constituído por WWF, Greenpeace, IPAM, TNC, além da ABIOVE e ANEC. Iniciativa cujo objetivo é a formatação de regras de governança para a atuação no referido bioma, além de cobrar do Governo medidas como o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). Vale lembrar ainda a formação da *Associação Internacional da Soja Responsável* a qual representa uma iniciativa internacional multisetorial – oficialmente lançada em novembro de 2006 – que reúne os atores envolvidos no debate em torno dos impactos sociais e ambientais da produção de soja. O objetivo é a produção e industrialização responsável do produto através de um diálogo global com a mobilização e a construção de um consenso entre os principais interessados e integrantes do setor com a sociedade civil. Busca-se desenvolver e promover um padrão de sustentabilidade para o mesmo, além dos meios para o monitoramento da responsabilidade da produção global. Ver <<http://www.responsiblesoy.org>>.

¹³² Sendo produto de uma construção social, importa reconhecer os interesses dos atores envolvidos em tal processo de definição. Importa identificar os elementos que interatuam na mesma; em particular o jogo entre o campo político e o campo econômico. Campos nos quais a ABAG se faz presente. Atenção para não se menosprezar a força dos atores não hegemônicos em fazer valer suas agendas.

¹³³ Bacharel em Física pela USP e Pós Graduado em Administração de Empresas pela FGV, Lovatelli é Presidente da ABAG; da ABIOVE; da Câmara Setorial de Oleaginosas e Biodiesel do CONSAGRO/MAPA e Diretor de Assuntos Corporativos da Bunge Brasil. É também Vice-Presidente da Fundação Bunge; Vice-Presidente da Round Table on Responsible Soy (RTRS); Vice-Presidente da FIESP/CIESP; Vice-Presidente da ABIA - Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação; Membro do Conselho Diretor do CEAL -

faria a parte que o competia e cobraria que o governo fizesse a dele. O tom era de quem possuía um trunfo. Não devemos esquecer que o prolongamento da referida moratória ocorrerá mediante o compromisso do governo brasileiro¹³⁴ – através do Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc – de realizar os cadastros e o licenciamento ambiental das propriedades rurais no *Bioma Amazônico*¹³⁵, além do *Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)*¹³⁶ nas áreas prioritárias para a produção de soja.

Contudo, considerando a construção social do mercado, a recusa da prorrogação da moratória por parte do empresariado rural ocasionaria prejuízos de imagem. Fato que desperta atenção para a natureza do que constitui o *Estado Ampliado* em termos de Brasil.

Voltando aos CBAs, cabe registrar a avaliação de Roberto Rodrigues sobre os mesmos. Segundo Rodrigues, a dimensão da ABAG do ponto de vista de importância política e representativa no cenário nacional só teria sido alcançada a partir dos referidos eventos. Embora reconhecendo o impacto causado pelas obras de autores/atores ligados à Associação, o ex-Ministro da Agricultura afirma terem sido os CBAs responsáveis pela projeção nacional e internacional da ABAG. Haveria toda uma expectativa em torno dos referidos eventos cujas temáticas viriam sendo cada vez mais abrangentes e de interesse coletivo: “*O CBA se transformou na grande alavanca da credibilidade da Instituição*”, afirma um dos patronos e ex-presidente da ABAG. A opinião de Roberto Rodrigues é compartilhada por outros colaboradores da Associação Brasileira de Agribusiness. A título de exemplo: Mônica Bergamaschi e César Borges de Sousa.

Conselho de Empresários da América Latina e Presidente do Conselho Deliberativo do ARES. Levando em conta as posições ocupadas, Carlo Lovatelli representa figura de peso do Agronegócio. Vale assinalar que Lovatelli é presidente da ABAG desde dezembro de 2002. Na ocasião, o representante substituíra Roberto Rodrigues.

¹³⁴ O Estado é envolvido num acordo em que antes eram signatários, somente, agentes da sociedade civil.

¹³⁵ Maior reserva de biodiversidade no mundo, a Amazônia é também o maior bioma – conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e histórica compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria – brasileiro em extensão. Área aproximada de 4.196.943Km cobrindo cerca de 49,29% do território nacional. Dados que representam cinco unidades da federação (Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima), grande parte de Rondônia (98,8%), mais da metade do Mato Grosso (54%), além de parte do Maranhão (34%) e Tocantins (9%). Ver *Mapa de Biomas do Brasil*, 2006. Resultado da parceria, iniciada em 2003, entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA). O referido mapa tem como objetivo produzir dados para fomentar políticas públicas específicas para os diferentes biomas brasileiros: Bioma Amazônia, Bioma Mata Atlântica, Bioma Caatinga, Bioma Cerrado, Bioma Pantanal e Bioma Pampa. Cf. em <<http://www.ibge.gov.br/home>>.

¹³⁶ Instrumento básico e referencial para o planejamento e gestão do processo de desenvolvimento e que, em teoria, tem servido para adequar os investimentos governamentais e privados de acordo com a vocação regional.

Vale mencionar algumas informações de natureza mais geral em relação aos CBAs antes de inserir as discussões registradas em cada edição. Vejamos.

Em relação ao apoio institucional, os CBAs contam com a ABAG/RP, a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Em sua 6ª edição é registrado o “*Patrocínio Master*” do Banco do Brasil e da Petrobras. Já em sua 7ª edição apenas a Petrobras continuou como patrocinador principal do evento.

Entre os patrocinadores cativos da iniciativa, temos: o próprio Banco do Brasil, a BayerCrosscience, a BUNGE, a BM&F Bovespa, a SADIA e a UNICA. A Agrocerec aparece como patrocinadora apenas no 4º e 5º CBAs. Já ABIMAQ e ANFAVEA passam a colaborar a partir do 5º Congresso. Em sua 7ª edição a VALE se insere no grupo de patrocinadores. Outros grupos de interesses aparecem alternadamente como patrocinadores. De tal forma, temos: KEPLERWEBER, DEKALB, CASE IH, CITROVITA, ROUNDUP READY, PRICEWATERHOUSECOOPERS entre outros.

Os CBAs realizados entre os anos de 2002 e 2008 tiveram os seguintes títulos: *Plano Estratégico 2002/2010 (2002)*; *Construindo Estratégias (2003)*; *Criando Vantagens Competitivas (2004)*; *Alimentos, Energia e Sustentabilidade (2005)*; *Bases para o Futuro (2006)*; *Brasil: um só agronegócio (2007)* e *Agronegócio e Sustentabilidade (2008)*. Temários que expressam não só a agenda do Agronegócio em termos de demandas e proposições apresentadas numa linha de continuidade, mas também identificam as questões em torno das quais se busca a construção dos famosos *common grounds*.

Considerando o tratamento sistêmico dos problemas identificados, temos o destaque para: 1) Infra-estrutura e Logística; 2) Relações Comerciais com ênfase no processo negociador no âmbito da OMC considerando os impactos sobre o *Agribusiness* e; 3) valorização da imagem do “setor”.

Vale mencionar um mecanismo o qual tem se destacado como solução no tratamento dos referidos problemas. Trata-se da criação e consolidação de parcerias – baseadas em PPP’s ou em acordos entre os próprios atores e agências do *Agribusiness* “nacional” e internacional – as quais têm naturalizado a atuação do empresariado rural no Brasil através de redes sociais cada vez mais amplas e diversificadas.

Em relação à estrutura organizacional, os eventos contam com uma cerimônia de abertura, três ou quatro blocos cujos temas são subdivididos em painéis, uma cerimônia para homenagear figuras de destaque do “setor” e uma cerimônia de encerramento.

Carlo Lovatelli tem presença garantida na abertura e fechamento dos CBAs. A Lovatelli cabe sistematizar as discussões e reforçar as demandas do grupo, bem como sua unidade de ação.

Na abertura dos trabalhos, o presidente da ABAG conta com a companhia de autoridades governamentais cuja fala assume a função de uma espécie de “prestação de contas” ao patronato rural. Nesse sentido, vemos (em sequência) Ministros e Secretários da Agricultura, representantes do Legislativo e agentes do Estado de São Paulo apresentando suas ações destinadas ao “setor”. Momento em que a contribuição do *Agronegócio* para a economia nacional é destacada em números. A sustentabilidade econômica constitui fator legitimador de políticas oficiais destinadas a beneficiar os interesses do empresariado rural.

Vale mencionar que até a sua quarta edição os CBAs ocorreram em junho. A partir de então, passaram a ocorrer no mês de agosto. Todos foram realizados na cidade de São Paulo com exceção do segundo deles. O referido evento ocorreu (2003) no Palácio do Itamaraty e contou com a presença do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva – Roberto Rodrigues estava no seu primeiro ano de Ministério. Na ocasião, o Presidente realizou um discurso no qual tentava aparar as arestas com o “setor” e recorreu à nomeação de Rodrigues como exemplo do movimento de aproximação entre Governo e Agronegócio:

Casei, a Marisa ficou grávida do meu filho Fábio e, para acabar com a animosidade, chamei a sogra da minha mulher para ser madrinha – Dona Marisa era viúva – do meu primeiro filho. Uma demonstração do meu grau de confiança e de credibilidade. Fiz o mesmo com vocês. Quando fui eleito Presidente da República falei: “vou convidar alguém que ninguém do setor tenha qualquer suspeição da ligação, credibilidade e competência com o agronegócio.”

Chamei o companheiro Roberto Rodrigues para ser Ministro da Agricultura, pelo seu grau de competência e relação com vocês[...] E Roberto veio num momento excepcional, nos primeiros meses do Governo, para dar o toque de harmonia necessário e acabar com qualquer suspeição na relação entre Governo e o setor de agronegócio nesse país. (Anais do 2º CBA, p.79, grifo meu)

O presidente enfatizou ainda a importância do *Agronegócio* em termos econômicos e o esforço para a constituição de uma institucionalidade favorável ao mesmo, bem como para a liberação de verba no momento certo. Luiz Inácio mencionou o Plano Safra 2003/2004. Em seu discurso destacou, igualmente, o papel do *Agronegócio* no comércio internacional e empregou a expressão “*ministros mascates*” – “[...], ou seja, os companheiros viajantes pelo mundo para mostrar o que nós temos” – referindo-se a Rodrigues (Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e Furlan (Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Externo).

Ponto que importa para identificar a convergência entre Governo e empresariado rural é o tratamento dispensado à Reforma Agrária:

Passei a campanha inteira dizendo que faríamos uma Reforma Agrária tranquila e pacífica. Dedicaremos um espaço importante para cuidar dessa outra parte da sociedade brasileira carente de uma ação e compreensão do Governo.

Um dia disse ao companheiro Roberto e a um grupo de produtores: “Precisamos fazer novas experiências”. Não podemos continuar tratando a Reforma Agrária como se tratava no século XIX. Estamos no século XXI. A forma de produção no campo é hoje tecnológica. A reforma agrária não pressupõe colocar um camponês numa área, dar-lhe para plantar apenas milho e mandioca e viver da cultura da subsistência. Precisamos levar tecnologia. Ele tem de produzir e aprender a importância de conquistar e ganhar um pouco de dinheiro para ter acesso a bens materiais[...]Com o mesmo carinho que cuidamos da agricultura brasileira, dedicaremos um tempo para a questão da Reforma Agrária. Se não cuidarmos, o tema vai ficar muito delicado[...]Não temos tempo para termos problemas[...]Não permitiremos retrocesso e avançaremos. O Brasil precisa disso. Muito obrigado e boa sorte a todos vocês. (Id., p.81)

Momentos antes, Lovatelli reforçara as parcerias público-privadas como estratégia na resolução dos gargalos do “setor”, bem como de seus conflitos. Chamara atenção também para a necessidade de uma “[...]releitura do projeto de reforma agrária[...]Nos aspectos de tecnologia e gestão, urbanização e planejamento, levando-se em conta uma sociedade global e competitiva.”

Já na cerimônia de abertura, Roberto Rodrigues incluirá a temática num conjunto de propostas as quais o “setor” deveria focar “*compondo alianças entre o público e o privado*”:

O setor privado deve apresentar ao governo um projeto capitalista de reforma agrária, para o produtor rural assentado não ficar miserável e se transformar numa favela rural; criar mecanismos de proteção e

assistência técnica garantida. Não deve haver problema só do Estado pela sua impossibilidade de resolver tudo. E sim um compartilhamento de responsabilidade num programa de reforma agrária consistente e capitalista. A reforma agrária será feita, é um compromisso do Presidente, mas não se admite violência e a necessidade de invasões.

(Anais do 2º CBA, p.14-15)

Voltemos às informações gerais sobre os CBAs. Entre os palestrantes, nomes como os de Roberto Rodrigues (GV-AGRO), Marcos S. Jank (ICONE e UNICA) e Alysson Paulinelli (Listen Local Information System) reincidentem nos eventos. Enquanto agências como o GV-AGRO, ICONE e ARES marcam presença com frequência, o PENSA participou apenas do 2ºCBA tendo Décio Zylbersztajn – seu fundador e coordenador – como representante.

A partir de 2004, foi incluído no CBA um momento para homenagear figura de destaque do “setor”. O homenageado é apresentado com o troféu “*Personalidade do Agronegócio*”. O primeiro homenageado foi Isaac Ribeiro F. Leite (Fundador da COOXUPÉ e sócio fundador da ABAG). No ano seguinte, temos a figura de Fernando Penteados Cardoso (Presidente da Fundação Agricultura Sustentável-Agrisus). Já em 2006 é a vez de Alysson Paulinelli (Consultor da Listen Local Information System). Roberto Rodrigues foi o homenageado em 2007 e Shunji Nishimura (fundador do Grupo Jacto) em 2008.

Em relação à participação de instituições de ensino observamos a presença do IBMEC (em 2003, 2006 e 2007 com o professor Eduardo Giannetti), da Faculdade de Economia da USP (em 2004 com seu Diretor - Yoshiaki Nakano), da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/ESALQ (em 2004 com seu Diretor - José Roberto Postali Parra), do PENSA (em 2003 com Décio Zylbersztajn), da Universidade de São Paulo (em 2008 com Jacques Marcovitch) e da Universidade de Illinois (em 2008 com Robert L. Thompson).¹³⁷

Entre as agências governamentais, presença marcante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo; da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); da Diretoria de

¹³⁷ Não foi possível resgatar a participação de acadêmicos no 1º CBA uma vez que a única fonte identificada e acessível não mencionava tal informação. Os relatórios técnicos produzidos para o evento não foram disponibilizados pela ABAG.

Agronegócios do Banco do Brasil e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Externo.

Já entre as associações de classe temos as seguintes participações: CNA (em 2006 e 2008), OCB (em 2003, 2004, 2006 e 2008) e SRB (de 2003 a 2006). A presença da SNA não é registrada.

Tratemos do conteúdo das discussões o qual nos indica a agenda do empresariado rural. Atenção para os porta-vozes e articuladores da rede do Agronegócio.

Sob o título “*Plano Estratégico 2002/2010*”, o primeiro dos referidos eventos foi estruturado nos seguintes blocos: Elaboração de Metas Quantitativas de Produção; Consumo e Comércio Exterior das Principais Cadeias Produtivas até 2010 e Propostas de Políticas necessárias à expansão do *Agribusiness*; Inserção Competitiva do *Agribusiness* no Cenário Global, para o estabelecimento de uma Agenda Brasileira nas Negociações Internacionais e; Discussão de Conceitos e Experiência de Sucesso na Construção da Competitividade das Localizações (conceito de *Agriclusters*) e Visão Política do *Agribusiness*.

Após ratificação do que seriam as metas para o “setor” entre 2002-2010, subscreveu-se a *Carta do Agribusiness* na qual foram sistematizados dados/demandas registrados no referido CBA dando origem ao *Projeto Estratégico do Agribusiness Brasileiro 2002-2010* que foi encaminhado às lideranças do empresariado, dos trabalhadores e da sociedade em geral, bem como aos candidatos nas eleições de 2002.

Segundo os agentes do patronato rural, a implementação do referido projeto viabilizaria o pleno abastecimento e a melhoria alimentar da população, além do aumento da renda no campo com efeitos multiplicadores sobre as atividades urbanas. Inclua-se, ainda, a geração de saldo de U\$ 29 bilhões na balança comercial em 2010 e o crescimento maior da renda per capita no campo, reduzindo a desigualdade em relação à renda per capita urbana: “*Alicerçada no agronegócio, o PIB de Sorriso, uma jovem cidade do Mato Grosso, cresceu 32% em 2001. O interior fez num ano o que o Brasil teria gastado uma década para fazer!*”

A sociedade brasileira deveria ser motivada à adesão ao programa em função dos ganhos econômicos e sociais do *Agronegócio*, argumentaram os agentes do *Sistema*. Na concepção de seus propositores tratar-se-ia de “[...]um conjunto articulado de medidas para

ampliar a rede de proteção social e viabilizar o aumento do consumo de alimentos pela camada mais pobre da população.” (Agroanalysis, v.22, n.05, Junho/Julho de 2002, p.13-14)

A maior contribuição do *Agronegócio* não seria fruto do voluntarismo e sim, de políticas e iniciativas. Nesse sentido, a competitividade do “setor” se basearia em 10 eixos: 1) Capital (crédito, financiamento e seguro); 2) Condução ao mercado (infra-estrutura e logística); 3) Comercialização e comércio exterior; 4) Conhecimento tecnológico e comunicação com o consumidor; 5) Carga fiscal; 6) Coordenação institucional e de políticas, do setor privado e das ações locais; 7) Conservação dos recursos naturais e do meio ambiente; 8) Clustering; 9) Cidadania e inclusão social e; 10) Capital humano.

No primeiro item temos as seguintes propostas: 1) redução da taxa básica de juros do crédito rural a 5% ao ano; 2) criação de fundos de investimento no agronegócio (FIAs), à semelhança dos fundos de investimento imobiliário; 3) certificação do desempenho do produtor (CDP); 4) alocação de verba para um fundo de compensação no orçamento da União de forma a ampliar o mercado de resseguros para arcar com o risco sistêmico da agropecuária e; 5) reconversão da base produtiva das pequenas propriedades. Já em relação ao segundo item: 1) modernização e redução dos custos portuários através de privatização e desregulamentação das atividades portuárias e; 2) investimentos para aumentar a oferta de energia, eletrificação e irrigação, além de oferta de equipamentos sociais (escola, postos de saúde, sistemas de comunicação e etc) no campo e suas cidades.

Quanto à *comercialização*, o documento apresenta as seguintes demandas: 1) criação de companhias de comercialização; 2) consolidação de mercados futuros; 3) título de produtos e; 4) Ministério do Comércio Exterior como mecanismo viabilizador do acesso das empresas brasileiras ao mercado internacional do *Agronegócio*. Destaque para a constituição de *networks* no sentido de criar alianças internacionais estratégicas. Em relação à temática da *tecnologia*, é sugerida a disponibilização do capital tecnológico para os agricultores e incremento do estoque de informações para divulgação ao consumidor.

No tema *carga fiscal*, temos a proposta de incidência do imposto no local de consumo e não no local de origem, além da desoneração da cesta básica entre outros itens. Em termos de *coordenação institucional* é defendida a necessidade de se restabelecer a atuação do Conselho Nacional de Política Agrícola como espaço no qual se reúna Estado e sociedade para deliberarem em torno de questões de interesse dos agentes do *Agronegócio*,

governo e sociedade. Suas audiências deveriam anteceder às decisões econômicas do Conselho Monetário em assuntos que envolvessem o *Sistema*. No documento consta, ainda, demanda por salvaguardas na importação subsidiada e garantia de preços mínimos. Além de um sistema de defesa do “setor” frente aos inúmeros gargalos legislativos.

Destaque para a demanda de revisão do Estatuto da Terra o qual estaria “[...]fora de sintonia com a realidade do campo.” Em matéria de *meio ambiente* identifica-se como fator negativo a inércia das discussões em torno da revisão do Código Florestal Brasileiro o qual originaria da Lei n 4.771, de 1965.

A *coordenação do setor* envolveria esforços em três níveis: entre produtores, na cadeia produtiva e no campo da representação do *Agribusiness*. Nesse sentido, defende-se o associativismo e o cooperativismo, além da redução dos custos do processo através de fóruns com os quais se estimule uma maior interação da cadeia produtiva e em longo prazo se diminua os conflitos e favoreça a convergência de interesses. A criação do Conselho Brasileiro do *Agronegócio* também é mencionada. O referido órgão teria os seguintes objetivos: homogeneizar o discurso do “setor” em relação ao Governo e à sociedade; elaborar e acompanhar a execução do planejamento estratégico do *Sistema* e construir e negociar com o Executivo, Legislativo e Judiciário uma agenda comum para superar questões redutoras do lucro ou inibidoras do desenvolvimento do *Agronegócio*.

Já a temática da *conservação* poderia ser tratada de duas formas: desenvolvimento de mecanismos de indução à conservação e organização de novo negócio como ecoturismo e o mercado de sequestro de gás carbônico. As limitações associadas à conservação deveriam ser transformadas em oportunidades. Já no que diz respeito ao *conceito de Clustering*¹³⁸, a Associação propõe a desconcentração do desenvolvimento com a interiorização deste através da criação de condições para o desenvolvimento local as quais se dariam pelo autoconhecimento, adensamento das cadeias produtivas regionais, formação e expansão *agrilusters*. Destaque para o fator fundiário. Defende-se a utilização da estrutura de cooperativas bem-sucedidas para viabilizar assentamentos rurais; “*reforma agrária de*

¹³⁸ Estágio mais complexo de adensamento econômico em relação ao *Agribusiness*, com maior relacionamento horizontal e vertical entre os participantes: “*Agriclusters são aglomerados de empresas de determinada cadeia produtiva e seus fornecedores, provedores de insumos e capacitações especializadas, instituições e setores correlatos e de apoio na localidade.*” O Brasil teria *agrilusters* consolidados em São Paulo – laranja, açúcar e álcool, fumo e calçados no Rio Grande do Sul, aves e suínos em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Cf. *Agroanalysis*, vol.22, n.05, Junho/Julho de 2002. p.21

acomodação” e seu vínculo com programas habitacionais em lotes rurais próximos às cidades. Fala-se ainda na criação do crédito fundiário de longo prazo para a aquisição de terras para plantio e a fusão de minifúndios. Além de tributação progressiva sobre a propriedade rural, segundo sua produtividade.

Em *cidadania* temos a defesa das “Sete Chaves da Segurança Alimentar” – repete-se as demandas vistas na obra “*Segurança Alimentar...*” lançada pela ABAG em 1993, já apresentada.

Por fim, em *capital humano* propõe-se a ampliação e aperfeiçoamento dos programas realizados no *Agronegócio* pelo Senar, Sescop, Sesi, Senai e outras iniciativas.

Em 2003 realizou-se o 2º CBA – *Construindo Estratégias* – o qual teve como foco as vantagens comparativas e o fortalecimento das vantagens competitivas do *Agribusiness* “brasileiro”. O evento se dividiu em três blocos: Do Campo ao Consumidor; Abrindo o Mercado Externo e Inovar para Competir.

Na cerimônia de abertura, Carlo Lovatelli deu início aos trabalhos lembrando os dez anos da ABAG. Afirmou a fidelidade da Instituição com sua missão original de conscientizar os tomadores de decisão para a importância do *Agribusiness* e lembrou que a ida à Brasília iria “[...] *ao encontro da necessidade de se andar com as mãos juntas: governo, [...] agroindústria, agricultura, academia, etc. Essa sinergia beneficia o agronegócio e o país. Confere também maior visibilidade aos temas trabalhados pela ABAG, homogênea o entendimento do sistema [...]*” (Anais do 2ºCBA, p.6)

Lovatelli resgatou os números estimados de crescimento para a agricultura no cenário de 2010 – divulgados no 1º CBA – e comentou a extensão da área plantada e da produção. Destaque para a exportação da soja cujo montante levaria o Brasil a superar os EUA no mercado. Quanto à balança comercial, o *Agronegócio* teria sido responsável por um superávit de US\$ 20,3 bilhões em 2002 representando o que seria o maior superávit da economia e o maior saldo comercial agrícola do mundo.

A produção de biodiesel foi destacada como campo de oportunidade por sua natureza renovável e baixa emissões, além de seu efeito redutor da importação de óleo diesel.

O presidente da Associação reforçou a necessidade das parcerias público-privadas para o aproveitamento das potencialidade do “setor”. Defendeu também a necessidade de

investimentos em infra-estrutura, recursos humanos e órgãos de pesquisa: *“O nome do jogo é fazer parcerias, com envolvimento de bolsas e empresas agroindustriais.”*

Atenção para a defesa da necessidade de consolidação da CTN-Bio enquanto garantia de desenvolvimento da biotecnologia e defesa de uma atitude mais pró-ativa no intercâmbio comercial.

Carlos Lovatelli registrou também o lançamento do ICONE ao qual se referiu como *“[...]fonte de inteligência, com dados e estudos[...]”* que estaria *“[...]voltado para nossos negociadores nas frentes internacionais”*.

Após a exposição do presidente da ABAG, Rubens Barbosa (Embaixador do Brasil nos EUA) falou sobre as negociações agrícolas multilaterais apontando como males do protecionismo dos ricos o impacto negativo sobre a renda, o emprego e as exportações totais. No tocante à OMC, Barbosa reafirmou as dificuldades de reduzir subsídios. Contudo, a posição do Governo brasileiro seria a de que não havendo acordo em termos de agricultura, não haveria acordo nas demais áreas. Outro ponto de risco nas negociações seria a possibilidade da prorrogação da cláusula da paz a qual suspendera o direito dos países de questionar dentro do acordo os subsídios e medidas compensatórias do GATT.

Em relação à ALCA, o embaixador enfatizou o posicionamento do Governo brasileiro baseado numa *“[...]visão abrangente combinando acesso a mercado com disciplinas, e regras para reduzir os efeitos negativos dos subsídios domésticos e à exportação, e para assegurar que normas sanitárias e fitossanitárias não sejam utilizadas como obstáculos ao comércio regional.”* (Id., p.11)

Logo em seguida, Roberto Rodrigues (Ministro da Agricultura) mencionou sua emoção considerando os 10 anos da ABAG e lembrou antigos colaboradores como Ney Bittencourt, Furlong e Antônio H. Pinazza.

O Ministro ressaltou a importância do “setor” em números. Mencionou a safra recorde de 115 milhões de toneladas de grãos destacando dois importantes fatores: incorporação de tecnologia e a ação estruturante da agricultura em relação a qualquer outro setor:

O crescimento das safras exige mais caminhões, navios, estradas etc. Isso demanda mais ferro e aço, alavancando a mineração e a siderurgia. Com a abertura de estradas e melhoria de portos, melhora-se a condição para o turismo etc. Enfim, quando os demais setores da economia se atrelam a

este crescimento, a agricultura se transforma na roda da economia e do progresso do país. (Anais do 2º CBA, p.12)

Rodrigues reforçou ainda a importância da parceria entre público e privado. O Governo estaria fazendo a sua parte, considerando os limites orçamentários: *“O plano de safra deste ano, acoplado com o seguro rural, remetido ao Congresso, em regime de urgência pelo presidente da República, mostra até onde o Governo pode chegar nas condições atuais vividas.”* Destaque para o papel da ABAG: *“É muito importante considerar as condições da ABAG, pela sua equidistância em relação aos demais setores, por representar as cadeias produtivas, de ser um fórum interessante na formatação de parceria.”*

Na posição de Ministro em um evento no qual estaria presente o Presidente da República, afirmou: *“O Presidente Lula tem claro: o agronegócio é o setor que pode num espaço mais curto de tempo gerar emprego, excedentes exportáveis, riquezas e renda.”*

Lembrando os 10 C's da competitividade do Agronegócio, Rodrigues fez um balanço do primeiro ano de Ministério. Assinalou o trabalho no Projeto de Renda Mínima e de Segurança Alimentar. Citou o *Fome Zero* como exemplo em tal direção. Falou também de um projeto de apoio ao cooperativismo de crédito. Já em relação ao C da coordenação institucional de política, setor privado e ações locais, mencionou os trabalhos do CONSAGRO (Conselho do Agronegócio) no intuito de apresentar programas de políticas públicas ou privadas relacionados à coordenação institucional.

O Ministro afirmou ainda que, assim como a ABAG, colocaria a ênfase do trabalho na agricultura em três grandes grupos de ações: políticas públicas, ordenação das cadeias produtivas e negociações internacionais.

Apesar de elogiar a organização do CBA, Roberto Rodrigues chamou atenção para a necessidade de se considerar um conjunto de propostas. Nesse sentido, sete itens foram listados: 1) necessidade de investimentos privados no processo de geração de tecnologia/conhecimento (chave para a competitividade); 2) investimentos igualmente em logística; 3) engajamento no programa de defesa sanitária; 4) criação de instrumentos de mercado futuro e disponibilização de mais recursos para a comercialização; 5) engajamento nas negociações internacionais; 6) reforma agrária e; 7) marketing.

Em relação à construção de uma institucionalidade favorável à negociação internacional, o Ministro destacou a mudança de tom nas negociações internacionais:

“[...]sem agricultura não há avanço na rodada de Doha.” Contexto em que enfatizou o papel do ICONE. A desobstrução dos canais de diálogo com o Itamaraty foi ressaltada.

Em termos de marketing, Roberto Rodrigues afirmou que não haveria reforma significativa nas políticas públicas se a sociedade não se convencesse “[...]que o agronegócio é o eixo da roda da fortuna no Brasil.” Rodrigues citou o patrocínio ao filme “Dança com Lobos” como exemplo do trabalho do *Agribusiness* norte-americano em termos de gerar convencimento.

Finalizando, o Ministro enfatizou a necessidade do trabalho em parceria como solução aos problemas, além de atribuir um caráter ético à ação dos agentes do *Agronegócio*:

Procurei trazer uma mensagem de otimismo, dizendo das perspectivas brasileiras, freadas por causa das dificuldades existentes, mas passíveis de serem superadas se forem enfrentadas em conjunto entre o Executivo, o Legislativo, o setor privado, e governos estaduais e municipais. Peço a todos para raciocinarem e pensarem sobre isso. Podemos fazer uma coisa muito mais importante do que ampliar a fronteira, a produção e os mercados agrícolas, pois aumentaremos a renda dos brasileiros. (Id., p.15, grifo meu)

O primeiro painel do evento – *Do Campo ao Consumidor I* – teve a seguinte estrutura de apresentação:

Nome	Posição	Participação
Jonas Pinheiro	Senador da República	Presidente/ Mesa
João Sampaio	Presidente da SRB	Moderador
Paulo Rabello de Castro	Sócio-Diretor da RC Consultores	Palestrante
Fernando Rezende	Assessor Especial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Palestrante
Ariosto da Riva Neto	Conselheiro da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga – CANUT	Palestrante

O primeiro expositor, Paulo Rabello de Castro fez uma intervenção crítica no sentido de afirmar não estar o “setor” preparado para atingir as metas propostas no Iº CBA. Dos 10 C’s reforçou a necessidade de se priorizar o crédito cuja escassez foi atribuída à instabilidade monetária; o comércio com foco na logística e inserção global do *Agronegócio*; a coordenação do conflito fundiário e a questão ambiental.

Parêntese para a questão da Reforma Agrária. Castro identificou momento propício para a pacificação do conflito. Destacou a necessidade de assentamentos economicamente

viáveis cujo exemplo poderia ser a experiência de um bairro suburbano na cidade de Cuiabá denominado *Pedra 90*:

O erro fundamental é querer assentar as famílias no campo. A ABAG deveria transformar isso numa bandeira, dizer que a reforma agrária não está no campo, mas nos cinturões das cidades, portanto, é antes de mais nada uma reforma urbana[...]Quando partimos da premissa de que as famílias querem participar do bolo fundiário, estamos simplesmente truncando e fraudando os reais incentivos. Isso foi identificado há mais de 20 anos, quando a antítese falsa se punha, da terra de trabalho versus terra de negócios. Provamos que as terras são de negócio, porém algumas de trabalho também. O grande motivo da ocupação é a terra de negócios. Não temos a menor dúvida. (Anais do 2º CBA, p.17, grifo meu)

O consultor propôs a criação de “*letras de comércio agrícola*”: “*Temos hoje estrutura jurídica perfeita para estabelecer, através de um sistema equivalente, as notas de comércio, só que com o detalhe de lastreá-las em produtos.*” Produtos que seriam objeto de classificação prévia e exportáveis com o potencial de *hedge* de preço, no mercado futuro. Medida que ampliaria a base de crédito para a agricultura exportável.

Após Castro, Fernando Rezende abordou a política fiscal e listou o que seriam as principais consequências da tributação em exercício no Brasil. Nesse sentido, citou o aumento do ônus sobre as exportações, os efeitos negativos sobre a competitividade nos mercados domésticos, a oneração da cesta básica e as assimetrias tributárias etc.

Rezende chamou atenção para dois fatores da reforma proposta que circulava no Congresso Nacional. Referiu-se à definição de um tributo especial para os gêneros de primeira necessidade que envolveria a própria definição destes e portanto, o conceito de cesta básica. Além da proposta de eliminação da cumulatividade de contribuições. Questões que exigiriam maior esforço para lidar com os conflitos de interesse no setor produtivo.

O palestrante lembrou ainda da questão do ITR cuja discussão originaria da Constituinte. Em sua opinião, o referido imposto não deveria ser arrecadatório e sim, instrumento de política fundiária e agrária.

Fernando Rezende também destacou o que deveria se constituir em prioridade em relação à política tributária. Nesse sentido, identificou os seguintes aspectos: 1) a desoneração dos investimentos; 2) a implementação de regras da tributação da cesta básica; 3) a proposta de solucionar o problema dos créditos acumulados de ICMS nas exportações

através dos avanços na proposta de securitização e; 4) a avaliação da experiência do PIS para definir o Cofins.

Após Rezende, Ariosto da Riva Neto destacou a relação entre logística e crescimento do *Agronegócio*. Neto denunciou o alto custo da logística brasileira o qual superaria o norte-americano em 83%. E em termos de produtividade estaria em 35% em comparação com esta.

O palestrante chamou atenção para o empenho do Governo em corrigir alguns feitos durante as privatizações: “*O faturamento das ferrovias tem crescido, mas os investimentos oscilam nos últimos anos.*” A malha ferroviária seria curta em relação aos eixos de exportação. A necessidade de aumentar a capacidade dos portos existentes, bem como a construção de novos portos foi reforçada.

Riva Neto também enfatizou que o desenvolvimento da infra-estrutura logística só seria possível mediante os esforços de um conjunto de atores. Referiu-se ao judiciário, ao Governo, ao setor privado, bem como aos ambientalistas entre outros. O Estado de Mato Grosso foi citado como exemplo positivo, considerando a experiência dos consórcios entre produtores e transportadores com mediação do governo.

O segundo painel – *Do Campo ao Consumidor II* – se estruturou da seguinte forma:

Nomes	Posição	Participação
Osmar Dias	Senador da República	Presidente/ Mesa
Márcio Freitas	Presidente da OCB	Moderador
Roberto Duailibi	Sócio-Diretor da DPZ Propaganda	Palestrante
Ivan Wedekin	Secretário de Política Agrícola do MAPA	Palestrante
Luiz Carlos Carvalho	Diretor da ABAG/Usina Alto Alegre	Palestrante

O primeiro palestrante foi Roberto Duailibi que abordou as estratégias para ganhar mercado. Duailibi defendeu a criação da marca *Brasil* através da qual se geraria valor agregado e se possibilitaria uma melhor negociação em termos de preço, além de vencer resistência. O palestrante enfatizou a necessidade de se gerar uma vontade consciente de consumo e obtenção de status. Destacou ainda a eficácia do uso de celebridades e chamou atenção para a falta de vontade política e de organização para “[...]inserir mensagens aceitas como nosso bem na mentalidade” do público consumidor – menção clara ao mercado europeu e norte-americano.

A transformação de uma *commodity* em marca também foi mencionada entre as estratégias para alavancar os negócios: “*Podemos fazer um produto vendido em grandes*

quantidades para os intermediários, tornar-se uma marca respeitada e desejada, contra a qual existam menos resistência[...]” O expositor destacou dois fatores fundamentais para o sucesso de toda campanha: frequência e continuidade. Além do bom gosto e originalidade.

Em seguida, a apresentação de Ivan Wedekin nos dá nítido exemplo da institucionalização de interesses. Então Secretário de Política Agrícola do MAPA, Wedekin focou em cinco dos dez C's propostos no Iº CBA. Fatores os quais teriam sido considerados no Plano Safra de 2003/2004. Foram eles: 1) medidas de apoio à produção e à comercialização; 2) programas de investimento para alavancar a competitividade; 3) projeto rural de revitalização e criação do programa de geração de emprego no campo; 4) incentivo natural à produção de alimentos básicos e; 5) recomposição dos estoques públicos. Seleção que indica as prioridades conjunturais em termos de políticas destinadas ao “setor”.

Em relação ao primeiro fator, Wedekin enfatizou a questão do crédito rural com a redução das taxas de juros, além da ampliação dos limites de financiamento – particularmente para os produtores de produtos básicos cujos estoques precisariam ser recompostos. Já os preços mínimos teriam sofrido correção no intuito de adequar-se aos custos de produção. Mencionou ainda a criação de uma linha de crédito para a comercialização, apelidada de NEC, cuja extensão a todos os produtos amparados pela política de garantia de preços mínimos teria sido aprovada pelo Conselho Monetário Nacional.

No que diz respeito ao crédito foi apontado um aumento com redução de juros – um total de R\$ 32,5 bilhões em oposição ao que teria sido pouco menos de R\$ 26 bilhões até então. E enfatizou: *“Há claramente uma prioridade do crédito para o investimento no agronegócio, porque é o investimento que é a alavanca de competitividade.”*

A liberação de 2 bilhões de reais no *Moderfrota* e a criação de um programa similar para caminhões foram medidas mencionadas.

O *Moderagro* – programa de renovação de pastagem e recuperação de solos – cujo volume de recursos seria de R\$ 600 milhões também foi lembrado pelo Secretário. Já na parte de infra-estrutura uma verba de R\$ 500 milhões estaria sendo liberada, *“[...]um aumento de 67% na armazenagem e na irrigação.”*

Ivan Wedekin assinalou ainda um aumento de 80% de investimentos no programa de desenvolvimento das cooperativas. Além de R\$ 450 milhões para a geração de valor agregado na área de leite, frutas, flores etc. Os incentivos ao reflorestamento e reconversão de unidades produtivas também foram mencionados.

Wedekin encerrou sua exposição listando o que seriam os cinco fatores dentro dos dez C's a serem trabalhados na política agrícola: 1) seguro rural; 2) projeto de renda mínima; 3) captação de recursos no exterior; 4) fundos de investimentos e; 5) companhias de comercialização.

Em seguida, Luiz Carlos Carvalho complementou a fala de Wedekin. O expositor tratou da potencialização da produção não mais pela ação governamental e sim, empresarial.

Em sua exposição, Carvalho enfatizou a importância e o impacto da agricultura energética. A referida agricultura seria um processo de ganho nos seguintes termos: 1) confirmaria a posição do Brasil como líder mundial na produção em uso de energia renovável; 2) significado enquanto mercado competitivo em expansão e de oportunidades; 3) redução das importações e oportunidades de exportação entre outros. De tal forma, foi enfatizada a necessidade de apoiar a descoberta dos impactos positivos da referida agricultura: *“O impacto ambiental global e local mostram a necessidade de se levar em consideração os benefícios dos combustíveis renováveis.”*

Importa observar a atenção para a necessidade de um mecanismo de coordenação na cadeia produtiva acordado entre todos os seus agentes: *“Não podemos lançar um programa de agricultura energética sem o suporte da indústria, das montadoras de veículos, dos distribuidores de combustíveis, enfim, de todo o setor de bens de capital.”*

No 3º painel – *Abrindo o Mercado Externo* – discutiu-se o processo de negociação internacional com foco nas negociações da OMC e da ALCA.

O referido painel foi estruturado da seguinte forma:

Nome	Posição	Participação
Aloízio Mercadante	Senador da República	Presidente/ Mesa
Eduardo Carvalho	Presidente da UNICA	Moderador
Luiz Olavo Baptista	Sócio da L.O.Baptista Advogados Associados	Palestrante
Gilman Viana Rodrigues	Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais - FAEMG	Palestrante
Marcos Jank	Presidente do ICONE	Palestrante

Aloízio Mercadante abriu os trabalhos reafirmando o compromisso do Governo com o “setor” e destacou os esforços de agências como o Itamaraty, o MAPA e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Já Luiz Olavo Baptista enfatizou o caráter diferencial das negociações da OMC. Baptista destacou o caráter público das mesmas o qual exigiria cautela do negociador, bem como do próprio ato de conceder o mandato para tal tarefa. A natureza multilateral das negociações também foi mencionada. Fato gerador de conflitos: *“Na OMC, cada negociação é uma ponte para ser construída. Cada país tem a sua especificidade.”*

Fato inerente ao processo de negociação/representação foi mencionado pelo advogado. Luiz Baptista lembrou o fato de todo e qualquer mandato ter por trás os interesses nacionais limitados *“[...]pela força representativa dos interesses dentro de cada país que é diferente entre países.”* E mais, reforçou que de acordo com o pensamento clássico toda e qualquer relação exterior é mais interna do que externa: *“Do mandato vêm os objetivos do negociador, determinados pelos mandantes e pelas pessoas, que dão a ênfase na vontade de negociar cada ponto.”*(Anais do 2ºCBA, p.44)

Em seguida, Gilman Viana Rodrigues falou sobre as estratégias para contornar a resistência aos produtos nacionais. Criticou a cultura paternalista em que o “setor” foi acostumado com a intervenção do Estado e afirmou a pressão em *“[...] fazer do patrimônio um ambiente de negócios, realizar o diagnóstico, qualificar a gestão, saber onde agir e preparar a ação. Transformar a empresa patrimonial em negócio e ter resultados.”*(Id., p.46) Contexto em que destacou a ação articulada e coletiva para exercer o que seria *“[...]um instrumento fantástico numa economia democrática: a pressão de grupos de interesses particulares.”*

Na sequência, Marcos Jank destacou a coordenação entre Governo, setor privado e pesquisa como fundamental à capacidade de negociar. Jank também chamou atenção para a integração e liberalização enquanto instrumentos de correção das distorções de política pública.

A necessidade de criar marcas internacionais e de constituir alianças globais como mecanismos de fortalecimento nos processos de negociação foi enfatizada pelo representante.

Fechando o painel, Eduardo Carvalho destacou a necessidade de propostas mais ousadas para a ALCA e a União Européia e enfatizou a oportunidade com o fim da cláusula

de paz do acordo da Rodada Uruguai: “O término da cláusula de paz permitirá abriremos caminhos a ferro e fogo através do questionamento daquelas políticas contra a abertura dos mercados.” (Id., p.57) O executivo alertou ainda que um campo importante da negociação, sobretudo pública, seria tratar com as correntes de opinião pública do outro lado.

No último painel de discussões – *Inovar para Competir* – tivemos a seguinte estrutura de apresentação:

Nome	Posição	Participação
Waldemir Moka	Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados	Presidente/ Mesa
Edmundo Klotz	Presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação- ABIA	Moderador
Décio Zylbersztajn	Coordenador do Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial – PENSA/USP	Palestrante
Eduardo Martins	Presidente da E.Labore Assessoria Estratégica em Meio Ambiente	Palestrante
Mariza Luz Barbosa	Diretora da EMBRAPA	Palestrante

O primeiro a palestrar foi Décio Zylbersztajn que destacou a questão das competências em termos de *Agronegócio*.

Zylbersztajn chamou atenção para a necessidade de inclusão do C de contratos para o sucesso do setor: “*Agronegócio corresponde à agricultura de contratos, em relações contratuais cada vez mais complexa entre supridores de fatores de produção e entre quem compra o produto da agricultura e agropecuária.*” Realidade em que a coordenação das cadeias seria insuficientes. O pesquisador defendeu a necessidade de mecanismos de coordenação horizontal e vertical.

De acordo com o expositor, haveria uma nova geração de cadeias agroalimentares em que produtos com especificações ou padrões dirigidos aos consumidores requerem a coordenação entre cadeias agroalimentares interdependentes. Trataria-se do conceito de agricultura em redes onde o valor do produto seria superior “[...]se atuar junto com outra empresa para minimizar custos de transação. Chamamos de *co-especialização*[...]O agro perdeu totalmente o isolamento ao se relacionar com os seus pares além da cadeia produtiva.” E mais, Zylbersztajn também chamou atenção para a importância de uma “*justiça bem treinada*” considerando uma atividade em que a relação contratual extramercado passaria a ser

predominante. O pesquisador lembrou os contratos de licenciamento de sementes, transacionando tecnologia e não produtos.

Em relação à inovação para a competição, Décio Zylbersztajn destacou a importância da visão do *Agronegócio* em rede, aonde o porto deixaria de ser o “*nosso horizonte*”: “*Quando a política agrícola extrapola a política tradicional concentrada em estoque e crédito, passa ter olhos nas relações contratuais ao longo do agronegócio.*” A importância de se construir mecanismos facilitadores, redutores dos custos de transação para o melhor funcionamento do *Agronegócio* foi lembrada. Nesse sentido, defendeu a necessidade de novas instituições para acomodar os novos arranjos dos agentes produtivos.

O economista ressaltou ainda a importância do Estado como garantidor do direito de propriedade sem o qual se inviabilizaria a constituição dos arranjos necessários para a conquista de novos mercados. De tal forma, reforçou a ideia de constituírem os contratos objeto não só de juristas, economistas e administradores, mas também de políticos e empresários.

Já Eduardo Martins destacou a valorização do meio ambiente por um ambientalismo mais autêntico. Fato associado à mobilização do setor rural: “*Não é a perspectiva urbana desse problema, copiando valores da natureza pura, que vai lidar com os problemas brasileiros. A construção disso significa uma nova aliança do setor com os ambientalistas de uma maneira reativa e na defensiva para estabelecer alianças.*” Martins defendeu uma redefinição da agenda e a busca por vantagens comparativas, os superlativos ambientais a serem valorizados e como tal coisa poderia se dar através de políticas públicas, bem como do próprio “setor”. Enfim, um processo do que seria a construção de um “[...] *controle social adequado*”.

O expositor chamou atenção para a necessidade de construção de percepção. O “setor” teria que dar visibilidade aos exemplos positivos em termos ambientais para a implementação de um diálogo positivo evitando a condução do processo de forma reativa e conflitante. Destaque para o fortalecimento da atividade parlamentar.

Representando a EMBRAPA, Mariza Luz Barbosa abordou a temática da pesquisa e tecnologia reafirmando a dependência entre competitividade e conhecimento. Barbosa não ocultou a paridade entre poder aquisitivo e investimento em P&D. Fato que daria vantagens aos grandes centros.

Mariza Luz também apresentou a distribuição de pesquisas segundo regiões geográficas nacionais (destaque para o Sudeste), bem como das áreas de conhecimento (destaque para Ciências da Saúde) ligadas ao *Agronegócio*. Em relação aos cursos de pós-graduação, destaque para Ciências Agrárias.

A exposição teve o intuito de demonstrar a relação entre os referidos fatores e o desenvolvimento regional. A conjugação entre pesquisa e empreendimentos também foi lembrada. Conjugação a qual teria mostrado a capacidade nacional de gerar conhecimento e tecnologia, bem como do empresariado de empresariar as mudanças. (Anais do 2º CBA, p.64-65)

O esforço da EMBRAPA em trabalhar em prol do “setor” através da parceria com diversos centros geradores de conhecimento também foi enfatizado. A exposição foi finalizada com a apresentação do que seriam tendências num cenário de 2002-2012. Como invariantes do *Agronegócio* teríamos: maior consciência dos termos ligados ao meio ambiente e ao desenvolvimento social, acirramento da competição pelos mercados associados ao processo de globalização e a multifuncionalidade do espaço rural entre outros aspectos. (Id., p.68)

Antes da cerimônia de encerramento, o evento contou com palestra especial de Eduardo Giannetti da Fonseca. Fonseca, professor do IBMEC, abordou tema delicado. Sua exposição baseou-se na relação entre ética e economia, em particular a aplicação do conceito no campo do *Agribusiness*. Nesse sentido, três dimensões foram consideradas: econômica, social e tecnológica. Ao fazê-lo, Fonseca apresentou argumentos em que o modelo organizacional representado pela agricultura empresarial seria eticamente justificado mesmo quando programas como o *Moderfrota* tenham como fonte de recursos fundos de amparo ao trabalhador. Os benefícios gerados pelo *Agronegócio* (oferta agrícola e redução do preço relativo dos alimentos entre outros) justificariam as ações voltadas ao “setor”.

Por outro lado, o palestrante deslegitimou a política de assentamento realizada. Segundo Giannetti, os próprios dados do governo mostrariam a ineficiência da mesma. E afirmou: “*O Governo precisa mostrar um comprometimento muito sério com uma Reforma Agrária para justificar o seu nome e levar de fato ao assentamento a propriedade de pequena escala, mas produtiva.*” (Anais do 2º CBA, p.73)

Em relação à tecnologia, o pesquisador defendeu uma regulamentação da produção como garantia dos interesses da sociedade como um todo. O Brasil precisaria “[...]constituir uma arcabouço de regras confiáveis de jogo, dentro do qual se possa fazer cálculo econômico com credibilidade e confiabilidade.” (Id., p.74)

Logo após Giannetti, Vinicius Ferreira Carvalho (Gerente Técnico de Biotecnologia/ CIB) tratou da biotecnologia no contexto do *Agribusiness*.

Carvalho criticou a penalização do *Agronegócio* frente aos obstáculos à adoção de novas práticas biotecnológicas pela agricultura. Fato que seria preocupante considerando a importância das referidas práticas para a competitividade desta. Para um País que teria no *Agronegócio* a base de sua economia, tal postura constituiria um grande risco.

No 3º CBA – *Criando Vantagens Competitivas* – os interesses voltaram-se para a discussão da importância de um *Agribusiness* nacional competitivo. O evento foi estruturado em quatro blocos: 1) Competitividade; 2) Sanidade e seus Impactos Globais; 3) Agricultura Energética e; 4) Negociações Internacionais.

Da cerimônia de abertura participaram os seguintes agentes: Carlo Lovatelli, presidente da ABAG; Leonardo Vilela, deputado federal e presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados; Cláudio Lembo, vice-governador de São Paulo e José Alencar G. da Silva, Presidente da República em exercício.

Lovatelli iniciou os trabalhos chamando atenção para o que seriam fatores a serem considerados pela capacidade produtiva em termos de competitividade. Lembrou de questões influentes e influenciadas no *Agribusiness* como o meio ambiente e suas demandas, bem como consumidores e suas exigências. Acrescentou, ainda, outros pontos como os riscos de sanidade animal e vegetal, a busca de maior valor adicionado, a normatização e a padronização, a reforma do aparato legal e as políticas públicas macro e setoriais. (Anais do 3ºCBA, p.10) O princípio sob a ética dos contratos, além da necessidade de investimentos através das PPP’s também foram mencionados. Momento em que a implementação do Modercarga foi cobrada.

Segundo a se apresentar, Leonardo Vilela denunciou os gargalos existentes em termos de infra-estrutura e a tributação das cadeias produtivas a qual representaria uma antítese à distribuição de renda e ao *Fome Zero*. Criticou as idas e vindas em torno da lei de

biossegurança. Processo que viria fazendo com que o plantio e a colheita de safras viesse se dando “sobre a égide de medidas provisórias”. (Id., p.12)

Já Cláudio Lembo, representando Alckmin, afirmou as vantagens do estado em relação às demais unidades da Federação em termos de condições favoráveis ao *Agronegócio*. Entre elas: a redução de tributos e a infra-estrutura. Além da segurança jurídica.

Último a se apresentar, José Alencar Gomes da Silva iniciou sua exposição enfatizando a vontade governamental de ampliar a geografia dos negócios do Brasil. O presidente em exercício também exaltou as vantagens competitivas nacionais – recursos naturais abundantes – e defendeu a necessidade de fortalecimento da EMBRAPA, dada sua importância para o desenvolvimento do “setor”.

O *Moderfrota* enquanto linha de crédito viabilizadora do crescimento da agricultura foi mencionado. Silva chamou atenção, ainda, para o custo de capital afirmando a necessidade das atividades produtivas remunerarem tais custos como estímulo a investimentos compatíveis com a potencialidade do País.

Na visão do representante, a abertura de mercado não deveria ser vista como temor. O Brasil seria competitivo. Contudo, os gargalos na infra-estrutura e logística foram reconhecidos e a necessidade de investimentos foi ressaltada.

Antes de encerrar, o presidente em exercício admitiu ter recebido uma recomendação para abordar as temáticas do direito de propriedade e da reforma agrária. Disciplinadamente ele o fez ressaltando o respeito ao direito de propriedade, bem como a necessidade de exercer a direção do próprio processo de reforma agrária:

Com o avanço tecnológico da atividade agrícola, não há condições competitivas para a pequena propriedade produzir grãos como o fazia no passado[...]O pequeno produtor precisa de orientação. A reforma agrária deve respeitar o direito de propriedade e cada família possuir um pedaço de terra, mas com um núcleo residencial onde haja educação, saúde pública e orientação tecnológica[...].

O presidente é legalista, a favor do estado de direito e do respeito absoluto. A reforma agrária é considerada um dos movimentos sociais. Precisamos compreender determinados casos. Há infiltração para serem investigadas. Agora, a reforma agrária precisa ser feita como um protótipo, fazemos um e a partir desse, multiplicamos. É a forma de coibir invasões de terras. Mas temos de fazer e iniciar o trabalho.

(Anais do 3ºCBA, p.14-15, grifos meus)

O primeiro painel – *Competitividade* – foi estruturado da seguinte forma:

Nome	Posição	Participação
Ricardo Alves da Conceição	Vice-Presidente de Agronegócios e Governo do Banco do Brasil	Presidente/Mesa
Antônio Ermínio de Moraes	Presidente do Conselho de Administração do Grupo Votorantim	Moderador
Omar Silva Jr.	Presidente da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga-ANUT	Palestrante
Elza Brito Cunha	Assessora Técnica da Câmara dos Deputados/EMBRAPA	Palestrante
Yoshiaki Nakano	Diretor da Escola de Economia da FGV/SP	Palestrante

Iniciando os trabalhos do painel, Omar Silva Júnior abordou as temáticas de infraestrutura e logística apontando para a necessidade de distribuir a matriz de transporte nacional: *“A produção agrícola está 96% no cerrado e apenas 40% no sul. Usamos apenas 7,2% do transporte de hidrovia.”*

Silva chamou atenção para a interiorização do *Agronegócio* na ausência de uma infraestrutura adequada para tanto. Em sua avaliação teríamos uma crise de abundância: *“Uma produção agrícola fortíssima e sem condição logística para levá-la até os portos e fazer a exportação.”* (Anais do 3ºCBA, p.16)

O palestrante assinalou serem os gargalos existentes em logística e transporte antigos devido aos baixos e/ou inexistentes investimentos na área. Realidade para a qual chamou atenção uma vez que poderia inviabilizar o desenvolvimento nacional.

A concentração da matriz de transporte em rodovias as quais estariam em péssimas condições constituiu outra temática abordada. O roubo de cargas igualmente foi mencionado em função dos custos que imporia ao produtor, em particular com segurança.

A deficiência dos portos brasileiros causando atrasos no embarque e desembarque, além da ausência de marco regulatório não foram ignorados enquanto fatores que oneram a produção. As autorizações de natureza ambiental também não foram esquecidas por representarem questão problemática, considerada a burocratização do processo deliberativo. (Id., p.19)

A segunda apresentação foi de Elza Brito Cunha. Cunha fez uma exposição breve sobre a Lei de Biossegurança criticando o processo de deliberação em torno dos OGMs e sugeriu que decisões da CTNBio pudessem ser tomadas pela maioria simples dos membros. Sua competência deveria ser plena, inclusive para a liberação comercial.

Após Brito Cunha, Yoshiaki Nakano enfatizou que o *Agronegócio* traria a esperança de crescimento sustentável para o Brasil considerado seu desempenho. O “setor” demonstraria que o País se desenvolve com base em suas competências, bem como recursos.

Nakano alertou para a alta taxa de juros e para a taxa de câmbio valorizada, bem como para a tributação extorsiva. Aspectos que representariam três grandes distorções.

O segundo painel – *Sanidade e seus Impactos* – teve a seguinte organização:

Nome	Posição	Participação
João de Almeida Sampaio Filho	Presidente da SRB	Presidente/Mesa
Duarte Nogueira	Secretário de Agricultura e Abastecimento/SP	Moderador
Alyson Paulinelli	Consultor da Listen Local System	Palestrante
José Roberto Postali Parra	Diretor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ	Palestrante
André Pessoa	Diretor da Agroconsult	Palestrante

Abrindo os trabalhos Alysson Paulinelli destacou a evolução da agricultura brasileira cuja força teria superado as críticas infundadas de insustentabilidade: “*Fazemos uma agricultura diferente, capaz de primeiro fazer o solo e depois a produção.*”

O trabalho da EMBRAPA na geração de conhecimento para a conquista de competitividade foi exaltado.

Paulinelli atribuiu grande ênfase à adesão das cadeias produtivas a sistemas de rastreabilidade através dos quais agregar-se-ia valor aos produtos, bem com garantir-se-ia mercado. O consultor definiu da seguinte forma o processo:

Rastreabilidade na gestão das cadeias do agronegócio significa não esperar o governo fazer, ditar normas e colocar regra única. Rastreabilidade deve ser a confluência de uma ação conjunta da cadeia do agronegócio com a organização governamental articulada no mercado internacional. Conhecer as regras estabelecidas nos outros países, nossos clientes, para estabelecer uma regra racional de classificação dos produtos.(Anais do 3º CBA, p.24)

A rastreabilidade também possibilitaria ações corretivas e emergenciais evitando conflitos.

Após Paulinelli, José Roberto Postali Parra apontou o que seriam tendências globais em termos de exigências quanto à organização da defesa animal e da defesa vegetal dado o crescente risco de disseminação de doenças. Nesse sentido, destacou as tensões

internacionais, criadas na área sanitária, por países com mais renda e maior preocupação com a Segurança Alimentar.

Embora tenha enfatizado a necessidade da adoção de normas e padrões internacionais para facilitar o acesso a mercados, Parra não ignorou a dificuldade de aderir aos acordos AMSF (Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias).

Ações do MAPA para evitar a disseminação de doenças e a garantia da qualidade dos produtos agropecuários foram citadas. Os serviços do Ministério foram esclarecidos.

Em termos nacionais os desafios seriam sustentar o grau de fiscalização, manter o status sanitário e buscar sua qualificação, bem como sensibilizar a própria cadeia produtiva em relação ao assunto e melhorar a infra-estrutura etc. (loc.cit., p.27) Desafios que se dariam na presença de determinados constrangimentos como o acesso insuficiente à expertise científica técnica, a incompatibilidade das exigências do AMSF e o período insuficiente para a adequação às normas entre outros aspectos.

Contexto em que destacou o papel da Universidade na formação e capacitação de pessoal, bem como em dar respaldo científico às posições tomadas. O suporte em termos de infra-estrutura laboratorial para governo e empresas também foi mencionado.

A temática sobre Sanidade x Mercado ficou a cargo de André Pessoa que focou nas principais barreiras comerciais e no impacto das mesmas. Em destaque as barreiras sanitárias e fitossanitárias. As de caráter ambiental e social (relativas a trabalho escravo, infantil e informal) também foram abordadas. Pessoa chegou a incluir as políticas de controle ao bioterrorismo no rol das barreiras comerciais. (Anais do 3°CBA, p.28)

A morosidade na aplicação dos escassos acordos sanitários foi um problema assinalado. O expositor defendeu a necessidade de uma harmonização sanitária para a negociação intrabloco como no caso do Mercosul e da União Européia.

A necessidade de investimentos para a realização de atividades de fiscalização também foi mencionada. Nesse sentido, foi sugerida a criação de uma agência de segurança sanitária – tendo como patrocinador a iniciativa privada – no intuito de colaborar com o governo para a superação das barreiras sanitárias. (Id., p.32)

Na sequência – em palestra especial – José Roberto Mendonça de Barros e Renata Ferraz de Toledo Machado identificaram o que seriam os futuros players do *Agronegócio* tendo como variáveis chaves: 1) a evolução dos mercados consumidores e produtores; 2) a

importância do desenvolvimento de novos produtos, com novos usos e atributos e; 3) os impactos da transformação tecnológica no “setor”.

Nesse sentido, destacaram o mercado asiático enquanto pólo concentrador de crescimento econômico e populacional. Fato que o potencializaria enquanto mercado consumidor. Já os mercados tradicionais como Japão, EU e EUA contribuiriam ao *Agronegócio* nacional com a derrubada de suas barreiras em função de uma integração das cadeias produtivas do *Agronegócio* a qual levaria a separação entre produção e comercialização. A produção seria deslocada para regiões com vantagens comparativas. (Id., p.35)

Em termos de produção agrícola, os grandes players como EUA e o próprio Brasil manteriam ou elevariam sua importância no fornecimento mundial de produtos agrícolas. A grande dúvida recairia sobre o denominado “cerradão” da África, dadas suas dificuldades sociais e econômicas.

Em relação aos impactos pelo uso de novos produtos, Barros e Machado destacaram a área de energia com o crescente emprego do etanol, a indústria alimentícia com os alimentos funcionais e o setor florestal com sua crescente produtividade.

Três áreas foram enfatizadas como preferenciais para a compreensão das transformações tecnológicas: 1) posicionamento estratégico das empresas; 2) área de produção e; 3) cadeias produtivas. Na primeira teríamos a crescente valorização dos serviços e da diferenciação. Na segunda a ênfase nas inovações organizacionais. Já as cadeias produtivas sofreriam desverticalização e maior cooperação entre clientes e fornecedores. (Anais do 3ºCBA, p.36-37)

Pausa para a homenagem a Isaac Ribeiro F. Leite¹³⁹ com o Prêmio *Personalidade do Agronegócio 2004*. Homenagem que simbolizou o reconhecimento “[...]de um trabalho prestado em prol do agronegócio brasileiro.”

O terceiro painel do evento – *Agricultura Energética* – reuniu apresentações cujo tom otimista em torno das potencialidades nacionais em tempo de agricultura energética predominou. Contudo, a presença de possíveis vantagens comparativas se faria na ausência de vontade política para transformá-las em competitividade. O referido painel teve a seguinte estrutura:

¹³⁹ Engenheiro civil formado pela Escola Politécnica da USP foi um dos sócios fundadores da ABAG. Leite fundou ainda a COOXUPÉ, Cooperativa Regional de Cafeicultores de Guaxupé.

Nome	Posição	Participação
Márcio Lopes de Freitas	Presidente da OCB	Presidente/Mesa
Antonio Carlos de Mendes Thame	Deputado Federal	Moderador
Marco Antônio Fujihara	Diretor da PriceWaterHouseCoopers	Palestrante
Luiz Carlos Corrêa Carvalho	Diretor da ABAG/ Usina Alto Alegre	Palestrante
José Zilio	Diretor de Tecnologia & Inovação da Bunge	Palestrante

Dada a aproximação das falas, optei por um resumo daquelas que seriam vantagens da agricultura energética (entenda-se biocombustíveis). Nesse sentido, destaque para: 1) geração de emprego; 2) redução da importação de diesel economizando aos cofres públicos US\$ 1bilhão; 3) diminuição da dependência em relação ao petróleo; 4) redução do efeito estufa; 5) co-geração, como a queima do bagaço e; 6) benefícios em termos de saúde pública uma vez que não empregaria substâncias nocivas à saúde. (loc.cit., p.40-53)

Já no último painel – *Negociações Internacionais* – tivemos a seguinte organização:

Nomes	Posição	Participação
Marcos S. Jank	Presidente do ICONE	Palestrante
Gilman Viana Rodrigues	Presidente da FAEMG e Vice-Presidente da CNA	Palestrante
César Borges de Sousa	Vice-presidente da CARAMURU e Diretor da ABAG	Presidente Mesa
Eduardo Pereira de Carvalho	Presidente da UNICA	Moderador

Marcos Jank abriu os trabalhos destacando a infra-estrutura em logística e sanidade enquanto desafio do atual século. As negociações internacionais teriam se convertido em prioridades de governo. Destaque para o ICONE cujos esforços viriam se dando em sentido de dotar o governo de informações necessárias às negociações. O País apesar de ocupar uma posição de liderança ainda caminharia lentamente na arena internacional.

Atenção para a potencialidade de mercados como o da União Européia e o norte-americano em termos de consumo. Além de Rússia, China, Índia e África do Sul.

Jank identificou o que seriam os três pilares da negociação internacional: OMC, ALCA e UE-MERCOSUL. No âmbito da OMC foi defendida a flexibilização das cotas tarifárias. Já a ALCA estaria sendo minada pela diversidade de acordos bilaterais. E a UE-MERCOSUL viria sendo bem sucedida com a perspectiva de ser o acordo fechado em curto prazo. (Anais do 3°CBA, p.57-58)

Já Gilman Rodrigues tratou da integração pública e privada destacando a dificuldade de diálogo entre setor privado e Itamaraty em oposição à relação entre aquele e o MAPA. As negociações na ALCA, OMC e UE-MERCOSUL foram tratadas na linha da exposição de Jank. Nesse sentido, no que diz respeito a primeira teríamos: setores competitivos que pouco teriam a perder com a abertura de mercado e agricultura x setores menos competitivos que temeriam abertura de comércio para os EUA. Em relação à OMC, Rodrigues enfatizou a estagnação e a dependência da definição de *framework* com o risco de se transformar a própria organização em tribunal de disputas comerciais. Assinalou ainda a possibilidade de derrubar subsídios às exportações e reduzir o apoio doméstico. Ambos responsáveis por distorções no mercado. (Id., p.60)

Por fim, alertou que em relação ao acordo UE-MERCOSUL só conseguiríamos ampliar o acesso para bens agrícolas se melhorássemos nossa oferta de serviços, investimentos e compras governamentais.

O representante chamou atenção, também, para a necessidade de investimento no aprimoramento da qualidade e visibilidade da vigilância sanitária, em particular na preservação da qualidade de nossos produtos. Para tanto, ressaltou que seria necessário aumentar os recursos de agências como o MAPA em termos de ações de defesa sanitária e pesquisa.

Antes da cerimônia de encerramento, ocorreu uma palestra de Roberto Rodrigues com Renato Diniz, vice-presidente da Bolsa de Mercadorias e Futuros-BM&F, na qualidade de moderador.

Sob o título *Criando Vantagens Competitivas*, Rodrigues abordou a guerra de mercados. Exposição na qual destacou três fatores determinantes para o crescimento: 1) disponibilidade de terra; 2) tecnologia e; 3) gente. O Brasil apresentaria vantagens em todos. Contudo, sofreríamos com três fatores restritivos: 1) ausência de recursos financeiros; 2) falta de logística e; 3) transporte e mercados. Gargalos para os quais voltara sua atuação.

Na busca por recursos, Roberto Rodrigues teria implementado parcerias entre o MAPA e outros Ministérios como o MDIC, o Itamaraty e o Ministério da Fazenda. O Plano Safra 2004/05 traduziria tal exercício.

O Ministro destacou o *lobby* enquanto mecanismo de institucionalização de interesses. Nesse sentido, conclamou “[...]o setor a fazer lobby consistente no governo, legislativo e judiciário[...]” no intuito de fazer a sociedade brasileira compreender as dificuldades pelas quais passariam produtores. E mais, alertou ainda para a necessidade de uma vigília constante na luta por mercado através não só do *lobby*, mas também da participação e articulação.

O 4º CBA – *Alimentos, Energia e Sustentabilidade* – foi realizado em 2005 e as apresentações foram divididas em três blocos: 1) Alimentos, Energia e Sustentabilidade; 2) Tendências Mundiais e; 3) Ameaças e Oportunidades.

Na cerimônia de abertura destaque para a presença de Carlo Lovatelli, presidente da ABAG; Roberto Rodrigues, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Geraldo Alckmin, Governador de São Paulo.

Abrindo o evento, Lovatelli fez uma breve referência aos eventos anteriores e destacou a necessidade das PPP’s para a implementação da agenda de trabalho.

Destaque para o gargalo representado pela infra-estrutura: “*Trata-se, sem dúvida, do principal calcanhar de Aquiles do agribusiness brasileiro. A matriz de transportes no Brasil é desequilibrada e carece de maiores investimentos em curtíssimo prazo.*” (Anais do 4ºCBA, p.10)

O déficit na capacidade de armazenagem, a pouca extensão da rede ferroviária e a má conservação das rodovias foram aspectos mencionados e argumentos fortes na defesa das Parcerias Público-Privadas. O presidente da ABAG não deixou de chamar atenção para a burocracia que emperraria a execução dos projetos existentes da área.

Alertando para uma suposta redução de 80% do orçamento do MAPA, Carlo Lovatelli enfatizou a necessidade de organização e coordenação frente ao alto risco em termos de sanidade e alcance das barreiras técnicas.

Em relação ao problema fundiário, temos o registro de lógica antiga entre o empresariado rural. Vejamos seu discurso:

Chamam atenção ainda as constantes violações ao Estado de Direito. Impunidade frente às invasões de terras produtivas, laudos errôneos de descumprimento de função social da terra, alicerçados, entre outros, em falsas alegações de ocorrência de trabalho escravo, exigências ilegais de medidas em nome da preservação ambiental e proposição de índices de produtividade, que conseguem, ao mesmo tempo, figurar como aberrações, tanto agronômicas quanto ambientais.

Ao defendermos o uso econômico e sustentável das terras, concordamos com a necessidade de solucionar a questão fundiária no Brasil e de implementar mudanças, onde forem procedentes, para garantir paz no campo. Discordamos, porém, do atual modelo empregado. Defendemos, outrossim, que tudo ocorra sob estreita observância das leis. (Anais do 4°CBA, p.11)

A defesa de um programa de ordenamento territorial que conciliasse a produção agrícola com a preservação ambiental na Amazônia também é parte a destacar no discurso do representante do Agronegócio.

O planejamento territorial foi mencionado como alternativa à “[...]controversa discussão sobre as mudanças do Código Florestal”. Destaque para o ZEE (Zoneamento Ecológico e Econômico) “[...]que se traduz pelo emprego da ciência e da tecnologia de excelência, em contraponto à ideologia. Exemplo: a excelência da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).”

Os problemas gerados pela questão da Amazônia e do Código Florestal seriam decorrentes da insistência de se

[...]tratar situações complexas e distintas com fórmulas genéricas criadas em gabinetes. O agronegócio moderno não permite esse raciocínio simplista[...].O agronegócio é muito importante para este país. Ele foi responsável pela totalidade do superávit da balança comercial brasileira nos últimos anos, com capacidade incrível de geração de empregos, riquezas, arrecadação de impostos e, em especial, integração nacional. (Anais do 4°CBA, p.11)

Lovatelli também chamou atenção para a necessidade de investimentos proativos na alavancagem da imagem institucional, em nível doméstico e internacional, do “setor” para que a percepção sobre sua contribuição ao Brasil fosse adequada ao grau da mesma.

Em seguida Roberto Rodrigues abordou o que seriam as duas grande áreas em que as mudanças em termos comerciais ocorreriam de maneira mais notável. Nesse sentido, o Ministro assinalou a produção e a transformação de alimentos. Além dos mecanismos de distribuição e consumo. Seleção que o levou a considerar sobre: 1) a distância entre o conceito e a implementação da cadeia produtiva; 2) a questão da concentração cujo cooperativismo é apontado como uma das alternativas; 3) as exigências dos consumidores e; 4) a Segurança Alimentar e as negociações internacionais. A entrada no mercado de

gigantes como a China não foi ignorada, bem como o lançamento de novas tecnologias. A necessidade da relação entre público e privado, novamente, foi lembrada:

Não é possível mais tratar o Estado como um adversário algoz[...]. Cada vez mais é preciso que o setor privado olhe o Estado como parceiro[...]. O Ministério da Agricultura tem plena confiança e plena certeza do jogo de parceria da ABAG. É uma aposta em que ninguém terá de pagar, será um jogo ganha-ganha e positivo para todos, com uma definição substancial no momento presente. (Anais do 4º CBA, p.13, grifo meu)

Geraldo Alckmin, como de costume, ressaltou a contribuição do Agronegócio ao expressivo crescimento do PIB paulista o qual teria superado o PIB nacional e o PIB mundial. O governador enfatizou os esforços de sua administração no sentido de potencializar o “setor”. Entre eles a prorrogação do crédito do Fundo de Expansão da Agropecuária Paulista (FEAP) e a redução de ICMS do etanol.

No primeiro painel – *Alimentos, Energia e Sustentabilidade* – tivemos as seguintes participações:

Nomes	Posição	Participação
Carlo Lovatelli	Presidente da ABAG	Presidente/Mesa
William Westman	Conselheiro de Agricultura da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil	Palestrante
Silvio Crestana	Presidente da EMBRAPA	Palestrante
Marcos Azambuja	Presidente da Fundação Casa França-Brasil	Palestrante
Roberto Rodrigues	Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Palestrante
Ismar Cardona	Assessor Especial de Comunicação Social do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Palestrante

Primeiro a se apresentar, William Westman ressaltou a importância das PPP's e da tecnologia enquanto mecanismo de incremento da produtividade diante da demanda por alimentos e energia. Westman reconheceu o potencial nacional em termos agrícola e expôs dados sobre a produção norte-americana. O representante norte-americano destacou o programa Sustainable Agriculture Research Education.

Já Silvio Crestana enfatizou o aumento da produtividade e a disponibilidade de terras, fatores importantes em termos de demanda de alimentos e energia. Crestana ressaltou, ainda, a necessidade de um Programa Nacional de Agroenergia e a criação de uma unidade da EMBRAPA específica para tratar a questão.

O expositor enfatizou ainda a ciência e a tecnologia como respostas para a necessidade de mudança da matriz energética. Mencionou também as plataformas tecnológicas e destacou a cana enquanto cultura base para a referida mudança.

A defesa da tecnologia como solução para possíveis conflitos espaciais se repete em relação aos conflitos ambientais: *“A busca da produtividade e competitividade cria tecnologias de defesa ambiental. Há espaço para ampliar o esforço de ciência, tecnologia e inovação com um ajuste nas políticas setoriais da agricultura, em favor da sustentabilidade.”* Medida que deveria construir um diálogo entre Ministérios: *“Na verdade, a agricultura fica muito na agricultura, a pesquisa, as técnicas, as soluções, são problemas só da agricultura, e não pode ser, deveria ser também de outros ministérios.”*(Anais do 4ºCBA, p.18)

O terceiro palestrante foi Marcos Azambuja que defendeu a não separação entre política externa e política interna dada a estreita relação entre ambas. Destaque para a crise européia em função dos diversos interesses sob a bandeira de um mercado comum e sua dificuldade em se adaptar à globalização. Frente a tal cenário, o Brasil teria suas vantagens: *“Nosso jogo passa a ser de uma simplicidade encantadora, de modo que é uma situação infinitamente mais complexa, sem que eles tenham os instrumentos que temos de atuação sobre Brasília, nossos funcionários, eleitos e devedores de fidelidade.”* Atenção para a naturalização da atividade lobista.

Azambuja afirmou que a crise européia traria a possibilidade de uma mudança de postura frente aos subsídios. Haveria a transferência de recursos dos subsídios para uma ideia de desenvolvimento rural. Fato que abriria oportunidades para o Brasil. De tal forma, chamou atenção para a necessidade de mobilização:

É preciso uma combinação de trabalho entre diplomatas e advogados, lobistas, especialistas em questões agrícolas e tarifárias. O Brasil vai funcionar se for um time muito complexo de interesses. O governo tem um papel importante, mas não pode ser o autor solitário de soluções. Estamos aprendendo as regras do jogo. (Anais do 4ºCBA, p.20)

Marcos Azambuja chamou atenção para se *“jogar um jogo”* em que o MERCOSUL *“[...]nos ajude a ter mais massa crítica[...]*” e, principalmente, dar ao Brasil legitimidade nos clubes onde as regras do jogo são formuladas.

Por fim, criticou a ideia de constituírem as barreiras técnicas uma conspiração internacional: *“Há uma mistura entre legítimo e o pretexto. Não podemos evitar que essas regras*

de sustentabilidade ecológica e social sejam decisivas. O mundo não aceitará mais comportamentos que não se coadunem com o andamento dessa normativa.”(Id., p.20)

Em seguida, Roberto Rodrigues destacou a contradição entre a competitividade nacional e a reação a esta. Daí a missão do MAPA de “[...]promover o desenvolvimento sustentável do agronegócio, com estímulo à produtividade, à sanidade e qualidade, tendo em vista a competitividade interna e externa, contribuindo para a redução das desigualdades e a inclusão social.” (Id., p.21)

Na sequência, Ismar Cardona destacou o que seriam as dez prioridades para o MAPA: 1) controle sanitário; 2) tecnologia para o Agronegócio; 3) agroenergia; 4) qualidade de produtos e agregação de valor; 5) negociação internacional e defesa comercial; 6) interlocução com a sociedade; 7) novos instrumentos de política agrícola e seguro rural; 8) desenvolvimento sustentável; 9) associativismo e cooperativismo como instrumento de inclusão social e; 10) excelência administrativa. Temas que estariam inseridos no temário do Congresso. Exemplo de afinação, segundo o Secretário.

Em sua exposição, Cardona focou no novo paradigma representado pela Agroenergia. E mais, ressaltou que seria “[...]no hemisfério sul, que os países terão a grande chance de avançar, positivamente, no crescimento de emprego, e riqueza e de renda, a partir da agroenergia.” (Id., p.22)

Cardona encerrou sua apresentação chamando atenção para a necessidade de divulgação da Agroenergia dos países em desenvolvimento.

Logo após o referido painel ocorreu a palestra *Integração: Agricultura, Floresta e Energia* proferida por Antônio Ermírio de Moraes. Momento no qual foram destacadas as vantagens comparativas do Brasil e a necessidade de educação.

Moraes defendeu um programa de expansão agrícola uma vez que a agricultura daria “a receita” para o desenvolvimento de outras áreas: “O Brasil não pode,[...]deixar a agricultura num segundo estágio, pois é a locomotiva que puxará o progresso. Tenho certeza absoluta. Sempre pensei dessa maneira e escrevi muitos artigos sobre a agricultura.”

A liderança do Brasil no campo energético também foi enfatizada. Através do *Agribusiness* se mostraria a competência do Brasil.

Pausa para a cerimônia de homenagem intitulada *Personalidade do Agronegócio 2005*. Fernando Penteado Cardoso¹⁴⁰ foi o homenageado.

O segundo painel do evento – *Tendências Mundiais* – teve a seguinte estrutura de apresentação:

Nomes	Posição	Participação
Jonas Pinheiro	Senador da República	Presidente/Mesa
Antônio C. K. Aidar	Diretor da GVConsult/ FGV	Moderador
João Carlos de F. Ferraz	Presidente da Crystalsev	Palestrante
João de Almeida Sampaio Filho	Presidente da Sociedade Rural Brasileira	Palestrante
Josué Christiano Gomes da Silva	Presidente da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS	Palestrante

João Ferraz abriu os trabalhos abordando a evolução da produção e da demanda do álcool e do açúcar, bem como as possibilidades trazidas pelas respectivas culturas. A temática da energia renovável constituiu o foco de mais uma exposição.

Destaque para o que seriam dois desafios nacionais: manter a produção para garantir uma demanda sustentável para o mercado em expansão e evitar significativos excedentes de produção.

Já João Sampaio resgatou a história da produção nacional da borracha. E Josué Gomes da Silva falou sobre a produção de algodão e do surgimento de mercados. Segundo Silva, a cadeia têxtil geraria 1,56 milhão de empregos e apresentaria faturamento (2004) de US\$ 25,1 bilhões. Destaque para o mercado interno o qual representaria 92% do referido faturamento. Fato que espelharia o potencial do mercado consumidor brasileiro em termos de fibras de algodão.

O empresário criticou a alta taxa de juros praticada no Brasil a qual repercutiria negativamente na indústria têxtil.

O terceiro painel – *Tendências Mundiais* – foi estruturado da seguinte forma:

Nome	Posição	Participação
Jonas Pinheiro	Senador da República	Presidente/Mesa
Cristiano W. Simon	Presidente da Associação Nacional de defesa Vegetal - ANDEF	Moderador
André Pessoa	Diretor da AGROCONSULT	Palestrante

¹⁴⁰ Cardoso formou-se em Agronomia pela ESAIQ em 1936. Fundador da Manah S.A. em 1947 cujo controle acionário passou para o Grupo BUNGE no ano de 2000, Fernando Penteado foi responsável também pela criação da Fundação Agrisus – Agricultura Sustentável a qual teria orçamento anual de um milhão de reais para apoiar financeiramente pesquisas, estudos, eventos, congressos e capacitação acadêmica e profissional voltadas à promoção de práticas de agricultura sustentável.

Gabriel Alves Maciel	Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Palestrante
----------------------	--	-------------

André Pessôa iniciou os trabalhos abordando a questão da produção e da demanda de grãos e carnes. Já Gabriel Maciel defendeu a necessidade de se desenvolver um programa de vigilância sanitária, fiscalização, defesa animal e vegetal para manter o crescimento da produção dos referidos produtos. Reforçou também a necessidade de garantir Segurança Alimentar no sentido de preocupação com a inocuidade dos alimentos. De tal forma, enfatizou o trabalho com a regulamentação e a regionalização dos sistemas de defesa. Assim sendo, Maciel insistiu no fortalecimento do sistema de defesa dos estados: *“Como o país é heterogêneo, corremos riscos de vulnerabilidade. Ao fortalecer as estruturas dos estados, teremos uma confiança maior e, com certeza, perderemos muito menos sono.”* (Idem: 46)

Antes de finalizar, o Secretário mencionou a reforma *“trabalhada pelo Ministro Roberto Rodrigues”* no intuito de aumentar a eficiência dos processos da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA: *“Não podemos trabalhar em processos, instruções normativas que não funcionem e não atendam a iniciativa privada. Tem que ter essa consonância.”* (Anais do 4ºCBA, p.47)

Em seguida Eduardo G. da Fonseca realizou palestra tendo César Borges de Sousa como presidente de mesa. Fonseca fez algumas considerações sobre macroeconomia e oportunidades e riscos ao *Agronegócio*. Entre aquelas: a deteriorização das finanças públicas, o crescimento da informalidade e a alta taxa do câmbio. Já em relação às oportunidades, destacou a demanda global por bens agropecuários e combustível de biomassa, bem como a consolidação de um ambiente multilateral e de integração regional onde se aumentaria a integração e os impedimentos ao livre comércio seriam menores.

Contudo, Giannetti alertou que as oportunidades trariam consigo exigências em termos de competência: *“O aumento da demanda global não vai significar uma vida tranquila, com maiores preços ou maior rentabilidade. Pelo contrário, é perfeitamente plausível um cenário em que[...]ao mesmo tempo os preços caiam e a rentabilidade do setor se torne bem mais apertada na margem.”*

No quarto painel – *Infra-Estrutura, Logística e Comércio Internacional* – tivemos a seguinte estrutura:

Nome	Posição	Participação
Mario A. Barbosa	Presidente da Bunge Fertilizante	Presidente/Mesa

Neto		
Marcos S. Jank	Presidente do ICONE	Moderador
Renato C. Pavan	Presidente da Macrologística	Palestrante
Flávio Damico	Chefe da Divisão de Agricultura e Produtos de Base do Ministério das Relações Exteriores	Palestrante

Primeiro a se apresentar, Renato Pavan destacou a contribuição do *Agronegócio* para a sustentabilidade do desenvolvimento do Brasil.

Diante de novo paradigma, a questão da logística assumiria importância fundamental. Nesse sentido, foi sugerida a navegação transoceânica e a adequação dos portos.

A inadequada infra-estrutura brasileira, em particular de transporte de carga, teria as seguintes causas: 1) falta de planejamento estratégico; 2) desbalanceamento na sua matriz de transporte; 3) baixo nível de investimento público e privado e; 4) falta de decisão política para direcionar claramente os projetos prioritários a serem investidos.

Importa destacar que, segundo o executivo, para realizar as adequações necessárias seria preciso destinar, durante 10 anos, 0,6% do PIB/ano adicionalmente. A redução dos custos proporcionada por tal adequação, pagaria o investimento em dois anos. E mais, Renato Pavan enfatizou que o Brasil precisaria de “[...]um Projeto Global, sistêmico, de longo prazo e decisão política de realizá-lo.” (Id., p.57)

Segundo a se apresentar, Flávio Soares abordou a problemática do comércio internacional. Novamente, temos a defesa de abertura de mercados e a crítica às distorções causadas pelo protecionismo agrícola. Acordos regionais foram mencionados como possíveis alternativas. Contudo, os referidos acordos não atacariam “[...]as questões de regra, ou seja, não há disciplinamento dos subsídios.”

Soares afirmou a prioridade do Governo de conferir ênfase às negociações comerciais na OMC. Ressaltou ainda o papel do Brasil como player central no processo negociador da Rodada de Doha. O País possuiria interesses agrícolas poderosos, além de ser líder no G20 e ter capacitação técnica.

Intervalo nas exposições para o lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2005/06. Ivan wedekin, Secretário de Política Agrícola/MAPA, destaca alguns pontos: 1) aumento no volume de recursos com destaque para custeio e comercialização; 2) aumento dos recursos de taxas mais baixas em relação ao volume para recursos livres; 3) continuidade

nas aplicações de crédito para investimento e; 4) foco na agregação de valor e adequação ambiental e sanitária dos programas de investimentos.

Antecedendo a cerimônia de encerramento, Luiz F. Furlan apresentou a palestra “*Expectativas do Mercado internacional*” . Urbano Campos Ribeiral presidiu a mesa.

Furlan abordou os desafios externos e internos que deveriam ser enfrentados. Entre os primeiros destacou o acesso a mercados e a quebra de barreiras. O Ministro mencionou ainda a realização de uma reunião informal onde teria se acertado que em Doha se fixaria prazo para eliminar os subsídios com perspectiva para 2020 ou pouco mais.

O tema de acesso a mercados teve sua relevância destacada uma vez que as barreiras criadas inibiriam a produção de países emergentes: “*No fundo é uma competição desleal, espalha pobreza. Um efeito bumerangue, pois os problemas do mundo em desenvolvimento estarão no mundo desenvolvido pela migração principalmente.*” (Anais do 4ºCBA, p.62)

A solução para o problema seria criar postos de trabalho na origem das pessoas. Furlan apresentou a liberação dos mercados como alternativa.

Outro desafio seria a qualidade. A necessidade de capacitação das empresas em relação ao mercado internacional foi enfatizada.

Questões como as de logística, organização da cadeia produtiva, desoneração da produção, sanidade e agregação de valor também foram destacadas em termos de desafios internos.

Após a apresentação de Furlan houve o lançamento da obra *Novos Padrões de Identidade, Qualidade e Sistema de Certificação da Cachaça Brasileira*.

Na sequência, em cerimônia de encerramento, Lovatelli afirmou ter o evento possibilitado tratar de temas que seriam recorrentes na história recente do *Agronegócio* e que afetariam sua competitividade. Ressaltou o que seria a pauta, o “norte” que uniria o “setor” e alimentaria os esforços da ABAG:

Produzir alimentos e energia, com critérios equilibrados que sustentem o padrão dos recursos naturais e que gerem empregos, renda e favorável balança comercial; que atue de maneira competitiva, respeitando o direito constitucional; com políticas públicas sensatas no campo tributário e ambiental; com o posicionamento privado de compromissos; com coordenação e integração. (Anais do 4ºCBA, p.66)

Ainda na referida cerimônia, Roberto Rodrigues, representando o Presidente da República, expressou a satisfação de ver a “*maturidade*” atingida pelo “setor”. Fato que permitiria o “*alinhamento*”. Rodrigues também destacou o trabalho em parceria com Furlan em favor do *Agronegócio*:

Talvez há 20 anos, não tivéssemos um congresso como esse. Teríamos pessoas tão divergentes sem a possibilidade de chegar a uma possível articulação de propostas em conjunto[...]A Abag soma entidades de outras áreas da cadeia produtiva para na interdependência ou na integração encontrar[...]condições de articulação e adequação das propostas. A integração e a articulação aparecem de maneira fortíssima, nos trabalhos que o Furlan e eu desenvolvemos em conjunto, em prol dos interesses do agronegócio. (Anais do 4°CBA, p.67)

O Ministro informou sobre o Plano de Safra da Agricultura e Pecuária 2005/06 enfatizando quatro pontos: 1) o aumento de volume dos recursos e a redução do mix de juros; 2) a agilidade dos processos; 3) o fator de sustentabilidade – condição adicional para quem trabalhasse com rastreabilidade e certificação – e; 4) o incentivo à integração lavoura-pecuária.

Por fim, Carlo Lovatelli encerrou o evento expressando o desejo de poder comemorar no 5°CBA “*[...]a mudança do patamar referencial*” das discussões.

O 5°CBA – *Bases para o Futuro* – foi realizado em 2006. Do referido evento destaco o documento intitulado *Propostas da ABAG para a criação de bases para o Futuro* cujas ideias foram encaminhadas aos presidenciais¹⁴¹ no intuito de identificar qual seria o melhor plano de governo para o *Agronegócio* brasileiro. Dos 15 itens constitutivos do documento, por sugestão da própria Associação, os candidatos se manifestaram em relação aos mais significativos. Foram eles: 1) Tributação; 2) PPP’s; 3) Segurança Fundiária; 4) Sustentabilidade; 5) Defesa Sanitária e 6) Montagem Institucional.

Entre as apresentações dos presidenciais, as ideias do candidato Alckmin foram as que mais agradaram – principalmente em termos de segurança fundiária. Momento em que o candidato afirmou: “*Uma coisa é reforma agrária, que é correta, outra coisa é invasão de terra, que é errada. Nós não vamos tolerar esse tipo de coisa; em São Paulo não permitimos,*

¹⁴¹ A ABAG solicitou aos candidatos com maior intenção de voto que se posicionassem em relação aos principais pontos do documento elaborado pelo “setor”. Nesse sentido, Heloísa Helena, Geraldo Alckmin, Cristovam Buarque e Luiz Inácio Lula da Silva receberam o referido documento. Com exceção de Lula, os candidatos enviaram seus depoimentos cujo conteúdo foi objeto de discussão no evento em questão.

invadiu, desinvadiu imediatamente.” O candidato ressaltou, ainda, a necessidade de segurança jurídica para estimular o investimento produtivo. (Anais do 5ºCBA, p.69)

Em termos de defesa sanitária, Geraldo Alckmin defendeu a formação de acordos bilaterais. Em relação a montagem institucional, o candidato afirmou a redução de ministérios e cargos comissionados. Já sobre reforma tributária prometeu a realização da mesma logo no início de seu mandato, caso eleito. Corte de gastos correntes, melhora na qualidade dos gastos públicos e redução de impostos foram outras promessas de Alckmin.

Lovatelli durante o debate sobre os depoimentos apresentados, afirmou:

Eu diria, como conclusão em cima desses depoimentos, que sabemos aqui mais ou menos onde estamos pisando. Eles, talvez, não saibam. Mas ao sabermos, podemos em um segundo momento e a partir de agora, tentar fechar as áreas que não foram cobertas, ou entrar mais especificamente em outras que foram mal cobertas com esses candidatos, ou com os principais candidatos, de tal forma até melhorar a plataforma deles, na nossa visão, naturalmente, com relação aos temas do agronegócio brasileiro. (Id., p.74, grifo meu)

Vejamos o conteúdo do documento em discussão.¹⁴²

Ao apresentar o referido documento, Lovatelli considerou que se atendidas as demandas assinaladas teríamos a cobertura de cerca de 80% dos problemas do Agronegócio.

O primeiro item do documento versa sobre *Dotação Orçamentária do MAPA*. Momento em que se afirma a pouca eficiência da pressão de grupos de interesse sobre o Estado uma vez que a dotação orçamentária de uma agência como o MAPA viria declinando ao longo dos anos – de 3% para 0,3% dos recursos da União, transcorridos 25 anos. A defesa do aumento dos recursos destinados ao MAPA teria por objetivo fazer com que o Estado assumisse papel significativo como indutor do desenvolvimento na formulação e implementação de políticas públicas, bem com na correção das imperfeições oriundas da desigualdade entre agentes das cadeias produtivas.

Estrategicamente os recursos do MAPA deveriam ser compatíveis com a magnitude do “setor” na economia nacional: 30% do PIB, 39% das exportações e 37% dos empregos. Lovatelli também defendeu a proposta de revisão do tamanho do Estado na relação com o

¹⁴² Muitas das demandas e proposições repetem o conteúdo do documento enviado a Fernando H. Cardoso no ano de 1994.

Agronegócio no intuito de uma maior racionalidade de gastos e de se evitar duplicidade de funções.

No segundo item do documento – *Crédito e o Endividamento Rural* – o “setor” chama atenção para a insuficiência de recursos do sistema nacional de crédito rural frente a extensão da área plantada e a necessidade de capital de giro.

A desburocratização das negociações em torno da temática teria como estratégia “[...]desatar o nó das operações pendentes” para atingir o objetivo de garantir “[...]a oferta de recursos para o crédito de custeio e investimento em quantidade adequada e no momento certo, face à característica sazonal da agropecuária.”

Como parte da referida estratégia é proposto, entre outras alternativas, uma definição sobre o que poderia ser resgatado ou considerado perdido (em termos de crédito concedido) para a avaliação dos impactos na política agrícola e a reavaliação de ativos apresentados pelos produtores como garantias nas operações, de modo a liberar valores excedentes. (Anais do 5ºCBA, p.56)

No terceiro item – *Seguro Rural* – é defendida a implementação urgente de instrumentos perenes de garantia de renda e de seguro rural, tais como: medidas anticíclicas para dar sustentabilidade ao crescimento e desenvolvimento do *Agronegócio*. Como estratégia é proposta a tomada de decisão política do governo de participar com parte importante do programa, a exemplo da experiência norte-americana e europeia. É sugerido, ainda, a constituição e regulação de um Fundo de Amparo à Catástrofe, bem como a criação de um agência ou mesmo comissão para impulsionar o sistema entre outras.

No item *Tributação*, a aproximação dos padrões internacionais como garantia de competitividade é defendida. De tal forma, afirma-se como objetivo o estabelecimento de “[...]uma carga tributária adequada que não onere a segurança alimentar interna e penalize a competitividade externa do Agronegócio.” A extensão do benefício de isenção do Pis-Cofins para todos os insumos agropecuários e produtos como carnes e trigo é enfatizada como necessidade. Medida com a qual poder-se-ia estudar a retirada do crédito fiscal presumido na compra de produtos agropecuários. Em relação ao MERCOSUL é sugerida a harmonização tributária. (Anais do 5ºCBA, p.58)

O quinto item – *Parceria Público Privada (PPP) e Custo Brasil* – repete a relação entre competitividade e logística/infra-estrutura. As PPP’s seriam “[...]fontes de recursos para serem aportados em empreendimentos previamente priorizados do ponto de vista técnico e

econômico.” É enfatizado que a implementação de um programa agressivo de investimentos voltados para o *Agronegócio* geraria renda e emprego.

A *Segurança Fundiária* (leia-se assegurar o Direito de Propriedade) é apresentada tendo como objetivo a manutenção dos altos índices de produtividade para discriminar as terras passíveis de desapropriação. Como estratégia temos a defesa de um modelo de reforma agrária focado na capacidade de produção e na fixação da mão-de-obra. Não se menciona distribuição de terras. O intuito seria “[...]estimular a emancipação econômica, com geração de renda, empregos e oportunidades.” Uma alternativa seria “[...]a criação de programas de financiamento para a compra de glebas[...]” os quais priorizassem “[...]o indivíduo com vocação para trabalhar no campo.” A proposta é concluída com a seguinte ideia:

Quando o assentado paga o direito de uso da terra com o valor da produção, os programas de reforma agrária podem dar bons resultados. Neste formato, aplicado com êxito em países do sudeste asiático, o assentado recebe orientação do que produzir, com base em estudos de viabilidade econômica. À medida que cumpre sua meta de produção, o assentado abate do preço da terra o valor produzido. (Anais do 5ºCBA, p.59)

No sétimo item – *Marketing e Venda de Produtos* – é proposta a parceria do MAPA com a Agência Promotora de Exportação (Apex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Tendo por objetivo o desenvolvimento no MAPA de uma cultura voltada para a promoção das exportações nas cadeias produtivas do *Agronegócio* é proposto como estratégia o desenvolvimento do Programa de Tecnologia Industrial Básica (TIB) e a aplicação de certificações aos produtos enquanto mecanismos favoráveis a conquista do consumidor: “*O posicionamento de venda dos produtos deve levar em conta a segmentação de mercados entre convencionais, orgânicos e transgênicos*”, afirma o documento.

A defesa da montagem de um programa externo de marketing e vendas próprio para o MAPA que, em parceria com a APEX/MDIC, desenvolvesse ações que criassem respostas positivas para produtos estratégicos é enfatizada. (Id., p.60)

O oitavo item – *Contratos nas Cadeias Produtivas* – estabelece a relação entre contratos e maturidade e fortalecimento das cadeias produtivas. O estabelecimento de contratos teria como objetivo “[...]carrear recursos para o setor primário, fora do sistema

oficial[...]”, bem como *“[...]harmonizar os conflitos de distribuição de renda nas cadeias produtivas.”* A medida disseminaria ainda *“a consciência da necessidade de transparência, credibilidade e cumprimento entre as partes envolvidas”*. O elemento chave seria a ética. (Id.) Como estratégias são apresentadas a inclusão de cláusulas para *“dirimir”* conflitos em conselhos arbitrais e o estímulo do referido modelo em outros segmentos.

No nono item – *Negociação Internacional* – destaque para a articulação entre governo (enquanto executor das negociações) e iniciativa privada (cujo envolvimento se daria nas operações de produção e comercialização dos produtos).

São assinaladas duas estratégias de atuação: o fortalecimento do papel do governo nas negociações comerciais externas e o reforço do papel do Fórum de Negociações Agrícolas Internacionais (formado pela ABAG, CNA e OCB) como canal legítimo de interlocução do setor com o governo.

No décimo item – *Normas e Certificações* – a importância da referida temática na defesa contra as barreiras não tarifárias é destacada. O objetivo seria incorporar, formalmente, às discussões de comércio a abordagem de normalização, ao invés de regulamentação pública tradicional. É mencionado, ainda, o estabelecimento de critérios de equivalência entre processo de avaliação da conformidade, de maneira que as certificações nacionais possam ser reconhecidas em operação de comércio internacional.

Entre as estratégias temos a proposição de implementação do TIB e dos Serviços Tecnológicos para a Inovação e Competitividade sob a coordenação do Ministério de Ciência e Tecnologia. O documento também ressalta o valor do TIB enquanto instrumento formal para o Brasil mostrar o seu conhecimento e capacitação no *Agronegócio*, uma vez que suas funções tecnológicas se confundiriam com as próprias barreiras técnicas de comércio dos acordos e regras na OMC.

O décimo primeiro item – *Sustentabilidade* – define o que seria para o “setor” conceito tão difundido e objeto de disputa em torno de significado e uso. Nesse sentido, temos a afirmação da mesma enquanto *“[...]ferramenta de redução de riscos e agregação de valor sob a ótica das empresas e processos relativos aos agronegócios.”* (Anais do 5ºCBA, p.61)

Neste item, o objetivo apresentado é a adequação do marco regulatório, bem como das competências internas às exigências internacionais, quando estabelecido um consenso. O Zoneamento Ecológico Econômico – para definição das áreas de ocupação, exploração,

preservação e recomposição em cada unidade agroecológica – é mencionado como estratégia para a referida adequação. Atenção para a Amazônia uma vez que constituiria foco de “[...]especulação internacional e argumento para formação de barreiras não tarifárias.” O apoio à construção de um índice de sustentabilidade o qual permitiria “[...]a validação das tecnologias adotadas no uso das terras e na produção agropecuária” também é mencionado.

No décimo segundo item – *Defesa Sanitária* – é apresentado o objetivo de cumprir o Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (AMSF ou Sanitary and Phytosanitary, SPS) da OMC (do qual o país é signatário) através da aplicação dos seguintes conceitos: harmonização, equivalência e regionalização.

A estratégia assinalada é a montagem de uma agência sanitária, com participação multiministerial e de agentes privados, que tenha contrato de gestão operacional de longo prazo com o governo, para: registro e alteração de produto; licença de estabelecimento do produtor e do importador; acompanhamento e adequação às questões sanitárias e apoio à interlocução do governo com as instituições científicas internacionais que dão suporte ao AMSF e a FAO etc. (Id., p.62)

Já no décimo terceiro item – *Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, PD&I* – alerta-se para os baixos investimentos na área. Enquanto países desenvolvidos aplicariam 3% do PIB, o Brasil aplicaria 1%. Defende-se que a constituição de marcos legais acompanhe o progresso científico e os novos anseios da sociedade: “*A politização e a ideologia em questões de caráter eminentemente científico empobrecem o debate e colocam o Brasil em desvantagem perante outros países.*”

A estratégia sugerida é a aplicação de modelos para valorar o capital intelectual nas negociações a exemplo de consórcios públicos privados, sociedades de propósito específico e incentivo fiscais para formação de parques tecnológicos etc.

O décimo quarto item – *Agroenergia* – apresenta como objetivo a busca de uma matriz energética baseada em fontes renováveis a qual destacaria a referida temática: “*Na área da geração de energia a partir da biomassa, a história brasileira na fabricação e uso do álcool combustível representa um dos casos mais bem-sucedidos em nível mundial.*” Nesse sentido, aponta-se como estratégia o fortalecimento do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel entre outros.

Por fim, no décimo quinto item – *Montagem Institucional* – temos o objetivo de dispor o País de um marco regulatório adequado à abertura da economia, à menor dependência de recursos públicos, à orientação para o abastecimento e o mercado, além da visão de cadeia produtiva e à detecção de seus gargalos. (Anais do 5ºCBA, p.64)

Entre as estratégias definidas, temos: 1) revisão da Lei Agrícola nº 8.171 com definição de objetivos e competências institucionais, dotação dos recursos e estabelecimento das ações e instrumentos de política agrícola e; 2) concentração das atribuições submetidas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), à Secretaria Especial da Pesca e às áreas de florestas econômicas alocadas no Ministério do Meio Ambiente (MMA), no MAPA. Já as questões sobre reforma agrária deveriam “[...]ficar subordinadas diretamente à Presidência da República.” (Id., p.64)

Importa destacar a defesa de uma institucionalidade favorável à participação da iniciativa privada enquanto uma das mais importantes estratégias para a modernização do País.

Vale identificar os participantes do evento. Abaixo a organização dos mesmos.

Nome	Posição	Participação
Carlo Lovatelli	Presidente da ABAG	Palestrante e Presidente/Mesa
Cláudio Lembo	Governador do Estado de São Paulo	Palestrante
Luiz F. Furlan	Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Palestrante
Abelardo Lupion	Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados	Palestrante
Alberto José Macedo Filho	Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo	Palestrante
Juan Quiróz	Presidente da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos - APEX	Palestrante
Urbano C. Ribeiral	Presidente da Agrocerec	Presidente/Mesa
Eduardo Gianneti	Professor IBMEC/SP	Palestrante
Peter Ahlgrimm	Diretor de Relações Institucionais da Bayer CropScience	Presidente/Mesa
Alysson Paulinelli	Consultor da Listen Local Information System	Palestrante
Silvio Crestana	Presidente da EMBRAPA	Presidente/Mesa
Luiz C.C. Carvalho	Diretor da Usina Alto Alegre	Palestrante
Newton de Mello	Presidente/ABIMAQ	Presidente/Mesa
Pedro P. Parente	Vice-presidente Executivo da RBS	Palestrante
Alfredo S. Lopes	Professor Emérito/ Universidade Federal de Lavras	Depoimento
Francisco Gros	Presidente/Fosfertil	Presidente/Mesa
Paulo M.L.C. Protasio	Presidente/ANUT	Palestrante
Derci Alcântara	Diretor de Agronegócios do Banco do Brasil	Presidente/Mesa

Cristiano W.Simon	Presidente Executivo da ANDEF	Presidente/Mesa
Sebastião Costa Guedes	Presidente do Conselho Nacional da Pecuária de Corte-CNPC	Palestrante
Alexandre Garcia	Jornalista	Comentarista
Fábio de S. Meirelles	1ºVice-Presidente da CNA	Comentarista
Márcio L. de Freitas	Presidente da OCB	Comentarista
João Almeida S. Filho	Presidente da SRB	Comentarista

O 6º CBA – *Brasil: um só agronegócio* – teve uma estruturação um pouco diferente em relação aos demais CBAs. Foram organizados seis painéis com cada um tendo uma apresentação base em cima da qual os debatedores trabalharam.

A cerimônia de abertura contou com as seguintes presenças: José Serra, Governador de São Paulo; Carlo Lovatelli, Presidente da ABAG; Edílson Guimarães, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; João de Almeida Sampaio Filho, Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Silvio Crestana, Presidente da EMBRAPA.

Primeiro a falar, Lovatelli chamou atenção para a insistência de se trabalhar determinadas demandas como as apresentadas no 5º e 8º Fóruns ABAG uma vez que o *Agronegócio* continuaria sendo preterido pelo Governo. Fato que se somaria às críticas internacionais que questionam a Sustentabilidade do “setor”.

Carlo Lovatelli também destacou a significativa contribuição da cana para a matriz energética nacional: “*A agroenergia tem tudo para dar luz, iluminando um incerto apagão.*”

Apesar do certo consenso em torno da importância do etanol, Governo e iniciativa privada não teriam formalizado um planejamento estratégico para o “setor”. Diante de tal realidade, a ABAG se antecipara com a criação do Comitê Nacional de Agroenergia com quatro grandes áreas: etanol, biodiesel, químicos e energia elétrica, com participação efetiva de importantes players do cenário energético nacional.

A futura fundação do ARES foi fato mencionado. Segundo Lovatelli, o Instituto teria como objetivo propor “[...]políticas públicas e setoriais[...]”, bem como difundir procedimentos e boas práticas agrícolas e industriais.

Sem seguida, Edílson Guimarães falou das iniciativas a favor do *Agronegócio* em reconhecimento à contribuição do mesmo à economia nacional. De tal forma, faria parte da

agenda de trabalho do Ministério: a defesa vegetal, o seguro rural, a infra-estrutura e logística, o endividamento do “setor” e a superação das dificuldades em termos de negociação internacional. O Secretário comprometera-se ainda com a causa de redução do custo de financiamento da agropecuária, bem como com o estímulo ao agricultor a fazer uso dos mecanismos existentes no mercado para eliminar os riscos de flutuações de preço. Além do esforço contínuo para a desoneração e simplificação fiscal do “setor”.

Já José Serra se disse solidário com a iniciativa do CBA. Criticou a dualidade entre agricultura empresarial e agricultura familiar: *“É uma só cadeia e os problemas são comuns, como a precariedade na infra-estrutura.”*

O governador chegou a falar de reforma agrária e afirmou ter a agricultura brasileira cumprido a função clássica do setor agrícola. Referiu-se ao fornecimento de alimentos:

“E, hoje reforma agrária, tal como se coloca, é muito mais um instrumento de natureza social do que econômica. De redistribuir renda. É uma forma cara, sem o mesmo significado do ponto de vista da oferta de alimentos, daquilo consumido pela população, que, no Brasil, tem sido satisfatório. A Agricultura tem sido capaz de atender a demanda interna, como liderado as nossas exportações” (Anais do 6º CBA, p.11)

Como de costume, as iniciativas do Estado de São Paulo em atender ao “setor” são destacadas. Entre elas a recuperação das estradas paulistas.

Serra finalizou enfatizando a necessidade não só de conquistar mercados externos, mas também de implementar uma *“[...]política agrícola clara e abrangente, para atender especificidades e segmentos considerados como um setor unificado, visando o equilíbrio do desenvolvimento regional e as estratégias macroeconômicas do país.”*

No primeiro painel – *Investimento em Produção e Comercialização* – temos a participação dos seguintes agentes:

Nome	Posição	Participação
Luiz Fernando Furlan	ex-Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Palestrante
Luis C. Guedes Pinto	Vice-Presidente de Agronegócios e Governo do Banco do Brasil	Moderador
Ivan Wedekin	Diretor de Agronegócios e Energia da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F)	Debatedor
Jackson Schneider	Presidente da ANFAVEA	Debatedor
José F. J. Junior	Vice-Presidente da COCAMAR Cooperativa Agroindustrial	Debatedor
Sérgio Barroso	Presidente da Cargill do Brasil	Debatedor

Iniciando os trabalhos, Luiz Furlan abordou quatro questões ligadas ao *Agronegócio*: 1) logística; 2) abertura comercial; 3) acordos bilaterais e; 4) agregação de valor e câmbio.

O ex-Ministro apontou um crescimento anual médio da produção e da exportação. Porém, admitiu que no caso do grão e do óleo de soja, a exportação cresceu mais do que a produção. Registrou ainda o que seria uma antiga reclamação do setor. Referiu-se aos gargalos em logística cujos custos impactariam a competitividade dos produtos do *Agronegócio*. Destaque para a matriz de transporte baseada em rodovia. Em termos de estrutura de custos logísticos, o transporte representaria 32%.

Furlan chamou atenção para a vantagem de produtos de valor agregado em termos de exportação. Estes sofreriam menos restrições do que as *commodities*.

A necessidade da diversificação de mercados, bem como o desenvolvimento de parcerias para a incorporação do mercado chinês – o qual incorporaria hábitos de consumo ocidentais facilmente – também foram defendidos. A própria expectativa de aumentar a participação da indústria de alimentos nas exportações agroindustriais igualmente foi apontada.

Luiz Furlan enfatizou ainda a necessidade de realização de acordos bilaterais como alternativa ao desgaste de acordos multilaterais. As dificuldades de se negociar somente em bloco foram reconhecidas.

A presença do setor privado nas iniciativas para melhorar a infra-estrutura foi enfatizada como condição para se agilizar os processos, bem como para a diluição de riscos.

O ex-Ministro finalizou destacando a importância de mudar a imagem do País: “[...]o Brasil tem uma imagem simpática, da trilogia samba, café e Pelé. Precisamos dar um salto para o país, da fronteira da biotecnologia e da inovação.” (Id., p.18)

Em seguida, Wedekin chamou atenção para o que seria característica comum aos elementos indicados por Furlan. Referiu-se à questão do gerenciamento do risco. Como exemplo, a própria agregação de valor.

Já Schneider concordou com a defesa dos acordos bilaterais como alternativa adicional de representação e de possibilidade de competir nos mercados de exportação. Os gargalos logísticos foram apontados como responsáveis pela perda de competitividade.

Uma vez mais foi demandado um organismo gestor específico no âmbito da Administração Pública Federal para a obtenção de respostas coordenadas, “[...]a ponto de estimular investimentos”.

Já José Jardim Jr. destacou a vistoria de propriedades por ONGs no sentido de verificar a Reserva Legal. E por último, Sérgio Barbosa ressaltou a questão tributária: “*Estamos refêns dos governos federal e estadual, na movimentação de mercadorias entre as unidades da Federação.*”

O segundo painel – *Cooperativismo* – foi estruturado da seguinte forma:

Nome	Posição	Participação
Roberto Rodrigues	Coordenador do GV-Agro/SP	Palestrante
Cristiano W Simon	Presidente da ANDEF	Moderador
Carlos A. Paulino da Costa	Presidente da COOXUPÉ	Debatedor
Dilvo Grolli	Presidente da Coopavel Cooperativa Agroindustrial	Debatedor
Luiz R. Baggio	Vice-Presidente da OCB	Debatedor
Marcos Montes	Presidente da Comissão da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados	Debatedor

Primeiro a falar, Roberto Rodrigues abordou a doutrina da qual se tornou um dos principais representantes. Nesse sentido, afirmou o cooperativismo como uma ideologia universal que visaria corrigir o social através do econômico. A doutrina seria “[...]um instrumento: uma sociedade de pessoas que presta serviços de interesse comum, sem buscar o lucro próprio.”

A relação entre democracia e cooperativismo foi ressaltada. Os governos democráticos perseguiriam os mesmos valores doutrinários do cooperativismo, na percepção do ex-Ministro.

Considerações que levaram Rodrigues a afirmar a necessidade de se “[...] buscar, nas sociedades constituídas nos diferentes países, instrumentos ou instituições regidas por uma doutrina e princípios que sejam uniformes mundialmente e dêem uma dimensão para além do interesse meramente comercial, na direção da sustentabilidade.” Nesse sentido, o Brasil poderia dar significativa contribuição com a proposta da ABAG de um só *Agronegócio*.

O papel da organização no desenvolvimento foi destacado. Nesse sentido, o cooperativismo teria muito a contribuir enquanto elemento organizador do nacional. A

cooperativa seria um instrumento de harmonização dos interesses e de nivelamento de objetivos. (Anais do 6ºCBA, p.21)

Importa mencionar que o ex-Ministro enfatizou o cooperativismo como um instrumento do regime vigente no país onde está inserido. O “*bom líder cooperativista*” seria aquele capaz de “*transformar o sonho de seus associados em um projeto de direção.*” (Id., p.22)

Roberto Rodrigues afirmou que 40% da humanidade estaria ligada ao cooperativismo. No Brasil a taxa seria de 13%. Fato que precisaria mudar. Seria necessário o aumento do número de associados ao cooperativismo.

Em seguida, Dilvo Grolli expôs os números do cooperativismo paranaense cuja receita corresponderia a 16% do PIB estadual. Grolli destacou a geração de conhecimento pelo cooperativismo. No Brasil, a participação do cooperativismo nas pesquisas sobre trigo representaria 36% e 26% na soja. O debatedor mencionou ainda a realização do Show Rural COOPAVEL – evento de tecnologia para os produtores rurais. Exemplo do que seria a vertente social do cooperativismo. (Id., p.24)

Na sequência, Carlos Alberto ressaltou o cooperativismo como meio e inserção dos produtores num mundo globalizado. Chamou atenção para a necessidade da cooperativa prestar mais serviços, remunerar o produtor e oferecer insumos ao mesmo. Enfim, dar condições de produção.

Em seguida, Luiz Baggio chamou atenção para o crescimento do cooperativismo no Brasil. Baggio afirmou um crescimento de 160% em termos de número de cooperados e 82% no volume de empregos diretos gerados. Destaque para a transferência de tecnologia para os cooperados a baixo custo. Baggio estabeleceu relação entre IDH positivo e cooperativismo: “*As cooperativas funcionam como uma espécie de cluster, como alavanca econômica, social, desenvolvimento e inclusão.*”

Por último, Marcos Montes chamou atenção para a crise de representatividade do legislativo e defendeu o cooperativismo como plano de Governo: “*Tudo que se fala do cooperativismo deveria ser praticado não pelas cooperativa, mas pelo próprio Governo, que busca realmente um crescimento sustentável igual em todo o país.*” (Id., p.25)

O terceiro painel – *Sustentabilidade* – seguiu o seguinte esquema de apresentação:

Nome	Posição	Participação
Ricardo Young Silva	Presidente do Instituto Ethos	Palestrante

Roberto Waack	Diretor da Amata Brasil	Moderador
Adalgiso Telles	Diretor de Comunicação Corporativa da Bunge	Debatedor
José de Menezes Berenguer Neto	Vice-Presidente do Banco ABN Amro Real	Debatedor
Mônika Bergamaschi	Diretora da ABAG	Debatedor
Ocimar Villela	Diretor de Meio Ambiente do Grupo Amaggi	Debatedor

Abrindo os trabalhos, Ricardo Young destacou o papel do *Agribusiness* na discussão sobre Sustentabilidade. Abordou ameaças e desafios na referida área. Desafios que seriam traduzidos pela concentração de terra e a mecanização acelerada. Fato que viria trazendo

[...]por um lado, especulação imobiliária e um processo fundiário injusto. A velocidade no êxodo rural sobrecarrega as cidades, sobretudo as pequenas e médias, nas regiões das fronteiras agrícolas. São cidades sem condições de receber e requalificar esse contingente populacional. Ao mesmo tempo, a mecanização requalifica a demanda de mão-de-obra e exige um novo perfil do trabalhador rural.(Id., p.28-29)

O palestrante citou como desafio ambiental a superutilização da terra e não só a expansão das regiões agrícolas sobre florestas e recursos hídricos: “*No cerrado, para cada quilo de grão produzido, há uma perda de 6 a 10 quilos de solo por erosão. A perda de solo aumenta a demanda por agroquímicos.*” (Id., p.29)

Young mencionou também a pressão das lavouras sobre a pecuária que acaba se interiorizando e gerando desmatamento. Logo, estaríamos diante de um sistema altamente entrópico.

Fatos aos quais se somariam pressões exercidas pelas barreiras aos produtos nacionais no mercado internacional, bem como a polêmica questão da fronteira agrícola e a repartição das terras agricultáveis entre as diversas culturas. Além da própria precarização da mão-de-obra.

Em termos de oportunidades e necessidades assinalou a capacitação da agricultura familiar e a percepção do fomento como alternativa sob o ponto de vista socioambiental e econômico uma vez que liberaria capital para investimento mais estratégico. Ricardo Young mencionou ainda a inserção de pequenos agricultores no mercado de agricultura orgânica.

Dando sequência às apresentações, Adalgiso Telles afirmou a nobreza da atividade agropecuária por sua busca em alimentar o mundo. Contudo, colocou a problemática de

como fazê-lo de forma responsável. Nesse sentido, defendeu o uso de fertilizantes por entender que os mesmos seriam nutrientes e elementos da composição do solo. Já em relação à mecanização, Telles apesar de reconhecer a liberação de postos de trabalho defendeu que o processo pode garantir a fixação do homem na terra através de programas de qualificação do trabalhador.

Já José Berenguer Neto destacou entre os desafios no “setor” a inserção e a competitividade do pequeno agricultor, bem como o treinamento da mão-de-obra e a capilaridade dos instrumentos de financiamento da agricultura. Chamou atenção ainda para a volatilidade do mercado. Enfim, apontou a falta de sustentabilidade nas operações financeiras para o tomador de pequeno porte: *“O risco é descarregado em investidores sem entendimento do risco. Precisamos trabalhar para evitar que isso aconteça.”*(loc.cit., p.32)

Na sequência, Mônica Bergamaschi falou da subjetividade do conceito de Sustentabilidade a qual traria dificuldades em trabalhar com o mesmo. Bergamaschi chegou a afirmar que as dimensões social e ambiental estariam ganhando maior peso em relação à econômica e criticou tal fato.

Em sua exposição questionou a relação entre produção intensiva e empobrecimento do solo. Em Ribeirão Preto a produção de cana apresentaria crescente produtividade, segundo a representante.

Bergamaschi criticou ainda o que seria (em seu entender) a falta de critério para a inserção das empresas na lista de empregadores autuados por trabalho análogo ao escravo. A disputa entre culturas e pecuária foi mencionada. Momento em que foi feito um alerta para a necessidade de entendimento. A falta deste daria *“munição”* para os críticos.

Fechando o bloco, Ocimar Villela chamou atenção para a importância da aproximação entre o Ethos e o sistema produtivo na ABAG. Destacou o trabalho do Instituto na área ambiental e propôs uma parceria para a elaboração de indicadores para a agricultura.

Villela defendeu que a mecanização gera postos de trabalho: *“A lavoura não é só emprego direto: é pneu, máquina, insumo, equipamento, plantadeira. Todos componentes dentro de uma agricultura industrial.”*(Id., p.33)

A necessidade de aproximação com as ONGs para a valorização da mata foi ressaltada: *“Na questão da Amazônia Legal, só existe baixo preço da terra quando tem mata em*

cima[...] E só tem posse da terra quando desmata. Uma fazenda toda de mata não é produtiva[...].”(Idem)

Ocimar Villela assinalou ainda o problema do desmatamento em época de valorização no mercado de produtos como a soja.

O quarto painel – *Agroenergia* – contou com as seguintes participações:

Nome	Posição	Participação
Gilberto Ribeiro de Carvalho	Gerente de Novos Negócios do Abastecimento Corporativo da Petrobras	Palestrante
Marcos S. Jank	Presidente da UNICA	Moderador
Carlos Roberto Silvestrin	Vice-Presidente Executivo da Associação Paulista de Cogeração de Energia (COGEN/SP)	Debatedor
José Carlos Toledo	Presidente da União dos Produtores de Bioenergia (UDOP)	Debatedor
José Zílio	Diretor da ALF International	Debatedor
Luiz Custódio Cotta Martins	Presidente do Sindicato de Indústria de Açúcar e Alcool de Minas Gerais (SINDAÇÚCAR MG/SIAMIG).	Debatedor

Iniciando os trabalhos, Gilberto Carvalho abordou o posicionamento estratégico da Petrobras em termos de desenvolvimento sustentável. Em relação aos biocombustíveis afirmou uma atuação global na comercialização e logística liderando a produção nacional de biodiesel e ampliando a participação no negócio do etanol. Destacou também a relação reserva/produção crescente de petróleo. Fato que daria certa vantagem em relação à concorrência.

Carvalho assinalou ainda o esforço da companhia em adequar a produção de biodiesel ao marco regulatório para integrar o produto à matriz energética nacional.

A logística para a exportação e produção do etanol também foi mencionada por Gilberto Ribeiro.

Em seguida, Carlos Silvestrin alertou para a necessidade de acelerar investimentos na área energética anunciado o desequilíbrio para o ciclo 2011 e 2012. Alguns paradigmas estariam sendo rompidos, as usinas estariam se transformando em empresas de energia e alimentos.

Silvestrin finalizou reclamando ajustes no marco regulatório para os empreendimentos em energia da biomassa.

Já José Toledo destacou o papel da UDOP no treinamento de recursos humanos destinados a atender a demanda criada pelas mudanças no sistema produtivo em função das modificações trazidas com a substituição da matriz energética.

Os investimentos de instituições como a EMBRAPA, CTBio e CTC foram considerados fundamentais para a competitividade. A luta pela redução de tarifas externas também foi ressaltada.

Em seguida, José Zílio comentou a evolução da Petrobras em relação à área dos biocombustíveis. Contudo, apontou alguns pontos de acerto. Nesse sentido, mencionou a existência de subprodutos de biodiesel sem mercado. Fato que criaria problemas para a regulação do biocombustível.

No mercado de etanol, Zílio sugeriu (ainda) que a companhia criasse uma terceira linha, voltada ao mercado interno, que seria a substituição de nafta para a produção de eteno, a partir do etanol.

Já Luiz Martins ressaltou a mudança de foco da Petrobras, de uma indústria petroleira para uma indústria de energia.

Marcos Jank fechou o bloco com considerações sobre conhecimento, comunicação e regulação.

Sobre o primeiro, justificou a retomada da discussão em torno de um conceito cinquentenário, da seguinte forma: *“É que é um marco importante para delimitar os sistemas integrados de produção de alimentos, bebidas, fibras e, talvez agora, agroenergia, bioeletricidade, química, etc.”*

Já os problemas de comunicação explicariam o falso debate em torno da distinção entre agricultura familiar e *Agronegócio*. Ou ainda, o mito da energia versus alimento.

Segundo Jank, a energia teria influência negativa sobre o preço dos alimentos caso a matriz energética fosse nacional. Contudo, se a matriz fosse global com matérias-primas eficientes, com melhor tecnologia, a ameaça se transformaria em oportunidade: *“O problema da comunicação é a falha do agronegócio”*, argumentou o representante do setor sucroenergético.

O quinto painel – *Visão Internacional: Um só Agronegócio* – teve as seguintes participações:

Nome	Posição	Participação
------	---------	--------------

Robert.L.Thompson	Professor da Universidade de Illinois (EUA)	Palestrante
Fabio Chaddad	Professor do IBMEC/SP	Palestrante
Ashok Gulati	Diretor do International Food Policy Research Institute (IFPRI Ásia)	Palestrante
Gilman Viana Rodrigues	Secretário de estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais	Moderador

Iniciando o painel, Robert Thompson abordou as oportunidades e tendências da globalização na agricultura. Nesse sentido, apontou a oportunidade dos mercados de países emergentes. O mercado de alta renda estaria encolhendo. As grandes oportunidades para expandir os mercados na área agrícola no futuro estariam no crescimento quantitativo e na receita da população.

Já nos mercados de países de maior renda haveria uma demanda crescente por proteção ambiental e preservação das áreas florestais. Paralelamente, mais áreas seriam destinadas à produção de biocombustíveis. Fato que criaria oportunidade para outros países exportarem.

Diante da possibilidade de que no mundo 12% da terra agricultável poderia ser utilizada na produção, Thompson reforçou a necessidade do aumento da produtividade.

O problema da racionalidade do uso da água também foi mencionado. O gasto do recurso na agricultura se daria sem incentivo para um uso com eficiência. A urbanização também constituiu outro fator apontado como preocupante.

Entre os significativos mercados importadores, Robert Thompson assinalou: Ásia, África e Oriente Médio. Uma maior fração da produção de alimentos passaria cada vez mais pelo comércio exterior. A questão dos subsídios em oposição a competitividade dos países em desenvolvimento também foi mencionada.

Já Fábio Chaddad focou no comércio Sul/Sul e entre países da América do Sul e do Sudeste Asiático. De tal forma, o crescimento do comércio agrícola mundial, a crescente participação de países em desenvolvimento, o aumento dos preços de *commodities* agrícolas, os insucessos da Rodada de Doha e o persistente protecionismo agrícola foram temas abordados.

Em seguida, Ashok Gulati destacou o mercado asiático em termos de desafios e oportunidades. A Ásia estaria crescendo em ritmo acelerado com ênfase no consumo de valor agregado: “*Mesmo na categoria de consumidores pobres, que ganham menos de US\$ 1 por*

dia, os padrões de consumo mudaram dramaticamente. A produção precisa responder. O prato vai dirigir o arado.” (Id., p.49)

Finalizando, Gilman Rodrigues focou nas negociações internacionais e criticou o Mercosul por impedir que países membros façam acordos bilaterais, isoladamente, sem no entanto, ser funcional em fechar os acordos bi-laterais.

O último painel do evento – *Brasil: um só agronegócio* – teve as seguintes participações:

Nome	Posição	Participação
Eduardo Giannetti	Professor IBMEC/SP	Palestrante
Carlo Lovatelli	Presidente da BAG	Moderador
Luiz C. Coorrêa Carvalho	Diretor da Usina Alto Alegre	Moderador

Abrindo os trabalhos, Eduardo Giannetti expôs o impacto da economia global sobre o desempenho do setor de *Agronegócio*. Para tanto, destacou o crescimento mundial em função da revolução tecnológica e da incorporação da Ásia ao mercado global. Fato positivo uma vez que geraria aumento da demanda por matérias-primas, energias alternativas e *commodities* da cadeia alimentar.

Contudo, assinalou o que seria um sério obstáculo ao referido desempenho. Referiu-se à crise financeira: “*Nenhum país está imune aos efeitos da crise financeira. A economia é um sistema de vasos comunicantes. Os canais são comércio, finanças, expectativas, câmbio, juros e a incerteza.*” Consideração seguida pela afirmação do *Agronegócio* enquanto fator de primeira ordem na melhoria de nossa capacidade em absorver choques externos.

O palestrante chamou atenção também para a necessidade de se cuidar do que seriam dois problemas em termos de crescimento: o chamado group up fiscal e o obscurantismo tecnológico.

A diversificação das fontes de crédito para o *Agronegócio*, bem como a crescente pressão externa em relação à sustentabilidade ambiental da produção foram questões igualmente mencionadas. Em relação à última delas, Giannetti sugeriu: “*Como sociedade, vamos reagir a essa onda de pressão, unidos e com a mensagem coordenada, setor privado e público[...]*Uma luta de informação e de desinformação precisa ser desfeita.” (Id., p.54)

O evento foi encerrado por Carlo Lovatelli que destacou a necessidade de que a metodologia do processo de certificação partisse do consenso normativo dos próprios

produtores. E mais, seria necessário investir em comunicação e na valorização da imagem do “setor”.

Considerando a energia como o fator de maior importância para o desenvolvimento sustentado, o esforço da ABAG em seu Comitê de Agroenergia não deixou de ser mencionado em oposição à descentralização das entidades de classe que faria sentir a falta de trabalhos reforçados comuns.

Lovatelli afirmou existirem as soluções tanto no que diz respeito aos gargalos do *Agronegócio*, bem como para a substituição da matriz energética. Em sua visão o que faltaria seria boa vontade, melhor alocação e gestão de recursos, mais organização e comprometimento público e privado.

Ao lado de Carlo Lovatelli encerraram o evento os seguintes agentes: Ivan Ramalho, Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Carlos Melles, Deputado Federal; Eduardo Giannetti, Professor do IBMEC/SP; Criistiano W. Simon e Luiz Carlos C. Carvalho, Vice-Presidentes da ABAG.

Em sua sétima versão – *Agronegócio e Sustentabilidade* – temos pela primeira vez a temática da Sustentabilidade como foco da agenda de um CBA. Realizado em 2008, o evento contou com a presença de importantes ONGs. Marcaram presença a Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA) e o Greenpeace, na figura do coordenador da campanha *Amazônia*. Importa observar que a aproximação entre ONGs e patronato rural tem sido justificada pelo que seria um esforço no sentido de construção de novos modelos de gestão do *business* em torno da agricultura.

Contudo, não se deve ignorar a diversidade das frentes de atuação dos referidos grupos cujo produto tem sido situações as mais diversas em termos de alianças. A título de exemplo, as diferentes campanhas do próprio Greenpeace. Ao mesmo tempo em que a ONG participa da Moratória da Soja também executa uma campanha contra os OGMs. Segundo os organizadores desta:

A introdução de transgênicos na natureza expõe nossa biodiversidade a sérios riscos, como a perda ou alteração do patrimônio genético de nossas plantas e sementes e o aumento dramático no uso de agrotóxicos. Além disso, ela torna a agricultura e os agricultores reféns de poucas empresas que detêm a tecnologia, e põe em risco a saúde de agricultores e consumidores. O Greenpeace defende um modelo de agricultura

baseado na biodiversidade agrícola e que não se utilize de produtos tóxicos, por entender que só assim teremos agricultura para sempre.

Posição que levou a organização a se juntar à rede de atores da Campanha *Por Um Brasil Livre de Transgênicos*. Questão polêmica, a temática dos transgênicos tornou-se símbolo dos limites do consenso. Gabriela Vuolo – coordenadora da Campanha de *Engenharia Genética (Transgênico)* com quem conversei – chega a enfatizar a resistência da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) em realizar sessões abertas. As principais votações tenderiam a ocorrer de portas fechadas. E mais, Vuolo chama atenção para a presença marcante de representantes do *Sistema*. Fato observado pela ONG que solicita autorização para que seus coordenadores possam acompanhar as discussões e transmití-las, ao vivo, via *streaming* pelo próprio site do Greenpeace.

A ONG chega a enviar para a CTNBio diversos pareceres técnicos de organizações internacionais e de decisões oficiais opostos à comercialização de OGMs. Ao lado de diversas organizações da sociedade civil – AAO, AS-PTA, IDEC, MST, Via Campesina, Terra de Direitos entre outras – elaborou o paper intitulado *MP 327: A Política do Fato Consumado na Biossegurança* com o qual criticou a medida provisória que regulamentou o cultivo de transgênicos nas zonas de amortecimento das Unidades de Conservação.

A mobilização em torno da temática envolve (igualmente) a elaboração de documentos enviados ao Executivo. Em 09.03.07, uma carta assinada por 85 associações, 81 deputados federais e 6 senadores foi enviada ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo foi solicitar o veto presidencial aos artigos 3 e 4 do PLV 29/2006. Artigos que tratariam da redução do quorum necessário para a liberação comercial de transgênicos pela CTNBio e da anistia aos fazendeiros que plantaram sementes “*contrabandeadas*” de algodão transgênico (safra 2006).

Voltemos à cerimônia de abertura do 7º CBA a qual foi marcada pela fala de representantes políticos. Vejamos a tabela abaixo:

Nome	Posição	Participação
Carlo Lovatelli	Presidente da ABAG	Palestrante
Valdir Colatto	Deputado Federal e Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária da Câmara dos Deputados	Palestrante
Marcos Montes	Deputado Federal, representante da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados	Palestrante
Neuto de Conto	Senador e Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal	Palestrante

João de Almeida Sampaio Filho	Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo	Palestrante
Reinhold Stephanes	Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Palestrante
Roberto Rodrigues	Coordenador do GV-Agro/SP	Palestrante

Abrindo os trabalhos, Valdir Colatto chamou atenção para a necessidade de se ajudar o agricultor e pecuarista – “[...]ponto inicial da cadeia do Agronegócio”. Nesse sentido, se daria a atuação da Frente Parlamentar. Colatto chamou atenção para o fato de que as soluções dos problemas levantados pelo “setor” residiria na política. E alertou: *“Quem não gosta de política, será mandado por quem gosta.”*

Em seguida, Marcos Montes enfatizou a necessidade de se caminhar na direção apontada pelo 6ºCBA de que *Agronegócio* é um só negócio cuja potencialização exigiria a união entre agentes: *“Precisamos sair desse Congresso, de fundamental importância, num caminho único de união, entre parlamentares, empresários, secretários estaduais da agricultura e outros mais, para dar passos importantes.”* (Id., p.12)

Já Neuto de Conto exaltou o valor nacional do *Agronegócio* e fez quatro referências: 1) recomposição das dívidas na agricultura que estaria em discussão no Senado; 2) Seguro Agrícola cuja forma mais segura seria o Governo participar do custo da apólice; 3) Plano de Safra para a safra de 2008/09 que seria o maior até então e; 4) criação de uma área estratégica na produção de insumos e de fertilizantes para a agricultura.

Em seguida, João de Almeida deu visibilidade as medidas do governo paulista em benefício do *Agronegócio* na área da Sustentabilidade. E ponderou:

Sustentabilidade é a grande oportunidade que se apresenta nesse momento. Até pouco tempo atrás, achávamos que ela era um grande problema[...]Temos uma lição de casa muito grande para fazer. Quem não liderar será liderado. Isso cabe a nós, agentes do desenvolvimento rural e do agronegócio brasileiro. Trabalharmos unidos para liderar esse processo em todos os aspectos, caminhar com consistência e regularidade. (Anais do 7ºCBA, p.12, grifo meu)

Por fim, Reinhold Stephanes elogiou a agenda da ABAG de incentivar a interação entre Ministérios. Estudo realizado pelo MAPA sobre as áreas de reservas existentes foi mencionado pelo Ministro que assinalou a disponibilidade do referido mapeamento para os trabalhos do 8ºCBA.

Baseando-se em tal estudo, Stephanes alertou: “*Estamos com 70% da área brasileira congelada. Tenho medo de extinção da área agricultável do Brasil.*”(Id., p.13)

Após a cerimônia de abertura ocorreu uma palestra intitulada *Sustentabilidade* a qual reuniu Cristiano W. Simon (como âncora); Jacques Marcovitch (Professor/USP); Eduardo D. Assad (Chefe Geral da EMBRAPA Informática Agropecuária) e Hilton S. Pinto (Diretor Associado do CEPAGRI/UNICAMP) como palestrantes.

Iniciando as exposições, Jacques Marcovitch chamou atenção para a reverência ao trinômio educação, inovação e geração de riqueza. Marcovitch relacionou o foco na redução da emissão de gases à linha de ação, tanto na questão da convenção do clima, como da biodiversidade nas metas do milênio.

O pesquisador chegou a afirmar: “*Brasil é a sustentabilidade*” . Como exemplo citou as experiências na área de Agroenergia.

As iniciativas do empresariado na área da *Sustentabilidade* foram ressaltadas uma vez que demonstrariam “[...]que é possível fazer, reconciliando o econômico e o ambiental.” Agenda da qual cinco pontos foram listados: 1) atuar no melhoramento genético de sementes e mudas para resistir as variabilidades climáticas, além de monitorar o impacto das mudanças climáticas na produção agrícola; 2) priorizar a reconciliação, em termos de biocombustíveis, do econômico, ambiental, social e cultural; 3) estudar os mecanismos de retroalimentação entre vegetação e clima; 4) identificar as tecnologias de melhor desempenho disponíveis em setores específicos e; 5) agir com as melhores tecnologias disponíveis para redução das emissões. (Id., p.14-15)

Em seguida, Hilton Pinto e Eduardo Assad apresentaram o estudo *Aquecimento Global e Cenários Futuros da Agricultura Brasileira* (EMBRAPA/UNICAMP). Primeiro a falar, Pinto chamou atenção para o fato de que a apresentação de cenários futuros sobre o que pode ocorrer na agricultura baseia-se em dadas ações no presente. Fato que significaria que mudadas as referidas ações, as projeções sofreriam alteração.

O estudo teria como objetivo avaliar as mudanças climáticas para o zoneamento de risco climático no Brasil, o impacto econômico financeiro do aumento da temperatura e propor ações de adaptação e mitigação do problema no futuro.

Eduardo Assad ao dar continuidade às considerações sobre os resultados da referida pesquisa, ressaltou a necessidade de adaptação levando em conta as projeções de aumento

da temperatura com sérias consequências para as culturas nacionais. Como exemplo citou o impacto sobre a cultura do algodão cuja produção seria inviabilizada em 500 dos atuais municípios em que a cultura é desenvolvida. Na ausência de ações emergenciais, uma nova geografia da produção seria esperada. (Anais do 7°CBA, p.16)

Investimentos em pesquisas de adaptação de cultivares para as regiões de alterações mais significativas foram recomendados. O plantio direto, a extinção das queimadas e do desmatamento constituíram recomendações expressas enquanto ações de mitigação de emissão. A adoção de sistemas agrosilvopastoris também foi defendida.

A ideia principal seria concentrar soluções pela biotecnologia, segundo os pesquisadores.

Fechando os trabalhos, Cristiano Simon reconheceu a gravidade da situação consideradas as informações divulgadas pelo estudo sobre aquecimento global e cenário agrícola futuro. Contudo, afirmou a possibilidade de amenizar as consequências mencionadas. Nesse sentido, em nome da ABAG, enumerou o que seriam medidas fundamentais a serem tomadas por governantes brasileiros em termos de alocação de recursos oficiais. Destaque para as seguintes áreas: 1) melhoramento genético e ecofisiologia das plantas; 2) adaptabilidade de plantas a novos ambientes; 3) estudos de desenvolvimentos de modelos matemáticos de mudanças climáticas; 4) financiamento e; 5) seguro rural para agricultores que utilizem plantio integrado. (Id., p.18)

O primeiro painel – *Agronegócio e Sustentabilidade* – contou com a seguinte estrutura organizacional:

Nome	Posição	Participação
Augusto Nunes	Jornalista	Moderador
Rubens Gomes	Secretário Executivo da Oficina Escola de Lutheria da Amazônia-OELA	Palestrante
Paulo Adário	Coordenador da Campanha Amazônia do Greenpeace	Palestrante
Homero Pereira	Deputado Federal	Palestrante

Iniciando as apresentações, Rubens Gomes destacou o momento de alianças entre forças antagônicas: *“Há algum tempo, um militante de esquerda certamente não estaria sendo convidado por um setor produtivo. No entanto, percebo que as crises e as mudanças propiciaram formas e possibilidades de aliar forças.”* Gomes mencionou o fato de ter sido convidado para falar da experiência sobre o aspecto social para negócios sustentáveis. Nesse sentido,

lembrou que o FSC (Forest Stewardship Council) no Brasil contaria com um modelo que trabalha na perspectiva do econômico, social e ambiental, com efeitos positivos. Afirmou que qualquer setor da economia que quisesse trilhar para a Sustentabilidade deveria ter como base princípios como os da obediência à legislação e adequação aos critérios de certificação.

O segundo expositor foi Paulo Adário que também considerou sobre a aliança entre empresariado e ONGs. Mudança que se explicaria pela maior consciência do “setor” empresarial com as questões ambientais: *“A moratória da soja parece um exemplo[...]O fato dos senhores estarem aqui e a minha oportunidade de falar sobre sustentabilidade também.”*

Adário defendeu a relação entre desmatamento e elevação dos preços das culturas de exportação. A pecuária também foi responsabilizada: *“A análise das curvas de preço de soja e carne mostra: quando seus preços diminuem, o desmatamento cai, e vice-versa.”*

A campanha do Presidente da República pelos biocombustíveis foi questionada: *“O Presidente Lula tem sido uma espécie de caixeiro viajante dos agrocombustíveis[...]Ele assegura aos consumidores internacionais de que a produção de agrocombustíveis não contribuirá para o desmatamento[...]Mas, com a expansão da cana para onde vai o boi, que não voa?”*(Anais do 7ºCBA, p.21)

O ambientalista mencionou que, segundo ecologistas, o Brasil seria o quarto maior emissor de gases do efeito estufa. Emissão que viria em sua maioria do desmatamento e das queimadas. Destaque para a defesa do combate ao desmatamento como maneira mais fácil de resolver o problema das emissões globais.

Paulo Adário encerrou sua exposição com uma frase atribuída a Gandhi: *“[...] ‘tem dois dias só que a gente não pode fazer nada, é o ontem e o amanhã, hoje a gente pode.’ Temos de nos unir no esforço de parar o desmatamento, a grande contribuição que o Brasil pode dar para evitar os sinais da mudança climática.”* (Id., p.22)

Já Homero Pires destacou o desafio de produzir com Sustentabilidade. O deputado afirmou o Brasil como grande player da produção de alimentos. Segundo Pires, teríamos optado por um modelo sustentável de produzir em harmonia com o meio ambiente.

O político também alertou para a fragilidade de uma competitividade dependente de um modelo de transporte como o nacional cujos custos com frete chegariam a ser 206% maior do que um concorrente. Pires mencionou ainda a insegurança institucional com o Código Florestal. Considerada a realidade dos fatos, defendeu a união de forças na

formação de um pacto entre o social, o ambiental e o econômico para o alcance da Sustentabilidade.

O segundo painel – *Sustentabilidade e Ambiente Institucional* – teve a seguinte organização:

Nome	Posição	Participação
Paulo H. Amorim	Jornalista	Moderador
Roberto Waack	Presidente do Conselho Consultivo do ARES	Palestrante
Assuero Veronez	Presidente da Comissão de Meio Ambiente da CNA	Palestrante
Virgílio Viana	Diretor Geral da Fundação Amazonas Sustentável-FAS	Palestrante

Atenção para o espaço destino ao ARES. Mais do que participar das discussões sobre Sustentabilidade e *Agronegócio*, seu representante vem para esclarecer sobre o ambiente institucional considerado o novo paradigma de Sustentabilidade nas cadeias produtivas.

Nesse sentido, abrindo o painel, Roberto Waack abordou a questão das competências e as iniciativas do mundo empresarial no sentido do investimento responsável. Destacou o papel das ONGs enquanto fontes de conhecimento no campo da Sustentabilidade. Contudo, afirmou que a liderança do processo pertenceria ao mundo empresarial: *“Na América Latina, as lideranças empresariais têm o papel de levar essa discussão para frente. Os governos não terão um papel preponderante no estabelecimento desses novos padrões.”*(Anais do 7°CBA, p.24)

Waack também destacou a importância dos critérios avaliativos para a produção, bem como das matrizes de oportunidades e riscos para avaliar tais critérios. O administrador-biólogo chegou a enumerá-las: 1) governança corporativa; 2) gestão de riscos e de cadeias de valor; 3) capacidade de report e eco-design, serviço, gestão e; 4) performance ambiental e engajamento com stakeholders.

Waack afirmou a existência de recursos da ordem de US\$ 15 trilhões para serem alocados em investimentos responsáveis. Os princípios que norteariam os maiores investidores institucionais seriam: 1) incorporação de questões sociais, ambientais e de governança; 2) competências gerenciais voltadas para a questão social e ambiental; 3) stakeholders e shareholders ativos; 4) direitos de voto nas questões sócio-ambientais e de governança e; 5) visão de longo prazo e transparência.

O representante encerrou reafirmando a necessidade do mundo dos negócios incorporar a relação com as ONGs. Estaria aberto um caminho de oportunidades para o *Agronegócio*.

Em seguida, Assuero Veronez enfatizou o ambiente de insegurança jurídica. Referiu-se ao desrespeito ao direito de propriedade materializado no processo de relativização considerados determinados marcos regulatórios como a função social da terra, as implementações de zoneamento econômico-ecológico e o Código Florestal entre outros. E mais, Veronez afirmou que as fronteiras brasileiras com outros países estariam com blindagem geoeconômica.

O Decreto nº 6321 o qual estabeleceu as áreas de proteção e o impedimento de desmatar a Amazônia Legal foi veementemente criticado. Durante sua exposição, Veronez alertou, ainda, para o que seria uma sequência de “[...]normas baixadas pelo poder executivo, muitas delas inconstitucionais” as quais começariam “[...]a se estender para o resto do Brasil.” E completou que o Decreto nº 6321 mereceria “[...]uma ação enérgica da classe produtora rural e das entidades.” (Id., p.26)

O representante encerrou sua exposição em tom de alerta: “*O desenvolvimento sustentável, da forma que está colocado hoje, é uma farsa. Esse tripé não está funcionando, há uma descompensação. O vértice ambiental ganhou muita força e está desproporcional ao econômico e ao social.*”

O último a falar foi Virgílio Viana. Viana sugeriu que no lugar “[...]da farsa do desenvolvimento sustentável[...]” se pense a *Sustentabilidade* como um desafio a alcançar. O êxito dependeria do estabelecimento de um compromisso político em reduzir o desmatamento. A redução do desmatamento poderia ser associada ao crescimento econômico. Exemplo seria o Estado do Amazonas.

Na sequência, Viana chamou atenção para a relação entre deslocamento de fronteira agrícola e deslocamento do eixo da infra-estrutura de logística. Questão que envolveria pensar como melhorar a logística sem gerar mais degradação. Virgílio Viana defendeu, ainda, uma maior importância das ferrovias e rodovias na matriz de transportes nacional. Contudo, focou nas ferrovias cujos custos poderiam ser cobertos com créditos de carbono associados à redução do desmatamento. Viana associou rodovia a desmatamento. Relação que não ocorreria com a ferrovia.

Ao concluir, destacou que a defesa da Amazônia não deveria ser encarada como um ônus e sim, como um bônus:

Se nós criarmos o mecanismo do agronegócio brasileiro, de financiar a conservação da Amazônia, poderíamos dar vários golpes de uma cajadada só. Sair da posição de vilão para de mocinho, ser o salvador da pátria. Manter, de forma inteligente, o fluxo de água em pé e funcionando. (Anais do 7º CBA, p.28)

Antecedendo o terceiro painel, pausa para a homenagem à EMBRAPA. Silvio Crestana, Presidente da empresa, participa da cerimônia. Momento em que ocorreu também a premiação “Personalidade do Agronegócio 2008”. Roberto Rodrigues entrega o troféu a Shunji Nishimura, fundador do Grupo Jacto.

O terceiro painel – *Agroenergia e Sustentabilidade* – trouxe os seguintes expositores:

Nome	Posição	Participante
Sonia Racy	Jornalista	Moderador
Paulo Del Caro S. Canabrava	Consultor de Negócios do Abastecimento da Petrobras	Palestrante
Marcello Brito	Diretor Comercial do Grupo Agropalm	Palestrante
Weber Porto	Presidente da Evonik Degussa Brasil	Palestrante
Carlos R. Silvestrin	Consultor da ÚNICA	Palestrante
Luiz C.C.Carvalho	Presidente do Comitê Nacional de Agroenergia da ABAG, CNA, Força Sindical, OCB e SRB	Palestrante

Paulo Canabrava iniciou os trabalhos e abordou os biocombustíveis com destaque para o etanol uma vez que seu enfoque foi mercado externo. Em relação ao biodiesel afirmou o crescimento localmente, no mercado interno, com exportações pontuais de oportunidades.

Destaque para o fato de que 80% do etanol sairia da América do Sul e do Norte, em particular dos EUA e do Brasil. Juntos, os referido países seriam responsáveis por 74% da produção. E mais, devido a perspectiva de crescimento da produção nacional, bem como ao peso desse combustível em nossa matriz, Canabrava defendeu a necessidade de abertura de novos mercados.

Enfim, o biocombustível exigiria intervenção política forte. Nesse sentido, o representante confirmou a continuidade dos investimentos da Petrobras para beneficiamento da área. Inclusive a colaboração para melhorar a condição de exportação do Porto de Santos.

Paulo Canabrava assinalou ainda investimentos na Hidrovia Tietê-Paraná e um projeto que levaria um duto de Paranaguá até o interior do Mato Grosso. Logística que teria como objetivo atender as áreas mais produtivas de etanol. Iniciativas às quais se somaria o Programa de Expansão e Renovação da Frota de navios da empresa. Pouco mais de 50 % da frota seria renovada.

Entre os pontos mais importantes para a consolidação do Brasil como grande exportador estariam: a eliminação dos gargalos em infra-estrutura e a montagem de um núcleo de especificação comum para o etanol tornar-se uma *commodity*.

Já Marcello Brito chamou atenção para a necessidade de se enfrentar com seriedade os constrangimentos socioambientais das cadeias produtivas. Ressaltou a existência de iniciativas organizadoras das mesmas com ênfase na sustentabilidade social, ambiental e econômica. Nesse sentido, assinalou: Palma (Roundtable on Sustainable Palm Oil-RSPO); Biocombustíveis (Roundtable on Sustainable Biofuels-RSB); Soja (Roundtable for Responsible Soy-RTRS); Madeira (Forestry Stewardship Council (FSC), Algodão (Better Cotton Dialogue) entre outras. (Id., p.35)

Brito também defendeu a necessidade de reformar o Programa Nacional de Biodiesel: “*Os cuidados sócio-ambientais devem estar à frente de todo e qualquer projeto.*”

Em seguida, Weber Porto abordou a relação entre o setor químico e o *Agronegócio*. De tal forma, mencionou o que seria um programa mundial da indústria química denominado *Responsible Care* para conduzir e ditar normas de comportamento ao setor, em particular em relação ao meio ambiente. No Brasil, o referido programa seria promovido pela ABIQUIM (Associação Brasileira de Indústria Química).

Na sequência, Carlos Silvestrin destacou a Agroenergia como o novo paradigma da matriz energética e a bioeletricidade como sua matriz. Afirmou que ao lado da crescente demanda por energia, teríamos escassez de “[...] *empreendimentos com bons atributos para uma maior oferta*”. Por outro lado, a bioeletricidade estaria disponível em projetos de menor escala, com maior velocidade de implementação, balanço ambiental positivo entre outros.

O último a se apresentar foi Luiz Carvalho. Carvalho alertou para a necessidade de políticas públicas para que a agroenergia cumpra o seu papel na mudança da matriz energética. As dificuldades no processo de substituição se daria em função da inadequação

de tais políticas. As variações regionais do ICMS são citadas como exemplo da referida inadequação.

Carvalho também destacou a parceria entre o Governo e o setor privado. Ao primeiro caberia a não intervenção e uma adequada regulação com mais estímulo à competitividade. Ao segundo caberia estabelecer alianças para a construção de uma sinergia adequada ao que seria uma nova geopolítica de energia: *“Isso explica o fato da ABAG ter criado o Comitê Nacional de Agroenergia, com instituições que abraçam a questão da agricultura, indústria, cooperativismo e trabalho. Sem todos juntos, não chegaremos a lugar algum.”* (Idem, p.40)

Após o referido painel, seguiram-se três palestras sobre *Sustentabilidade* e Relações Internacionais. Os expositores foram: André Corrêa do Lago, diretor do Departamento de Energia do Ministério das Relações Exteriores; Marcos S. Jank, presidente da ÚNICA e José Eustachio, vice-presidente da Talent. Já Ingo Plöger, diretor da ABAG, foi âncora.

Abrindo os trabalhos, Lago destacou as disputas em torno da Sustentabilidade e afirmou ter a mesma duas questões-chave: 1) o desenvolvimento do presente sem interferência no desenvolvimento das gerações futuras e; 2) a sustentabilidade teria três pilares: o ambiental, o econômico e o social.

Contudo, o uso destas questões-chave variaria ao sabor das conjunturas e interesses:

A inclusão do social e do econômico, como resultado de um esforço grande dos países em desenvolvimento, no Rio de Janeiro, tem conseqüências interessantes. Com relação aos biocombustíveis, os países desenvolvidos só se referiram aos dois pilares da sustentabilidade que lhes consideram favoráveis: o ambiental e o social. (Id., p.42)

O palestrante criticou a ideologização da discussão em torno dos biocombustíveis. Não haveria um órgão legítimo das Nações Unidas para cuidar do tema da energia, segundo o mesmo.

Destaque para o papel do Itamaraty na discussão internacional sobre os biocombustíveis no intuito de conduzir a mesma na direção adequada. O foco da palestra foi chamar atenção para a priorização da dimensão econômica da Sustentabilidade: *“Na sustentabilidade existem prioridades. Quando abordamos o desenvolvimento sustentado, reforçamos que não há sustentabilidade se não houver a formatação econômica na frente. Em segundo lugar, o social, porque é o mandato da criação. Em terceiro, o ambiental.”* (Id., p.44) A

exposição de Lago traduz, claramente, a hierarquização das dimensões da Sustentabilidade, segundo o patronato rural.

As exposições de Marcos Jank e José Eustachio tiveram como objetivo apresentar a campanha nacional do setor sucroenergético. Nesse sentido, Jank explicou a ampliação no designativo do setor: *“Falamos em sucroenergético, porque hoje é açúcar, etanol e eletricidade, então não é mais só alcooleiro.”* (Anais do 7°CBA, p.44)

O objetivo da empreitada seria a valorização do etanol dando visibilidade ao conjunto de valores do mesmo. Segundo Eustachio, a marca etanol seria *“[...]um veículo de comunicação, que vai permitir, dependendo do momento, agregar componentes para passar os valores colocados de modernidade: responsabilidade social, geração de emprego e melhora da performance do automóvel.”* (Id., p.45)

No quarto e último painel – *Sustentabilidade no Agronegócio: Ameaças ou Oportunidades?* – tivemos a seguinte estrutura de apresentação:

Nome	Posição	Participação
William Waack	Jornalista	Moderador
Carlos H. de B. Cruz	Diretor Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP	Palestrante
André Nassar	Diretor Geral do ICONE	Palestrante
Evaristo Eduardo de Miranda	Chefe Geral da EMBRAPA	Palestrante
Michael Conroy	Diretor da Colibri Consulting	Palestrante

Abrindo as apresentações, Carlos Cruz abordou a problemática da inovação e da *Sustentabilidade*. Partindo da premissa da agricultura *“[...]como uma luta constante entre forças da biodiversidade natural e a necessidade de produzir alimento numa situação cada vez mais intensiva”* destacou a necessidade de se entender o referido processo na garantia dos ganhos de produtividade. Processo no qual ganharia fundamental importância a inovação.

Cruz chamou atenção, ainda, para as discussões sobre bioenergia. A lógica européia seria a oposição entre bionergia e produção de alimentos. Daí a necessidade de se produzir no Brasil trabalhos científicos sobre a *Sustentabilidade do Agronegócio*: *“Somos vítimas de artigos científicos, nos quais os dados sobre o Brasil são estimados e levam as conclusões contrárias ao nosso interesse. Depois de publicado vira uma confusão para explicar que não é daquele jeito.”* (Id., p.47)

Em seguida, André Nassar abordou a questão da mudança no uso da terra e certificação. Destaque para a questão econômica, traduzida no uso da terra. Nassar chamou atenção para a necessidade de se entender as variáveis econômicas e de rentabilidade ao projetar as necessidades da produção e da pecuária para melhor definir como a terra será utilizada.

O representante do ICONE defendeu um cenário de expansão da agricultura em cima da área de pasto: *“A área de pasto perdida não ficará degradada eternamente, alguma coisa será incorporada da agricultura.”*

A discussão sobre o uso da terra teria sua força num contexto de escassez do recurso frente à demanda crescente de alimentos e à necessidade de mudança da matriz energética com a alternativa dos biocombustíveis. A pressão de certificação pela inclusão da mudança do uso da terra no cálculo do ciclo de carbono também foi mencionada.

André Nassar apontou a necessidade de se produzir dados sobre a quantidade de áreas degradadas conversíveis para agricultura, bem como o cálculo da quantidade de terra que as culturas necessitarão. A necessidade de se manter a estabilidade do rebanho também foi assinalada para que a pecuária não represente força desmatadora.

Enfim, Nassar enfatizou a necessidade de se calcular a terra disponível e a terra demandada para depois se pensar em seu uso.

Já Evaristo de Miranda abordou o alcance territorial da legislação ambiental. Miranda afirmou a falta de governança territorial. Teríamos uma ilegalidade total da agricultura com o referido marco regulatório: *“A Legislação desconhece o histórico de ocupação das terras. Estamos diante da inviabilidade de uma agricultura sustentável na Amazônia, no sudeste e cada vez mais no resto do Brasil.”*

Último expositor, Michael Conroy considerou sobre a prática das corporações e a revolução científica. Segundo Conroy, esta decorreria de forças tais como as campanhas de mercado organizadas pelas ONGs enquanto mecanismo de mudanças de práticas corporativas e os mercados construídos por consumidores demandantes de produtos eticamente certificados.

Contexto em que as marcas se tornariam componentes significativos do valor capitalizado das corporações globais: *“Em algumas delas, o valor das marcas supera toda as suas operações materiais. A proporção do valor capitalizado da Tiffany, atribuída só à marca, é de 77%, na McDonald’s 71%, na Ford 71%, na Coca-Cola 64%.”* (Id., p.51) Aspecto fundamental

nos negócios uma vez que as marcas constituem o componente mais fraco a ser capitalizado: *“Qualquer história nova, seja positiva ou negativa, tem um impacto na marca. Não há jeito de controlar os impactos e os riscos para a marca.”* Contudo, tentativa próxima seria a própria certificação: *“Os sistemas de certificação são os instrumentos mais impressionantes para proteger contra os riscos reputacionais, por causa de problemas na cadeia de suprimento.”* O expositor lembrou a expectativa do *Fair Trade* chegar naquele ano de 2008 a US\$ 4,5 bilhões.

Para concluir, vale mencionar fato ocorrido na cerimônia de encerramento. Carlo Lovatelli afirmou: *“Agronegócio é sustentável e sustenta a árvore do Brail.”* Em seguida, trocou o “e” do painel – *Agronegócio e Sustentabilidade* – por um “é”. Substituição com a qual formou o título do 8º CBA – *Agronegócio é Sustentabilidade*. O evento ocorreu em agosto de 2009.

2.2.4 Fórum ABAG

Iniciativa datada de 2004 cuja ideia é atribuída a Carlo Lovatelli, os Fóruns ABAG ocorrem durante uma espécie de “café da manhã”. Momento no qual são apresentadas e discutidas questões (durante 2/3 horas) relacionadas à construção de sinergias necessárias ao desenvolvimento sustentado do *Agribusiness*. Ocasão em que se organiza a discussão em torno das prioridades do Agronegócio, bem como o próprio *lobby*. Fato explícito na própria constituição das mesas de trabalho dos referidos eventos os quais reúnem agentes cuja posição social os legitima enquanto interlocutores. Nesse sentido, segundo o presidente da Associação Brasileira de Agribusiness, o evento serviria para reunir *“[...] com frequência amigos do agronegócio brasileiro para debater temas de interesse premente.”*

Considerando o período de 2004 a 2008, apresento uma espécie de clipping dos fóruns realizados destacando quatro temáticas cujas interfaces com a competitividade – base da sustentabilidade econômica do *Agronegócio* – foram reafirmadas pelos *stakeholders* que deram o tom dos referidos eventos. Refiro-me à Infra-estrutura e Logística (com parêntese para as Parcerias Público-Privadas); à Taxa de Câmbio; à Reforma Tributária e; à Normalização – regras de produção e acesso ao mercado. Realidade traduzida nos títulos

dos eventos: *PPP's - Parcerias Público-Privadas* (novembro de 2004); *O Impacto do Câmbio no Agronegócio* (março de 2005); *Infra-estrutura e Logística no Agronegócio* (julho de 2005); *Sanidade Vegetal e Animal no Brasil* (setembro de 2005); *Propostas do Agronegócio para os candidatos à Presidência da República* (março de 2006); *Sustentabilidade* (setembro de 2006); *Agroenergia* (dezembro de 2006); *Propostas do Agronegócio* (junho de 2007); *Certificação do Agronegócio* (outubro de 2007); *Barreiras Técnicas de Comércio e Sustentabilidade* (março de 2008); *Reforma Tributária e Impactos no Agronegócio* (maio de 2008); *Agroenergia e Sustentabilidade* (outubro de 2008) e *Conjuntura Econômica e o Agronegócio* (dezembro de 2008).

Do primeiro evento participaram os seguintes agentes:

Nome	Posição	Participação
Elizabeth Cechin	Coordenadora da Unidade de PPP do Estado de São Paulo	Palestrante
José Carlos Siqueira	Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás	Palestrante
Valdir Raupp	Senador da República e Relator do Projeto de PPP	Palestrante
Carlo Lovatelli	Presidente da ABAG	Palestrante
Leonardo Vilela	Deputado Federal e Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados	Palestrante
Antonio Duarte Nogueira	Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento de São Paulo	Palestrante
Luiz A. Pinazza	Diretor do Instituto de Estudos da ABAG	Mediador
Alexandre Abbud	Diretor Executivo da ABAG	Palestrante

Lovatelli abriu as discussões agradecendo o “*carinho*” com a Associação, bem como com a temática em foco cuja relevância residiria no próprio contexto em que se dava o evento. Referiu-se ao Projeto de Lei nº 2.546 de 2003 o qual teria dado origem ao substitutivo nº 10/2004.¹⁴³ O anfitrião identificou as bases da discussão: Infra-Estrutura, Custo de Produção, Investimentos e Marcos Regulatórios. Temos a explicitação das diretrizes para o que deveria ser a reflexão em termos das PPP's, segundo a Associação.

¹⁴³ No Brasil o projeto da parceria público-privada foi implementado pelo Governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2004. Cf. Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004 – publicada no D.O.U. em 31/12/2004 – a qual instituiu normas gerais para licitação e contratação de parcerias público-privadas (PPP's) no âmbito da administração pública. Entende-se pela referida parceria uma forma de provisão de infra-estruturas e serviços públicos em que o parceiro privado é responsável pela elaboração do projeto, financiamento, construção e operação de ativos, que posteriormente são transferidos à União, Estados ou Municípios. O setor público torna-se parceiro na medida em que ele é comprador, no todo ou em parte, do serviço disponibilizado. O controle do contrato passa a ser por meio de indicadores relacionados ao desempenho na prestação do serviço, e não mais ao controle físico-financeiro da obra.

O presidente da ABAG apresentou dados do que seria a evolução do *Agronegócio* durante os anos de 1990. Informações que identificariam um dos motivos da queda da participação nas cadeias produtivas depois da porteira. A falta de investimento em infraestrutura – onde se incluiria a logística de armazenagem, transportes e portos – foi também mencionada. O crescimento das cadeias antes, dentro e depois da porteira, cairia nos elos finais e ficaria abaixo da evolução do PIB nacional. Realidade em que considerando a falta de recursos para “*aportar inversões*”, o então Projeto de Lei das PPP’s “*se bem organizado e implementado, poderia ajudar a homogeneizar esta relação.*” (Anais do 1º Fórum ABAG, p.4)

Para discutir a questão dos custos de produção, Carlo Lavatelli usou o exemplo da soja recorrendo à análise comparativa entre Estados Unidos, Mato Grosso, Campo Mourão e Argentina. Destaque para a diferença de custos: “*A nossa competitividade é absoluta no campo e só. No momento que levamos a produção para qualquer lugar perdemos muito. É a deficiência pós-porteira.*” Realidade em que a PPP seria fundamental. Lovatelli alertou para a proporção continental do Brasil a qual seria responsável por extensos percursos para o produto percorrer até completar seu destino. O contrário ocorreria na Argentina em que “[...] *a oleaginosa está perto, 200 a 300 quilômetros das grandes fábricas e da costa para embarque nos navios.*”

Em relação à terceira ideia força, Lovatelli defendeu uma taxa de investimentos ideal de 25% do PIB. Já no que diz respeito à quarta e última ideia força, defendeu a criação de marcos regulatórios como as PPP’s e a Lei de Biossegurança. Marcos através dos quais se dariam as condições ideais para atrair investimentos estrangeiros.

Em seguida, Fábio Meirelles¹⁴⁴ fez um aparte e reafirmou a necessidade de uma política de paz para o “setor” produtivo. Logo, uma política para unificar os interesses comuns das cadeias produtivas. Este seria um ponto de referência para abrir o debate, em sua opinião.

Dando sequência aos trabalhos, Elizabeth Cechin chamou atenção para a importância do evento não só para discutir questões específicas do *Agronegócio* como também para refletir sobre a discussão em torno da legislação federal. E afirmou:

A PPP é mais um instrumento para resolver as questões colocadas pelo setor. Uma alternativa a outros instrumentos, além da concessão,

¹⁴⁴ Não se identifica o referido agente nos anais. Parece que Meirelles era um dos ouvintes e reprovou o foco de Lovatelli na cadeia da soja.

privatização e permissão. A PPP é na realidade, um ponto a mais da reestruturação do papel do Estado.
(Anais do 1º Fórum ABAG, p.7)

A apresentação de Cechin se fez no sentido de informar quais os usos pelo “setor” do referido instrumento e de como o mesmo estaria sendo implementado na cidade de São Paulo. Nesse sentido, esclareceu:

O processo de PPP vai desde o momento que discutimos o setor, até o momento da licitação e da transferência à iniciativa privada. O estado pode caminhar, tratar dos projetos e sair da estaca zero e no momento em que a legislação federal estiver aprovada já teríamos identificado os projetos e o instrumento melhor para atender a cada problema. Temos de dar esse passo. (Id.)

E mais, a palestrante reforçou a PPP como poderoso meio de direção das mudanças:

Precisamos de procedimentos para aprovação dos projetos. O projeto pode nascer tanto no setor público quanto no privado. É um grande avanço na legislação de PPP. Se o setor público conhece alguns projetos e pode até identificar os gargalos, é o setor privado que dirá as questões a serem resolvidas[...]Se o ponto principal é transporte e logística, não vamos aguardar o setor público apresentar uma relação de projetos, mas sim levar a ele questões e propostas. A nova lei de PPP permite isso. (Id.,grifo meu)

Cechin chamou atenção, ainda, para o fato de todas as decisões de infra-estrutura passarem pela articulação entre as três esferas do governo – União, Estado e Município. Fato que a fez alertar para a “ingenuidade” de se pensar que a questão se resolveria apenas com Lei Federal.

Em seguida, José Carlos Siqueira apresentou a atuação do governo goiano no estabelecimento de PPP’s. O referido governo viria tendo como premissa constituir a atividade empresarial competência da iniciativa privada, cabendo ao Estado o papel de fomentá-la. Siqueira destaca que o *Agronegócio* representaria mais de 37% do PIB do Estado de Goiás e que encontraria na logística de armazenagem e distribuição o seu maior gargalo demandando investimentos urgentes. O processo de Parceria Público-Privada se daria no sentido de verticalizar a produção.

Na visão do político, embora fosse possível trabalhar e planejar a PPP, a não aprovação e vigência da Lei Federal gerava problemas. Nesse sentido, José Siqueira

ponderou: “*Nos Estados de São Paulo e de Goiás, com legislações em vigor, já é possível contratar PPP na nova modalidade, mas é pouco factível porque não haverá interesse da iniciativa privada. Faltam marcos regulatórios confiáveis, garantia contratual e projetos economicamente viáveis.*”(Anais do 1º Fórum ABAG, p.9)

Enfim, a morosidade na apreciação do Projeto de Lei de PPP pelo Congresso Nacional é criticada. A PPP seria fundamental nos investimentos necessários para superar os gargalos existentes. Siqueira chegou a afirmar que se dependesse exclusivamente dos recursos públicos, a superação dos problemas de infra-estrutura iria demorar e a economia nacional se complicaria cada vez mais:

O nível de competitividade da produção nacional sofre cada vez mais uma deterioração muito grande. Temos um custo de logística 50% maior do que o custo de logística dos Estados Unidos. Mas 40% maior do que da Argentina ou do Chile. Isso é um negócio que deve preocupar profundamente o setor produtivo, mas deve preocupar também o Congresso Nacional.(Anais do 1º Fórum ABAG, p.10)

Já Leonardo Vilela chamou atenção para o limite de se garantir a eficiência do Agronegócio brasileiro apenas com a competência do produtor. Destacou as PPP's como instrumentos importantes para atenuar os problemas de logística e de infra-estrutura. Os investimentos privados possibilitariam alcançar um outro grau de competitividade. Fato que geraria um aquecimento econômico e aumento de produção com repercussão em todos os setores da economia. E afirmou constituir o Congresso Nacional um fórum político dependente do clima político existente no País. Fato que interferiria no andamento das discussões e nas votações, faria “*parte do jogo democrático.*”

O político ressaltou sua preocupação com o nível dos investimentos públicos. Esse seria o grande dilema do Brasil. De um lado, a necessidade de fazer superávit primário e de outro, realizar investimentos. Assim, a saída seria permitir o investimento privado em áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico do País. O deputado afirmou que com um investimento privado o qual remunerasse os investidores e ao mesmo tempo permitisse ao Brasil continuar crescendo resolver-se-ia os problemas do excesso de endividamento e de perda da capacidade de investimento pelo Estado Brasileiro nos seus três níveis.

Após Vilela, Valdir Raupp justificou a demora do Congresso Nacional em decidir sobre a nova lei em função do receio de ferir leis como a Lei de Licitações e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Comentando as idas e vindas do processo, apontou o entendimento

entre PFL, PSDB e o bloco do governo, além do direcionamento do projeto para a comissão interior da justiça para análise da parte constitucional, de juridicidade e constitucionalidade. Pelo entendimento a aprovação se daria no ano de 2005 ou início de 2006.

Encerrando o evento, Carlo Lovatelli reforçou a preocupação com a falta de investimentos em infra-estrutura do Agronegócio: *“Nos últimos quatro a cinco anos a velocidade média de um caminhão de transporte de granel caiu 40% nesse país. As transportadoras têm que investir 40% mais em caminhões para levar a mesma carga do mesmo ponto A para o mesmo ponto B. Um encarecimento via frete.”* Realidade em que ferramentas como as PPP’s seriam fundamentais, segundo Lovatelli. O representante do Agronegócio chegou a afirmar: *“Conhecemos grupos e consórcios com US\$ 100 milhões disponíveis para investir, por exemplo, no Porto de Santos, em terminais novos e que aguardam aprovação para fazer esse investimento. E esse é apenas um exemplo de muitos outros.”* (Anais do 1º Fórum ABAG, p.20)

Ao se despedir de seus pares, o referido agente reforçou a promessa de reunir *“[...] com frequência amigos do agronegócio brasileiro para debater temas de interesse premente”*.

O segundo Fórum ABAG ocorreu em março de 2005 e se deu sob o título *O Impacto do Câmbio no Agronegócio*. Sua estrutura de apresentação foi a seguinte:

Nome	Posição	Participação
Carlo Lovatelli	Presidente da ABAG	Mediador
Arnim Lore	Consultor de empresas e ex-diretor do Banco Central	Palestrante
Emilio Garofalo Filho	Consultor de empresas	Palestrante
Rogério Calderón	Vice-Presidente administrativo financeiro da BUNGE Fertilizantes	Palestrante

Iniciando os trabalhos, Arnim Lore falou sobre a evolução histórica do referido sistema no Brasil com destaque para o processo de monopolização do câmbio por parte do Estado. Ressaltou, ainda, a necessidade de organização para propor ao Congresso mudanças na legislação referente ao tema. Já Emilio Garofalo Filho defendeu a criação de *hedge* e as correlações possíveis como alternativas às flutuações de câmbio. (Anais do 2º Fórum ABAG, p.4-9)

Em seguida, Rogério Calderón abordou a influência do câmbio na formação de preços dos insumos agrícolas lembrando ser o “setor” exportador em termos de valor líquido. Grande parte dos insumos seria importada. (Anais do 2º Fórum ABAG, p.10)

Durante o debate, Arnim Lore defendeu a ideia de comércio hidramático – sem câmbio, cada um pagando e recebendo na moeda de sua preferência. Dinâmica que introduziria uma nova cultura de comércio sem dependência do dólar. (Idem, p.13) A afirmação de Lore ao fim do debate resumiu a tônica do evento: “*Enquanto a produção, a qualidade e o empresário estão em 2005, as regras estão nos anos 70, 60 e até nos anos 30, no que diz respeito à exportação especificamente.*” (Id., p.17)

Em julho do mesmo ano ocorreu o terceiro evento sob o título *Infra-estrutura e Logística no Agronegócio*. Temática ressaltada como uma das prioridades do *Agronegócio* num contexto de implementação das PPP’s, bem como para a redução de custos e garantia de competitividade.

O evento contou com as seguintes participações:

Nome	Posição	Participação
Carlo Lovaelli	Presidente da ABAG	Moderador
Elias David Nigri	Presidente da Associação Nacional dos Transportes Ferroviários-ANTF e Presidente da Brasil Ferrovias	Palestrante
Othon D’Eça Cals Abreu	Presidente do Grupo Kepler Weber Logística de Armazenagem	Palestrante
Paulo Protásio	Presidente da Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Carga - ANUT	Palestrante

Lovatelli, em discurso de apresentação, chamou atenção para a modernização dos marcos regulatórios e sua relação como a modernização das instituições nacionais. Elias David Nigri defendeu investimentos no transporte ferroviário como melhor alternativa para o escoamento da produção agrícola. Considerando a matriz de transporte nacional e os 24% da estrutura ferroviária na constituição da mesma, Nigri afirmou constituir o *Agronegócio* o segundo maior “*produto*” transportado pelas ferrovias apresentando o maior potencial de crescimento.

Sem seguida, o representante chamou atenção para o fato de que o desenvolvimento do transporte ferroviário precisaria de uma visão logística e de ações integradas para sustentar um crescimento no longo prazo: “*A cadeia de produção vai desde crédito para produção agrícola, tecnologia, alienação de barreiras e subsídios. Passa também por armazenagem, transbordo, estradas de acesso aos terminais, etc.*”

Nigri finalizou, sua apresentação, enfatizando o momento propício para o desenvolvimento do setor ferroviário com as concessionárias tendendo seus programas para a renovação da frota e tecnologia de informação. Afirmou constituir meta da ANTF e Brasil

Ferrovias, em parceria com a ABAG, alcançar o mesmo padrão de produtividade para dentro da porteira. (Anais do 3º Fórum ABAG, p.7)

Já Othon D’Eça Cals Abreu destacou a importância da armazenagem no processo de logística. Identificando a estratégia do *Agronegócio* “nacional” de aumentar a produção e reduzir os custos para atingir a competitividade enumerou o que seriam as fases do processo de expansão do “setor”. A primeira delas (correção do solo) já estaria superada pelo desenvolvimento e entrada no país das principais indústrias de fertilizantes. A segunda trataria da modernização das máquinas a qual se daria pelo Moderfrota. A terceira seria a própria logística com destaque para o déficit em armazenagem e transporte. Empregando dados da Conab, Abreu destacou o ano de 2000 como o ano inicial do déficit da capacidade estática em relação à produção. Nesse sentido, ressaltou a importância de investimentos no “setor” considerando os riscos de perda da competitividade do *Agronegócio*. Em 2004, o Brasil teria um gargalo logístico de 15,4 milhões de toneladas e déficit estático de 2,2 milhões de toneladas. Já para o cenário de 2015/16:

[...] temos as previsões de safra e de exportação de grãos. O gargalo de 4,6 milhões de toneladas corresponde a um déficit dinâmico anual de 15,4 milhões de toneladas ou déficit estático de 2,2 milhões de toneladas (7 tombos por ano). Se mantivermos nessa proporção, um crescimento médio anual de 5%, a necessidade de armazenagem nos portos será de 560 mil toneladas/ano. (Anais do 3º Fórum ABAG, p.12)

O executivo citou como exemplos das melhorias necessárias na infra-estrutura o aumento na capacidade de movimentação dos principais portos, a conclusão da Ferronorte, saídas para o Pacífico e integração hidrovias-ferrovia-rodovia, além de ligação ferroviária, rodoviária e hidrovias para os principais pólos produtivos.

Paulo Protásio reforçou o coro da importância da logística para a competitividade. Dois desafios foram destacados: estancar o custo logístico e retroceder o mesmo para patamares internacionais. Protásio enfatizou também o fato de passar a ação da competitividade por uma aliança institucional entre governo, empresariado e sociedade em geral:

Tem que ser uma ação pública-privada. A sociedade entra porque tem que perceber os nossos valores. Não adianta fazer investimento no

processo de armazenagem, na ferrovia, no quadro rodoviários da recuperação, se não tiver, por parte da sociedade, a percepção de que isso se encerra diante da sua própria questão de cidadania. É para sua sustentação. (Anais do 3º Fórum ABAG, p.18)

Assim, repete-se a defesa da necessidade de serem as ações reconhecidas como essenciais ao bem comum. Trabalho de convencimento cuja importância é inquestionável, considerada a soma de recursos demandados pelo “setor”. Protásio também chegou a alertar para a necessidade de R\$ 15 bilhões para ampliar e recuperar a capacidade dos corredores de transporte. Demanda cuja solução exigiria alianças entre Governo e setor privado frente a incapacidade daquele de geração, destinação e alocação adequada de recursos. Mencionou ainda que setores do Ministério dos Transportes e Ministério do Planejamento sustentariam que a capacidade máxima que o Estado conseguiria executar variaria entre R\$ 2,5 a 3 bilhões por ano. Sendo assim, Paulo Protásio afirmou:

Se a matriz é inadequada, há uma falta de intermodalidade e interoperabilidade declarada, os orçamentos são comprimidos, há uma baixa na capacidade de investimento em relação ao Estado, crise fiscal, regulação incipiente, sistema viário deteriorado e falta de gestão profissionalizada, a nossa ação seria convergência para que isso mudasse. (Id., p.19)

Para tanto, quatro pontos foram mencionados. O primeiro foi a articulação com o governo e o Poder Legislativo, com ênfase na implantação de um fórum onde a solução pudesse ocorrer: “*Se o Ministro da Fazenda não senta ao lado do Ministro do Transporte, não há como conduzir a ação orçamentária. Temos de juntar com a Abag e fazer o caminho crítico*”. O segundo ponto envolveria o aporte de recursos para que essa execução fosse feita. Com o referido fórum se estabeleceriam relações de prioridades em nível de um interesse nacional. Já o terceiro seria a busca por um ambiente concorrencial ferroviário com a dinamização total das hidrovias e da cabotagem. O quarto e último ponto seria ampliar o uso da tecnologia da comunicação e da informação para promover “[...]a descolagem do mundo caótico em que tomamos nossas decisões de planejamento, para um mundo ideal aonde isso venha a ocorrer.”

O quarto Fórum ABAG – *Sanidade Vegetal e Animal no Brasil* – realizado também em 2005 (setembro), teve os seguintes palestrantes:

Nome	Posição	Participação
------	---------	--------------

Carlo Lovatelli	Presidente da ABAG	Moderador
Peter Ahlgrimm	ANDEF	Palestrante
Emílio Carlos Salani	SINDAN	Palestrante
Gabriel Alves Maciel	Secretário de Defesa Agropecuária do MAPA	Palestrante

Abrindo os trabalhos, Peter Ahlgrimm destacou a importância da Lei 7.802 (1989) para assegurar o crescimento sustentável do País. Afirmou que a indústria estaria fazendo sua parte em relação à questão. O problema seria de fundo organizacional. Fatores como os diferentes órgãos envolvidos na regulamentação, a existência de uma infra-estrutura carente de recursos humanos e financeiros associada à decisões demoradas são apontados. A solução estaria na criação de uma Agência Nacional de Registros com a participação de técnicos da área da saúde, agricultura e meio ambiente.

Em seguida, Emílio Salani destacou o problema da febre aftosa e a escassez de medidas para proteção do patrimônio genético do Brasil, além de regulação da produção e recursos. A solução residiria no comprometimento de toda a cadeia produtiva e das escalas de Governo.

Já Gabriel Maciel tratou das iniciativas nas áreas vegetal e animal destacando a liberação de R\$ 37 milhões pelo Ministério do Planejamento. Ato atribuído ao *“longo trabalho e esforço”* de Roberto Rodrigues.

Destaque entre os referidos eventos, o quinto deles (março de 2006) serviu para discutir um conjunto de propostas enviadas aos candidatos ao mandato presidencial referente ao período 2007-2010. Propostas que deram origem ao documento intitulado *Propostas do Agronegócio para os candidatos à Presidência da República* o qual após o evento seria enviado para as entidades de classe para que fosse objeto de análise. Sua versão final seria complementada e aprovada em plenária do 5º CBA (2006). Fato ocorrido, como já assinalado.

No momento, vale repetir as questões enumeradas pela Associação como prioridades considerando a competitividade do *Agronegócio*. Foram elas: 1) Dotação Orçamentária do MAPA; 2) Crédito e Endividamento Rural; 3) Seguro Rural; 4) Tributação; 5) Parceria Público Privada e Custo Brasil; 6) Segurança Fundiária; 7) Marketing e Venda de Produtos; 8) Contratos nas Cadeias Produtivas; 9) Negociação Internacional; 10) Normas e Certificações; 11) Sustentabilidade; 12) Defesa Sanitária; 13)

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; 14) Agroenergia e; 15) Montagem Institucional. Cabe lembrar que a ABAG reconhece na eleição de tais questões elemento facilitador da própria unidade do discurso. Na verdade, a Associação recorre a uma espécie de consenso existente entre suas bases.

O documento ainda apresentou o que seria o cenário até 2015 com projeções da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) e da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) para a produção de grãos, carnes e agricultura energética. Considerando um horizonte de curto prazo, com base no movimento cíclico da produção de grãos, uma análise do que seria uma reversão no quadro de crescimento do período de 1999 a 2004, ante uma fase de retração em 2005 e 2006 foi apresentada. As agências teriam indicado também as oportunidades nacionais frente ao mercado internacional caracterizado como favorável ao *Agronegócio*. Realidade em que seria necessário criar uma “*massa crítica*” focando no que seria a vocação histórica do Brasil enquanto celeiro de alimentos e produtor de combustível a partir da biomassa.

Cabe reforçar o conteúdo de duas das questões eleitas como prioridades para o “setor” dada a importância que ocupam na estratégia de crescimento e desenvolvimento sustentável baseada em um modelo de aprimoramento da administração do *Agronegócio* cujo pilar seria a articulação de ações públicas e privadas. Falo da questão da Segurança Fundiária e da *Sustentabilidade*.

Em sucinto tópico destinado à primeira problemática, a ideia do Estado enquanto garantidor do direito de propriedade e da “*paz no campo*” – necessária para atrair investimentos produtivos – é reforçada. O trecho transcrito deixa bem clara a posição da Associação em relação à Reforma Agrária:

O modelo de reforma agrária deve focar a capacidade de produção, a fixação da mão-de-obra e não a distribuição de terras. O objetivo é estimular a emancipação econômica, com geração de renda, empregos e oportunidades. Uma alternativa é a criação de programas de financiamento para a compra de glebas que priorizem o indivíduo com vocação para trabalhar no campo. A experiência baseada em arrendamento, ocorrida no Triângulo Mineiro, pode ser o embrião para a modernização das políticas fundiárias. Tradicional na pecuária extrativista, a região se transformou num rico pólo produtor de grãos, a partir da união de interesses comuns entre proprietários de terras e mão-de-obra com experiência na lida agropecuária. Um modelo de parceria empresarial. Quando o assentado paga o direito de uso da terra com o

valor da sua produção, os programas de reforma agrária podem dar bons resultados. Neste formato, aplicado com êxito em países do sudeste asiático, o assentado recebe orientação do que produzir, com base em estudos de viabilidade econômica. À medida que cumpre sua meta de produção, o assentado abate do preço da terra o valor produzido. (Anais do 5º Fórum ABAG, p.9)

Em relação à bandeira da Sustentabilidade, a Associação tem exata noção de seu valor para o fortalecimento da imagem do “setor”. Nesse sentido, destaca a sensibilidade da opinião pública, principalmente a partir dos anos de 1990 com a Rio-92, em relação à mesma. Daí resgatar o *Triple Botton Line* no qual a Sustentabilidade agregaria as variáveis ambiental, social e econômica das cadeias produtivas. A Sustentabilidade seria “[...] *uma ferramenta de redução de riscos e agregação de valor sob a ótica das empresas e processos relativos aos agronegócios.*” (Id., p.11)

Enfatiza-se que o aprimoramento em termos de Sustentabilidade exigiria a análise dos marcos regulatórios existentes para cuja contestação são empregados argumentos como o direito de propriedade, a irretroatividade das leis etc. A Constituição Federal é lembrada para se afirmar que o ônus da preservação não cairia somente sobre o produtor, mas também sobre a sociedade. O Zoneamento Ecológico e Econômico é defendido para definir as áreas de ocupação, exploração, preservação e recomposição. Destaque para o fato de requerer a questão tratamento emergencial dado os riscos oferecidos ao setor primário pelas “*inconsistências*” legais. (Id., p.12)

Atenção ainda para a necessidade de criação de um *Índice de Sustentabilidade (IS)* através do qual se validaria a tecnologia empregada no uso da terra e na agropecuária. Iniciativa desenvolvida pela EMBRAPA junto com o MAPA em parceria com entidades entre as quais a própria ABAG.

O sexto fórum realizado em setembro de 2006 – *Sustentabilidade* – teve como grande novidade o anúncio do projeto de um Instituto para o Agronegócio Responsável (o qual foi lançado em setembro de 2007) cujo presidente do Conselho Consultivo seria Roberto Waack que definiu Sustentabilidade como “[...] *um compromisso ético entre a geração atual e a futura e um fim que justifica um caminho.*” Além de Waack, Jacques Marcovitch também

palestrou. Para Marcovitch seria necessário expandir o conceito de Sustentabilidade na formação dos jovens acadêmicos.¹⁴⁵

O evento seguinte aconteceu em dezembro do mesmo ano tendo como temática a *Agroenergia*. À mesa de trabalhos os seguintes participantes:

Nome	Posição	Participação
Carlo Lovatelli	Presidente da ABAG e da Câmara de Oleaginosas e Biodiesel/MAPA	Palestrante
Luiz Carlos Corrêa Carvalho	Vice- Presidente da ABAG e Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Álcool do COSAGRO/MAPA	Palestrante
Paulo Tarso Costa	Gerente de Comércio do Álcool e Oxigenados da PETROBRAS	Palestrante
Henry J. Junior	Presidente da Comissão de Energia e Meio Ambiente da Associação Nacional dos Produtores de Veículos Automotores/ ANFAVEA e Diretor da Volkswagen	Palestrante
Mônika Bergamaschi	Diretora da ABAG nacional e ABAG/RP	Moderadora

Luiz Carvalho abriu os trabalhos abordando a temática do álcool combustível com destaque para a mudança na geografia da cana-de açúcar. São Paulo, Mato Grosso e Rio de Janeiro cederiam espaço para o Pará, Mato Grosso do Sul e Goiás em termos de unidade de produção. Carvalho assinalou ainda o que seria um novo crescimento do Norte e Nordeste e um novo ciclo positivo com a agricultura diversificada para fazer energia. Para o vice-presidente da Associação, “[...]o agronegócio é um negócio de alimentos e energia.” (Anais do 7º Fórum ABAG, p.6) E mais, o executivo chamou atenção também para um cenário de sinergia forte entre agriculturas onde se poderia imaginar a “[...]cana-de-açúcar consorciada com grãos e oleaginosas”.

Já Paulo Costa abordou a questão dos biocombustíveis e sua influência no Globo. Possíveis consumidores do etanol misturado à gasolina foram identificados. Nesses sentido, Costa mencionou: EUA, Japão, Índia e China. O trabalho com as misturas de etanol seria preocupação universal com destaque para o Brasil (E-20-25), os EUA (E-10), Suécia (E-5), França (E-8) e Índia (E-5). Entre os quatro grandes produtores foram identificados: EUA, Brasil, China e Índia. O mundo estaria saindo da dependência do petróleo e entrando na dependência do etanol, enfatizou o representante.

Paulo Costa chegou a mencionar o processo de gestões diplomáticas para derrubar barreiras alfandegárias, bem como o trabalho entre Petrobras e Venezuela em torno da integração energética da América do Sul. A necessidade de investimentos em infra-

¹⁴⁵ Ver *15 Anos Abag. Uma história de realizações em benefício do agronegócio brasileiro*. SP: ABAG, 2008, p.24. Não foi possível, infelizmente, recuperar os Anais deste Fórum ABAG.

estrutura foi enfatizada. Destaque para construção de oleodutos para transportar combustíveis, bem como de investimentos na rede hidroviária.

Já Henry Junior abordou a relação entre indústria automobilística e Agroenergia. O palestrante apresentou considerações sobre estimativas de frota e de venda de veículos flex, além do rendimento e tributos no que diz respeito à referida categoria de veículo. Como limitações ao uso do etanol em novos mercados identificou as seguintes barreiras: situação da frota, disponibilidade de etanol combustível, capacidade produtiva própria de outro combustível e tecnologia veiculares compatíveis.

Junior destacou ainda as perspectivas no mercado para o etanol: crescente interesse internacional, aumento do preço do petróleo viabilizando a produção do produto e incentivos do Banco Mundial para a produção de biocombustível. Contudo, chamou atenção para o fato do biodiesel ter que atender a demanda por um produto compatível com a qualidade do diesel e da tecnologia de motores adequada aos limites de emissões.

Carlo Lovatelli encerrou o encontro falando sobre a situação do biodiesel no Brasil. Assim, abordou o que seriam as estratégias de Governo, a disponibilidade de matérias primas, aspectos econômicos e o biodiesel enquanto estratégia para o setor da soja.

Em junho de 2007, novo encontro se realizou. O 8º Fórum – *Propostas do Agronegócio* – ocorreu na Câmara dos Deputados e teve forte presença de autoridades do Senado e da Câmara, além da participação de associados da ABAG.

O evento nos dá um dos mais claros exemplos de organização do *lobby* classista. São resgatadas as propostas do *Agronegócio* encaminhadas aos presidentiáveis no ano de 2006. As referidas demandas são (novamente) apresentadas e debatidas entre os agentes que constituem a rede do Agronegócio só que agora na própria Câmara dos Deputados.

A mesa de trabalho foi composta pelos seguintes agentes:

Nomes	Posição	Participação
Marcos Montes	Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados	Palestrante
Edílson Guimarães	Secretário de Política Agrícola/MAPA	Palestrante
Paulo Manoel L.C. Protásio	Presidente da ANUT	Palestrante
Carlo Lovatelli	Presidente da ABAG	Moderador

Montes deu início ao evento destacando a formação de um grupo de trabalho constituído por agentes do Ministério da Fazenda, Tesouro Nacional, Ministério da

Agricultura, da Comissão de Agricultura, CNA e OCB. O deputado reafirmou o comprometimento da Comissão de Agricultura com a causa do *Agronegócio*: “*Temos grandes parlamentares para fazer com que esse setor continue sendo a alavanca do País.*” Já Lovatelli repetiu as demandas contidas no documento apresentado aos presidentes em 2006 destacando as como questões-chave por representarem medidas necessárias ao desenvolvimento sustentável do *Agronegócio*, de modo a assegurar o abastecimento interno e a inserção competitiva na economia global. Para tanto, enumerou: o planejamento estratégico para as políticas públicas, o arcabouço legal para a segurança dos investimentos e a elaboração de marcos regulatórios e transparência.

Protásio abordou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) definido como “[...] *um programa estruturante e organizador de ações novas e velhas para reverter a percepção de inoperância governamental diante do baixo crescimento da economia nacional.*” O palestrante mencionou as metas físicas da infra-estrutura logística de 2007-2010 registrando ainda a priorização das rodovias cuja maior parte dos investimentos continuaria sendo público. Paulo Protásio lembrou que embora os investimentos do PAC estejam alocados em boa parte em áreas prioritárias para o *Agronegócio*, as demandas do “setor” não teriam sido totalmente atendidas. O *Agronegócio* não teria sido contemplado com medidas específicas e precisaria de maiores investimentos para atingir sua competitividade logística frente aos concorrentes mundiais.

Já Guimarães apresentou considerações sobre o Plano Agrícola e Pecuário, Seguro Rural e Comercialização Agrícola. Destacou o desafio da redução do custo do financiamento à agricultura por meio do aumento da quantidade de taxas de juros controlada. O próprio objetivo do *Projeto Rural* seria o fortalecimento da classe média rural – produtores situados entre o Pronaf e a agricultura comercial. Em relação ao Seguro Rural enfatizou a necessidade de resseguradoras e a formação de profissionais para atuarem na área.

O 9º Fórum (outubro de 2007) – *Certificação do Agronegócio* – teve os seguintes expositores:

Nome	Posição	Participação
Carlo Lovatelli	Presidente da ABAG	Moderador
Alfredo Lobo	Diretor de Qualidade do Instituto de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial/INMETRO	Palestrante
Eugenio Guilherme Tolstoy de Simone	Diretor de Normalização da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)	Palestrante

Reinaldo D. Ferraz de Souza	Coordenador Geral de Serviços Tecnológicos do Ministério de Ciência e Tecnologia/ MCT	Palestrante
-----------------------------	---	-------------

Abrindo os trabalhos, Alfredo Lobo apresentou as principais atividades do Inmetro, bem como o foco de atuação da agência na competitividade. Abordou ainda questões ligadas à gestão e organização, além dos conceitos de avaliação da conformidade.

Em seguida, Eugenio de Simone falou sobre a normalização e o *Agronegócio* num contexto internacional de queda das barreiras políticas e competição crescente. A redução do ciclo de vida dos produtos/serviços, os objetivos da normalização e seus níveis também foram tratados.

Já Reinaldo de Souza finalizou com palestra sobre o que seria a cadeia da conformidade no *Agronegócio* e seus aspectos conceituais. Identificou como pilares de Sustentabilidade do *Agronegócio*: Segurança de Alimentos, Sanidade Vegetal, Qualidade do Produto, Qualidade Ambiental e Qualidade Social. Apresentou ainda a matriz dos documentos normativos aplicada ao “setor” e os três grandes desafios postos: aumento da restrição (redução do limite de resíduos), aumento da complexidade (requisitos de auditoria e rastreabilidade) e aumento da dimensão (inclusão de requisitos ambientais).

Em março de 2008 ocorreu o 10º encontro – *Barreiras Técnicas de Comércio e Sustentabilidade* – o qual contou com os seguintes expositores:

Nomes	Posição	Participação
Carlo Lovatelli	Presidente da ABAG	Moderador
Meire Ferreira	Superintendente do ARES	Palestrante
Luiz Fernando Laranja da Fonseca	Coordenador do Programa de Agricultura e Meio Ambiente da WWF Brasil	Palestrante
José Ronaldo V. Rezende	Sócio da PricewaterhouseCoopers	Palestrante

Iniciando as exposições, José Rezende apontou a necessidade de um novo modelo de gestão capaz de diminuir riscos e transpor barreiras. O consultor identificou os desafios ambientais, sociais e econômicos ao *Agronegócio*. Em termos do primeiro, teríamos: o combate ao desmatamento, a otimização no uso dos recursos naturais, a destinação adequada de resíduos e o atendimento à legislação ambiental. Entre os desafios sociais apontou: o combate ao trabalho escravo e infantil, o engajamento das parte interessadas (ex.: comunidade local), o respeito à regulamentação da segurança do trabalho e saúde ocupacional etc. Já entre os últimos: a proteção de ativos financeiros, o foco em produtos

rentáveis, o retorno aos acionistas de forma condizentes com os riscos ao negócio, a transparência nas informações geradas e divulgadas etc.

Na parte final, Rezende apresentou a própria estrutura da PricewaterhouseCoopers.

Já Luiz Fonseca apresentou as questões ligadas ao meio ambiente como oportunidades ao *Agronegócio*. Contudo, não ignorou seu poder de constituírem barreiras ao mesmo. Nesse sentido, atentou para o desafio de atender à demanda de alimentos conservando os recursos naturais e reduzindo as emissões, além de garantir a resiliência dos ecossistemas. As temáticas da energia e do aquecimento global enquanto pauta da agenda do *Agronegócio* também foram assinaladas.

Por fim, Meire Ferreira apresentou o ARES identificando seus objetivos e ações, além dos agentes envolvidos em sua rede de atuação – vale lembrar que o Instituto será objeto de discussão nas próximas linhas.

Em maio do mesmo ano ocorreu o 11º Fórum – *Reforma Tributária e Impactos no Agronegócio* – tendo como convidados:

Nomes	Posição	Participação
Carlo Lovatelli	Presidente da ABAG	Moderador
Luiz Carlos Haully	Deputado/PSDB-PR	Palestrante
Plínio José Marafon	Sócio da Braga & Marafon Consultores e Advogados e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Consultores	Palestrante
Adelmor Gheler	Gerente-Geral do Grupo Louis Dreyfus Commodities e membro da Comissão de Tributação da ABIOVE	Palestrante

Carlo Lovatelli, durante abertura do evento, reafirmou a importância da temática para a competitividade do “setor”. Lembrou o encaminhamento por Guido Mantega ao Congresso Nacional de uma proposta de reforma do sistema tributário. O executivo também chamou atenção para o fato de corresponder a 36,08% do PIB o valor total da arrecadação do Governo – informação que teria sido divulgada pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário. Segundo Lovatelli, o referido Instituto teria divulgado ainda que de 1998-2007 teriam sido promulgadas 3,6 milhões de normas:

A quantidade de normas é tão grande que ficamos com a sensação de que ninguém conhece a legislação em nenhum dos campos. A área tributária é uma das que mais sentem o reflexo do número excessivo de normas. O levantamento do IBPT revela que o total de normas editadas, 6,5%, ou 235,9 mil, se referem à área tributária. Isso significa 34 normas só para tratar de tributos por dia. A cada hora são editadas mais de duas normas

tributárias. No Brasil, o custo para fazer a administração tributária supera em mais de dez vezes a de outros países.(Agroanalysis, [on-line], Out./2008, p.13)

Em seguida, Luiz Haully destacou sua própria experiência no tema e identificou a origem do problema do sistema tributário brasileiro na opção pela descentralização dos recursos feita pelos Constituintes. Momento em que tributos únicos federais teriam sido substituídos pelos ICMS. Segundo Haully, somente a reforma tributária garantiria um crescimento com inclusão social: *“Garantir o social é gerar empregos. Empregos vem da produção. Produção gera riqueza. E riqueza gera tributos, que geram ainda mais o social.”* O deputado apresentou a carga tributária do Brasil detalhada por tributos e identificou suas bases (propriedade, renda e consumo). A soma destas cujo valor representaria 35,86% do PIB também foi apresentada.

De acordo com o político, o sistema implementado no País seria regressivo e concentrador de renda. Os menos abastados seriam os mais afetados pela carga tributária, principalmente pelos tributos que incidem sobre os alimentos. Enquanto a taxa mundial variaria entre 7% e 8%, a brasileira seria de 35%.

Haully assinalou o que deveria constituir alguns dos princípios para a reforma tributária: 1) crescimento econômico; 2) criação de emprego; 3) justiça social com eliminação da pobreza e; 4) seletividade de acordo com a essencialidade. Entre os itens incluídos em sua proposta de reforma: 1) diminuição da regressividade com IR progressivo; 2) tributação zero para comida e remédio; 3) industrialização do Brasil com a isenção da exportação e bens de ativo fixo; 4) diminuição do custo de contratação; 5) seletividade para racionalizar e simplificar; 6) fortalecimento dos municípios: exportar agregando valores e; 7) fim do IOF e outros tributos.

Já Adelmor Gheler apontou a oportunidade de se corrigir as distorções do sistema tributário através de uma reforma de modo a proporcionar: simplificação, racionalização e neutralidade. O representante ressaltou a importância da visão de cadeia para a formação de uma tributação em que sobre os alimentos se justificasse a desoneração tributária e a desoneração proporcional em todos os elos da cadeia de produção e comercialização do *Agronegócio*, de forma a evitar acúmulo de crédito. Em relação aos biocombustíveis e à Bioeletricidade, Gheler defendeu carga tributária inferior aos combustíveis fósseis

considerando sua contribuição ao meio ambiente. A necessidade de desoneração das exportações uma vez que estas gerariam competitividade internacional também foi assinalada.

Outros pontos relevantes foram mencionados por Adelmor Gheler. A tributação isonômica nas operações entre produtores, cooperativas, comerciantes e indústrias foi um deles. Como exemplo de situações em que tal medida pudesse ser aplicada, citou: operações realizadas por comerciantes que não têm estrutura própria de secagem, limpeza, beneficiamento, padronização e operações negociadas em bolsa de mercadorias e de futuros.

Gheler defendeu ainda a definição das agroindústrias que estariam sujeitas à incidência da contribuição social rural calculada sobre a receita, ou o faturamento ou o resultado do negócio.

Em outubro de 2008, a ABAG realizou (em Piracicaba) seu 12º Fórum – *Agroenergia e Sustentabilidade* – como parte da programação da 51ª Semana Luiz de Queiroz e das comemorações dos 75 anos da USP, com apoio da ESALQ. O convite foi feito pelo diretor da referida Faculdade, Antonio Roque Dechen.¹⁴⁶

O evento teve a seguinte estrutura de apresentação:

Nome	Posição	Participação
Carlo Lovatelli	Presidente da ABAG	Moderador
João de Almeida Sampaio Filho	Secretário de Agricultura/SP	Palestrante
Luiz Carlos Côrrea Carvalho	Coordenador do Comitê Nacional de Agroenergia da ABAG, CNA, Força Sindical, OCB e SRB e Vice-Presidente da ABAG	Palestrante
Carlos Clemente Cerri	Pesquisador do Centro de Energia Nuclear na Agricultura/USP	Palestrante
Suani Teixeira Coelho	Secretária Executiva do Centro de Referência Nacional em Biomassa USP	Palestrante

Iniciando as apresentações, Carlo Lovatelli agradeceu o convite de Dechen e ressaltou a importância da temática nas atividades da Associação. Mencionou a criação de um Conselho Nacional de Agroenergia em parceria com CNA, Força Sindical, OCB e SRB

¹⁴⁶ Cabe ressaltar a importância da USP na formação de agentes do Agronegócio e, em particular, a relação destes com a própria ESALQ. Em comemoração ao centenário desta foi publicada, pela Agroceres, obra de autoria de Roberto Rodrigues e Ivan Wedekin. Sob o título *Pequeno Dicionário Amoroso da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”*, Rodrigues e Wedekin resgataram as experiências da época de estudantes. O primeiro formou-se em 1965 e o segundo em 1974. Vale também registrar que na ocasião dos 75 anos da USP, Roberto Rodrigues reafirmou a importância da referida Escola, bem como da ESALQ sob título bem sugestivo de *USP: Diamantes para o mundo*.

sob coordenação de Caio Carvalho, vice-presidente da ABAG. Em seguida, Lovatelli comentou o envio de um documento à Casa Civil, ao Ministério da Economia, ao Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio e ao MAPA. Documento no qual se registraria a preocupação com o custo e a disponibilidade de recursos para a agricultura plantar e o *Agronegócio* exportar. Diante da crise financeira, o “setor” minimizaria a conjuntura sendo fundamental na geração de divisas: “*Só para se ter uma idéia, neste ano, o saldo comercial do agronegócio passará de US\$ 60 bilhões e o do País cairá para menos de US\$ 25 bilhões. É quase duas vezes e meia.*” (Agroanalysis, [on-line], Out./2008, p.41)

Lovatelli lembrou a criação do ARES e reforçou a necessidade de gerar sinergia. O tema da Sustentabilidade, baseado no *Triple Botton Line*, viria ganhando força global e estaria na agenda de prioridade de todas as cadeias produtivas:

A Sustentabilidade sempre foi tratada de forma um tanto cosmética. Era colocada em segundo plano e ficava nas gavetas. Mas, das análises desenvolvidas no Congresso da Abag, ficou claro que essa situação teve uma virada de cento e oitenta graus. Para a agricultura, uma verdadeira quebra de paradigma. (Id., grifos meus)

Atenção para o fato da “*virada*” ter sido de 180° e não 360°.

Destaque ainda para a Legislação Ambiental e para a necessidade de sua adequação ao processo histórico de ocupação territorial:

Até 1965, quando foi promulgado o Código Florestal e definida a exigência das propriedades manterem 20% da área como reserva legal e de não-uso das áreas de preservação permanente. Até então, o uso e o costume eram de simplesmente desmatar e plantar. Foi assim em grande parte das Regiões Sul e Sudeste.

Em 1996, a exigência de reserva legal passou de 50% para 80% na região amazônica e 35% no cerrado. E veio a pergunta sem resposta ainda: como fica a propriedade que já tinha sido desmatada? (Id., p.41)

Carlo Lovatelli ressaltou a mobilização do “setor” após o Decreto 6.514 de 08 de julho de 2008 – Decreto que dispõe sobre as infrações ao meio ambiente e sanções administrativas, estabelece o processo administrativo federal para a apuração das infrações, além de dar outras providências. Lovatelli enfatizou que se fossem todas as exigências atendidas, cerca de 68,2% das terras estariam proibidas ao plantio.

Já Carlos Cerri abordou a relação entre efeito estufa e biocombustíveis. Estes atuariam na redução das emissões, bem como no próprio resgate de CO2 dependendo do manejo de sua matéria-prima. Segundo Cerri:

Os desafios em torno dos biocombustíveis são vários. O primeiro é reduzir o carbon footprint, que é a medida do impacto das atividades humanas no meio ambiente, em termos de quantidade de gases greenhouse, em termos de equivalentes de dióxido de carbono. O segundo é uso melhor do solo para alimento e biocombustível. O terceiro é o desenvolvimento de organismos geneticamente modificados.
(id., p.43)

Em seguida, Suani Coelho chamou atenção para a importância da cadeia dos biocombustíveis. Fato que seria verificável ao se examinar a evolução da produção, do consumo interno e do excedente exportado da cana e do etanol no cenário de 2020/2021:

Na medida em que os níveis de produção aumentam, o conceito da sustentabilidade do etanol ganha espaço cada vez maior. Atualmente, muitas usinas buscam a certificação voluntária do etanol, no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), para ganhar competitividade e conquistar novos mercados.
(Id., p.43)

Coelho mencionou ainda as vantagens do etanol em função de sua capacidade de renovação, mitigação das emissões de gás carbônico e redução da concentração de poluentes como o chumbo, o enxofre, os nitrosos etc. Lembrou também que a competição entre áreas de biocombustíveis e alimentos não afetaria a produção de cana. A tendência seria do crescimento se dar através da produtividade somada ao deslocamento de terras degradadas para o cultivo da referida cultura.

Para a conquista de elevados índices de produção da cana e do etanol, sem degradar novas áreas, seria fundamental o uso racional do solo e a concepção de leis claras sobre a obrigatoriedade da reserva legal. Além do uso racional da água, bem como da redução da contaminação dos solos com a fertilização por vinhaça e o melhoramento genético de plantas e do controle biológico. Incluiu-se ainda o próprio Zoneamento Agroambiental.

Com a palavra, Luiz Carlos Corrêa Carvalho ressaltou o paradoxo do sistema global energético dada a exigência de ser o mesmo sustentável, competitivo e seguro

embora somente disponha de 15% de energia limpa e renovável. Contexto em que os maiores motivos para o aumento da produção de biocombustíveis seriam:

- *de 75% das reservas comprovadas de petróleo estarem em áreas instáveis do mundo;*
- *de 70% do consumo de petróleo serem usados para mobilidade;*
- *dos transportes responderem por 20% das emissões diárias de gás carbônico;*
- *do consumo de combustíveis para transportes crescer 55% até 2.030;*
- *da demanda por biocombustíveis crescer de 85 a 195 bilhões de galões por ano até 2030, substituindo de 10% a 24% do consumo de gasolina e óleo diesel. (Id., p.45)*

Cenário em que a mobilidade e as montadoras seguiriam interesses específicos em cada região:

- *Nas Américas e mundo tropical: blends, FFVs, híbridos, híbridos-FFVs e híbridos plug in, com base na cana, milho e celulosas;*
- *Na Europa: blends, híbridos, híbridos plug in e FFVs, com base na colza e em celulosas. (Id.)*

Carvalho também defendeu a viabilidade dos biocombustíveis considerando a eficiência econômica, o meio ambiente e a segurança energética. Nesse sentido, as vantagens em termos de Sustentabilidade da cultura da cana foram ressaltadas:

- *Possui alto conteúdo energético (1 tonelada = 1,2 barril de petróleo);*
- *Em 2010, a produção brasileira de cana poderá ser equivalente a 2 bilhões de petróleo/dia;*
- *É uma das culturas de menor perda de solo e baixo uso de fertilizantes e defensivos;*
- *Na parte industrial, a limpeza de cana a seco reduz a necessidade de captação de água;*
- *Sequestro de 25 a 41 toneladas de carbono por hectare a cada ciclo produtivo de cinco a sete anos. (Id., p.46)*

O balanço energético positivo do óleo da palma em se tratando de produção de biodiesel foi mencionado. Fato que deveria ser considerado pelas Políticas Públicas, na visão do vice-presidente da ABAG. A necessidade de reformatação do Programa Nacional de Biodiesel também foi apontada. Na opinião de Luiz Carvalho, o referido programa

estaria perdido sob a administração de mais de uma dezena de ministérios, agências e secretarias. (Idem)

Na sequência, João Sampaio destacou o *Agronegócio* paulista ressaltando sua participação nas exportações do setor (25%) e em relação à própria produção no campo (quase 20%). Sampaio assinalou entre os principais agregados do setor paulista a cana, bovinos e frutas.

O secretário mencionou ainda o que seria um conjunto de medidas e programas para a Sustentabilidade no setor agrícola. Lembrou que inseridas em contextos específicos, cada cadeia produtiva estaria diante de desafios próprios considerando o desafio de produzir de forma sustentável de acordo com as exigências de mercado.

Nesse sentido, algumas das medidas do governo de São Paulo considerando a referida realidade foram citadas: 1) Protocolo Agroambiental (setembro de 2007); 2) Mapa de Zoneamento Agroambiental; 3) Programa de Microbacias Hidrográficas e; 4) Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – Banco do Agronegócio Familiar vinculado à Secretaria de Agricultura de São Paulo. O referido programa objetivaria prestar apoio financeiro em programas e projetos específicos, de interesse da economia estadual, aos agricultores, pecuaristas e pescadores artesanais. O financiamento para aquisição de tratores seria a juros zero e nas operações de seguro rural a subvenção seria de 50% .

O político lembrou que a agricultura paulista ainda exportaria tecnologia. Na verdade, o estado paulista é divulgado como uma espécie de experiência positiva para o “setor”. Enfim, um exemplo de como se deve lidar com os negócios em torno da agricultura, em especial da cultura da cana.

A referida apresentação foi finalizada com uma exaltação ao papel do agrônomo em comemoração ao dia deste profissional:

Trata-se de um profissional do qual se exige uma transformação constante, ante a intensa evolução que a agricultura vive e como se moderniza. A biotecnologia e a sustentabilidade aparecem como os desafios dos novos tempos. As suas múltiplas atuações em agrosserviços exige um conhecimento eclético e em constante renovação.

Em dezembro de 2008 ocorreu o 13º Fórum ABAG – *Conjuntura Econômica e Agronegócio* – cujo palestrante foi Luciano Coutinho (presidente do BNDES). Como de costume, Carlo Lovatelli apresentou o convidado e fez um breve resumo da conjuntura que

teria inspirado a temática do evento. Considerando a crise de confiança e de liquidez dos mercados afirmou a necessidade de intervenção do Governo com maiores aplicações para “*girar a economia*” – lembremos-nos da ideia de livre mercado enquanto regulação do Estado de Antonio Gramsci.

Lovatelli destacou o papel do BNDES num contexto em que as principais fontes de capital sofreriam com a crise. Registrou que em 2007 o suporte do banco atingiu 26% dos empréstimos das empresas. Suporte cujo auxílio teria minimizado a dificuldade de liquidez e viabilizado as companhias com extensão para a área dos biocombustíveis, carnes, grãos, entre outros.

Foi mencionado também o apoio à proposta de criação de um fundo global de desenvolvimento responsável pelo investimento em projetos de infra-estrutura e apoio às empresas nos países em desenvolvimento durante as crises com recursos de US\$ 500 bilhões. Estratégia que seria apresentada ao G-20. Lovatelli enfatizou também o interesse do *Agronegócio* pelo Fundo Amazônia, administrado pelo BNDES.

Com a palavra, Luciano Coutinho ressaltou a posição especial dos países emergentes em função de seus mercados serem menos afetados pela crise internacional em relação aos países desenvolvidos por sua contribuição para a desaceleração da economia mundial e pela tendência de aumentar sua participação nesta. A tendência de crescimento das economias em desenvolvimento superar as estimativas em relação às economias desenvolvidas foi ressaltada como diferencial importante. As últimas seriam demandantes. Realidade que representaria oportunidade para o *Agronegócio* “brasileiro”. (*Agroanalysis*, [on-line], Out./2008, p.39)

Coutinho enfatizou também que entre os anos de 1998 e 2008 os emergentes teriam aumentado sua participação no PIB mundial de 36% para 45%. Entre tais países, o Brasil estaria em posição privilegiada pelo *Investment Grade* (baixo custo de capital), pelo elevado nível de reserva, pelo crescimento da demanda doméstica e pela própria expansão dos investimentos com projetos de alto retorno e baixo risco. Segundo o IBGE, os indicadores econômicos do Brasil seriam satisfatórios. Otimista, o executivo comparou o momento vivido com a conjuntura dos anos de 1930 em que a economia mundial teria crescido 10% enquanto o Brasil 50%.

O esforço governamental para evitar o aumento do desemprego foi ressaltado. Já em relação ao crédito, a pretensão do banco operar com R\$ 120 milhões também foi mencionada.

Antes de finalizar, Luciano Coutinho lembrou o crescimento do PIB do *Agronegócio* após a crise da safra de 2004/05 e a liderança do “setor” nos últimos quatro trimestres. Destacou, ainda, a importância do *Agronegócio* em função de constituir significativa fonte de emprego, divisas, renda e um dos importantes fiadores da estabilidade de preço. Nesse sentido, o BNDES teria a missão importante de ajudar o *Agronegócio*, principalmente na ponta processadora industrial. O representante afirmou que o referido “setor” deveria ser percebido como “[...]uma grande solução para a sustentação do crescimento no Brasil.” (Id., p.40)

2.2.5 Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE)

Entender a dinâmica global do agronegócio, da bioenergia e do comércio exterior por meio de pesquisa aplicada, contribuindo, assim, para aprofundar a inserção econômica do Brasil no mundo. (Website/ ICONE)

O trecho acima traduz a missão da referida agência de forma objetiva. Passados seis anos de sua fundação¹⁴⁷, o ICONE reafirma o que seria seu papel num cenário em que multiplicam-se as bases de atuação do Agronegócio.

A exemplo de tantas outras agências, sua origem está associada à mobilização de atores ligados ao *Sistema*. Vejamos.

Segundo Roberto Rodrigues, a ideia do Instituto pertence a Marcos S. Jank e nasceu por definição da ABAG com o apoio da FIESP entre outras organizações. Seu primeiro presidente foi o próprio Jank.¹⁴⁸ De acordo com o ex-Ministro da Agricultura, o ICONE

¹⁴⁷ A cerimônia de comemoração da referida data foi realizada no Centro Brasileiro Britânico (São Paulo), no dia 16 de julho de 2009. Ocasão na qual foram homenageados os seguintes atores: Marcos Jank, idealizador do Instituto e atual presidente da União da Indústria de Cana de Açúcar (UNICA); Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); Maurício Fischer, presidente do Instituto Riograndense do Arroz (IRGA); Francisco Turra, presidente da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos (ABEF); Luciano Schweizer, especialista do Fundo Multilateral de Investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (FUMIN – BID) e Christian Lohbauer, ex-presidente da ABEF que deixou a referida associação para abrir uma nova associação voltada para a indústria de suco de laranja.

¹⁴⁸ Atividades de sua gestão podem ser conferidas em *Relatório de Atividades* referente aos anos de 2003-2007. Ver em <<http://www.iconebrasil.org.br>>.

surgira (2003) voltado para as negociações agrícolas internacionais, objeto do “[...]interesse coletivo das cadeias produtivas”¹⁴⁹

Cabe lembrar que a apresentação oficial do Instituto ocorreu no 2ºCBA da ABAG, no dia 24 de junho de 2003. Na ocasião, Marcos Jank ressaltou não ser a iniciativa pioneira. Nesse sentido, Jank citou experiências já em prática nos EUA (Institute for International Economics/IIIE e o International Food Policy Research Institute/IFPRI); na Austrália (Australian Bureau of Agricultural and Resource Economics/ABARE); na Argentina (Instituto de Negociaciones Agrícolas Internacionales/INAI) etc.

Para exemplificar o trabalho do ICONE, seu representante chamou atenção para o que seria a agenda comercial brasileira até 2005. Três frentes de trabalho foram mencionadas: cotas tarifárias, subsídios e barreiras técnicas como biotecnologia. Nesse sentido, o Instituto voltaria sua atenção para os oitenta países mais importantes em termos de comércio e confrontaria os mesmos às trinta posições tarifárias mais relevantes para o Brasil objetivando a construção de modelos de equilíbrio fundamentais para a montagem de cenários de negociação e colocação do que deveria ser feito na OMC, ALCA, Europa, Índia etc.

O Instituto examinaria ainda, as tarifas daqueles que seriam três importantes mercados consumidores – Rússia, China e Índia – para identificar as oportunidades para o Brasil. Inclua-se, ainda, o monitoramento dos acontecimentos relacionados com medidas norte-americanas e européias para o “setor”.

Durante sua apresentação, Jank lembrou a gênese do Instituto cuja implementação teria sido precedida de certo debate. Seu relato vai ao encontro da versão apresentada por Roberto Rodrigues ao lembrar o período. Nesse sentido, Marcos Jank mencionou que a pedido de Rodrigues teria elaborado um estudo sobre o impacto das negociações da Rodada Uruguai no cooperativismo. Período em que teria surgido a ideia de uma agência cuja formatação deu origem ao ICONE. As primeiras reuniões para a viabilização do projeto teriam ocorrido em meados de 2002 com a presença de Roberto Rodrigues e Luiz Fernando

¹⁴⁹ Roberto Rodrigues afirma ter estreitado relação com Jank – cujo pai era seu contemporâneo em Piracicaba – quando solicitou a este (em fins dos anos de 1980) um estudo sobre o impacto das negociações da Rodada Uruguai no cooperativismo, bem como em suas viagens pela ACI (Aliança Mundial das Cooperativas). Rodrigues comentou o fato durante a entrevista que realizei com o mesmo no GV-Agro/SP. O referido período chegou a ser lembrado por Marcos Jank em apresentação oficial do ICONE no 2ºCBA da ABAG, como já assinalado.

Furlan, então presidente do Conselho de Administração da SADIA – empresa da qual é acionista e neto do fundador Attilio Fontana.¹⁵⁰ Figuras de peso do setor privado e do campo político – ambos foram nomeados (2003) Ministros de Estado – às quais teriam se somado vários outros líderes e organizações do empresariado rural. Destaque para a ABAG. Esta seria a “*entidade-mãe*” do ICONE, nas palavras de Jank.

Desde sua origem, o Instituto dá exemplo dos arranjos institucionais que marcam a redefinição das relações público-privadas. Temos nítido exemplo da organização/mobilização da representação de interesses privados e de seu papel e influência nas políticas públicas. O “apadrinhamento” de Rodrigues e de Furlan constituem indícios do referido fato, bem como a aproximação entre o ICONE e o Itamaraty.

De acordo com informações do website do Instituto, suas principais áreas de atuação são: negociações internacionais multilaterais e extra-regionais; desenho de cenários quantitativos e de projeções de longo prazo de comércio agrícola; política comercial agrícola em países desenvolvidos e em desenvolvimento e contenciosos da Organização Mundial do Comércio.

Atuação que se materializa nos projetos desenvolvidos junto a seus mantenedores. Em relação a estes, temos as seguintes informações: ABEF (Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos) – desconsolidação das tarifas de certos produtos de aves na União Européia; ABEF, ABIEC (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne) e UNICA – alargamento da União Européia com a adesão de Bulgária e Romênia; UNICA – planejamento estratégico setorial; IRGA (Instituto Rio Grandense do Arroz) – análise do mercado internacional de arroz, monitoramento dos subsídios norte-americanos e desenvolvimento de políticas de apoio às exportações; ABEF, ABIEC, ABIOVE, ABIPECS (Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína), IRGA, UNICA – posicionamento setorial em relação às negociações da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio.

¹⁵⁰ Cabe mencionar que Furlan (Concórdia, 1946) em janeiro de 2003 se afasta da Sadia para assumir o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Cargo que ocupou até 2007. Em 2008, o ex-Ministro voltou a assumir a presidência do Conselho Administrativo do Grupo – atualmente não há membros da família fundadora da SADIA atuando em posições executivas. Ainda no referido ano, Furlan foi nomeado presidente da Fundação Amazonas Sustentável (FAS). Iniciativa do Governo Amazonas em conjunto com a iniciativa privada (Banco Bradesco) responsável pela gestão de 34 unidades de Conservação do Estado do Amazonas correspondente a 17 milhões de hectares da Floresta Amazônica. Conferir em <<http://www.expogestao.com.br>>.

Tarefas que não devem ser descoladas do perfil da equipe do Instituto cujo exemplo mais nítido pode ser a trajetória profissional de seu atual Diretor-Geral, André M. Nassar. Membro do Grupo Técnico para as negociações agrícolas da Rodada de Doha coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores e da Agricultura do Governo Brasileiro, o economista também é colaborador do G-20 como especialista em mercado mundial agrícola a pedido do Governo Brasileiro, bem como consultor e pesquisador em projetos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento/Banco Mundial, a Cornell University, o The William and Flora Hewlett Foundation, o Rabobank International, entre outras organizações internacionais. Nassar exerceu ainda a função de especialista em projeções e análise de mercados internacionais de açúcar e álcool da COPERSUCAR (2002-2003), além de ter sido membro da Global Alliance for Sugar Reform (2002-2003). Ocupou também o cargo de Assessor do Conselho de Administração da SADIA S.A. (2001-2002) e foi Pesquisador Visitante da School of Foreign Service da Georgetown University em Washington-DC (2001). Além de Pesquisador Sênior do PENSA (1999 a 2002) e Assessor Econômico da SRB (1995-1999).

Além do cargo de Diretor Geral, a estrutura organizacional do ICONE conta com uma equipe constituída por um Gerente Geral (Rodrigo C.A. Lima), cinco pesquisadores, três Coordenadoras e duas estagiárias.¹⁵¹

¹⁵¹ Nesse sentido, a equipe do Instituto é integrada por: André Meloni Nassar (Diretor Geral), Doutor pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP). Engenheiro agrônomo pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ); Rodrigo Carvalho de Abreu Lima (Gerente Geral). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenador de pesquisas em barreiras não-tarifárias; Saulo Nogueira (Pesquisador Sênior). Mestre em Diplomacia Comercial pelo Monterey Institute of International Studies (MIIS). Graduado em Administração de Negócios pela Universidade Cardiff (Reino Unido). Coordenador de pesquisa sobre economias emergentes; Leila Harfuch (Pesquisadora Sênior). Pesquisadora do Regional Economics Applications Laboratory da Universidade de Illinois em Urbana-Champaign (EUA) de março a julho de 2007; Trainee em Finanças e Investimentos da IGC Partners de novembro/2001 a dezembro/2002; Consultora Empresarial Júnior do Programa de Geração de Emprego e Renda do SEBRAE/Governo Federal de janeiro a outubro/2001; Doutorado em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo; Doutorado Sanduíche na Universidade de Illinois em Urbana-Champaign de março a julho de 2007; Bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Londrina com prêmio de Lãurea Acadêmica; Laura Barcellos Antoniazzi (Pesquisadora). Assistente de pesquisa, Projeto Bacias Irmãs, York University, Toronto, (2006) e Universidade de São Paulo (2007). Pesquisadora de campo no Instituto de Economia Agrícola (IEA), Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, dentro do Projeto NEGOWAT (2004-2005). Mestrado em Economia Aplicada na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ), Universidade de São Paulo - USP (2008). Especialização em "Management para o Desenvolvimento Sustentável" na FormAmbiente, Nápoles (2007). Engenheira agrônoma pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ), Universidade de São Paulo - USP (2004); MARCELO M. R. MOREIRA (Pesquisador). Mestre em Economia, no curso de Economia das Instituições e

O Instituto tem como membro honorário a ABAG e como membros permanentes e mantenedores: a ABEF; a ABIEC e a UNICA. As referidas associações constituem o Conselho do ICONE e são representadas pelos seguintes agentes, respectivamente: Carlo Lovatelli, tendo como suplente Eduardo Soares Camargo; Francisco Sérgio Turra cujo suplente é Ricardo Santin; Roberto G. da Fonseca que tem Otávio Cançado como suplente e Marcos Jank cujo suplente é Eduardo Leão de Sousa.

Já em sua rede de convênios temos: a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e o IRGA. No apoio institucional o FUMIN-BID (Fundo Multilateral de Investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento). E dentre as parcerias: o ABARE (Australian Bureau of Agriculture and Resource Economics, Austrália); a AGROCONSULT (Agroconsult Consultoria & Marketing); a AMCHAM (Câmara Americana de Comércio); o ARES (Instituto para o Agronegócio Responsável); o CEBRI (Centro Brasileiro de Relações Internacionais); o CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada); a Cornell University; a FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas); o GEM-Sciens Po (Groupe d'Economie Mondiale - Sciences Pó); o IATRC (International Agricultural Trade Research Consortium); o ICTSD (International Centre for Trade and Sustainable Development); o INAI (Instituto de Negociaciones Agrícolas Internacionales) e o PENSA (ex-Programa de Estudos dos Negócios dos Sistemas Agroindustriais, atual Centro de Conhecimento em Agronegócios).

Apesar de sua extensa rede social e do caráter estratégico da mesma, o Instituto nega a função de representação de interesses.¹⁵²

Desenvolvimento, pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA-USP (2008).• Bacharel em Ciências Econômicas. Faculdade de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio (2005); Luciane Chiodi (Pesquisadora). Analista de dados da Bayes Forecast Brasil – 07/2007 a 01/2008. Analista de dados da Bayes Forecast Espanha – 03/2007 a 06/2007. Mestre em Comércio Exterior pela Universidade Carlos III de Madri (2007). Mestrado em Economia Aplicada na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), Universidade de São Paulo - USP (2006). Licenciada em Matemática na Universidade Estadual de São Paulo - UNESP (2001); Telma Rosane Pereira (Coordenadora Administrativa e Operacional). Psicóloga. Universidade Paulista - São Paulo (1998); Adriana Leal Carneiro (Coordenadora Financeira de Projetos). Mestre em Negócios Internacionais pela Macquarie University, Austrália. Pós-graduada em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Economista pela Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande; Sabrina Feldman (Coordenadora de Comunicação). Não há dados disponíveis sobre Feldman. A equipe se completa com Beatriz P. C. Antunes e Bruna Y. Kassama (estagiárias).

¹⁵² De acordo com informações em seu website, o ICONE mantém contato, em particular, com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Ao Instituto caberia a função de prestar uma espécie de “*suporte técnico*” aos Ministérios, quando solicitado.

O Instituto faz estudos e pesquisas a pedido do governo e do setor privado, mas jamais representou nenhum dos dois. O Instituto preza a sua independência em relação aos posicionamentos governamentais, chegando a discordar de alguns deles (caso, por exemplo, da forma como a ALCA foi conduzida). O ICONE entende que já há centenas de grupos de interesse, de todos os matizes, com presença ativa no processo negociador. Este, definitivamente, não é o enfoque do Instituto. Basta verificar a quantidade de associações que comparecem a uma reunião ministerial da OMC. No caso do agronegócio brasileiro, dezenas de organizações empresariais, hoje, já participam ativamente dos múltiplos fóruns existentes no país (Câmara Setorial de Negociações Agrícolas Internacionais, Coalizão Empresarial Brasileira, SENALCA, SENEUROPA, etc.). Para evitar a perda de qualidade das suas pesquisas, o ICONE tem uma presença bastante reduzida nesses foros. Participa, sim, com seus estudos e simulações de todas as reuniões em que se discutem tecnicamente os itens da agenda negociadora agrícola. Vale esclarecer que tampouco o ICONE faz o posicionamento das suas entidades mantenedoras junto ao governo e à sociedade. Quando solicitado, o Instituto apenas apóia os seus mantenedores com informações para que eles formulem as suas próprias estratégias e posicionamentos.

Independente de como seja sua práxis adjetivada, o ICONE contribui, claramente, para a institucionalização dos interesses do empresariado rural ao instrumentalizar seus agentes na disputa pela capacidade de direção da política externa agrícola brasileira. Ao priorizar a inserção da economia nacional na economia global tendo como via a agricultura empresarial, sua atuação no sentido de legitimar os interesses ligados ao modelo organizacional construído mentalmente com a ideia de *Agribusiness* é inegável. Nesse sentido, é necessária atenção a seu papel de interlocutor no processo de tomada de decisão em termos de política agrícola internacional.

Enfim, a partir da observação da trajetória do Instituto não há como negar materializar o mesmo os esforços de um *lobby* classista atualizado pelos agentes do Agronegócio na elaboração de estratégias eficientes na disputa por acesso a mercados.

Em 2004, durante o 3º CBA da ABAG, Marcos Jank revela o trabalho de um verdadeiro *think tanks* do empresariado rural:

[...]Abordarei as prioridades e o posicionamento do setor em relação a esse momento absolutamente crucial das negociações internacionais. A situação é a seguinte: ou sai algo, ou perde o ano[...]Fecharemos uma série de agenda até agosto. Há as ações tomadas pelo Itamaraty e serei

direto em dizer os caminhos bons e ruins, em relação ao agronegócio[...]O ICONE começou com sete entidades[...]Recebemos mais dois novos membros[...]São nove entidades participando desse esforço técnico, de pesquisa, de documentação e de números para a negociação. Fazemos essencialmente isso. A parte política do agronegócio está bem coordenada[...]A agricultura deu ao Itamaraty o primeiro conjunto de baterias ofensivas da história. (Anais do 3ºCBA ABAG, p.54, grifos meus)

Outro momento cujo registro vale ser feito para evidenciar a natureza da referida base de atuação é o do discurso de posse de Marcos Jank na presidência da UNICA. Na ocasião, em junho de 2007, Jank se referiu ao ICONE como uma “jóia rara” que tivera “a honra de fundar e presidir por quatro anos e que não existiria se não fosse o espírito visionário de pessoas que pensam no longo prazo, como Eduardo Carvalho, Roberto Rodrigues, Carlo Lovatelli, Paulo Skaf, Prätini de Moraes, Cláudio Martins, Clayton Miranda e outras lideranças.” E mais, ao falar de seu sucessor (André Nassar) no Instituto, Marcos Jank afirmou que a competência do mesmo seria reconhecida por todos e que daria “apoio incondicional” a Nassar, unindo-se as demais entidades mantenedoras no Conselho do ICONE. Atenção à trajetória profissional de Nassar (já mencionada) a qual demonstra uma atuação ligada às agências do *Sistema*, a exemplo de Marcos Jank.

A sujeição da agenda de estudos e pesquisas do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais ao que seriam “[...]os desafios internacionais do agronegócio brasileiro” é afirmada em website do Instituto.

Atenção para estudos no sentido de “[...] desenvolver simulações a pedido do governo brasileiro[...]

as quais serviriam “[...]de subsídio técnico para o posicionamento do Brasil no G-20, o grupo de países em desenvolvimento cujo foco de luta é a redução dos subsídios distorcivos aplicados pelos países desenvolvidos”. (Website/ICONE, grifos meus) Como assinalado, o discurso da agência reproduz a ideia de isenção através do designativo “técnico” para qualificar subsídio, além da denúncia de uma política agrícola injusta praticada pelos países desenvolvidos em relação aos países em desenvolvimento.

Segundo *Relatório de Atividades 2003-2007*, o ICONE teria desenvolvido projetos nas seguintes áreas: política comercial e negociações internacionais; agronegócio nas economias emergentes (Leste da Ásia e Rússia); agroenergia (etanol e biodiesel) e barreiras não-tarifárias (sanitárias e ambientais). Temáticas que perpassam as demandas e proposições do empresariado rural em termos de políticas públicas.

Dos números apresentados sobre sua produção, constam 62 documentos reservados para o Governo. Destaque para a realização de três cursos sobre Comércio e Relações Internacionais para jornalistas – iniciativa cujo resgate é feito adiante. Vale ainda observar a divulgação de um glossário com termos de negociação comercial.¹⁵³

Sendo as negociações comerciais a razão da criação do ICONE, sua produção segue a risca a referida regra.¹⁵⁴ Dos projetos franqueados ao público destaque para as *networks* nas áreas de economia emergente (com foco na Ásia e América Latina), bem como nas áreas de Bionergia e Suporte ao Setor Privado.

Segundo informações veiculadas em seu site, o Instituto (desde 2006) faz parte de uma rede de organizações de pesquisa aplicada sobre temas de política comercial e comércio internacional, mantida com recursos de contrapartida do Fundo Multilateral de Investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (FUMIM-BID) e de 15 entidades setoriais do *Agronegócio* do MERCOSUL. O BID participaria com US\$ 3,2 milhões para o projeto *Apoio aos Processos de Abertura e Integração ao Comércio Internacional* nos países do Mercado Comum do Sul. A iniciativa, em fase de conclusão, teria tido como objetivo facilitar a inserção econômica dos países do MERCOSUL no resto do mundo, através do fortalecimento da capacidade do setor privado agrícola do referido bloco em liderar as negociações de acordos comerciais através de seus respectivos negociadores, por meio da provisão de informação e ferramentas que facilitem suas ações. Para atingir estes objetivos três grandes grupos de atividades foram propostos: 1) geração de interesse do setor privado no comércio internacional; 2) fortalecimento da capacidade analítica e dos mecanismos de coordenação e consulta e; 3) apoio à formulação de posições de negociações.

O programa possuiria dois componentes: um nacional e outro regional. O programa nacional estaria sendo coordenado e executado pelo próprio ICONE em parceria com suas entidades mantenedoras. Já o programa regional seria executado pelo Instituto e as

¹⁵³ Iniciativa que tem por objetivo facilitar a compreensão dos termos técnicos da área, segundo seus elaboradores. Como exemplo a expressão “Caixa”. Segundo o ICONE, o acordo sobre agricultura da Rodada Uruguai estabeleceu, na parte IV do Anexo 2, uma série de categorias para enquadrar as políticas de apoio interno aos produtores agrícolas. Posteriormente, a doutrina dividiu por cores (caixa vermelha, caixa verde) os diferentes tipos de apoio à agricultura oferecido pelos Governos. Conferir no website do Instituto.

¹⁵⁴ Ver *Relatório de Atividades* referente aos anos iniciais do Instituto (2003-2007). Documento no qual se pode constatar a fidelidade aos objetivos primários da referida base de atuação. Dos artigos, entrevistas, documentos e projetos elaborados, as temáticas referentes à dinâmica dos mercados, bem como às Políticas Agrícolas e seus impactos no comércio de bens agrícolas constituem objeto principal de interesse.

seguintes entidades: na Argentina, Sociedad Rural Argentina (SRA), Bolsa de Cereales de Buenos Aires (BCBA), Bolsa de Cereales de Bahia Blanca (BCBB), Bolsa de Comércio de Rosario (BCR), Centro de la Industria Lechera (CIL) e Confederaciones Rurales Argentinas (CRA); no Paraguai, Cámara Paraguaya de Exportadores de Cereales y Oleaginosas (CAPECO); no Uruguai, Asociación Rural del Uruguay (ARU), Cámara de Industria Uruguaya (CIU) e Cámara Mercantil de Productos del País (CMPP).

Outro projeto que merece destaque dentro da estratégia de elaboração das famosas redes de trabalho é o *Interconnecting Agri-Food Trade Intelligence across South American & Asia-Pacific* em parceria com The William and Flora Hewlett Foundation. Implementado em agosto de 2006, o referido projeto tem como objetivo a criação de uma rede de pesquisa sobre comércio agrícola entre Ásia e América Latina no intuito de elaborar projetos de cooperação em comércio e política comercial agrícola e agroindustrial.

Coordenadas pelo ICONE, as atividades do “*Interconnecting...*” permitem identificar pesquisadores e centros de pesquisa envolvidos com a temática em ambos os continentes. Em agosto de 2007, foi realizado um seminário no qual se apresentou a situação do *Agronegócio* em cada país da rede de trabalho.¹⁵⁵ Diagnóstico do qual fez parte a análise de dados sobre oferta e demanda existentes de certas *commodities* identificando as possíveis oportunidades nos mercados asiáticos.

A rede de pesquisa e centros de pesquisa identificada foi intitulada *Asia and Latin América Agri-Food Resarch Network (ALARN)* e os trabalhos produzidos pela mesma foram apresentados em seminário realizado em Bogor (Indonésia) em parceria com o Institute Food & Agriculture Trade Policy Council (IPC). O evento, cujas discussões giraram em torno de questões de bionergia e do comércio internacional, teve como fruto a publicação de dois booklets: *Overview of The Agricultural Sectors in selected Asian and Latin América Countries* e *Overview of The Biofuels Sectors in selected Asian and Latin América Countries*.

Já na área de Bionergia, destaque para *Bio-Ethanol as Internationally Traded Commodity*, iniciado em 2007 e em andamento, em parceria com a Embaixada do Reino Unido e financiado pelo Global Opportunity Fund do Ministério de Relações Exteriores do Reino Unido. Na apresentação do projeto, o ICONE enfatiza o interesse do *Agronegócio*

¹⁵⁵ Na América do Sul: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Já na Ásia: China, Filipinas, Índia, Indonésia, Malásia e Tailândia.

“brasileiro” na promoção do etanol como uma *commodity* comercializável internacionalmente. O referido projeto é implementado com a *Global Biofuels Policy Research Network*.

O principal argumento apresentado é o de que o etanol é um combustível renovável, que pode contribuir para a segurança energética global assim que houver um mercado internacional organizado e institucionalizado. O objetivo do projeto é apresentar as condições necessárias para o desenvolvimento de mecanismos efetivos para a comercialização do produto. Condições que estariam associadas aos seguintes fatores: 1) fortalecimento da oferta e da demanda; 2) criação de estruturas financeiras que possam dar liquidez e reduzir as incertezas num mercado commoditizado do etanol e; 3) melhoria e implementação de políticas comerciais favoráveis ao produto.

Outro objetivo é apreender o papel do Brasil na formação de tais condições, principalmente no que se refere à oferta, à demanda e ao suporte de políticas para o “setor”. A experiência brasileira na produção e no consumo de etanol colocaria o País em uma posição privilegiada para contribuir para a commoditização do etanol. O projeto intenciona ainda discutir como o Brasil poderá ter um papel importante nesse mercado e como a cooperação bilateral com o Reino Unido poderia acelerar esse processo.

Iniciativa que converge com a *Global Biofuels Policy Research Network*., a rede de pesquisa formada pelo ICONE em parceria com o Department of Agricultural Economics da Purdue University, com o Woodrow Wilson International Center for Scholars, dos Estados Unidos, e com o Groupe d'Economie Mondiale de Sciences-Po, da França, no intuito de promover o debate sobre políticas que seriam eficientes para biocombustíveis nos principais players mundiais (Brasil, EUA e UE) também deve ser considerada.

Já em relação à área de Economias Emergentes - América Latina, o ICONE implementou, entre setembro de 2005 e setembro de 2006, o *Building Trade and Agriculture Research Network within South America: a step towards increasing South-South Cooperation*. Iniciativa em parceria com a Swiss Agency for Development Cooperation (SDC) cujo objetivo teria sido identificar centros e pesquisadores do MERCOSUL (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e da Comunidade Andina (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela) focados em áreas de comércio agrícola e negociações agrícolas internacionais.

Em longo prazo, a intenção é a de colaborar para a integração entre MERCOSUL e os países andinos em termos de pesquisa agrícola.

Outra iniciativa que merece ser mencionada é o projeto *Políticas Comerciais Comparadas: desempenho e modelos organizacionais*, iniciado em março de 2006 e concluído em dezembro de 2006, implementado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), pelo Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID) e pelo próprio ICONE. Em conjunto, as agências decidiram montar um projeto para estudar e comparar as políticas comerciais de alguns países a fim de entender quais políticas resultariam em aumento do comércio internacional e atenderiam aos interesses econômicos do Brasil.

A intenção foi provocar um debate sobre modelos organizacionais de política comercial de Argentina, Brasil, Chile, México, Estados Unidos e União Européia tendo em vista a experiência de integração acumulada nas últimas décadas e a necessidade de verificar os resultados colhidos pelos referidos países. Alguns, principalmente o Chile e o México, viriam demonstrando uma intensa atividade de negociação de acordos com parceiros desenvolvidos (detentores de estruturas negociadoras sofisticadas) e resultados concretos em termos de aumento do comércio e dos investimentos. Outros, como a Argentina e o Brasil, viriam se mostrando mais relutantes em assinar acordos comerciais não alinhados com suas políticas diplomáticas. Fato que justificaria estudar e comparar tais modelos organizacionais, bem como levá-los a debate por especialistas.

Os trabalhos sobre os seis países, além de um estudo transversal, foram apresentados em um seminário em São Paulo (agosto de 2006) e publicados em livro intitulado *Políticas Comerciais Comparadas: desempenho e modelos organizacionais*.

Vale ressaltar que os frutos (publicações, estudos etc) de cada projeto desenvolvido pelo ICONE são disponibilizados em seu website. Cabe destacar, ainda, a realização de curso destinado a jornalistas.¹⁵⁶ Evento que ocorre desde 2004, anualmente, o referido curso seria uma iniciativa inédita com o intuito de “[...]aprofundar os conhecimentos de um grupo seletivo de jornalistas nas áreas de comércio, política comercial e negociações internacionais, temas cada vez mais presentes na sociedade brasileira”, segundo Marcos Jank.

Iniciativa típica da ação prática orientada para gerar reconhecimento social, a mesma deve ser examinada levando em conta o uso do potencial de convencimento do

¹⁵⁶ Os programas dos referidos cursos se encontram disponíveis no site do ICONE.

discurso jornalístico por dado grupo de interesse. Enfim, a tentativa de engajar a imprensa no processo de valorização e difusão da causa do *Agribusiness* “brasileiro” deve ser analisada considerando a acirrada disputa pela institucionalização de interesses.

As duas primeiras edições do curso ocorreram graças à parceria entre o Instituto, a Câmara de Comércio de São Paulo (AMCHAM) e a Câmara Brasil-Alemanha (AHK). Já o terceiro evento (2006) foi organizado pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), pela Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (FUNCEX) e pelo Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES) em conjunto com o ICONE. No ano seguinte, a quarta edição ocorreu sob patrocínio do próprio ICONE, da AMCHAM-Brasil e do CEBRI. Em relação ao patrocínio de sua última edição, a parceria do Instituto com o CEBRI e o apoio da Embaixada Britânica, bem como do FUMIN-BID são registrados.

Vale frisar que a estrutura do curso varia entre 5 e 10 aulas divididas por temáticas em bloco. O evento dura dois dias.

Na lista dos veículos participantes, temos: O Estado de São Paulo, Agência Estado, Valor Econômico, Folha de São Paulo, Veja, Exame, Radiobras, TV Cultura, Época, Globo News, TV Globo, A Tribuna, TV Bandeirantes etc.

Considerando as diferentes edições, a iniciativa contou com palestrantes tais como: Celso Lafer, ex-Chanceler e ex-Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Professor da Faculdade de Direito da USP; Sérgio Habermeld, Presidente do Conselho da Amcham; Rolf-Dieter Acker, Presidente da Câmara Brasil-Alemanha; Jorge Peydro Aznar, Conselheiro para Assuntos Comerciais da Comissão Européia no Brasil; Ingo Plöger, Co-presidente do Mercosur-European Union Business Forum; Meire Ferreira, Superintendente do ARES; José Botafogo Gonçalves, Presidente do Conselho Curador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais; Marcos Jank, então Presidente do ICONE entre outros.

No atual ano, o ICONE e o CEBRI lançaram o livro intitulado “*Comércio e Negociações Internacionais para Jornalistas*” cujo prefácio é assinado por Jank que destaca o curso para jornalistas como uma das principais atividades do Instituto.

Atenção para a disseminação de iniciativas como o referido curso entre as agências do Agronegócio. Evento de igual natureza é patrocinado pelo próprio ARES, objeto de reflexão a seguir.

2.2.6 Instituto para o Agronegócio Responsável (ARES)

O ARES, Instituto para o Agronegócio Responsável, é uma entidade sem fins lucrativos que busca contribuir para o desenvolvimento da sustentabilidade, com ênfase nas atividades agropecuária e agroindustrial brasileiras, por meio da geração e difusão de conhecimento e da estruturação de canais permanentes de diálogo com as partes interessadas em cada sistema agroindustrial. (Website/ARES)

A apresentação acima, repetida incansavelmente, anuncia o ARES como a mais nova agência do empresariado rural a se inserir no campo da Sustentabilidade. Lançado em setembro de 2007, o Instituto para o Agronegócio Responsável possui capital social suficiente para causar mudanças significativas no campo em questão.

Segundo Meire Ferreira (então superintendente do ARES) e Roberto Waack (presidente de seu Conselho Consultivo), o processo de criação do Instituto, inicialmente, estaria associado à mobilização de agentes ligados à cultura da soja para a reestruturação e adequação de suas ações em termos de Sustentabilidade.¹⁵⁷ Nesse sentido, destaque para a

¹⁵⁷ Informação obtida em entrevistas realizadas com ambos os agentes. O depoimento de Ferreira* foi coletado em 15/08/2008 na primeira sede do Instituto localizada na Av. General Furtado do Nascimento. Atualmente o ARES funciona na Av. Paulista no mesmo conjunto empresarial onde se localiza a ABAG nacional. Já Waack** foi entrevistado na sede da AMATA, Vila Olímpia, em 02/12/2008. A AMATA é um empreendimento florestal criado em 2005 cujo principal produto é a madeira certificada. Roberto Waack é seu sócio-fundador, além de presidente. Ver website: <<http://www.amatabrasil.com.br>>.

*Bacharel em Administração de Empresas e Direito e especialista em Direito Tributário pela PUC de São Paulo e em Gestão de Sustentabilidade pela FGV. Exerceu o Direito empresarial por doze anos e nos últimos cinco, ocupou posições de gestão para sustentabilidade no setor do *Agronegócio*. Participante de vários grupos de diálogo envolvendo o agro brasileiro, Meire Ferreira também é membro do Comitê de Imparcialidade da SGS Certificadora. O convite para participar do ARES teria partido do próprio Roberto Waack. Na ocasião, a advogada trabalhava em projeto na área de *Sustentabilidade* da SADIA. As referidas informações foram obtidas durante o depoimento de Ferreira, bem como de um resumo de seu currículo. Recentemente, o cargo de superintendente do Instituto para o Agronegócio Responsável passou a ser ocupado por Ocimar Villela. Dados de Villela serão apresentados adiante.

**Roberto Waack é Biólogo (IB-USP) e mestre em Administração de Empresas (FEA-USP). Sócio Diretor da AMATA S.A. Presidente do Conselho Internacional do Forest Stewardship Council (FSC), Membro do Conselho Brasileiro de Manejo Sustentável (FSC-Brasil), do Conselho do Centro de Referência de Informações Ambientais (CRIA), e do Conselho de Administração do Ybios, *joint venture* entre Orsa Florestal, Natura e Centroflora. Presidente da Associação de Produtores Florestais Certificados da Amazônia

iniciativa da ABIOVE, em parceria com o ICONE, em promover uma série de seminários/debates no intuito de aprofundar a discussão sobre a repercussão das exigências de Sustentabilidade no *Agronegócio*. Encontros durante os quais outras entidades, também ligadas ao *Sistema*, teriam decidido pela criação do ARES. Na visão de Waack, a ligação de Carlo Lovatelli com a ABAG teria sido elemento facilitador do apoio ao projeto de uma agência nos moldes do Instituto.

O administrador-biólogo explica seu envolvimento no processo de criação e consolidação do Instituto em função de sua ligação com o Forest Stewardship Council (FSC)¹⁵⁸ cuja legitimidade reforça. Roberto Waack destaca a organização como portadora do “[...]sistema mais antigo e mais bem estabelecido no mundo da certificação e da sustentabilidade.” Fala que reflete a posição de presidente do Conselho Internacional da referida organização, seu conteúdo discursivo deve ser examinado considerando o processo em que os atores sociais se esforçam para construir e consolidar sua legitimidade enquanto protagonistas de seus campos de atuação.

Segundo o representante, a discussão dos temas constitutivos da agenda do Instituto para o Agronegócio Responsável¹⁵⁹ viria demandando considerável esforço de governança dada a diversidade de atores e interesses envolvidos.

Vale frisar que ainda é cedo para se identificar os conflitos de interesses inerentes às possíveis alianças que podem vir a ocorrer em ambientes institucionais como o ARES, bem

(PFCA). Foi Presidente da Orsa Florestal S.A, Diretor Executivo da Holding Grupo Orsa Participações S.A. e membro do Conselho de Administração do Grupo Orsa. Foi Diretor da Divisão Vetmédica da Boehringer Ingelheim do Brasil, Vice-Presidente da Vallée S.A. e Diretor da Imovall (Pasteur Mérieux do Brasil S. A.). Roberto Waack presidiu ainda a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Industrial (ANPEI). Foi membro do Conselho do então Programa de Estudos de Negócios dos Sistemas Agroindustriais, hoje Centro de Conhecimento em Agronegócios (PENSA) da FEA/USP, e do Conselho da Fundação Instituto de Administração (FIA/FEA/USP). Entre outras atividades, foi também membro do Grupo para Revisão do Processo de Certificação de Florestas Plantadas do FSC (Plantations Review Group) e atuou como consultor de várias empresas e organizações nacionais (MCT, FINEP, FAPESP) e internacionais (OMS e UNIDO) nas áreas de Governança Corporativa, Gestão Estratégica e Gestão Tecnológica. Síntese enviada por Emília Lamada, secretária da AMATA.

¹⁵⁸ Organização fundada em 1993, o FSC tem como missão: “*promover um manejo florestal ambientalmente apropriado, socialmente benéfico e economicamente viável.*” Ver <<http://www.fsc.org>>.

¹⁵⁹ Em pauta uma agenda constituída pelos seguintes temas: 1) Questões trabalhistas e relacionadas à terceirização; 2) Agricultura familiar, desalojamento econômico e segurança alimentar; 3) Relacionamento com a sociedade civil organizada, organizações não-governamentais, processos multistakeholders, de rastreabilidade, de verificação, de certificação e de selos; 4) Conversão de ecossistemas; 5) Impactos ambientais como GMOs, uso de agroquímicos e manejo de pragas, impactos no solo e plantio direto; 6) Resíduos em alimentos e sanidade animal; 7) Emissões de gases de efeito estufa, balanço energético e biocombustíveis; 8) Ordenamento fundiário, legislação ambiental e monitoramento; 9) Conflitos intra e inter SAGs, interação lavoura e pecuária e adição de valor e; 10) Comércio e sustentabilidade.

como avaliar a capacidade de seus agentes em produzir uma identidade baseada em *common grounds* a qual consiga resistir ao difícil processo de construção de um equilíbrio entre meio-ambiental, lucro e responsabilidade social. Consideradas as práticas do empresariado rural, o problema se coloca.

Enfim, se serão exitosos os prepostos escolhidos pelo Agronegócio em harmonizar as dimensões constitutivas do chamado “*Triple Botton Line*”, levando em consideração as disputas em torno da definição social das mesmas, só o tempo dirá. E para não cair em conjecturações desnecessárias, enfatizo que estas linhas cobrem a fase inicial do ARES. Logo, contêm o registro dos dois primeiros anos de sua existência. Vejamos.

Embora do ponto de vista formal o Instituto tenha surgido da demanda da cadeia produtiva da soja para adequar-se ao campo da Sustentabilidade, transcorridos quase dois anos, sua lista de associados totaliza 23 associações dos mais variados segmentos. Observemos a tabela abaixo na qual é possível identificar as referidas agências, bem como seus atores¹⁶⁰.

Associados	Representante/ Cargo no ARES	Cargo/Instituição de Origem
ABAG – Associação Brasileira de Agribusiness	Carlo F.M. Lovatelli Presidente do Conselho Deliberativo	Presidente
ABAG/RP – Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto	Mônika Bergamaschi Presidente do Conselho Fiscal	Diretora Executiva
ABCZ – Associação Brasileira dos Criadores de Zebu	Jovelino C. Mineiro Filho Cargo não identificado	Diretor Geral
ABEF – Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos	Christian Lohbauer Diretor do Conselho Deliberativo	Diretor Executivo
ABIA – Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação	Edmund Klotz Cargo não identificado	Presidente
ABIEC – Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes	Antônio Jorge Camardelli Vice-Presidente do Conselho Deliberativo	Diretor Executivo

¹⁶⁰ De acordo com o Estatuto do Instituto, o número de associados é ilimitado e três são as categorias em que se dividem: Mantenedores, Contribuintes e Honorários. Entre os primeiro temos: Associações, Sindicatos, Federações ou Confederação que contribuem mensalmente para a manutenção das atividades realizadas. Contribuição que pode ser em prestação de serviços, até mesmo de natureza intelectual, cessão de equipamentos etc. Já na categoria Contribuintes são admitidas pessoas físicas e jurídicas que contribuem com uma taxa anual destinada ao recebimento de periódicos, publicações e qualquer outra forma de informações relacionadas às atividades desenvolvidas pelo ARES. Tais associados não possuem direito de voto. Contudo, podem ser eleitos para as instâncias decisórias do Instituto. Posição que os investe de poder de voto. Por fim, os Honorários cujo grupo é formado por pessoas físicas e jurídicas as quais se atribui destaque nas áreas de meio ambiente, desenvolvimento sustentável, política e desenvolvimento agrícola, política comercial e demais áreas relacionadas com finalidades do Instituto. Os referidos associados não possuem direito de voto a não ser que sejam eleitos para os cargos eletivos. Cf. *Estatuto do Instituto para o Agronegócio Responsável* (Capítulo III).

ABIMILHO – Associação Brasileira das Indústrias do Milho	César Borges de Sousa Cargo não identificado	Presidente
ABIOVE – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais	Fabio Trigueirinho Cargo não identificado	Secretário
ABIPECS – Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína	Pedro de Camargo Neto Cargo não identificado	Diretor Executivo
ABRAF – Associação Brasileira de Produtores de Floresta Plantadas	Representante/Cargo não identificados	Não identificado
ANDA – Associação Nacional para Difusão de Adubos	Eduardo Daher Cargo não identificado	Diretor Executivo
ANDEF – Associação Nacional de Defesa Vegetal	Cristiano Walter Simon Diretor do Conselho Deliberativo	Presidente Executivo
ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores	Mario Fioretti Cargo não identificado	Vice-Presidente
APROSOJA – Associação dos Produtores de Soja do Estado de Mato Grosso	Glauber Silveira da Silva Cargo não identificado	Presidente
CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil	Assuero Doca Veronez Vice-Presidente do Conselho Deliberativo	Vice-Presidente
CNI – Confederação Nacional da Indústria	Representante/Cargo não identificados	Não identificado
CNPC – Conselho Nacional da Pecuária de Corte	Sebastião Costa Guedes Cargo não identificado	Presidente
ICONE – Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais	Rodrigo Carvalho de Abreu Lima Diretor do Conselho Deliberativo	Gerente Geral
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras	Márcio Lopes de Freitas Diretor do Conselho Deliberativo	Presidente
ORPLANA – Organização dos Plantadores de Cana do Centro-Sul do Brasil	Ismael Périna Júnior Cargo não identificado	Presidente
Sindaçúcar –AL – Sindicato da Indústria do Açúcar e Álcool no Estado de Alagoas	Representante/Cargo não identificados	Não identificado
SRB – Sociedade Rural Brasileira	Cesário Ramalho da Silva Diretor do Conselho Deliberativo	Presidente
UNICA – União da Indústria de Cana-de-Açúcar	Marcos Sawaya Jank Diretor do Conselho Deliberativo	Presidente

Fonte: Website/ARES.

Cabe lembrar que das associações acima, ABIA, ABCZ, ANDEF e UNICA são associadas mantenedoras da ABAG nacional. Já Mônica Bergamaschi, César Borges de Sousa e Cristiano W. Simon seus diretores e vice-presidente, respectivamente. Informações que reforçam fato explícito pela distribuição de cargos acima revelada. Falo da pequena rotatividade nos postos-chave das principais bases de atuação do empresariado rural.

De acordo com o organograma do Instituto para o Agronegócio Responsável, seu Conselho Deliberativo¹⁶¹ conta ainda com a participação de Roberto Giannetti o qual ocupa o cargo de vice-presidente ao lado de Assuero Veronez. Já em relação ao Conselho Fiscal¹⁶², os nomes de Luiz A. Pinazza (Diretor do IEAG/ABAG) e Márcio Napo devem ser incluídos como diretores. E por fim, seu Conselho Consultivo¹⁶³ é formado por seis conselheiros. São eles: Ricardo Guimarães (Diretor-Presidente da Thymus Branding, empresa de consultoria em Marcas), Ricardo Young (Presidente do Instituto Ethos), Fábio Feldmann (advogado e consultor em questões ambientais na FF Consultores) e Jacques Marcovitch (Presidente do Conselho Administrativo da Fundação Bunge). Grupo ao qual se soma Roberto Waack que preside os trabalhos, como já assinalado.

Além das referidas instâncias, o ARES conta com uma estrutura executiva tendo Ocimar de Camargo Villela¹⁶⁴ como superintendente.

Vale ressaltar que embora Lovatelli ocupe a vice-presidência do Conselho Administrativo da Fundação BUNGE e Marcovitch seja seu presidente, a referida Fundação não é associada do ARES. Fato curioso considerando a proximidade, em tese, de interesses.

Durante as entrevistas concedidas, Ferreira e Waack enfatizaram que a fase inicial do Instituto teria como marca a aproximação entre seus mantenedores, bem como a discussão em torno do mandato da referida agência a qual caberia “*organizar e*

¹⁶¹ Instância que junto com a Assembléia Geral – órgão soberano do qual participam associados mantenedores e observadores dos associados fundadores, contribuintes e honorários – e os Conselhos Fiscal e Consultivo é responsável pela administração do Instituto. De acordo com o art. 23 do Estatuto do ARES, o referido Conselho é formado pelo 1º e 2º Vice-Presidentes e três a cinco membros cuja seleção é feita pela Assembléia Geral entre os associados mantenedores para mandato de dois anos com direito a reeleição. Conferir competências em art. 24 do documento citado.

¹⁶² Composto por três membros e suplentes em igual número, possui mandato coincidente com o mandato do Conselho Deliberativo. De acordo com o Estatuto do Instituto, o Conselho Fiscal deve reunir-se anualmente para examinar prestação de Contas daquele. Ver competências em art. 29.

¹⁶³ Constituído por cinco a oito membros “[...]indicados pelo Conselho Deliberativo entre pessoas de notório saber ou ligadas à Instituições públicas ou privadas relacionadas ao agronegócio e ao meio ambiente, eleitos pela Assembléia Geral[...]”. Agentes cujos mandatos também são de dois anos com direito a reeleição uma única vez, ou com interstício de dois anos. Com reuniões semestrais, sua agenda inclui reuniões extraordinárias, assim como os demais, “[...]sempre que os interesses sociais exigirem, mediante convocação de seu Presidente ou 1/3 de seus membros ou por convocação do Presidente do Conselho Deliberativo ou 1/3 de seus membros.” Ver Estatuto do ARES (Cap.IX).

¹⁶⁴ Zootecnista formado por Uberaba. De acordo com seu currículo, Villela ocupou posições gerenciais em Pecuaría, Meio Ambiente e Agricultura na Fundação Bradesco, Fazendas Rubayat e nos últimos 15 anos trabalhou no Grupo André Maggi, onde teria implantado o sistema de gestão socioambiental e articulado parcerias importantes com ONGs locais, regionais e internacionais. Teria auxiliado ainda na estruturação da RTRS – Mesa Redonda da Soja Responsável, tendo sido eleito vice-presidente na gestão de constituição da iniciativa e participado de forma efetiva na estruturação da Moratória da Soja. Villela é o segundo a ocupar o cargo de superintendente do ARES, como já assinalado.

instrumentalizar” a discussão da *Sustentabilidade* em áreas de interesse das organizações ligadas ao ARES.

Ferreira chegou a definir o ARES como um “*espaço seguro*”, um lugar onde seus associados poderiam discutir suas realidades e dar início à adequação de sua forma de produção. Em sua percepção, o Instituto seria uma estratégia “*inovadora*” diante de desafios como os da *Sustentabilidade*.

Na avaliação dos representantes entrevistados, o fato do trabalho no Instituto estar “*confinado*” ao que seria um “*processo de gestão interna*”, com foco na construção do diálogo entre seus mantenedores, já representa “*avanço*”. Segundo Roberto Waack, o intuito é alcançar pontos de convergência possibilitando a elaboração de planos de ação visando solucionar as inadequações dos negócios frente às exigências de uma nova conjuntura em que a economia navegaria sobre o tema da *Sustentabilidade*. Em seu depoimento, Waack afirma que estes planos de ação podem assumir a forma de “*Manifestos*” onde se torne público o compromisso de abolir determinadas práticas e/ou “*Planos de transição*” em que se determine um tempo para que as mudanças sejam implementadas.¹⁶⁵ Atenção para a introdução do componente temporal no processo em função de sua importância no alívio das pressões.

O entrevistado mencionou, ainda, a possibilidade de atuação do ARES através de alianças com grupos da sociedade civil no intuito de uma atuação política. Vale frisar a distinção entre setor produtivo e sociedade civil em seu discurso. A última seria representada pelos agentes reconhecidos como interlocutores, não patronais, nos debates das questões eleitas como prioridades em termos de *Sustentabilidade*.

Atenção para a ênfase dada aos fóruns *multistakeholders* como espaços de discussão e deliberação altamente democráticos. Na visão dos entrevistados, o Estado viria perdendo poder para tais esferas. Waack, em particular, assinala um contexto de transição de “*modelos de governo para modelos de governança*”. Contudo, reconhece a não absolutização do processo e a importância do Governo garantir a execução das Leis (“*law enforcement*”). No primeiro estudo veiculado pelo ARES (*Governanças Socioambientais nos Sistemas*

¹⁶⁵ O representante destaca a importância dos planos de trabalho enfatizando a inércia de investimentos do setor produtivo, bem como os compromissos previamente assumidos.

Agroindustriais)¹⁶⁶, o administrador-biólogo reafirma sua lógica dizendo se tratar de um “[...] processo diferente, talvez doloroso, que demanda paciência e compromisso, mas que pode proporcionar oportunidades importantes no campo dos processos produtivos e mercadológicos.” (WAACK et.al., 2008, p.8)

Cabe registrar, igualmente, a visão do conselheiro do ARES sobre a discussão da Sustentabilidade na cadeia de valor dos produtos. Quando indagado sobre a dificuldade de acesso aos produtos “sustentáveis” e a formação de uma elite consumidora dos mesmos, o representante argumentou que o referido fato pode ocorrer durante a fase de transição em que as organizações usam a diferenciação (graças a incorporação dos elementos da Sustentabilidade) como “*elemento de captação de valor*”. Contudo, transformada a referida discussão em “*mainstream*”, a recompensa econômica se traduziria em acesso a mercado. Fase em que a valorização dos produtos não se traduziria (“*necessariamente*”) pela elevação de preço gerando dificuldade de acesso e “ *muito menos concentração numa elite consumidora de produtos sustentáveis*”.

Todavia, sabemos que considerados o fim dos empreendimentos econômicos e a valorização da certificação enquanto instrumento garantidor de bons negócios, é preciso atenção às exigências para a criação das condições objetivas para que tal realidade se dê. Afinal, não será esta fruto de um processo natural/espontâneo. Sendo o mercado uma construção social, será necessário alcançar uma dada situação das relações de força favorável a valores outros que não só os econômicos para a democratização do acesso aos produtos dotados de atributos cuja natureza os qualifica como “sustentáveis”.

Ponto relevante para os objetivos deste tópico, a visão de Roberto Waack sobre o aspecto ideológico da discussão da Sustentabilidade deve ser mencionada. Em relação à questão, Waack afirma que os avanços só são possíveis com o aprendizado de se conviver com a diferença tendo acima dela uma causa maior: “*Então você está lá [refere-se aos fóruns multistakeholders] com suas posições ideológicas não para vender suas posições ideológicas, mas para construir um novo modelo [...]*” Segundo o entrevistado, a “*postura política de lidar com a ideologia*” estaria proporcionando novos modelos que seriam decodificados através dos sistemas *multistakeholders*, pelos sistemas de certificação etc. O referido agente chega a

¹⁶⁶ O estudo, lançado em 2008, teve como objetivo promover e fortalecer os chamados modelos de Governança *multistakeholders* implementados no Agronegócio “brasileiro”. Destaque para os SAGs do algodão, soja e milho, café, cana, laranja, suínos e aves, bovinos e floresta.

arriscar um percentual em torno de 60% de um conjunto de situações em que não haveria disputa. Situações em que faltaria apenas oportunidade de entendimento prévio entre os atores sociais. Já em 20% dos casos, denominados de “Zona Amarela”, teríamos áreas que necessitariam de um maior investimento para o acerto dos *common grounds*. Os 20% restantes seriam “*elefantes em cima da mesa*” os quais materializariam pontos inegociáveis como os OGMs. Embora reconhecendo o peso de tais controvérsias, o administrador-biólogo avalia que, raramente, as mesmas paralisam o processo de diálogo e a produção de dado consenso. Contudo, levando em conta a natureza estrutural dos aspectos que traduzem o inegociável, fica a indagação sobre a direção que estaria tomando a produção do consenso considerados os mecanismos eleitos para tanto.

Enfim, aos interessados pelas iniciativas no campo da Sustentabilidade cabe desnaturalizar o processo de proposição e consolidação de agências como o Instituto para o Agronegócio Responsável, bem como sua atuação – assim como ao historiador cabe transcender a história oficial na apreensão dos fatos. Mais do que acesso a mercados, o ARES traz consigo a promessa de uma representação do Agronegócio atualizada com os dinâmicos critérios definidores do próprio processo de acumulação em que o *business* deve ser certificado.¹⁶⁷ Processo cuja análise deve reservar atenção especial para a defesa do deslocamento do poder de definição das “regras do jogo” para os chamados fóruns *multistakeholders* cabendo ao Estado apenas implementar tais regras.

Questão que está diretamente relacionada ao debate sobre a participação no processo de discussão e deliberação das políticas públicas, a defesa e legitimação dos referidos fóruns como modelo de participação democrática deve ser examinada considerando atores e interesses representados. Afinal, constitui a referida problemática aspecto fundamental ao se pensar a formatação de uma institucionalidade favorável à sociedade em seu conjunto, bem como o papel do Estado enquanto garantidor do tecido social.

Diante das considerações feitas e levando em conta a disputa pela atribuição de sentido aos conceitos e noções produzidos no debate das temáticas eleitas como de

¹⁶⁷ A certificação é vista como ferramenta de gestão operacional e social traduzida por uma marca, logo ou selo com o qual se busca garantir a reputação desejada.

interesse nacional, a criação de um *Glossário Socioambiental* pelo ARES não poderia passar despercebida. Iniciativa que é justificada da seguinte forma pela agência:

No decorrer da elaboração de uma série de documentos técnicos, a equipe do ARES percebeu que há muita confusão e diferentes interpretações de termos utilizados nas ciências socioambientais. Procurando padronizar o jargão, pensou-se que a publicação de um glossário de termos utilizados em temas socioambientais poderia ajudar a homogeneizar e divulgar a terminologia referente a esse importante assunto.

Para diminuir esta dificuldade estamos disponibilizando um glossário de termos técnicos comumente utilizados em ciências socioambientais, explicitando o significado dos vocábulos de maneira a torná-los compreensíveis.

Esse produto é decorrência de um longo trabalho de procura e compilação do significado mais preciso dos termos. Para tal, recorreu-se a bibliografia variada e, também, necessitou-se criar as definições de inúmeros termos que, por serem novos, não estavam disponíveis.

Pretendemos que este trabalho continue a incorporar termos novos ou que não constem nessa primeira versão. (Website/ARES, grifos meus)

O trecho acima demonstra, claramente, a intenção de agente nomeador da realidade no campo da Sustentabilidade. Aspecto cuja consideração nos faz atentar para a ênfase de Meire Ferreira e Roberto Waack no fato de que a organização/sistematização do conhecimento em torno da *Sustentabilidade* se daria no intuito de atender aos interesses dos mantenedores do ARES. Cenário em que a definição dos conceitos difundidos através do referido glossário assume papel estratégico. Nesse sentido, cabe a transcrição de alguns destes conceitos. Início pela própria definição de *Sustentabilidade*. Vejamos:

Qualidade, característica ou requisito do que é sustentável. Num processo ou num sistema, a sustentabilidade pressupõe o equilíbrio entre 'entradas' e 'saídas', de modo que uma dada realidade possa manter-se continuamente com suas características essenciais. Na abordagem ambiental, a sustentabilidade é um requisito para que os ecossistemas permaneçam iguais a si mesmos, assim como os recursos podem ser utilizados somente com reposição e/ou substituição, evitando-se a sua depleção, de maneira a manter o equilíbrio ecológico, uma relação adequada entre recursos e produção, e entre produção e consumo. (Glossário Socioambiental/Website ARES, grifo meu)

A exemplo da definição de *Agricultura Sustentável* ou do próprio conceito de *uso e ocupação da terra*, a definição acima não incorpora critérios da dimensão social da

Sustentabilidade. Constituindo a agricultura uma atividade humana – mesmo em casos extremos de mecanização – fica a indagação sobre a direção e o sentido da discussão sobre temas fundamentais para se pensar a questão agrária brasileira. Nesse sentido, vale registrar o significado dado à expressão *Agricultura Sustentável*:

Método agrícola que incorpora técnicas de conservação do solo e de energia, manejo integrado de pragas e consumo mínimo de recursos ambientais e insumos, para evitar a degradação do ambiente e assegurar a qualidade dos alimentos produzidos agora e no longo prazo. (Id., grifos meus)

Já uso e ocupação da terra:

Refere-se não só ao modo de usar a terra, em termos de tecnologia aplicada, como também a forma como é feita a ocupação espacial da propriedade, em função de fatores topográficos, pedológicos, ambientais, ou de preservação dos recursos naturais de água, flora e fauna. (Id., grifo meu)

Nenhuma relação entre uso, ocupação e função social da terra. Atenção apenas para o relevo, o solo, a flora, a fauna etc. A menção mais próxima de uma consideração da dimensão social pode ser vista na definição de *uso sustentável*. Prática que significaria a “[...]exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável (Lei 9.985/2000, art. 2, XI).” Contudo, não se define o que seja socialmente justo. Adia-se discussão inevitável considerada a afirmação de uma possível “*ordem moral*” direcionando o *business* para além da legalidade.

Por outro lado, a definição de *Área de Proteção Ambiental (APA)* chama atenção para o “*direito de propriedade*”:

(1) Respeitados os princípios constitucionais que regem o exercício do direito de propriedade, o poder executivo poderá criar Áreas de Proteção Ambiental, estabelecendo normas que limitem ou proíbam a implantação ou o desenvolvimento de atividades que afetem as características ambientais dessas áreas, sua condições ecológicas ou ainda que ameacem extinguir as espécies da biota regional[...].(Glossário Socioambiental/Website ARES, grifo meu)

Destaque para as considerações sobre *Meio Ambiente* cuja natureza parece pouco considerada na definição dos demais conceitos. Vejamos.

(1) Nos estudos ambientais, a tendência mais recente é analisar o meio ambiente como um sistema, o sistema ambiental, definido como os processos e interações do conjunto de elementos e fatores que o compõem, incluindo-se, além dos elementos físicos, biológicos e sócio-econômicos, os fatores políticos e institucionais. Os sistemas ambientais incluem os ecossistemas, porém, não se confundem com eles. (2) Conjunto dos processos e interações dos elementos que compõem o meio ambiente, incluindo, além dos fatores físicos e bióticos, os de natureza antrópica (socioeconômica, política, institucional e ética).(Glossário Socioambiental/Website ARES apud FEEMA, 1997).

Por fim, vale assinalar a definição de dois importantes termos objetivando uma melhor compreensão das ações do ARES. Trata-se dos conceitos de *Risco Ambiental* e *Qualidade Ambiental*. O primeiro deles é entendido enquanto:

(1) Potencial do dano que um impacto pode causar sobre o meio ambiente (Glossário Libreria, 2003). (2) Relação existente entre a probabilidade de que uma ameaça de evento adverso ou acidente determinado se concretize, com o grau de vulnerabilidade do sistema receptor e seus efeitos. O gerenciamento de riscos ambientais é processo complexo e sua implantação torna-se exigência crescente, assim como a comunicação de riscos, que é um item indispensável ao processo de gestão ambiental.(Glossário Socioambiental/Website ARES)

Já o segundo:

(1)O estado do meio ambiente, como objetivamente percebido, em termos de medição de seus componentes, ou subjetivamente, em termos de atributos tais como beleza e valor (MUNN, 1979).(2)É o estado do ar, da água, do solo e dos ecossistemas, em relação aos efeitos da ação humana (HORBERRY, 1984).(3)Estado das principais variáveis do ambiente que afetam o bem-estar dos organismos, particularmente dos humanos. Termo empregado para caracterizar as condições do ambiente segundo um conjunto de normas e padrões ambientais pré-estabelecidos. A qualidade ambiental é utilizada como valor referencial para o processo de controle ambiental.(4)Resultado dos processos dinâmicos e interativos dos elementos do sistema ambiental, define-se como o estado do meio ambiente, numa determinada área ou região, conforme é percebido objetivamente, em função da medição da qualidade de alguns de seus componentes, ou mesmo subjetivamente, em relação a determinados atributos, como a beleza, o conforto, o bem-estar. (Glossário Socioambiental/Website ARES apud FEEMA, 1997)

Em paralelo ao trabalho de aprimoramento do referido glossário, os representantes do Instituto prometem a realização de três estudos tendo como foco os seguintes temas: Amazônia, Uso da Terra e Questão Social, cuja discussão deverá abranger questões como deslocamento econômico e impacto na comunidade. Durante nossa conversa, Roberto Waack afirmou que a agenda 2009 englobaria o último dos temas. Contudo, até fins de setembro do referido ano o ARES ainda não tinha veiculado posição referente ao assunto. Em 2008, a agenda do Instituto teria focado no primeiro dos temas eleitos com o intuito de entender o contexto de sua discussão para definir prioridades e projetos para a região em questão.¹⁶⁸

Num contexto em que a *Amazônia* é tema de referência internacional e nacional, o empresariado rural cria seu interlocutor e realiza um trabalho que nos lembra a execução de um *branding*¹⁶⁹. Afinal, o Instituto para o Agronegócio Responsável soma esforços na constituição da “marca” *Agronegócio Responsável* a qual agrega valor ao produto *Agronegócio “brasileiro”*.

Vale ressaltar que enquanto o Instituto emprega, oficialmente, o termo “*responsável*”, a maioria das associações do empresariado rural usa o termo “*sustentável*”. Diferença significativa em termos de discurso. De um lado, o processo. De outro, o fim. Realidade que explicita os diferentes graus de valorização e internalização da discussão.

Fato ao qual não foge os próprios representantes do ARES. Enquanto Roberto Waack afirma o compromisso com o processo e chega a alertar para a utopia de se definir o

¹⁶⁸ Conferir matéria publicada na Revista Época Negócios (julho de 2008) sob o título *Dez verdades sobre a Amazônia*. Ocasão em que Roberto Waack identifica aqueles que seriam os dez fatores relevantes para se pensar, em sua avaliação, a temática em sua complexidade e para elaborar um projeto “*consistente*” para a região. Os fatores listados são: 1) a heterogeneidade da Amazônia a qual exigiria tratamento e estratégia diferentes para cada uma de suas realidades; 2) os interesses múltiplos pela região, a nebulosa institucional à qual a Amazônia estaria sujeita; 3) o problema fundiário marcado por titulações que sofrem de legitimidade; 4) as diferentes causas do desmatamento; 5) o novo paradigma na geração e disseminação da informação levando em consideração a importância das pesquisas realizadas pelas ONGs; 6) a produtividade da floresta; 7) a necessidade de um sistema educacional voltado para a formação técnica voltada para as potencialidades florestais; 8) a integração entre política ambiental e agroindustrial para a consolidação de uma economia florestal garantidora da preservação da floresta; 9) a necessidade de um discurso pró-ativo em termos de Amazônia através do qual se daria a defesa de um modelo que agregue a produção de alimentos em grande escala e; 10) uma matriz energética limpa e uma agenda ambiental florestal sólida e sustentável.

¹⁶⁹ Termo empregado para designar o trabalho de criação de uma “Marca” com a qual mais do que criar uma identidade acrescenta-se um conceito de valor e positividade ao produto no intuito de ganhar a preferência do consumidor. Cf. Martins (2006).

que é sustentável uma vez que não se pode prever todos os possíveis impactos causados pelas ações do presente, Carlo Lovatelli afirma: “*Agronegócio é sustentabilidade*”.

Outro ponto a mencionar é o papel atribuído às entidades associadas ao ARES. Segundo Meire Ferreira, as referidas organizações seriam responsáveis pela difusão do conhecimento sistematizado pelo Instituto, bem como das melhores práticas acordadas. Tarefa cujo êxito ainda não pode ser avaliado. Ainda não é possível determinar o grau de internalização das orientações ou variações do processo entre as diferentes entidades associadas ao ARES. Como regra até o momento, julgadas as ações de grande parte do empresariado, nota-se a distância entre o discurso e a prática em termos socioambientais. Quando observados os investimentos em práticas de responsabilidade sociambiental, percebe-se que os mesmos têm se dado (em grande parte) com o intuito de capitalizar sobre o marketing que tais ações geram.

Importa registrar fato referente ao mandato do ARES. Apesar da natureza do mesmo e da própria gênese do Instituto, seus representantes negam exercerem *lobby* em benefício de suas bases sociais. A atividade lobista seria executada pelas associações setoriais as quais teriam “*legitimidade*” para tal exercício.

Além do estudo *Governança Sociambientais...*, registra-se a conclusão do estudo “*Sustentabilidade no Agronegócio Brasileiro, uma análise exploratória qualitativa*” o qual não foi veiculado sob argumento de se tratar de pesquisa preliminar e necessitar de aprofundamento. Seu conteúdo abordaria dados para o trabalho inicial de aproximação e diálogo entre os segmentos do “setor”. Contudo, apesar da natureza “superficial” de seus dados, o referido estudo constituiu a base de priorização das ações do ARES – lembremos dos dez temas prioritários da agenda do Instituto, já assinalados.

Atenção para o fato de que a estratégia de aproximação através de *common grounds*, produzidos em áreas eleitas como prioridades na busca por um consenso em termos de critérios orientadores de boas práticas, não eliminar os conflitos inerentes ao próprio processo de internalização do consenso. Enfim, não se deve ignorar a própria conflitividade fruto dos diferentes graus de incorporação dos pontos acordados.

Outra iniciativa do ARES merecedora de registro é o curso para jornalistas de editoriais de *Agronegócio*, Meio Ambiente, Sustentabilidade, Responsabilidade Social e Cidades. Com o objetivo de trabalhar a *Sustentabilidade* de forma ampla através da

socialização de informações sobre o “setor” e sua relação com o tema, a iniciativa parece ter virado tendência entre as agências do Agronegócio. Seus representantes chamam para si o papel de ensinar a quem não sabe. Função que reafirma o papel dos mesmos no processo de convencimento da sociedade e potencialização da capacidade de direção do empresariado rural.

Para finalizar, não poderia deixar de transcrever o *Manifesto em prol do Desenvolvimento Sustentável* cujo conteúdo revela, nitidamente, a pretensão do Instituto:

O agronegócio brasileiro é fundamental para atender uma demanda em mudança e em crescimento no mundo. Há uma disputa acirrada, nunca vista, pelos 4F's: food (alimento), fuel (energia), feed (ração) e fiber (fibra).

Esta missão será cumprida se houver comprometimento com os 3P's: people (pessoas), profit (lucro) e planet (planeta). Isso significa produzir alimento, energia, ração e fibra de forma socialmente justa, economicamente próspera e ambientalmente correta.

As cadeias produtivas do Agronegócio Responsável, assumem publicamente o compromisso em estabelecer o diálogo com a sociedade civil, para em conjunto, desvendar os caminhos da sustentabilidade, com base na realidade e no conhecimento.

Assumem, também, o compromisso com a busca do equilíbrio entre o valor do agronegócio e o valor da floresta.

Os desafios são muitos. Acreditamos que o movimento da sustentabilidade permite enxergar mais amplamente a complexidade na interação dos sistemas agroindustriais e o papel dos cidadãos e da sociedade direta ou indiretamente neles envolvidos.

Um caminho perfeitamente possível para ser buscado de forma conjunta, através da melhoria contínua e implementação das boas práticas produtivas para que o desenvolvimento seja uma efetiva realidade!

Para a execução da missão proposta, seus agentes divulgam como Plano de Trabalho: 1) a estruturação de um Banco de Dados sobre Agronegócios Sustentáveis; 2) consolidação das ZEEs existentes no País; 3) consolidação de mapeamentos existentes no Brasil (INPE, IBGE, MMA, INCRA, SIVAN, etc); 4) elaboração de manual de boas práticas para a agricultura sustentável; 5) monitoramento e apoio às iniciativas de Round Tables existentes; 6) mapeamento dos principais agentes da sociedade civil organizada (ONGs) e respectivas agendas; 7) estabelecimento da rede de parceiros formais e informais

do ARES; 8) aprofundamento nos temas prioritários aprovados e; 9) estratégia de comunicação e relação estruturada com *stakeholders* e imprensa.

Cabe assinalar que o Agronegócio “brasileiro” tem sido caracterizado por seus agentes como um setor em estágio de “Crescimento” em termos de práticas de certificação. Estágio no qual se observaria o surgimento de importantes decisões tais como: melhoramento dos *standards* e do processo educacional, o engajamento das empresas no diálogo com ONGs e a percepção de que o “*business as usual*” não se sustenta mais. A evolução do processo levaria à “Maturidade” traduzida por processos em que *multistakeholders* colaboram para garantir e liderar a implementação das práticas no âmbito governamental e legislativo (institucionalização) e que novas expectativas surgem. Mudanças quantitativas no campo seriam disseminadas.

Segundo representantes do próprio “setor”, considerada a dificuldade de assimilação do próprio conceito de *Sustentabilidade* pela cadeia produtiva, o referido estágio ainda estaria longínquo. Não devemos esquecer que Meire Ferreira, ainda superintendente do ARES, alertava para a necessidade de todos entenderem “[...]que o desenvolvimento sustentável não está desconectado do dia-a-dia das pessoas[...]” e de que “[...]cada escolha que é feita[...], traz uma série de consequências[...]”. E que “[...]quando pensamos em agronegócio responsável, temos que atentar para as consequências das escolhas que fazemos.”

No Brasil, segundo Ferreira, os agricultores teriam começado “[...]a ficar conscientes mais por uma questão de mercado”. O fato do ICONE apontar o foco das negociações no tema da Sustentabilidade, em particular entre os setores que exportam para o mercado europeu, chegou a ser lembrado pela representante.

Para concluir, devo assinalar que, consideradas as fontes utilizadas para a apreensão do ARES, é visível a formação daquela que pode vir a se tornar a mais importante frente de elaboração do convencimento em torno da base material sobre a qual tem ocorrido a reprodução do *business* em torno da agricultura “brasileira”, bem como de orientação da extração de uma renda da natureza levando em conta uma conjuntura em que o foco dos negócios se volta para a temática da *Sustentabilidade*. Mais do que para atender às demandas de determinados agentes de dada cultura (versão oficial), o Instituto, ao que tudo indica, vem para responder aos desafios trazidos com a ressignificação do *Agribusiness* enquanto

modelo de *Agricultura Sustentável* traduzido por um *Sistema de Gestão de Riscos* no qual se inclui a própria definição de *Desenvolvimento*.

Capítulo 3 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): breve nota sobre a institucionalização de interesses em tempos de Agronegócio

GM/MAPA, PAP e PPA: registros da institucionalização de interesses

Considerando a origem da referida Pasta¹⁷⁰, bem como sua posição no organograma institucional nacional e a atuação de seus agentes, nota-se não só ter a mesma sido fruto do *lobby* classista como materializar um dos mais fortes lobbies institucionais a favor do modelo organizacional difundido pela ideia de *Sistema*. Fato explícito em sua própria missão a qual mantém argumento ético baseado no bem público enquanto característica marcante na legitimação de suas ações. Assim sendo, a referida Pasta busca: “*Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira*”.

Não constituiu interesse desta dissertação o resgate histórico da trajetória do MAPA, mas os indícios (recentes) de institucionalização de interesses considerando a trajetória do Agronegócio e suas estratégias para a criação de condições objetivas para a consolidação do modelo produtivo que defende. Assim sendo, destaco a gestão de Roberto Rodrigues no Ministério em questão. Período em que o órgão passou por uma reestruturação no sentido de dotá-lo de maior capacidade de respostas em relação ao que lhe tem sido demandado pelo “setor”.

Como já visto na apresentação dos CBAs da ABAG, o MAPA vem tentando responder às necessidades do *Agribusiness* procurando atuar em parceria com seus agentes. Contudo, é preciso atentar para o fato de que a existência de programas ou planos que busquem formatar uma institucionalidade favorável ao *Agronegócio* não significa que as condições objetivas para a execução dos mesmos existam. As recorrentes questões traduzidas em eternos gargalos do “setor” nos dão claro exemplo dos limites do alcance das referidas ações. Contudo, tal fato não invalida o poder da agência de intervir na realidade.

Vale considerar que apesar da difusão das PPP's, enquanto mecanismo prioritário para viabilizar mudanças, não se pode negar o papel do Estado brasileiro como protagonista de determinados processos. Nesse sentido, as reflexões de Coutinho (2003) em relação aos

¹⁷⁰ Ver Mendonça (1990).

processos nacionais de modernização conservadora à luz dos conceitos de *Revolução Passiva* e *Transformismo* muito nos servem para pensar o MAPA. Inclusive em tempos de Agronegócio.

Cabe mencionar que este capítulo se encontra dividido em dois tópicos. No primeiro deles constam informações sobre a estrutura e a organização do Ministério. Além de dados sobre sua institucionalização. Já o segundo traz breves considerações sobre a gestão de Roberto Rodrigues (2003-2006) tendo como base os relatórios de seu próprio Gabinete (Órgão de Assessoria Direta e Indireta ao Ministro), bem como os Planos Agrícolas e Pecuários referentes ao período de 2003 a 2007. Além do próprio Plano Plurianual 2004-2007.

3.1 Estrutura e Organização

Vejamos algumas considerações de ordem cronológica sobre a legislação referente à institucionalização da referida Pasta no intuito de melhor evidenciar os interesses ligados à mesma, consideradas suas atribuições. Fato que nos ajuda na apreensão do Ministério enquanto unidade de poder.

Segundo a história oficial, a origem do MAPA está associada à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, por decisão da Assembléia Legislativa, quando da promulgação do Decreto Imperial nº 1.067 de 28 de julho de 1860. Organização sob a qual teria estado durante 32 anos. Já na República, a Pasta foi extinta e suas atribuições passaram ao então Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas – conferir Decreto nº 1.142 de 2 de novembro de 1892. Passados 17 anos, o Decreto nº 7.501 de 12 de agosto de 1909 operou uma inversão criando a Pasta da Agricultura a qual passou a incorporar as competências e atividades da Indústria e Comércio. Surge assim, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Vale ressaltar que o surgimento do Ministério foi fruto de um processo examinado por Sônia Mendonça em sua tese. A historiadora defende que a demanda inicial de um órgão voltado para a agricultura teria partido da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) no ano de 1901, durante o Iº Congresso Nacional de Agricultura realizado “[...] sob os

auspícios da entidade e congregando agricultores de quase todos os estados ou setores agrícolas do país.” (MENDONÇA, 1990, p.428) Destaque para o fato de que não só se formalizava uma demanda, mas também se definia seu conteúdo e orientação. A pesquisadora afirma o atendimento de problemáticas amplas abrangendo desde a produção de estatísticas à catequese dos índios.

Aprovada a nova Pasta em 1906, sua efetiva concretização em 1909 é motivo de atenção por parte de Mendonça. A pesquisadora desnaturaliza o processo político responsável pelo não cumprimento da legislação referente ao Ministério durante o período de três anos. Problematização que nos informa sobre a formação conflitiva do consenso em termos de Estado Ampliado.

A referida “*inércia*” seria explicada pelo “[...] *fato da fração de classe hegemônica [refere-se aos grandes cafeicultores de São Paulo] não ter tido, ainda, seus interesses específicos ameaçados o bastante, a ponto de ver-se forçada a ceder às contrapressões do jogo político como forma de acomodar dissidências.*” (MENDONÇA, 1990, p.440).

Passado o período inicial, durante décadas a estrutura da Pasta teria se mantido sem alteração quando em 1980 a competência sobre reforma agrária, recursos florestais e pesqueiros lhe foi excluída. Na década seguinte lhe são outorgadas as tradicionais atribuições, a exceção do abastecimento, acrescidas daquelas relacionadas às ações de coordenação política e à execução da reforma agrária e dos assuntos de irrigação. Em 27 de dezembro de 1991, a Lei nº 8.344 incorporou os assuntos de abastecimento, de política agrícola e de desenvolvimento rural. Fato que levou à Lei nº 8.490 de 19 de novembro de 1992 pela qual a Pasta passou a ser denominada por Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária, mantidos os assuntos atribuídos na lei de 1991.

Com a Medida Provisória 1450 de 10 de maio de 1996, o Ministério passa a ser denominado Ministério da Agricultura e do Abastecimento uma vez que teriam sido redistribuídos os assuntos relativos à condução e execução da política de reforma agrária. Medida que teria sido convertida na Lei nº 9.649 de 27 de maio de 1998 a qual teria voltado a incorporar os assuntos referentes aos recursos pesqueiros.

Já em 1999 com a Medida Provisória 1911-8 de 29 de julho do referido ano, passa a ser competência do Ministério a política do café, açúcar e álcool, bem como o planejamento

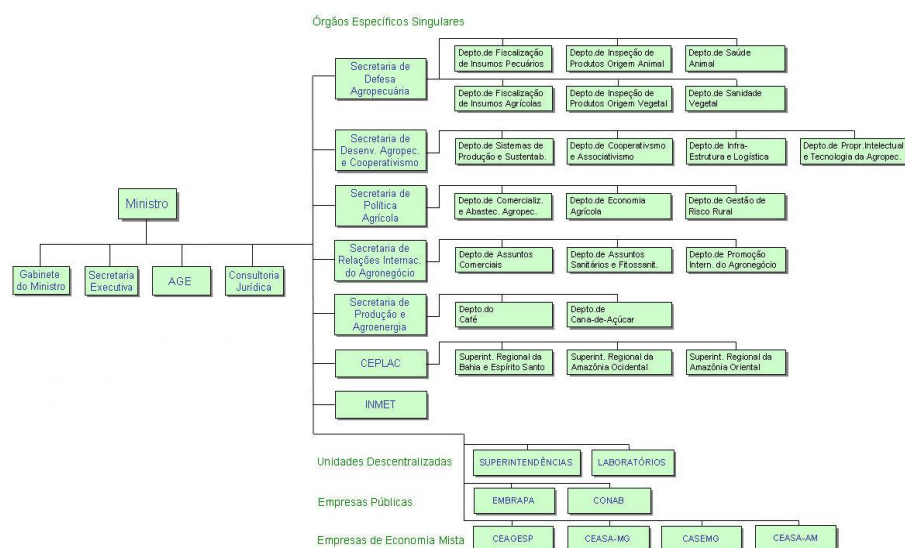
e exercício da ação governamental nas atividades do setor agro-industrial canavieiro – até aquele momento sob responsabilidade do Ministério da Indústria e Comércio.

Finalmente, temos a Medida Provisória 2216-37 de 31 de agosto de 2001 com a qual a Pasta passa a incorporar a designação pecuária e chegamos ao atual nome “[...] em clara demonstração da importância deste segmento inclusiva pelo destaque do agronegócio de carnes no mercado brasileiro, bem como no mercado global, tendo em vista a Balança Comercial do País.” (Website/MAPA)

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento viria ainda passar por nova mudança ao ter de suas atribuições excluídos os assuntos pesqueiros – Medida Provisória nº 103 de 1 de janeiro de 2003, convertida na Lei 110.683, de 28 de maio de 2003.

Sob o título “*Ministério da Agricultura, uma parceria histórica com o Agronegócio*”, o MAPA explicita o que vem sendo a lógica de sua atuação ao longo dos últimos anos. A missão de estimular o aumento da produção agropecuária e o desenvolvimento do Agronegócio com o objetivo de atender ao consumo interno e formar excedentes para exportação é legitimada por argumentos éticos como a geração de emprego e renda. Inclua-se (ainda) a própria promoção da Segurança Alimentar, a inclusão social e a redução das desigualdades sociais.

Atualmente o Ministério apresenta o seguinte organograma:



A estrutura organizacional, acima representada, mostra uma ingerência ampla nos assuntos em matéria de agricultura. Importa observar, igualmente, sua afinidade com as

principais questões da agenda do empresariado rural cuja identificação pode ser feita pelos próprios temários dos Congressos Brasileiros de Agribusiness (CBAs) e/ou Fóruns ABAG.

No intuito de executar sua missão, o MAPA formula e implementa políticas para o desenvolvimento do *Agronegócio*, integrando fatores mercadológicos, tecnológicos, científicos, organizacionais e ambientais. Nesse sentido, a linha de ação do Ministério tem se baseado na busca de sanidade animal e vegetal, na organização da cadeia produtiva e na modernização da política agrícola.

Como demonstra o organograma, sua infra-estrutura básica é formada pelas áreas de política agrícola (produção, comercialização, abastecimento, armazenagem e indicadores de preços mínimos), produção e fomento agropecuário; mercado, comercialização e abastecimento agropecuário; informação agrícola, defesa sanitária (animal e vegetal); fiscalização dos insumos agropecuários; classificação e inspeção de produtos de origem animal e vegetal; pesquisa tecnológica, agrometeorologia, cooperativismo e associativismo rural; eletrificação rural; assistência técnica e extensão rural.

As empresas vinculadas ao Ministério são: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), a Companhia de Entrepostos e Armazéns de São Paulo (CEAGESP), a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (CASEMG) e a Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (CEASA/MG).

Atenção para a criação de Câmaras Setoriais das diversas cadeias produtivas do *Agronegócio* (carne, leite, avicultura, açúcar e álcool, fruticultura, entre outras). Espaços de concertação entre governo e setor privado em termos de políticas públicas para o “setor”.

Iniciativa da gestão de Roberto Rodrigues¹⁷¹, as referidas Câmaras foram se multiplicando e totalizam hoje 28. Há ainda 6 Câmaras Temáticas. Fato que traduz a gama de atividades produtivas sob a designação *Agronegócio*.

Cabe mencionar que dos 21 ministros que estiveram à frente do MAPA, nos últimos 20 anos, dois eram economistas (Reinhold Stephanes, atual Ministro, é um deles) e dois agrônomos – Roberto Rodrigues (gestão de 01/01/2003 a 30/06/2006) e seu sucessor Luís Carlos Guedes Pinto (gestão de 03/07/2006 a 22/03/2007). Os demais – com exceção de Nu

¹⁷¹ Conferir no próximo tópico.

ri A. Gassani que era Engenheiro (Ministro em 1993) – eram bacharéis em Direito. Dado revelador do perfil de nossos ministros indicando constituir a própria condição de classe um dos requisitos para a nomeação para o cargo.

3.2 Gestão de Roberto Rodrigues (2003-2006)

A indicação do engenheiro agrônomo Roberto Rodrigues para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento era tudo quanto a agricultura brasileira queria e precisava. Nossa agricultura passa por grandes avanços e se prepara para novos saltos. A mudança de governo nesse momento crucial e de certa vulnerabilidade criava uma mal disfarçada ansiedade quanto a novos rumos, ações e esperanças. Toda e qualquer dúvida foi dissipada com a indicação do ministro. Bom agricultor, líder rural, tendo ocupado importantes postos no exercício dessa liderança, é no momento presidente da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), que congrega o agronegócio nessa nova postura de produzir, processar, distribuir, atender ao mais importante parceiro que é o consumidor. Trata-se de um enorme avanço. A agricultura evoluiu de uma postura tutelada onde os problemas e as soluções eram todas do governo. E os governos disso se aproveitavam, transvestidos de protetores quando na verdade eram obstáculos para o desenvolvimento agrícola. (O Estado de São Paulo, [on-line], Janeiro/2003)

A nota acima exemplifica a recepção positiva da nomeação de Rodrigues para aquela que seria a principal Pasta destinada a atender aos apelos do patronato rural. Um dos principais representantes do “setor” com vasta experiência no cooperativismo, Roberto Rodrigues toma posse e alimenta a esperança de que finalmente haveria “boa vontade política” e, conseqüentemente, solução para antigos problemas.

Em seu discurso de posse, o Ministro deixou claro os objetivos de sua gestão:

Meus caros cooperativistas e produtores rurais brasileiros, mulheres e homens anônimos que dia após dia, ano após ano, enfrentando todas as adversidades, cultivando suas terras, produzindo, gerando empregos, riquezas e excedentes exportáveis, vão construindo, em heróico silêncio, a grandeza deste nosso país, muito obrigado por estarem aqui fisicamente ou em espírito. Chegamos a este planalto central por causa de vocês e para vocês, para servi-los e, assim, servir ao Brasil. (Discursos de Posse do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Roberto Rodrigues, 02.01.2003)

Rodrigues reconheceu, ainda, o empenho de seu antecessor (Pratini de Moraes) a quem “a história” haveria “de louvar seu trabalho e seu nome”.

Tendo como base de seu discurso o que seriam prioridades do governo Lula, cuja base de sustentação seria o maior negócio do País (leia-se *Agronegócio*), o Ministro legitimou ações de suporte ao “setor” empregando o argumento de bem público. A menção ao *Programa Fome Zero* o qual teria como “lastro” a produção rural constitui claro exemplo da estratégia discursiva empregada. Contudo, não só o abastecimento interno foi destacado. Roberto Rodrigues também enfatizou a produção de excedentes para garantir a balança comercial.

O Ministro chegou a mencionar o que teria sido uma recomendação do Presidente da República. Segundo Rodrigues, este aconselhara atenção especial ao cooperativismo o qual seria uma “[...]doutrina formidável[...]braço econômico da organização da sociedade[...].”

Para equacionar as fragilidades nacionais através da potencialização do *Agronegócio*, Rodrigues afirmou o que seriam três grandes grupos de ação na direção da *sustentabilidade* da produção: 1) políticas públicas que garantissem renda ao produtor rural, porque só isto poderia fixá-lo em sua profissão; 2) uma organização privada capaz de assumir as responsabilidades que o mercado global exigisse, de uma forma compartilhada com a ação pública e; 3) uma firme negociação internacional, nos fóruns multilaterais ou bilaterais em que o Brasil defendesse o acesso ao mercado do *Agronegócio*, contra o protecionismo dos países ricos que destruiria empregos.

Importa mencionar as estratégias fixadas para o plano de atuação: 1) intensificar a aproximação entre o Ministério e os produtores rurais, usando melhor as novas delegacias federais e ampliando os canais de comunicação interna e externa via internet; 2) oferecer um serviço de qualidade e eficiência crescentes; 3) modernizar os processos técnicos e administrativos, capacitando, aperfeiçoando os recursos humanos e realizando novos contratos públicos; 4) criar a “*Ouvidoria da Agricultura*”; 5) realizar promoção comercial de produtos, através da participação em feiras, road show, degustação e promoção da marca *Brasil*; 6) cuidar das complexas questões ligadas à sanidade animal e vegetal, condições básicas para a inserção mundial, com rastreabilidade e certificação; 7) criar investimentos modernos para agregação de valor e comercialização para as cadeias produtivas; 8) enfatizar a pesquisa agrícola para a agricultura familiar e cuidar da biotecnologia; 9) recompôr estoques públicos; 10) cuidar da questão ambiental, usando

adequadamente o zoneamento agrícola e; 11) aprovar a lei do seguro rural, instrumento fundamental para a renda no campo.

Para tanto, a Pasta contaria com um “*exército extraordinário*” constituído: 1) pelo Governo enquanto “*bloco monolítico*”; 2) pelo MAPA enquanto instância de competência; 3) pelo Parlamento onde senadores e deputados “*de todos os partidos*” estariam dispostos a “*cerrar fileiras na defesa do Agronegócio*” e no combate à fome e; 4) pelas associações de classe. Mobilização que daria origem ao que viria a se constituir numa “*grande marca*” do Governo:

A marca de um agronegócio forte, sem distinção entre pequenos e grandes, eficiente e competitivo, multifuncional e sustentável. Vamos gerar empregos e riqueza para o país, vamos distribuir a renda no campo e na cidade, vamos defender a democracia e a paz e aumentar a felicidade de nosso povo. (loc.cit., p.10)

Rodrigues ressaltou, ainda, a “*oportunidade histórica ímpar*” de viabilização de um pacto social o qual uniria “*trabalho e capital num esforço conjunto para desamarrar os nós do subdesenvolvimento.*” Nesse sentido, vale transcrever o encerramento de seu discurso de posse:

Nos pronunciamentos feitos pelo presidente Lula durante sua campanha e especialmente em seu discurso de ontem no Congresso, algumas palavras chaves sobressaem: mudança, justiça, multirão, mobilização, solidariedade, honestidade, transparência, ousadia, prudência, solidariedade e esperança.

Com estas palavras, o presidente Lula deu à sociedade brasileira, em geral, e aos seus ministros, em particular, régua e compasso para superar o medo, o atraso e o preconceito que nos enchem de vergonha e que, além de representar um acinte à nossa cidadania, nos impedem de voar. Vai depender de todos nós segurar com unhas e dentes essa oportunidade. Nós todos, ombreados com todas as camadas do povo brasileiro, nos tornamos a partir de hoje, reféns da esperança.

*Que Deus nos ajude!
Muito obrigado!*

Consideradas as promessas, vejamos a ação. Começamos pelos Relatórios do Gabinete do Ministro (GM/MAPA).

Após uma análise comparativa dos relatórios da referida unidade, nota-se, a partir dos anos 2000, uma maior preocupação com a sistematização das ações para além dos

gastos do órgão na execução de suas atividades. Tendência que se consolida em 2003 com o primeiro relatório GM/MAPA da gestão de Roberto Rodrigues. Nesse sentido, temos a identificação e descrição dos programas do Gabinete e a divulgação da própria reformulação da estrutura do Ministério – iniciativa de Rodrigues.

Devo destacar que os relatórios procuram dar visibilidade aos esforços de cada gestão para o cumprimento da missão do Ministério. Logo: “*Ser reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de Políticas e na prestação de serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.*” A busca pela competitividade do Agronegócio e sua relação com o bem público é reforçada a partir de 2006. Nesse sentido, temos a ênfase na promoção do desenvolvimento sustentável e na competitividade do Agronegócio “*em benefício da sociedade brasileira*”. Entendendo Agronegócio, Desenvolvimento Sustentável e Competitividade como:

O agronegócio é a soma das atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, da produção agropecuária, do processamento, da transformação e da distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final[...]Desenvolvimento Sustentável é o processo de transformação que permite ao agronegócio evoluir econômica, social e politicamente, com respeito ao meio ambiente, satisfazendo as aspirações e as necessidades das gerações atuais e futuras; e competitividade é a capacidade que os produtos agropecuários gerados no País têm de competir em preço, qualidade e outros atributos desejados pelo mercado, com seus similares produzidos no exterior. (Relatório de Gestão do Gabinete do Ministro, 2007, p.2-3)

Sendo o foco deste capítulo a gestão de Roberto Rodrigues, passo a registrar o conteúdo dos relatórios referentes às atividades desenvolvidas durante a mesma.

Primeiramente, chama atenção a complexidade do organograma de seu Gabinete. São sete unidades vinculadas ao mesmo. Entre elas, destaque para as seguintes assessorias: Comunicação Social (ACS/GM); Assuntos Parlamentares (AAP/GM) e Assuntos Internacionais (AAI/GM). À primeira caberia acompanhar e informar sobre o noticiário, além de planejar e controlar as atividades no âmbito do Ministério em termos de comunicação. Já à segunda, planejar e controlar as atividades relacionadas aos assuntos parlamentares, além de assistir ao Gabinete nos assuntos relativos à representação política do Ministro. E mais, a unidade manteria (ainda) articulação com membros do Congresso Nacional, Assessorias Legislativas, Câmara Municipal e Órgãos de Assessoria Parlamentar

da Presidência da República, especialmente para interação institucional. Nota-se, aqui, a construção de um dos mais importantes mecanismos para atuação do *lobby* institucional.¹⁷²

Em relação à Assessoria de Assuntos Internacionais, a referida unidade seria responsável pela coordenação dos assuntos de caráter internacional em tramitação nos órgãos e entidades do Ministério. Além de atuar como órgão interlocutor do MAPA junto ao Ministério das Relações Exteriores, às Embaixadas e aos organismos internacionais. Importa destacar a coordenação de reuniões destinadas à formação da posição do Ministério em negociações internacionais, em articulação com os órgãos específicos singulares e os órgãos setoriais.

Segundo o GM/MAPA de 2004, referente exercício 2003, atendendo ao que seriam diretrizes presidenciais, o Ministério teria formulado programas e projetos na direção da *Sustentabilidade* da atividade produtiva no campo brasileiro, a partir das três áreas citadas por Rodrigues em discurso de posse. Entre as referidas linhas de ação, destaco a que se refere à organização do “setor” enfatizando o associativismo e o cooperativismo. Vale lembrar que as referidas ações tiveram como base o Plano Agrícola e Pecuário 2003/2004.

Sob o título sugestivo de *Organização do setor produtivo, democratização do Estado* são apresentadas as seguintes iniciativas: 1) criação do Conselho do Agronegócio e do Conselho Nacional de Política Agrícola com a reativação dos organismos que envolveriam representação paritária de Governo e sociedade civil; 2) instalação de 13 Câmaras Setoriais e/ou Temáticas no intuito de apoiar a formulação de políticas¹⁷³; 3) ampliação das consultas aos Estados, como fórum de debate para a definição de políticas regionais; 4) participação institucional em feiras nacionais e internacionais divulgando as atividades do MAPA e; 5) ênfase nas ações sobre a profissionalização da gestão na intercooperação para a formação de redes de negócios. O investimento teria sido de R\$ 5,6 milhões, com a realização de 723 eventos, abrangendo 250 cooperativas e 92,5 mil beneficiários diretos. (Relatório GM/MAPA, 2004, p.22-23)

¹⁷² Subdividida em Coordenação de Acompanhamento Legislativo (CAL/AAP); Divisão de Acompanhamento da Ação Parlamentar (DAP/CAL) e Divisão de Assuntos Legislativos (DAL/AAP), a referida unidade teria “*papel fundamental*” nos resultados das discussões no âmbito do Legislativo. Entre as leis aprovadas citadas como exemplo de tal fato, temos: MP 214/2004; MP 223/2004; MP 227/2004; PLC 9/2004; MP 239/2005; PL 4896/2005; PLC 62/2005 e PLN 47/2005.

¹⁷³ Foram elas: Culturas de Inverno; Carne Bovina; Açúcar e Álcool; Milho, Sorgo, Aves e Suínos; Vitivinicultura; Hortaliças; Quideocultura; Leite; Negociações Agrícolas Internacionais; Fumo; Flores de Plantas Ornamentais; Fruticultura e Ciências Agrárias. Conferir dados atualizados das Câmaras Setoriais e Câmaras Temáticas em <<http://www.agricultura.gov.br>>. Ver ainda Takagi (2000) e Azevedo (2007).

Das iniciativas acima, vale destacar a “criação” do Conselho do Agronegócio – o referido órgão foi instituído em 1998, Roberto Rodrigues baixa seu Regimento Interno – e das Câmaras Setoriais – cujas primeiras experiências datam dos anos de 1990 uma vez que já representavam a estrutura funcional do Conselho Nacional de Política Agrícola – em razão da importância política e econômica de tais espaços. Destaque também para a inovação das Câmaras Temáticas.

As Câmaras Setoriais – que representam as cadeias produtivas – e Temáticas – que tratam de serviços, temas ou áreas de conhecimento relacionados às diversas cadeias produtivas – são formadas por entidades de caráter nacional, de produtores, trabalhadores, consumidores, empresários, autoridades do setor privado e de órgãos públicos e instituições financeiras.

Apresentadas como *“instrumento democrático e transparente de interlocução com a sociedade”*, têm como objetivo identificar oportunidades de desenvolvimento das cadeias produtivas e definir ações prioritárias de interesse para o *Agronegócio* e seu relacionamento com os mercados interno e externo. Constituiriam tais câmaras um “elo” entre governo e setor privado o qual resultaria em um *“[...]mecanismo democrático e transparente de participação da sociedade na formulação de políticas públicas”* (MAPA, 2009, p.4)

Para o bom andamento das Câmaras foi criada, pelo Decreto nº 5351 de 21/01/2005, a Coordenadoria Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas (CGAC) com objetivos bem definidos. Entre eles promover canais de articulação entre o Ministério e instituições para atender as proposições dos referidos espaços, além do intercâmbio entre as próprias Câmaras. Inclua-se a tarefa de receber, encaminhar e acompanhar as respostas às proposições feitas, bem como estimular a discussão de questões estruturais das cadeias produtivas colaborando para a formação de políticas de longo prazo. Vale frisar que as propostas discutidas dependem de ação federal, daí serem fonte de consideração de tais câmaras. Caso contrário, devem ser direcionadas às câmaras estaduais cujo processo de criação se dá sob coordenação das secretarias de agricultura de cada estado.¹⁷⁴

Para participar das Câmaras é preciso enviar ofício à CGAC que encaminha a solicitação à Câmara específica a qual decide por votação se aceita o pedido de inclusão ou

¹⁷⁴ Ver Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2009). Para maiores detalhes conferir em Vilela e Araújo (2006) ou ainda em <<http://www.agricultura.gov.br>>, na aba “Câmaras e Conselhos”.

não. Aprovada a solicitação de inclusão, a Câmara indica a referida instituição (via CGAC) ao Ministro que a convida oficialmente e solicita indicação de representante. Atenção para os requisitos exigidos. Constituem exigências mínimas a representatividade e a abrangência nacional.

Devo ressaltar que o emprego de argumento moral para enfatizar a importância das câmaras é largamente empregado. O trecho abaixo constitui um dos múltiplos exemplos da referida prática:

A harmonização dos interesses entre os agentes de uma determinada cadeia produtiva engloba o estabelecimento de prioridades de ação, questões relativas a suprimento de produtos ou insumos em quantidade e qualidade estabelecidos e acordo de preços que remunerem todos os agentes, incentivando-os a permanecerem na atividade. Não se configuram somente interesses privados de lucro das empresas, mas também interesse público de garantia de suprimento dos bens e serviços e crescimento sustentado da cadeia, no médio-longo prazos, com aumento da renda e do emprego e seus efeitos colaterais no resto da economia (VILELA; ARAÚJO, 2006, p.4, grifo meu)

Em termos de Políticas Públicas para a competitividade do “setor”, o GM/MAPA de 2004 destaca a expansão da produção agropecuária graças ao incremento do crédito rural cuja aplicação teria atingido o valor de R\$ 27.8 bilhões, ficando 8% acima do previsto; a estabilização da renda do produtor e do consumidor, além da recomposição de estoques públicos. Os esforços em termos da qualidade dos alimentos e dos produtos setoriais através do desenvolvimento de programas de rastreabilidade bovina e regulamentação do sistema nacional de produção de sementes também são assinalados. Por fim, a implementação de programas de desenvolvimento tecnológico na área de interesse do *Agronegócio* igualmente é mencionada. A título de exemplo: 1) estudos de utilização de óleo vegetal como fonte alternativa de energia; 2) registro de novos cultivares e; 3) zoneamento agrícola.

Já em relação à área internacional, destaque para a atuação do MAPA na OMC, na ALCA e no Mercosul-União Européia.

Questão relevante, a dotação orçamentária da Pasta é ressaltada. Frente aos ajustes governamentais para o controle inflacionário, o Ministério teria tido seu orçamento reduzido. De acordo com o documento consultado, em 1985 a Pasta operara com um orçamento equivalente a 1,8% do Orçamento Geral da União, e, em 2003, com menos que a

terça parte, ou seja, 0,57%. No referido ano, o Ministério teria aplicado até meados de dezembro R\$ 3,8 bilhões (64,6% do orçamento aprovado para 2003). Limitação que não teria impedido as realizações do MAPA.

Vale atentar para a ênfase no que representariam inovações da gestão de Rodrigues:

- 1) eficiência no uso dos recursos públicos, revisão de contratos de manutenção, obtendo economia de R\$ 36 milhões no ano (23%) e unificação dos 32 protocolos espalhados pelo Brasil. Através do SIGID – Gerenciamento de Informações e Documentação, o trâmite de documentos estaria disponível na Internet, com total transparência;
- 2) implantação do Sistema Agrolegis – serviço que disponibilizaria toda a legislação agropecuária via internet;
- 3) implantação do Agrofit – serviço que disponibilizaria informações relacionadas à aplicação de produtos fitossanitários;
- 4) Planejamento Orçamentário: o Ministério desenvolveu e implantou o SIOR – Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras;
- 5) implantação do SIPE – Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos o qual teria como objetivo agilizar os processos de registro de produtos e estabelecimentos, reduzindo prazos e custos para o setor privado e o Governo;
- 6) implantação do SICAR – Sistema de Autuações e Aplicações de Multas através do qual se agilizaria e se controlaria melhor os processos e;
- 7) participação em Audiências Públicas e Parlamentares totalizando 376 audiências – 8 com Deputados Estaduais, 147 Deputados Federais, 33 Senadores, 10 Governadores, além de Secretários de Estado. O Ministro teria participado ainda de 5 eventos no Congresso Nacional, tendo sido representado em outros 14.

No Relatório GM/MAPA de 2005, referente exercício de 2004, é destacada a reestruturação da Pasta no intuito de corrigir distorções “[...] *Je compatibilizar as ações do Ministério com as necessidades do setor, evitando paralelismos, superposições de funções e lacunas na sua atuação.*” A proposta seria resultado do diagnóstico de auto-avaliação feito com base no Modelo de Excelência na Gestão Pública tendo o suporte do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

As principais mudanças teriam ficado por conta da constituição de uma Assessoria de Gestão Estratégica a qual teria como função a coordenação e elaboração do planejamento estratégico do MAPA baseada numa visão de integração institucional. A referida unidade foi vinculada ao Ministro, à Secretaria de Produção e Agroenergia, bem como à Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.

À Secretaria de Produção e Agroenergia – responsável por formular e implementar políticas para o setor cafeeiro, sucro-alcooleiro e agroenergético – foi atribuído o objetivo de suprir as novas demandas por fontes alternativas de energia levando em consideração o meio-ambiente, bem como o desenvolvimento econômico e social.

Já à Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – criada a partir da fusão dos diversos departamentos e divisões responsáveis pelos temas internacionais dispersos em todas as Secretarias e no Gabinete do Ministro – coube coordenar e promover o desenvolvimento de atividades, no âmbito internacional, em articulação com os diversos órgãos do MAPA, com o Ministério das Relações Exteriores, com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, entre outros. Tarefa à qual se somou a coordenação da implementação de acordos, tratados, convênios e outros instrumentos de cooperação internacional relativos à política externa para o *Agronegócio*. A justificativa para a criação da Secretaria foi baseada no papel que o “setor” exerceria no mercado mundial e na importância do mesmo para a economia nacional.

Por outro lado, a Secretaria de Política Agrícola passou a contar com um Departamento de Comercialização e Abastecimento da Agricultura e Pecuária, além de um Departamento de Economia Agrícola e um Departamento de Gestão de Risco Rural que ficou responsável por estudo para formulação e implementação do seguro rural no País, a fim de estimular o aumento da produção por meio da ampliação das garantias ao produtor. Já a Secretaria de Defesa Agropecuária teria sido reforçada em virtude da necessidade crescente de fiscalização, vigilância e inspeção como garantia para a sanidade vegetal e animal. Temas que seriam de fundamental importância, considerando o acesso a mercados.

Por fim, o fortalecimento da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo é justificado pela intenção de fomentar o desenvolvimento rural sustentável, a preservação dos recursos naturais, a difusão do conhecimento tecnológico e do cooperativismo e associativismo.

A própria CEPLAC estaria redirecionando sua missão. Nesta teriam sido implementadas ações voltadas para a conservação ambiental através de parcerias objetivando o desenvolvimento de atividades agroeconômicas sustentáveis.

Dada a direção da reestruturação sofrida pelo MAPA temos um processo claro de institucionalização de interesses no sentido do *business* ligado à agricultura.

Entre as iniciativas da gestão de Rodrigues, a *Série Agronegócios* merece também ser mencionada. Composta por nove livros, a referida série foi editada pela Secretaria de Política Agrícola (SPA) em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), por meio do Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/04/005 denominado *Fortalecimento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o Planejamento Estratégico do Agronegócio*. Em razão da Lei Eleitoral, sua divulgação foi postergada para janeiro de 2007.

Vale assinalar que as referidas publicações informam sobre aquelas que seriam as principais cadeias produtivas – milho, soja, carne bovina, agroenergia, algodão e têxteis, flores e mel, florestas plantadas e madeira, frutas e produtos orgânicos – considerando a importância da informação para o “setor”. A informação seria “*insumo*” indispensável ao *Agronegócio*.

Em relação aos Planos Agrícolas e Pecuários, editados no período, vale um breve registro sobre o conteúdo dos mesmos. Sob títulos bem sugestivos – *Mais Alimentos e Renda para os Brasileiros*, *Mais Desenvolvimento para o Brasil* (2003/2004); *Quanto Mais Forte o Campo Fica, Mais Força o Brasil tem para Crescer* (2004/2005) e *Para vencer os desafios do Campo* (2006/2007)¹⁷⁵ – busca-se dar visibilidade e legitimar as ações para potencializar aquela que seria a base de sustentação da economia nacional. Leia-se *Agronegócio*.

Cabe observar que constitui marca dos referidos documentos a ideia de que nunca antes se disponibilizara tantos instrumentos favoráveis a competitividade do *Agronegócio*. O aumento do volume de recursos para o crédito rural, bem como a manutenção ou elevação mínima das taxas de juros são fatores reforçados. Inclua-se, ainda, o reajuste dos preços mínimos consideradas suas variações regionais e por produto, além de mecanismos de redução da escala de risco dos empreendimentos ligados à agropecuária.¹⁷⁶

¹⁷⁵ Não foi possível identificar o slogan sob o qual foi lançado o PAP de 2005/2006. O documento disponibilizado para consulta não registra o mesmo.

¹⁷⁶ O volume de recursos programados do crédito rural teria crescido 116%, passando de R\$ 24,7 bilhões na safra 2002-03 para o montante de R\$ 53,35 bilhões na safra 2005-06 – dos quais para agricultura comercial estaria programada a aplicação de R\$ 44,35 bilhões e para a agricultura familiar R\$ 9 bilhões. Já os recursos para financiar o custeio e a comercialização, que na safra 2002-03 teriam somado R\$ 14,3 bilhões, teriam sido ampliados em 132%. E em relação às linhas para financiar os investimentos na agricultura, afirma-se um crescimento de 79%, comparados aos R\$ 6,2 bilhões da safra 2002-03. Ver em MAPA/SPA (2005).

Nos documentos consultados, para dar visibilidade aos esforços para a potencialização do “setor”, os recursos disponibilizados para o mesmo, em diferentes safras, são confrontados. Contudo, trata-se de valores programados e não aqueles efetivamente implementados. Opção que peca pela não transparência da alocação dos recursos públicos. Leia-se grau de implementação dos recursos e das possíveis causas que influenciam o mesmo.

Entre os objetivos dos referidos planos são assinalados “[...]novos aumentos da produção, por meio de ganhos de produtividade e de incorporação de áreas de modo ambientalmente sustentável, possibilitando mais e melhores alimentos aos brasileiros e crescimento na exportação e no saldo comercial do agronegócio.” Fala-se também em potencialização do processo de crescimento econômico do Brasil pela interiorização do desenvolvimento e ampliação das oportunidades de inclusão social através do incremento da renda e do emprego, no campo e na cidade.

Destaque para o que seriam os novos instrumentos de política pública criados no período: *Certificado de Depósito Agropecuário (CDA)*; *Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)*; as *Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)*; *Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA)*; *Nota Comercial do Agronegócio (NCA)*, ou *Agrinote*; *Warrant Agropecuário (WA)*; *Contratos Privados de Opção de Venda e Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP)* entre outros.¹⁷⁷

Enfim, o Ministério trabalharia, desde 2003, objetivando ampliar o acesso à novas fontes de recursos para o financiamento da atividade agropecuária, bem como para reduzir os riscos da mesma e melhorar a performance dos recursos públicos empregados em tal área. O intuito de atrair o investidor urbano, fosse ele um pequeno poupador ou um grande fundo de pensão, para financiar a atividade rural, em complementação ao crédito regulamentado pelo Governo, também é afirmado.

¹⁷⁷ Além dos Planos Agrícolas e Pecuários referentes ao período de 2003 a 2007, consultar Lei nº11076/04 de 31.12.2004.

Atenção para o que seria outra novidade. Em termos de geração de emprego e renda institucionaliza-se o *Proger Rural Família*. Ação “conjunta” entre o MAPA e o MDA “[...]para promover a ascensão econômica de pequenos e médios produtores muitos dos quais egressos do Pronaf.”¹⁷⁸

O esforço de mobilização para as realizações divulgadas é reafirmado enquanto fruto da ação de uma rede de agentes. A título de exemplo o discurso de Ivan Wedekin no lançamento do Plano Agrícola e Pecuário de 2004/2005:

Nós temos uma série de novidades que estão sendo lançadas este ano, que são projetos desenvolvidos pelo Ministério da Agricultura, com a participação do Ministério da Fazenda, com o setor produtivo, dos bancos, associação dos bancos de investimentos, BM&F e Banco Central. Ou seja, nós envolvemos um batalhão de talentos para definir e lançar neste Plano de Safra alguns novos instrumentos de crédito rural, uma sopinha nova de letras que os senhores vão passar a se habituar daqui para frente. (Trecho do discurso do Secretário de Política Agrícola, Ivan Wedekin, no Palácio do Planalto, em 18.06.2004)

Antes das considerações finais, cabe apontar que o efetivo de funcionários do GM/MAPA entre os anos de 2003-2005 variou entre 123 e 99 funcionários. Divididos entre servidores públicos e cargos comissionados, sente-se o peso dos primeiros na referida força-de-trabalho. Em 2003, tal categoria ocupava 67,7% dos cargos atingindo 72,20% no ano seguinte.

Considerando que Roberto Rodrigues deixou o cargo de Ministro em junho de 2006 e que o relatório das atividades do referido ano não se encontrava disponível a tempo de ser incluído nesta dissertação, concluo estas breves considerações com informações obtidas no relatório GM/MAPA de 2006 (referente ao exercício de 2005) e no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007.

Vejamos primeiro o GM/MAPA relativo ao ano de 2005. Documento de menor volume, seu conteúdo sofreu significativo corte. Nesse sentido, trata-se de um demonstrativo financeiro das ações do órgão no cumprimento de suas funções. Processo no qual teriam se destacado a Coordenação de Gestão Operacional e a Coordenação de Apoio ao Gabinete.

¹⁷⁸ Conferir detalhes em MAPA/SPA (2003, p. 9).

O referido relatório resume o balanço dos três anos da gestão de Roberto Rodrigues enfatizando a implementação de um conjunto de medidas essenciais para a melhoria da Pasta viabilizando a transparência de suas ações e reforçando o compromisso de otimização dos recursos públicos.

O aprimoramento da estrutura organizacional, o uso de novas tecnologias da informação e a modernização dos processos técnicos e administrativos é enfatizado. Na área de agricultura e pecuária, o Governo teria focado suas atividades na geração de renda e emprego considerando as demandas da sociedade.

Como perspectiva para 2006, levando em conta o aumento da participação nacional na produção agropecuária, ações de controle sanitário e fitossanitário foram afirmadas. Destaque para a relevância destas áreas frente às barreiras sanitárias.

Considerando ainda o aumento da área e da produção da safra 2005/2006, o MAPA focaria também na implantação do seguro rural como novo instrumento de fortalecimento da competitividade do “setor”, a exemplo do CDA, do CRA e do WA. O seguro agrícola constituiria um dos mais importantes instrumentos de política agrícola por permitir ao produtor rural proteger-se contra perdas decorrentes, principalmente, de fenômenos climáticos.

Já em relação ao PPA 2004-2007, constata-se a repetição da afirmação de que as medidas programadas para o “setor” fazem parte de um conjunto de ações governamentais para a garantia de um desenvolvimento sustentável. Ao todo, o MAPA participaria de 31 programas, sendo que 24 estariam sob a sua gestão, englobando 192 ações, e 7 programas sob a gestão de outros ministérios.

Atenção para o que seriam três “*mega-objetivos*”: 1) inclusão social e redução das desigualdades sociais; 2) crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais e; 3) promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. Diante de tais metas, o MAPA estabeleceu dez objetivos setoriais¹⁷⁹ os quais seriam alcançados através dos programas divulgados.

¹⁷⁹ Sendo eles: 1) expandir a produção agropecuária para o abastecimento do mercado interno, a geração de saldos crescentes na balança comercial e o atendimento das novas demandas e programas sociais; 2) assegurar a regularidade do abastecimento interno dos produtos agropecuários e a garantia de renda dos produtores; 3) ampliar, diversificar e agregar valor às exportações do agronegócio; 4) garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, a qualidade dos insumos agropecuários e promover a sanidade animal e vegetal; 5)

Entre os referidos programas, temos: *Abastecimento Agroalimentar* – tendo como público-alvo segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, assentados da reforma agrária e famílias em situação de risco nutricional, comunidades tradicionais e do setor varejista; *Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (PRÓ-ORGÂNICO)* – destinado a produtores, processadores, distribuidores e consumidores; *Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro* – destinado a produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool, usinas, destilarias e consumidores; *Manejo e Conservação de Solos na Agricultura* – tendo como público-alvo a sociedade; *Minimização de Riscos no Agronegócio* – destinado a produtores agrícolas, cooperativas, agentes financeiros de crédito e seguro rural; *Pró-ambiente* – tendo como público-alvo produtores familiares (agricultores familiares, pescadores artesanais, extrativistas, indígenas, quebradeiras de coco, quilombolas, ribeirinhos e populações tradicionais) e; *Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural* – destinado às Associações Rurais e Cooperativas.

Atenção especial para o último destes programas pela importância atribuída ao cooperativismo enquanto instrumento de inclusão e desenvolvimento. O trecho abaixo exemplifica a questão:

[...]o cooperativismo foi apontado na Orientação Estratégica do Governo como diretriz para viabilizar a transposição de vários dos Desafios identificados para a consolidação da Estratégia de Desenvolvimento, tamanho relevo que se reconheceu no instrumento. Antes mesmo que a atual Administração reconhecesse o mérito da organização e da participação social e econômica por meio do cooperativismo, a Carta Magna já contemplava a necessidade de o Governo incentivá-lo. Como agente efetivo de desenvolvimento, o cooperativismo contribui para a geração de renda e de oportunidades de trabalho; para a otimização do processo produtivo, organizando a infra-estrutura e os serviços essenciais, agregando valor aos produtos básicos e abastecendo o mercado; para o aumento da oferta interna de alimentos, contribuindo para suprir as necessidades nutricionais da população; e para melhorar a estruturação sistêmica do setor agropecuário, com a participação

desenvolver e promover a conservação dos recursos naturais e a geração, adaptação, transferência e distribuição de conhecimentos científicos e tecnológicos para os agentes do agronegócio; 6) propiciar o progresso técnico, econômico e social da agricultura familiar, dos empreendimentos de pequeno porte, dos assentamentos de reforma agrária e das comunidades tradicionais; 7) contribuir para a melhoria da infra-estrutura e equipamentos sociais fundamentais para o processo de produção, armazenagem e comercialização agropecuária e das condições de vida no campo; 8) fortalecer a organização e a eficiência do sistema produtivo, através do associativismo rural e do cooperativismo; 9) subsidiar a tomada de decisão dos agentes das cadeias produtivas e; 10) aumentar a eficiência na gestão dos recursos e das políticas públicas.

organizada de produtores e consumidores ao longo das cadeias produtivas e de abastecimento[...](Plano Plurianual 2004-2007, p.36)

O lugar atribuído ao cooperativismo não é surpresa, considerado o envolvimento do próprio Ministro com o referido movimento.¹⁸⁰

Para concluir, cabe mencionar o discurso realizado por Roberto Rodrigues em sua despedida do Ministério.¹⁸¹ Momento no qual reafirmou que “[...] *por amar a terra e o seu amanhador, e por reconhecer que seu trabalho é o motor da economia e da democracia[...]*” aceitara o convite para a Pasta.

O Ministro enfatizou o cumprimento dos compromissos assumidos no início de sua gestão. Entre as iniciativas de reestruturação do Ministério destacou a Secretaria de Agroenergia num contexto de mudança de paradigma agrícola, bem como as Câmaras Setoriais por cadeia produtiva ou tema específico. Iniciativa esta cujo objetivo teria sido uma “[...] *melhor coordenação com o setor privado, com suas entidades de representação e com a bancada agrícola no nosso Parlamento.*” (RODRIGUES, 2008c, p.20)

Rodrigues reforçou ainda que, em tempos de crise, os recursos para o crédito rural teriam aumentado significativamente no período de 2003 a 2006. O aumento no preço da saca de café também foi mencionado. As ações de apoio “*à sofrida cafeicultura*” teriam resultado num aumento de 47 dólares (2003) para 140 dólares (2006) o valor pago por saca do produto.

Em termos de abastecimento, os estoques públicos teriam sido recuperados através da compra antecipada de produtos da agricultura familiar.

Atribuindo às questões que “*refogem à competência do MAPA*” os problemas deixados sem solução, Roberto Rodrigues afirmou: “*Medidas estruturantes estão sendo estudadas pelo governo, com o objetivo de criar políticas anticíclicas que já existem nos países desenvolvidos.*” (RODRIGUES, 2008c, p.21)

Em relação à sucessão, o Ministro mencionou que deixava a Luis Carlos Guedes Pinto a tarefa de realizar o não realizado. Valores como lealdade e patriotismo foram atribuídos a Guedes. Ao tomar posse, o novo Ministro assumiu o compromisso de dar

¹⁸⁰ Ver Rodrigues (2008b).

¹⁸¹ Cf. Rodrigues (2008c, p.19). A referida obra foi lançada no 7º CBA e tem apresentação de Carlo Lovatelli que destaca a representatividade do ex-Ministro e o apresenta como “*conciliador e democrático*”.

continuidade ao trabalho de seu antecessor. Destaque para algumas prioridades, tais como: agroenergia, defesa sanitária e promoção de produtos agropecuários brasileiros.

Voltando ao discurso de despedida de Rodrigues, a colaboração de Dilma Rousseff, Guido Mantega, Luiz F. Furlan, Celso Amorim, entre outros, foi registrada. José Alencar também foi lembrado por sua “*permanente solidariedade*”.

Ao concluir seu discurso de despedida, Rodrigues explicitou sua posição e condição de classe:

Volto ao convívio de meus pares, os produtores rurais deste imenso País, e suas entidades, como CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), SRB (Sociedade Rural Brasileira) e ABAG (Associação Brasileira de Agribusiness)[...]São eles, os produtores, quem[...]constroem de verdade o Brasil do Primeiro Mundo. Volto a eles com orgulho de ser um deles, com a honra de pertencer a seu meio. (RODRIGUES, 2008c, p.21)

E ao referir-se ao Presidente da República buscou sensibilizá-lo para as necessidades de seus pares: “*Esse povo, Presidente, seja pequeno, médio ou grande, familiar ou empresarial, não pode prescindir do apoio do governo, sem preconceitos, e continuará precisando do seu apoio, meu Presidente!*”

A saída de Rodrigues do MAPA foi noticiada como a queda da “*muralha*” que continha os ataques de um “setor” que sempre fora hostil a Luiz Inácio Lula da Silva. O próprio Presidente da República sempre reconheceu a natureza estratégica da nomeação de Rodrigues. Lembremos de sua fala no 2º CBA da ABAG: “*Roberto veio num momento excepcional, nos primeiros meses do Governo, para dar o toque de harmonia necessário e acabar com qualquer suspeição na relação entre Governo e o setor de agronegócio nesse País.*”

Após estas breves considerações, concluo que as agências estatais não só podem se converter em objeto do *lobby classista* como também podem representar importantes *lobbies institucionais* cujas ações caminham no sentido daquele. Se no passado o MAPA representou a consolidação da hegemonia da fração dominante do patronato rural através da incorporação de demandas não hegemônicas, na atualidade a Pasta continua a representar uma unidade de exercício do poder político desta fração cuja atuação materializa a institucionalização dos interesses do *Sistema*.

Vale assinalar que a saída de Rodrigues do MAPA não significa uma perda de influência do referido ator. Sua ação como dirigente do Agronegócio vem se dando em

diversas bases de atuação a exemplo do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (COSAG/FIESP) e do GV-Agro/FGV-SP.

Não poderia passar despercebida, ainda, a associação de seu nome à discussão em torno de temáticas fundamentais ao *Sistema* tais como as da Agroenergia e do Etanol.

Conclusão

Tendo como objeto de estudo a ideologia sistêmica do Agronegócio na Associação Brasileira de Agribusiness, bem como a atuação da referida Associação – apreendida enquanto Aparelho Privado de Hegemonia/Partido – no sentido de criar as condições objetivas para a produção do consenso necessário à hegemonia dos interesses ligados à agricultura empresarial, esta dissertação buscou não só revelar os elementos constitutivos de uma visão de mundo organizadora da realidade e dos indivíduos num todo orgânico favorável à “*orquestração de interesses*” responsável pela reprodução do chamado “*novo rural*” brasileiro cujo modelo organizacional predominante tem sido representado pela figura de um *Sistema*, mas também as estratégias para sua difusão e atualização.

Nesse sentido, foram resgatadas importantes obras de autores/atores do Agronegócio e significativas estruturas ideológicas da ABAG, bem como destacadas duas bases de atuação – os *think tanks* ICONE e ARES – pertencentes à complexa rede de organizações na qual a Associação está inserida cuja materialidade revela eficiente práxis no processo de institucionalização de interesses. Processo no qual as interações entre os campos econômico, político e intelectual, no que diz respeito à condução das atividades ligadas à agricultura, são explicitadas.

Considerando a discussão realizada, constatou-se que as frentes materiais abordadas refletem, nitidamente, um cenário onde se encena a arte de aplicar os meios disponíveis para explorar condições propícias com vista a objetivo específico.

Realidade que traduz e é traduzida pela atualização do discurso e da prática do empresariado rural. Se nos anos de 1990 o lobby classista (em termos de patronato rural) se dava sob a bandeira da Segurança Alimentar, a partir dos anos 2000 a ideia de *Sustentabilidade* (baseada no *Triple Botton Line* ou *3P's (People, Profit and Planet)*) ganha destaque dando nova roupagem e potencializando o mesmo. Nesse sentido, a principal motivação dos empreendimentos – a reprodução dos negócios tendo como base a garantia do lucro – é minuciosamente operacionalizada através do que seriam “novos” modelos de governança com os quais se tenta controlar as incertezas através da redução dos riscos ao *business*.

Cenário no qual se constata uma forte tendência de imagnetização do *Sistema*, a exemplo do que ocorre com o próprio capital, em contexto mais amplo, em seu processo de renovação. Nesse sentido, multiplicam-se “marcas” e selos no intuito de valorizar produtos, agências e empreendimentos. Destaque para o esforço de constituição de marcas internacionais, bem como para a realização de alianças globais enquanto mecanismos fortalecedores dos processos de negociação.

Atenção para o fato da operacionalização do conceito de *Sustentabilidade* vir ocasionando uma adaptação no referencial da agenda do empresariado rural no Brasil. De tal forma, temas como a mudança da matriz energética e da responsabilidade socioambiental ganham destaque nas discussões. O *Agronegócio* vira um negócio de alimentos e energia cuja legitimidade passa a depender de sua conformidade em termos socioambientais. Em discussão os limites dos direitos do capital.

Considerações que muito interessam ao pensarmos as incursões de seus agentes no campo da Sustentabilidade. Momento no qual se constata a estratégia de capturação de uma renda da natureza e de domínio de um saber natural como garantia de obtenção da referida renda.¹⁸² Cenário em que devemos estar atentos para as disputas em torno da produção social do referido conhecimento, bem como do domínio tecnológico das inovações no campo em questão. Realidade na qual a posse da propriedade privada do ecossistema é extremamente relevante:

A propriedade privada do ecossistema capacita o seu proprietário a disputar a apropriação privada dos mais variados conhecimentos utilizáveis naquele ecossistema e das vantagens de localização relativa diante dos mercados transnacionalizados e rotas do comércio, no presente e no futuro. (MOREIRA, 2007, p.160)

Nesse sentido, temos a percepção dos territórios ecossistêmicos como mercadoria ou ativo financeiro. Fato cujo valor político explicita a importância do êxito na ressignificação do *Agribusiness* enquanto modelo de *Agricultura Sustentável* o qual materialize uma espécie de marca *Brasil* em tempos de imagnetização do próprio *Sistema*. Operação cujo produto deve ser examinado em sua capacidade de atender às promessas feitas.

¹⁸² Cf. Moreira (2007) e Leff (2008).

Enfim, o aumento da produção e da produtividade agrícola devem ser inseridos em um contexto mais amplo das suas consequências no nível da organização da própria sociedade. Portanto, trata-se da consideração de variáveis outras que não só a quantidade ou o preço dos bens produzidos levando em conta o equacionamento de uma questão agrícola. Falo de exigências em termos de organização do trabalho e da produção, de uma contabilidade onde os custos socioambientais sejam fundamentais na avaliação do processo.

É importante salientar que, apesar de ressaltar o peso cultural e ideológico na sustentação do atual modelo organizacional das atividades ligadas à agricultura, não foi intenção desta dissertação negar o papel da violência e da coerção na manutenção e reprodução do *Sistema*. Enfim, não se ignora que nas situações em que se sinta ameaçado naquilo que percebe como sendo o essencial para a execução de sua função decisiva no núcleo da atividade econômica, o empresariado rural imponha seu domínio pela força. Fato observado nos inúmeros conflitos em torno da posse da terra.¹⁸³

Devo esclarecer que mais do que coletar dados sobre o objeto da presente pesquisa, busquei inseri-lo numa perspectiva teórico-interpretativa que conferisse sentido às informações sistematizadas evidenciando o complexo exercício de construção e consolidação de dada capacidade de direção.

Sendo assim, foi constatado que tendo como perspectiva dotar de capacidade de direção os agentes do Agronegócio, a ABAG se insere no complexo campo de disputa pela definição de agendas e do tratamento dado aos problemas eleitos como prioridade. De tal forma, suas frentes materiais buscam organizar não só o empresariado rural no sentido de práticas e discurso, bem como intencionam gerar reconhecimento social para a legitimação da condução dos processos sob a ótica do *Agronegócio*, divulgado como o principal negócio do País. Tarefa idealizada, desde a gênese da Associação, pelo núcleo dirigente do movimento político do qual a ABAG é fruto. Destaque para as figuras de Ney B. de Araújo e Roberto Rodrigues. Atores que contaram com importantes colaboradores¹⁸⁴ cujos esforços deram origem a uma gama de organizações com porta-vozes próprios. Agentes

¹⁸³ Conferir denúncias de movimentos sociais como o próprio Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

¹⁸⁴ Entre eles: Décio Zylbersztajn, Ivan Wedekin, Luiz A. Pinazza, Antonio H. Pinazza, Raul Cortes, Pedro Brito, Nelson Mamede, Alberto Veiga Victor Ferrão, Antonio Ernesto W. de Salvo, Flávio P.T. Menezes e outros.

cujas funções demonstram nítida divisão do trabalho. Enfim, multiplicam-se especialistas por áreas de conhecimento comprometidos com a valorização dos negócios e a institucionalização de interesses do *Sistema*.

Outro aspecto a levar em conta é o fato de que num contexto de primazia do econômico na determinação da vida cotidiana e a primazia da imagem como veículo e instrumento desta determinação, à imprensa é atribuído significativo papel. A percepção dos veículos de comunicação como palco privilegiado para a produção do consenso tem levado os agentes do Agronegócio a se aproximar da imprensa. Diversos cursos, realizados sob patrocínio da rede de instituições ligada ao referido movimento, são destinados a jornalistas. Os mais diferentes canais de comunicação e contato são postos a serviço da captura daqueles que seriam os principais vetores de formação da opinião pública.

Há de se considerar, ainda, que o exame do processo de construção da hegemonia sob referencial gramsciano pressupõe a construção conflitiva do consenso. Sendo assim, não se ignora o fato da ABAG estar inserida em dada situação de relações de forças em que o projeto “*Agronegócio brasileiro*”, embora predominante, sofre forte questionamento em função de seu alto custo socioambiental. Situação que obriga seus atores a um esforço contínuo para transformar antigos oponentes em aliados. Exercício o qual pôde ser constatado em eventos como os próprios Congressos Brasileiros de Agribusiness. Destaque para a participação de representantes do Greenpeace e OELA no 7º CBA.

Em relação à questão, cabe enfatizar o caráter utilitário destas alianças e suas tensões. O consenso não é amplo e irrestrito. Vale recordar que o próprio Greenpeace embora tenha uma de suas equipes participando da Moratória da Soja também possui grupo atuante em campanha contra os transgênicos.

Enfim, levando em conta o contexto de criação e a trajetória da ABAG não há como negar ter a mesma representado (e ainda representar) uma solução orgânica à necessidade do empresariado rural de implementar e legitimar a ideia de *Agribusiness* no Brasil cuja acomodação foi marcada pelo que autores/atores do Agronegócio designaram por “*liberalidades*”.

Outro aspecto que vale (igualmente) enfatizar é a ação da Associação no sentido de despertar a consciência de suas bases sociais para a importância de uma solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social não só no campo econômico, mas

também no campo político. Tarefa que faz com que a ABAG reforce a importância do *lobby* enquanto poderoso instrumento para a institucionalização de interesses. Assim sendo, a ação articulada tem sido defendida enquanto uma das mais importantes formas de atuação – tendência explícita de um contexto em que se discute a própria regulamentação da atividade lobista.

A importância do reconhecimento social, bem como da representação política tem nas palavras de Carlo Lovatelli (em carta de apresentação nos anais do 5º CBA) exemplo claro:

A lição que tiramos é que ainda que detenhamos a melhor tecnologia, a melhor gestão, a maior competência produtiva, que contemos com líderes infalíveis e outros tantos atributos, ainda assim não será o bastante. Já não basta ser, pois é preciso parecer. É essencial que o setor tenha a sua importância social e econômica reconhecida, e que tenha importância proporcional na esfera política. É vital que o setor tenha o real comprometimento dos seus representantes legitimamente eleitos para os poderes legislativo e executivo. É vital a mudança no modo de pensar e no modo de agir do poder público.

Importa também destacar que, ao buscar representar diferentes interesses, a Associação Brasileira de Agribusiness se esforça para diluir conflitos através da própria abordagem sistêmica onde questões percebidas como recorrentes no *Sistema* (representadas pelo Custo Brasil) são tratadas em suas interdependências. De tal forma, nota-se a elaboração de uma política de paz entre capitais. Em espaços como os Fóruns e os CBAs (por exemplo) se discutem questões-chave para o “setor”, bem como a melhor forma de resolvê-las considerando estratégias de valorização das atividades produtivas em seu conjunto.

Enfim, a missão de cuidar de pontos comuns aos agentes do *Sistema* – sendo um dos mais marcantes a crítica ao protecionismo praticado na agricultura dos países desenvolvidos – constitui estratégia fundamental para a legitimação da própria Associação, bem como para a consolidação do *Agronegócio*.

A capacidade de articulação (ressaltada como diferencial) da ABAG é destacada por atores como o próprio Roberto Rodrigues:

Muitas das nossas experiências são frutos de cicatrizes, acumuladas ao longo da história. Talvez há 20 anos, não tivéssemos um congresso como esse. Teríamos pessoas tão divergentes sem a possibilidade de chegar a

uma possível articulação de propostas em conjunto. É realmente muito prazeroso participar de um evento dessa natureza. A Abag soma entidades de outras áreas da cadeia produtiva para na interdependência ou na integração encontrar, pela veterance dos participantes, muito mais condições de articulação e adequação das propostas. A integração e a articulação aparecem de maneira fortíssima, nos trabalhos que o Furlan e eu desenvolvemos em conjunto, em prol dos interesses do agronegócio. (Anais do 5ºCBA, p.67)

Atenção para a linha de continuidade nas demandas e proposições da Associação na qual se destacam três grupos de ação: políticas públicas, ordenação das cadeias produtivas e negociações internacionais. A preocupação com as primeiras se explica pela necessidade de parcerias com o Estado na potencialização do *Sistema*. Critica-se o que seria uma institucionalidade inadequada, considerando a segmentação da coordenação da produção agrícola. Inclua-se, ainda, o Custo Brasil, o descaso com a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação, além da ineficácia da defesa sanitária entre outros aspectos. Já a segunda diz respeito à organização e ao fortalecimento dos elos de ligação entre os elementos constitutivos do CAI para o desenvolvimento sustentável do mesmo. Em relação à importância das negociações internacionais, a direção do processo constitui alvo de interesse dada a visão do Agronegócio em termos de mercado externo. Uma forte relação entre desenvolvimento nacional e integração da economia brasileira à economia internacional é estabelecida. Nosso desenvolvimento seria condicionado pelo nível de nossas relações externas.

Cabe enfatizar que a estratégia discursiva de um “*Brasil Integrado*” (interna e externamente) como via para a desconcentração econômica, a geração de emprego e renda atribuindo ao *Sistema* significado estratégico, considerado o desenvolvimento nacional tendo como base a inovação e a tecnologia aplicada, é amplamente utilizada.

Atenção ao papel atribuído à Ciência e Tecnologia. No discurso do empresariado rural, C&T não só explicam as mudanças em curso, como também apresentam solução aos problemas surgidos. Nesse sentido, se secundariza a existência de uma questão agrária nacional reatualizada pela própria dinâmica do *Sistema*. De tal forma, um dos elementos estruturais da referida questão – a concentração fundiária – não é apresentado como fator explicativo dos impasses e problemas do homem do campo. O foco são medidas de incremento da produtividade e do associativismo.

Para finalizar, chamo atenção para a existência de uma interpretação da realidade na qual se insiste em julgar os acontecimentos sociais a partir de um ponto de vista econômico. Cenário no qual devemos estar atentos aos desequilíbrios do *Sistema* para que suas consequências, em termos socioambientais, não sejam prontamente aceitas sob uma espécie de mística ao crescimento, seja ele de que tipo for e pouco importando o que aliene.

Bibliografia

AZEVEDO, S.N. *Câmaras Setoriais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: um estudo de caso*. Brasília: UnB, 2007. Monografia - Curso de Alta Especialização em Gestão de Agronegócios, Programa de Pós-graduação em Gestão de Agronegócios, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

BORN, A. *Neuromarketing. O Genoma do marketing. O Genoma das Vendas. O Genoma do pensamento*. [s.n.d]

BOURDIEU, P. *A reprodução: elementos para uma teoria dos sistemas de ensino*. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRUNO, R.L. *O ovo e a serpente. Monopólio da terra e violência na Nova República*. Campinas: Unicamp, 2002. Tese - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

_____. *Transgênico, embates de classe?* In: 28 Encontro Anual. ANPOCS 2004/2004. Caxambu, 2004.

_____. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. RJ: Forense Universitária: UFRRJ, 1997.

CASTRO, Alexandre. *O caos estatístico do agronegócio*. Estado de São Paulo, 24 de Fevereiro de 2009.

CASTRO, A.C. Quem é o Empresário Shumpeteriano? Palestra proferida no *IIº Ciclo de Debates Revisitando Teorias. Refletindo Experiências*, organizado pelo Núcleo de Estudos Agronegócio. Ruralismo e Relações de Poder (NARUP) – CPDA, 29/10/2007.

COUTINHO, C.N. *Cultura e Sociedade no Brasil. Ensaio sobre Ideias e Formas*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2ª edição. RJ: Civilização Brasileira, 2003.

CUNHA FILHO, Sergio de Britto. *A Constituição de 1988 e a diminuição do poder estatal de desapropriar os imóveis rurais para fins de reforma agrária*. RJ: PUC, 2007. Tese-Programa de Pós-Graduação em Direito, Rio de Janeiro, 2007.

DELGADO, G. O significado do agronegócio no Brasil. IN: *Fórum*. Edição de maio/2006. _____ . *Capitalismo financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. SP: Ícone, 1985.

EHLERS, E. *Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. SP: Livros da Terra, 1996.

GARCIA, R.C; MARTINE, G. (Orgs). *Os impactos da modernização agrícola*. SP: Caeté, 1987.

GIARRACA, N.; TEUBAL, M. As grandes empresas e os produtores rurais. In: *Fórum*, maio /2006.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. V.1-3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GRAZIANO, Luigi. *O lobby e o interesse público*. Conferência proferida no XXº Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, 22-26 de outubro de 1996.

GRAZIANO NETO, F. *Questão Agrária e Ecologia. Crítica da moderna agricultura*. SP: Brasiliense, 1982.

IGLECIAS,W. O empresariado do agronegócio no Brasil: ação coletiva e formas de atuação política. As batalhas do Açúcar e do Algodão na OMC. In: *Revista Sociologia Política*, Curitiba, 28, p.75-97, jun./2007.

LAMOUNIER, B. Determinantes políticos da política agrícola: um estudo de atores demandas e mecanismos de decisão. In: *Estudos de Política Agrícola*, n.9, Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, 1994.

LEFF, E. Globalización econômica y capitalización de la natureza. In: *Gobernabilidad ambiental y desarrollo sostenible em Petén*, Memória II Encuentro sobre desarrollo sostenible em Péten: área de población, ambiente y Desarrollo rural: FLACSO, Fundación Ford, 2007.

_____. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 6ªed.Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LEITE, S.&PALMEIRA, M. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, L.F.C. & SANTOS, R. (Orgs.). *Políticas e Reforma Agrária*. RJ: Mauad, 1998.

MALUFF, R.S. *Segurança Alimentar e Nutricional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. O encarecimento dos alimentos no Brasil. In: *Revista Conjuntura Alimentos*, v.4, n.1, São Paulo, Coordenadoria de Abastecimento da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, maio de 1992.

MARTINS, J.R. *Branding. Um manual para você criar, gerenciar e avaliar marcas*. GlobalBrands, 2006.

MARTINS, J.S. *Caminhada no chão da noite. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. SP: Hucitec, 1989.

_____. *Capitalismo de tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. SP: Pioneira, 1975.

MARQUES, P.E.M. *Segurança Alimentar: a intervenção da Associação Brasileira de Agribusiness no campo de disputa e produção ideológica*. RJ: UFRRJ, 1996. Dissertação - Instituto de Ciências Humanas e Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

MENDONÇA, S.R. *Ruralismo. Agricultura, Poder e Estado na Primeira República*. SP: USP, 1990. Tese - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

_____. A construção de uma nova hegemonia patronal rural: o caso da Organização das Cooperativas Brasileiras. In: Revista *História Hoje*. SP, v.2, n.6, p. 1-16, 2005.

_____. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária - natureza e comportamento, 1964-1990*. SP: Expressão Popular, 2006.

MOREIRA, R.J. Assimetrias de poder, cultura, territórios ecossistêmicos e globalização. In: *Mundo Rural IV: configuração rural-urbanas: poderes e políticas*. RJ: Mauad X: Edur, 2007.

_____. Renda da Natureza e territorialização do capital: reinterpretando a renda da terra na competição intercapitalista. In: *Estudos e Sociedade*, Rio de Janeiro, n.4, p.89-111, 1995.

MOURA, J.V. *A representação política de organizações da sociedade civil nos Conselhos de Segurança Nutricional e a busca para a legitimação*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Tese - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NOVAES, J.R.; ALVES, F. (Orgs). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: EdUFSCAR, 2007.

OLAVO, B.C. *Tratoração – o alerta do campo: um estudo sobre ações coletivas e patronato rural no Brasil*. RJ: UFRRJ, 2008. Dissertação - Instituto de Ciências Humanas e Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, Andréa Cristina de Jesus. *Lobby e Representação de Interesses: lobistas e seu impacto sobre a representação de interesses no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2004. Tese – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

OLIVEIRA, F.de; RIZEK, C.S.(Org.) *A era da indeterminada*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ORTEGA, A.C. *Agronegócio e representação de interesse no Brasil*. Uberlândia: EDUFU, 2005.

PALMEIRA, M. Burocracia, Política e Reforma Agrária. In: Leonilde Medeiros et al. (Org). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. SP: Unicamp, 1994.

_____. Modernização, Estado e Questão Agrária. In: *Estudos Avançados* [online], 1989, vol.3, n.7, p.87-108. ISSN 0103-4014

RAMOS,P. [et.al]. *Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas*. Brasília: MDA, 2007.

SILVA, J.G.da. *As representações empresariais da agricultura brasileira moderna: as disputas na transição para a democracia, 1985/89*. Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Campinas: SP, Sober, 1991. p.261-285.

_____. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. RJ: Zahar, 1982.

_____. *Novo Rural Brasileiro. Uma atualização*. [on-line], s/d.

_____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1996.

TAKAGI, Maya. *Câmaras Setoriais agroindustriais, representação de interesses e políticas públicas*. Campinas: Unicamp, 2000. Dissertação - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

VEIGA, J.E.da. *A história não os absolverá nem a geografia*. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2005.

_____. *A emergência socioambiental*. SP: Senac, 2007.

Contribuições das Câmaras Setoriais e Temáticas à formulação de Políticas Públicas e Privadas para o Agronegócio. Duarte Vilela e Paulo Marcio M. Araújo (Orgs.). Brasília: MAPA/SE/CGAC, 2006.

Fontes

- Documentos

Associação Brasileira de Agribusiness/ABAG nacional

- *Íntegra do discurso proferido pelo Presidente da Abag, Engenheiro Agrônomo Ney B. de Araújo, na cerimônia de posse da Diretoria e Conselho da entidade, dia 6 de maio de 1993, no Auditório Nereu Ramos, do Congresso Nacional, em Brasília.*

- *Sugestões da ABAG para o presidente eleito Dr.Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: ABAG, 1994.

- Os documentos da década. As metas de produção, consumo e comércio externo e o que fazer para torná-las viáveis. *Agroanalysis*. São Paulo, vol.22, nº05, jun./jul.2002. ISSN: 0100-4298.

- *Construindo Estratégias*. 2003. Brasília. *Anais do 2º Congresso Brasileiro de Agribusiness*. São Paulo: ABAG, 2003 jun. 24-25. 83p.

- *Criando Vantagens Competitivas*. 2004. São Paulo. *Anais do 3º Congresso Brasileiro de Agribusiness*. São Paulo: ABAG, 2004 jun. 24-25. 70p.

- *Alimentos, Energia e Sustentabilidade*. 2005. São Paulo. *Anais do 4º Congresso Brasileiro de Agribusiness*. São Paulo: ABAG, 2005 jun. 23-24. 70p.

- Bases para o Futuro. 2006. São Paulo. *Anais do 5º Congresso Brasileiro de Agribusiness*. São Paulo: ABAG, 2006 ag. 1-2. 82p.
- Brasil: um só agronegócio. 2007. São Paulo. *Anais do 6º Congresso Brasileiro de Agribusiness*. São Paulo: ABAG, 2007 ag. 27-28. 62p.
- Agronegócio e Sustentabilidade. 2008. São Paulo. *Anais do 7º Congresso Brasileiro de Agribusiness*. São Paulo: ABAG, 2008 ag. 11-12. 62p.
- PPP's - Parcerias Público-Privadas. 2004. São Paulo. *Anais do 1º Fórum ABAG*. São Paulo: ABAG, 2004 set. 22p.
- O Impacto do Câmbio no Agronegócio. 2005. São Paulo. *Anais do 2º Fórum ABAG*. São Paulo: ABAG, 2005 mar. 19p.
- Infra-estrutura e Logística no Agronegócio. 2005. São Paulo. *Anais do 3º Fórum ABAG*. São Paulo: ABAG, 2005 jul. 26p.
- Sanidade Vegetal e Animal no Brasil. 2005. São Paulo. *Anais do 4º Fórum ABAG*. São Paulo: ABAG, 2005 set. 26p.
- Agroenergia. 2006. São Paulo. *Anais do 7º Fórum ABAG*. São Paulo: ABAG, 2006 dez. 37p.
- Propostas do Agronegócio para o próximo Presidente da República. In: *Caderno Especial ABAG*. São Paulo: ABAG, 2006. 16p.
- *Informativos ABAG* referentes ao período de 2004 a 2008.
- *Estatuto da Associação Brasileira de Agribusiness*. São Paulo: ABAG, 2004. 9p.
- *10 Anos ABAG. Em defesa do desenvolvimento do País*. São Paulo: ABAG, 2003. 30p.
- *15 Anos ABAG. Uma História de Realizações em benefício do agronegócio brasileiro*. São Paulo: ABAG, 2008. 54p.

Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto.

- *Estatuto da Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto*. São Paulo: ABAG/RP, 2001. 7p.
- *Cartilha do Programa Educacional Agronegócio na Escola*. São Paulo: ABAG/RP. 22p.

Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais/ ICONE

- *Relatório de Atividades. Março de 2003 a Março de 2007*. São Paulo: ICONE, 2007. 40p.

Instituto para o Agronegócio Responsável/ARES

- *Estatuto do Instituto para o Agronegócio Responsável*. São Paulo, 28/12/2007. 11p.

- *Projeto Governança Socioambiental nos Sistemas Agroindustriais*. São Paulo: ARES, 2008. 104p.

- *Manifesto em prol do Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: ARES, 29.05.2008. 1p.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA

- *Relatório de Gestão*. Brasília: GM-MAPA, 2004. 33p.

- *Relatório de Gestão*. Brasília: GM-MAPA, 2005. 25p.

- *Relatório de Gestão*. Brasília: GM-MAPA, 2006. 11p.

- *Plano Agrícola e Pecuário*. Safra 2003/2004. Brasília: MAPA/SPA, 2003. 80p.

- *Plano Agrícola e Pecuário*. Safra 2004/2005. Brasília: MAPA/SPA, 2004. 12p.

- *Plano Agrícola e Pecuário*. Safra 2005/2006. Brasília: MAPA/SPA, 2005. 32p.

- *Plano Agrícola e Pecuário*. Safra 2006/2007. Brasília: MAPA/SPA, 2006. 20p.

- *Plano Plurianual 2004-2007*. Brasília: MAPA/SE/SPOA/CGP, 2003. 62p.

- *As Câmaras do Mapa. Um instrumento democrático e transparente de interlocução com a sociedade*. Brasília: MAPA/ ACS, 2009. 20p.

- Entrevistas

Foram realizadas um total de oito entrevistas das quais sete foram realizadas na cidade de São Paulo e uma na cidade do Rio de Janeiro. Todas se basearam em roteiros semi-estruturados.

Agente: Ana Célia Castro

Instituição: UFRJ

Cargo: Pesquisadora/Docente

Local: Faculdade de Economia/UFRJ

Dia: 05/08/2008

Duração: 60 minutos

Temática: ABAG – Fundação/Atores/Conselho Acadêmico

Agente: Gabriela Vuolo

Instituição: Greenpeace/SP

Cargo: Coordenadora da Campanha de Engenharia Genética (Transgênico)

Local: Greenpeace/SP

Dia: 15/06/2008

Duração: 60 minutos

Temática: Campanha Transgênico/ Relação entre Greenpeace e Empresas do *Agronegócio*

Agente: Meire Ferreira

Instituição: Instituto para o Agronegócio Responsável-ARES

Cargo: Superintendente do ARES

Local: ARES (primeira sede/Av. General Justos)

Dia: 15/08/2008

Duração: 80 minutos

Temática: *Agronegócio e Sustentabilidade* – Conceito e Abrangência

Agente: Mônica Bergamaschi

Instituição: ABAG/RP e ABAG nacional

Cargo: Diretora Executiva da ABAG/RP e Membro do Conselho Fiscal da ABAG nacional

Local: ABAG/RP

Dia: 02/09/2008

Duração: 3h e 30 mins.

Temática: ABAG nacional – Trajetória e Ação / ABAG-RP – Campanha de Valorização Institucional do *Agronegócio*.

Agente: Roberto Rodrigues

Instituição: Centro de Estudos de Agribusiness/ GV-Agro (SP)

Cargo: Coordenador Geral do GV-Agro/SP

Local: GV-Agro/SP

Dia: 20/10/2008

Duração: 80 minutos

Temática: ABAG nacional – História e Atores / *Agronegócio* – Dinâmica e Competitividade

Agente: Paulo Roque

Instituição: Soma Multimídia

Cargo: Editor-chefe de *Panorama Rural* e Sócio-Fundador da Soma Multimídia

Local: Sede da Soma Multimídia

Dia: 04/11/2008

Duração: 90 minutos

Temática: *Panorama Rural* e Agrishow-RP

Agente: Roberto Waack

Instituição: AMATA/ ARES

Cargo: Sócio-Fundador da AMATA e Presidente do Conselho Consultivo do ARES

Local: AMATA

Dia: 02/12/2008

Duração: 60 minutos

Temática: *Agronegócio e Sustentabilidade – Abrangência e Conceito / ARES – Governança e Ação.*

Agente: César Borges de Sousa

Instituição: Caramuru Alimentos/ ABAG nacional

Cargo: Vice-Presidente da Caramuru Alimentos e Diretor da ABAG nacional

Local: Sede Caramuru Alimentos

Dia: 15/03/2009

Duração: 90 minutos

Temática: Caramuru Alimentos – História, Visão e Missão/ Empresas Nacionais no *Sistema/ Representação Formal e Representação Real/ ABAG nacional.*

- Obras

Associação Brasileira de Agribusiness. *Segurança Alimentar. Uma abordagem de Agribusiness.* São Paulo: Edições ABAG, 1993. 162p.

ARAÚJO, N.B. de; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L.A. *Complexo Agroindustrial. O Agribusiness Brasileiro.* São Paulo: Agroceres, 1990. 238p.

----- *Agribusiness. O Complexo Agroindustrial Brasileiro.* São Paulo: Edições ABAG, 1992.

ARAÚJO, N.B de; PINAZZA, L.A. *Agricultura na virada do século XX: visão de agribusiness.* São Paulo: Globo, 1993. 166p.

BATALHA, M.O, et al. *Recursos Humanos e Agronegócio: a evolução do perfil profissional.* Jaboticabal: Novos Tempos, 2005. 320p.

CONTINI, E.; NUNES, E.P. *Complexo Agroindustrial. Caracterização e dimensionamento.* Brasília: ABAG, 2001. 109p.

REZENDE, F. *A metamorfose do Estado.* São Paulo: Edições ABAG, 1993. 173p.

RODRIGUES, R. *Ney Bittencourt. O dinamismo do agribusiness.* São Paulo: s.ed., 1997. 265p.

_____. *Antes da Tormenta.* São Paulo: Nova Bandeira, 2008a.

_____. *Cooperativismo: democracia e paz: surfando a segunda onda.* São Paulo: [s.n.], 2008b. 516p.

_____. *Depois da Tormenta.* São Paulo: [s.n.], 2008c. 288p.

RODRIGUES, R.; WEDEKIN, I. *Pequeno dicionário amoroso da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”.* RJ: Agroceres, 2001. 252p.

- Periódicos

Panorama Rural – foram consultadas as edições dos meses de abril a julho (cobertura da Agrishow/RP) no período de 1999 a 2008.

Jornal Gazeta Mercantil – foram consultadas as edições de 06 e 07 de maio de 1993.

Jornal O Estado de São Paulo – foram consultadas as edições de 06 e 07 de maio de 1993.

Jornal Folha de São Paulo – foram consultadas as edições de 06 e 07 de maio de 1993.

- Websites

<<http://www.abag.com.br>>

<<http://www.abagr.org.br>>

<<http://www.agrishow.com.br>>

<<http://www.panoramarural.com.br>>

<<http://www.iconebrasil.org.br>>

<<http://www.institutoares.org.br>>

Apêndice - A

Diretorias da ABAG

***Triênio 2009-2011**

Cargo/ABAG	Agente	Instituição de Origem
Presidente	Carlo F. M. Lovatelli	BUNGE
Vice-Presidente	Cristiano Walter Simon	ANDEF
Vice-Presidente	Luiz Carlos Corrêa Carvalho	USINA ALTO ALEGRE
Diretor	César Borges de Sousa	CARAMURU
Diretor	Félix Schouchana	BM&F BOVESPA
Diretor	Luiz Antonio Pinazza	IEAG
Diretor	Luiz Lourenço	COCAMAR
Diretor	Mônika Bergamaschi	ABAG/RP
Diretor	Mario Fioretti	AGCO
Diretor	Francisco Maturro	MARCHESAN
Diretor	Urbano Campos Ribeiral	AGROCERES
Diretor	Alexandre Figliolino	ITAU BBA
Diretor	Ingo Plöger	IPDES
Diretor	Weber Porto	EVONIK DEGUSSA
Diretor Executivo	Eduardo Soares de Camargo	-

Fonte: Website : <<http://www.abag.com.br>>.

*Os referidos agentes representaram a única chapa (sob denominação de *Futuragro*) a se candidatar.

Triênio 2006-2009

Cargo/ABAG	Agente	Instituição de Origem
Presidente	Carlo F. M. Lovatelli	BUNGE
Vice-Presidente	Cristiano Walter Simon	ANDEF
Vice-Presidente	Evaristo Câmara Machado Netto (jan a mai.06)	-
Vice-Presidente	Luiz Carlos Corrêa Carvalho	USINA ALTO ALEGRE
Diretor	César Borges de Sousa	CARAMURU
Diretor	Félix Schouchana	BM&F
Diretor	Francisco Maturro	MARCHESAN
Diretor	Ingo Plöger (dez.06)	-
Diretor	Luiz Carlos C. Carvalho (jan a mai.06)	-
Diretor	Luiz Lourenço (jun.06)	COCAMAR
Diretor	Pérsio Luiz Pastre (jan.06 a abr.07)	CNH
Diretor	Mário Fioretti (abr.07)	AGCO
Diretor	Mônika Bergamaschi	ABAG/RP
Diretor	Urbano Campos Ribeiral	AGROCERES
Diretor	Weber Porto (dez.07)	EVONIK DEGUSSA
Diretor Executivo	Alexandre Abbud	-

Fontes: *Anais CBA/2006 e 15 Anos ABAG. Uma História de Realizações em benefício do Agronegócio Brasileiro*, p. 53.

Triênio 2002-2005

Cargo/ABAG	Agente	Instituição de Origem
Presidente	Roberto Rodrigues (jul.02 a dez.02)	ACI/ABAG
Presidente	Carlo F. M. Lovatelli (dez/02)	BUNGE
Vice-Presidente	Cristiano Walter Simon	ANDEF
Vice-Presidente	Evaristo Câmara Machado Netto (fev.03)	CAROL
Vice-Presidente	Carlo F. M. Lovatelli (jul.02 a dez.02)	BUNGE
Diretor	César Borges de Sousa	CARAMURU
Diretor	Félix Schouchana	BM&F
Diretor	Luiz Carlos Corrêa Carvalho	USINA ALTO ALEGRE
Diretor	Shiro Nishimura	JACTO
Diretor	Urbano Campos Ribeiral	AGROCERES
Diretor Executivo	Antônio H. Pinazza (jul.02 a out.02)	-
Diretor Executivo	Alexandre Vieira Abbud (mar.03)	-

Fonte: Anais CBA/2002 e *15Anos ABAG. Uma História de Realizações em benefício do Agronegócio Brasileiro*, p.53

Triênio 1999-2002

Cargo/ABAG	Agente
Presidente	Roberto Rodrigues
Vice-Presidente	Cristiano Walter Simon
Vice-Presidente	César Borges de Sousa
Diretor	Francisco Maturro
Diretor	Luiz Carlos Corrêa Carvalho
Diretor	Mário Barbosa
Diretor	Pedro Carlos de Brito
Diretor	Raul Gilberto Corte
Diretor	Carlo F.M. Lovatelli (abr.01)
Diretor Executivo	Antonio Hermínio Pinazza

Fonte: *10 Anos ABAG. Em Defesa do desenvolvimento do País*. p. 29

Triênio 1996-1999

Cargo/ABAG	Agente
Presidente	Luiz Alberto Garcia
Vice-Presidente	Arturo José Furlong (jul.96 a mar.97)
Vice-Presidente	Nelson Mamede (mar.97)
Vice-Presidente	Roberto Rodrigues
Diretor	Pedro Carlos de Brito (mar.97)
Diretor	Petrus A. Henricus Hermans (mar.97)
Diretor Executivo	Antonio Hemínio Pinazza

Fonte: Op.cit., p.28.

Triênio 1993-1996

Cargo/ABAG	Agente	Instituição de Origem
Presidente	Ney Bittencourt de Araújo (mar.93 a jan.96)	AGROCERES
Presidente	Arturo José Furlong (jan.96 a jul.96)	SANBRA
Vice-Presidente	Alex Fontana (mar.93 a jun.94)	SADIA
Vice-Presidente	Arturo José Furlong (jun.94 a jan.96)	SANBRA
Vice-Presidente	Rui Polidoro Pinto	FECOTRIGO
Diretor Executivo	Ubaldo Dantas Machado (mar.93 a set.95)	-
Diretor Executivo	Antonio H. Pinazza (set.95)	-

Fonte: Idem.

IEAg- Instituto de Estudos do Agribusiness

1993-1996	1996-1999	1999-2002
Rui Polidoro Pinto	Roberto Rodrigues	César Borges de Sousa
Ubaldo D. Machado	Antonio H. Pinazza	Antonio H. Pinazza
Antonio H. Pinazza	Ana Célia de Castro	Ana Célia de Castro
Ana Célia de Castro	Argemiro Luiz Brum	Argemiro Luiz Brum
		Carlos Cerri
Argemiro Luis Brum	Décio Zylbersztajn	Décio Zylbersztajn
Décio Zylbersztajn	Elísio Contini	Elísio Contini
Elísio Contini	Ivan Wedekin	Ivan Wedekin
		José Luiz Tejon Megido
Fuad Gattaz Sobrinho	Luiz Antonio Pinazza	Luiz Antonio Pinazza*
Marcos S. Jank	Marcos S. Jank	Marcos S. Jank
Mauro de Rezende Lopes	Mauro de Rezende Lopes	Mauro de Rezende Lopes
Roque Lauschner	Mônika Bergamaschi	Mônika Bergamaschi
-	-	Régis Alimandro

Fonte: *15 Anos ABAG. Uma História de Realizações em benefício do Agronegócio Brasileiro*, p.52-53. Apesar das diversas tentativas junto à ABAG não foi possível obter as informações necessárias para completar o quadro.

*Pinazza passa a ser o diretor do IEAg a partir de fevereiro de 2003. Ver em *15 Anos ABAG...* p. 53.

Apêndice - B

Empresas associadas à ABAG

TABELA I - Período de associação

Empresa	Período
1-ADM DO BRASIL LTDA	2005-2009
2-AGCO DO BRASIL	2003-2009
3-AGÊNCIA ESTADO	2003-2009
4-AGROCERES	1993-2009
5-AGROPALMA	2006-2009
6-AIAA-Associação da Indústria de Açúcar e Álcool	2007-2009
7-ALGAR	2003-2009
8-ANDEF-Associação Nacional de Defesa Vegetal	2003-2009
9-ARTHUR D. LITTLE LTDA.	2004-2005
10-ABBA-Associação Brasileira da Batata	2003-2009
11-ABCZ-Associação Brasileira dos Criadores de ZEBU	2007-2009
12-ABIA-Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação	2007-2009
13-BANCO DO BRASIL	2004-2009
14-BANCO ITAÚ BBA S/A	2007-2009
15-BANCO SANTANDER S.A.	2008-2008
16-BANCOOB	2003-2008
17-BANESPA-Banco do Estado de São Paulo S.A.	2005-2009
18-BANSICREDi-Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2003-2009
19-BASF S.A.	2005-2009
20-RABOBANK	2003-2005
21-BAYER	2003-2009
22-BM&F-Bolsa de Mercadoria e Futuros	2003-2009
23-BRADESCO	2003-2005
24-BUNGE	2003-2009
25-CARAMURU ALIMENTOS	2003-2009
26-CARGILL	2003-2009
27-CERES CONSULTORIA	2003-2005
28-CMA-Consultoria, Método, Assessoria e Mercantil Ltda	2003-2009
29-CNH LATIN AMÉRICA LTDA	2003-2009
30-COTEMINAS- Companhia de Tecidos Norte de Minas	2004-2009
31-Companhia VALE DO RIO DOCE	2006-2009
32-CAPAL-Cooperativa Agropecuária de Araxá	2003-2009
33-BATAVO-Cooperativa Agropecuária Batavo	2003-2003
34-COOPAVEL-Cooperativa Agropecuária Cascavel	2003-2009
35-CAROL-Cooperativa de Agricultores da Região de Orlândia	2003-2005
36-COCAMAR-Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá	2003-2009
37-COCARI-Cooperativa dos Cafeicultores de Mandaguari	2003-2003
38-COPERSUCAR-Cooperativa dos Produtores de Cana, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo	2003-2009
39-COMIGO-Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano	2003-2009
40-COOXUPÉ-Cooperativa regional dos Cafeicultores de Guaxupé	2003-2009

Empresa	Período
41-COTRIJAL-Cooperativa Triticola Mista Alto Jacuí	2003-2005
42-EVONIK DEGUSSA BRASIL	2007-2009
43-DU PONT DO BRASIL	2003-2009
44-EMBRAPA-Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	2003-2009
45-DEL VALLE	2003-2005
46-FEALQ-Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz	2004-2009
47-FECOAGRO/FECOTRIGO-Federação das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul	2003-2009
48-FERRONORTE S/A - Ferrovias do Norte Brasil	2005-2006
49-FERTIBRÁS S.A	2003-2006
50-FIEPA	2003-2003
51-FMC QUÍMICA DO BRASIL	2003-2009
52-GLOBO	2003-2009
53-GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA	2005-2009
54-IP DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E INSTITUCIONAL	2007-2009
55-KEPLER WEBER	2004-2005
56-JACTO	2003-2009
57-JOHN DEERE BRASIL	2003-2009
58-MAEDA S.A – AGROINDUSTRIA	2003-2009
59-MALTERIA DO VALE S.A	2004-2009
60-MARCHESAN	2003-2009
61-MOINHO PACÍFICO	2003-2003
62-MONSANTO	2003-2009
63-MRS LOGÍSTICA S.A	2005-2009
64-PETROBRAS-Petróleo Brasileiro S.A	2007-2009
65-PIONEER SEMENTES	2003-2009
66-PIRELLI PNEUS S.A	2003-2009
67-PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES	2006-2009
68-PUBLIE PUBLICAÇÕES E EVENTOS	2004-2009
69-RBS/Canal Rural	2003-2003
70-RUTHERFORD TRADING	2004-2005
71-SADIA S.A	2003-2009
72-SAFRAS & MERCADO	2007-2009
73-SEARA	2004-2005
74-SINDAG-Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas	2003-2009
75-SINDAN- Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Saúde Animal	2008-2009
76-SINDIFUMO	2003-2005
77-SIPCAM AGRO	2004-2005
78-SYNGENTA	2003-2009
79-TRADEMAQ-Eventos e Publicações Ltda	2008-2009
80-ÚNICA-União da Agroindústria Canavieira de São Paulo	2003-2009
81-USINA ALTO ALEGRE S/A-AÇÚCAR E ÁLCOOL	2003-2009
82-UDOP-Usinas e Destilarias do Oeste Paulista	2006-2009

Fonte: Anais dos CBAs referentes ao período de 2003 a 2008. Em relação ao ano de 2009, as informações foram coletadas no website <<http://www.abag.com.br>>. Atenção para o fato de que o período identificado é o coberto pelas fontes as quais tive acesso. Não há registro, disponível para consulta pública, para ano anterior ao de 2003. Portanto, nada impede que o tempo de associação seja superior ao apresentado no que diz respeito às empresas registradas a partir de 2003.

TABELA II – Perfil das empresas

Empresa	Perfil
ABBA www.abbabatatabrasileira.com.br	Associação que coordena a Cadeia Brasileira da Batata, visando “à produção de alimentos saudáveis à população”, através da pesquisa e do incentivo à introdução de novas variedades.
ABCZ www.abcz.org.br	Entidade nacional que coordena e centraliza todas as atividades relacionadas ao zebu nas áreas técnica, política e econômica. Foi fundada em 25/03/1967.
ADM www.admworld.com	Informação não disponível Último acesso em 20/09/2009
AGCO do Brasil www.massey.com.br/agco	AGCO é um fabricante e distribuidor global de equipamentos agrícolas. Dentre suas marcas temos algumas das mais conhecidas do setor, tais como: Massey Ferguson e Fendt. Sua unidade de Mogi das Cruzes teria sido a primeira montadora de tratores no país em 1960.
Agência Estado www.estadao.com.br/agestado	Agência que oferece informação online em tempo real e soluções eletrônicas para os mercados profissionais. Fundada em 1970, seus conteúdos são voltados para empresários, executivos, instituições financeiras e governamentais, veículos de comunicação, investidores pessoas físicas e profissionais liberais.
Agroceres Nutrição Animal Ltda. www.agroceres.com.br	Fundada em 1945, a empresa foi pioneira na produção de milho híbrido em nosso país e tem como objetivo primário gerar tecnologia aplicada à genética para o campo brasileiro. Base de atuação e início do Agronegócio.
Agropalma S.A. www.agropalma.com.br	O Grupo atua no segmento agroindustrial desde 1982, quando constituiu a primeira empresa denominada Companhia Real Agroindustrial S.A. (atual CRAI Agroindustrial S/A), para desenvolver um projeto de cultivo e extração de óleo de palma e óleo de palmiste, em uma área de 105 mil hectares, localizada no município de Tailândia no Estado do Pará. Seu capital é 100% nacional.
Algar S.A. Empreendimentos e Participações www.algar.com.br	Algar é um Grupo empresarial que atua nos setores de Telecom, Agro e Serviços. Seu nome vem das iniciais de seu fundador, Alexandrino Garcia, que em 1954 constituiu, em Uberlândia, Minas Gerais, a CTBC, empresa de serviços de telefonia, hoje Algar Telecom.
ANDEF www.andef.com.br	Associação de defesa vegetal a qual busca criar condições favoráveis ao desenvolvimento do setor de produtos fitossanitários no Brasil.
Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação - ABIA www.abia.org.br	Criada em 1963, a ABIA tem como objetivo congrega as empresas que se dedicam à indústria da alimentação e funcionar como interlocutor, junto ao Poder Público, na qualidade de Órgão Técnico e Consultivo.
Associação da Indústria de Açúcar e Alcool – AIAA	Informação não disponível Último acesso em 17/09/2009
Banco Cooperativo Sicredi S.A. – BANSICREDI www.sicredi.com.br/	Em 16 de outubro de 1995, autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional, as cooperativas filiadas à Central do SICREDI-RS constituem o Banco Cooperativo SICREDI S.A. Primeiro banco cooperativo privado brasileiro, para ter acesso a produtos e serviços bancários vedados às cooperativas pela legislação vigente e administrar, em maior escala, os seus recursos financeiros.
Banco do Brasil S.A. www.bancobrasil.com	Agência Financeira fundada em 1808. Até a criação do Banco Central do Brasil, o Banco do Brasil era o emissor de nossa moeda. As primeiras linhas de Crédito Rural do Banco do Brasil datam da década de 1890 do século XIX. Atualmente a agência é constituída

	na forma de sociedade de economia mista,
Banco do Estado de São Paulo S.A. - BANESPA www.banespa.com.br	O Santander é o terceiro maior banco privado do país. Presente no Brasil desde os anos 80, atuando no Varejo, expandiu suas operações ao longo dos últimos anos, com operações concentradas nas Regiões Sul e Sudeste, principais mercados financeiros nacionais.
Banco Itaú BBA S/A www.itaubba.com	Ao longo dos seus 60 anos de existência, o Banco Itaú passou por muitas mudanças para aperfeiçoar sua estrutura. Uma das mais importantes aconteceu em 2003, quando a reestruturação societária do Conglomerado Itaú resultou na criação do Banco Itaú Holding Financeira S.A. (Itaú), que atua como banco múltiplo e articula as atividades do Banco Itaú e do Banco Itaú BBA, com a coordenação estratégica e a centralização das ações de controle de riscos, auditoria e tesouraria.
BASF S.A. www.basf.com	A BASF é uma empresa de origem alemã, com sede em Ludwigshafen e foi fundada em 1865. Com um portfólio de 8.000 produtos, a empresa oferece os mais variados produtos para agricultura e nutrição. Em agosto de 1955 a empresa decidiu estabelecer uma unidade de produção própria no Brasil e o local escolhido para a instalação da planta foi a <i>cidade de Guaratinguetá</i> , onde inaugurou sua primeira unidade fabril com 95 colaboradores dedicados à produção de inorgânicos, plásticos, monômeros, polímeros e Styropor. No Brasil a BASF conta, atualmente, com centros de produção em: Camaçari (BA), Guaratinguetá (SP), Jaboatão (PE), Mauá (SP), São Bernardo do Campo (SP) e São José dos Campos (SP).
BAYER S.A. www.bayer.com.br/bsa/home.nsf	Sua origem foi na Alemanha no ano de 1863. No Brasil, sua história teria se iniciado com a chegada, em 1896, de dois consultores técnicos da Bayer no Rio de Janeiro com a missão de levantar as possibilidades comerciais da jovem República. A primeira firma de representação comercial própria da Bayer foi fundada em fevereiro de 1911. A Frederico Bayer & Cia., com sede no Rio de Janeiro, passou a responder por toda a distribuição dos produtos no país.
Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F www.bmf.com.br	Resultado da fusão entre a Bolsa Mercantil & de Futuros (BM&F) com a Bolsa de Mercadorias de São Paulo (BMSP) em 1991. Atualmente, após sucessivas fusões, assume nova denominação: Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros BM&F BOVESPA S.A. cujo objetivo é representar o principal centro de negociação de derivativos do MERCOSUL.
Bradesco www.bradesco.com.br/	Agência Financeira Informação não disponível em 17/09/2009
BUNGE Alimentos S.A. www.ceval.com.br	Informação não disponível Último acesso em 17/09/2009
BUNGE Fertilizantes S.A. www.bungefertilizantes.com	De acordo com o site consultado, a história da Bunge Fertilizantes se confundiria com a história da indústria de fertilizantes do Brasil. Em 1938, teria surgido a primeira empresa Bunge neste segmento: a Serrana. Esta denominação se deve ao fato de sua mina de apatita (minério de fósforo ou de fosfato) ficar numa região da Serra do Mar, no então distrito de Cajati (SP). Hoje, a Bunge Fertilizantes, com suas marcas Iap, Manah, Ouro Verde e Serrana, constitui a maior empresa de fertilizantes da América do Sul e apresenta-se como líder no segmento nutrição animal.
CARAMURU Alimentos S.A. www.caramuru.com/home.htm	Fundada (1964) por Múcio de Souza Rezende (conhecido como “ <i>Máquina Caramuru</i> ”) na cidade de Maringá, a CARAMURU se

	apresenta como a principal empresa de capital nacional no processamento de soja, milho, girassol e canola. Seu foco tem sido a industrialização de grãos, extração e refino de óleos, a exportação de soja em grãos, farelo, óleo e lecitina. Além da produção de biodiesel
CARGILL Agrícola S.A www.cargill.com	A referida empresa não inclui a tradução de suas informações em língua pátria. Curiosa política de sustentabilidade. Diante de postura tão agressiva, optei por não coletar as informações do site.
Ceres Consultoria S/C. Ltda. www.cma.com.br	Empresa multinacional brasileira que desde 1973 atua no desenvolvimento de soluções de tecnologia aplicadas aos mercados financeiro, de commodities, educacional, de marketing direto e de telecomunicações.
CMA	Informação não disponível Último acesso em 19/09/2009
CNH Latin America Ltda. www.casece.com - Divisão Agrícola – Case CE	Segundo o website consultado, o inventor Jerome Increase Case teria fundado a Case em Racine em 1842 para construir máquinas debulhadoras. Mais tarde, a empresa teria sido reconhecida mundialmente como a primeira construtora de motores a vapor para uso agrícola, se tornando o maior fabricante de motores a vapor do mundo. Em 1999, a Case fundiu-se à New Holland para se tornar CNH Global, negociando mundialmente várias das marcas líderes no setor de equipamento agrícola e de construção.
COCAMAR Cooperativa Agroindustrial www.cocamar.com.br	A Cocamar Cooperativa Agroindustrial nasceu da união de 46 cafeicultores em 27 de março de 1963 e na época era chamada de Cooperativa de Cafeicultores de Maringá Ltda. Embora fundada por cafeicultores, a Cocamar ficou poucos anos lidando exclusivamente com essa atividade, a qual não garantiu sustentação à Cooperativa de Cafeicultores de Maringá. Ao longo do anos, a cooperativa diversificou suas atividades incluindo a industrialização de grãos, projetos na área da citricultura e beneficiamento de algodão.
Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS www.coteminas.com.br	Fundada em 1967 por José Alencar (atual vice-presidente da República). A Coteminas consome anualmente 100 mil toneladas de fibras - 12,5% de todo o consumo nacional de algodão. Suas fábricas, localizadas quatro em Montes Claros (MG), três em São Gonçalo do Amarante e Macaíba (RN), três em João Pessoa e Campina Grande (PB) e uma em Blumenau (SC), ocupam uma área coberta e climatizada de 940.254 metros quadrados.
Companhia Vale do Rio Doce www.cvrld.com.br	Mineradora fundada em 1942, no ano de 1997 tornou-se uma empresa privada. Hoje é uma empresa global com atuação em cinco continentes e possui nova marca. No ano de 2007, a “Vale do Rio Doce” virou “Vale”.
Coopavel Cooperativa Agroindustrial www.coopavel.com.br	Fundada em 15 de dezembro de 1970, possui atualmente 26 filiais instaladas em 17 municípios das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Seu Parque Industrial é composto por frigoríficos de suínos, aves e bovinos. Inclua-se ainda indústria de laticínio, de rações, unidade de esmagamento de soja, unidade de reciclagem de subprodutos vegetais e indústria de fertilizantes. Faz parte também da estrutura da Coopavel uma unidade de beneficiamento de sementes, um matizeiro de aves, um incubatório, diversas unidades de distribuição de calcário, um laboratório de controle de qualidade e uma Universidade Corporativa.
Cooperativa Agropecuária de Araxá - CAPAL	Fundada em 1960 por holandeses, a partir de 1973 adota o idioma português em função da eleição de dois brasileiros para a diretoria. Visando à competitividade e comodidade de seus associados, a

www.capal.coop.br	cooperativa fornece serviços de recebimento, armazenagem e secagem de grãos. A parceria com fornecedores de ponta é destacada na tarefa de comercializar insumos, medicamentos veterinários, peças de equipamentos, combustível, além de produzir rações.
Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano - COMIGO www.comigo.com.br	Fundada em 1975, suas atividades se iniciaram em 1976 com o objetivo de criar um mecanismo de defesa dos produtores, que fosse capaz de fornecer insumos a preços mais condizentes e de melhor qualidade, prestação de serviços de comercialização, armazenagem e assistência técnica.
COPERSUCAR www.copersucar.com.br	Fundada em 1959, a empresa se apresenta como a maior empresa nacional de açúcar, etanol e bioenergia com atuação nos principais mercados internacionais.
Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé Ltda. – COOXUPÉ www.cooxupe.com.br	A origem da Cooxupé data de 1932, com a fundação de uma Cooperativa de Crédito Agrícola, transformada em 1957 em Cooperativa de Cafeicultores. Assim, em 2007, a Cooxupé comemorou 75 anos de Cooperativismo e 50 anos em atividades de recebimento, processamento e comercialização de café. Hoje a Cooxupé conta com aproximadamente 11.000 cooperados e mais de 1500 colaboradores, recebendo café produzido em mais de 100 municípios localizados nas regiões Sul de Minas, Alto Paranaíba (Cerrado Mineiro) e Vale do Rio Pardo, no estado de São Paulo.
Du Pont do Brasil S.A. www.dupont.com.br	A DuPont é uma companhia com mais de 200 anos de vida, uma das mais antigas do mundo. Sua origem data da concretização do sonho do químico francês, discípulo de Lavoisier, Eleuthère Irénéé du Pont de Nemours, que imigrou para os Estados Unidos e lá fundou uma fábrica de pólvora negra, a Eleutherian Mills (Fábrica Eleutherian), no estado de Delaware. Mais do que uma fábrica, E.I. du Pont de Nemours teria inaugurado um jeito de encarar a ciência como um instrumento a serviço da sociedade. A fábrica de pólvora transformou-se numa companhia de ciência, que, hoje, atua nos seguintes segmentos: Agricultura e Nutrição, Segurança e Proteção, Materiais de Alta Performance, Tecnologias de Cor e Revestimento e Tecnologias de Eletrônicos e Comunicação.
Evonik Degussa Brasil Ltda. www.degussa.com.br	Grupo industrial com sede na Alemanha e operações por todo o mundo. Atua em três áreas de negócios: Química, Energia e Negócios Imobiliários. No Brasil, a Evonik se faz presente há mais de 55 anos na área química, possui sede administrativa na capital paulista e três fábricas: peróxido de hidrogênio, em Barra do Riacho (ES); negro de fumo, em Paulínia (SP); e catalisadores químicos, em Americana (SP). Mantém ainda o centro técnico de poliuretanos e o laboratório de colorantes, em Americana, e o laboratório de nutrição animal em Guarulhos. Além disso, conta com três centros de distribuição situados em Cascavel (PR), Guarulhos (SP) e Itajaí (SC). A unidade de negócios de Energia é representada no país por meio de um escritório no Rio de Janeiro. A Evonik está presente em toda a América do Sul. O controle dos negócios é exercido pela unidade do Brasil.
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA www.embrapa.br	Agência de pesquisa vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento criada em 26 de abril de 1973. A Embrapa atua por intermédio de Unidades de Pesquisa e de Serviços e de Unidades Administrativas, estando presente em quase todos os Estados da Federação, nos mais diferentes biomas brasileiros.
Globo	Empresa de Entretenimento e Jornalismo

www.globo.com	
Federação das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul - Fecoagro/Fecotrigo	Informação não disponível Último acesso em 16/09/2009
FMC Química do Brasil Ltda. www.fmcagricola.com.br	Informação não disponível Último acesso em 16/09/2009
Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz - FEALQ www.fealq.org.br	A FEALQ é entidade de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 1976, com objetivo de apoiar programas de desenvolvimento científico, econômico e social da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Centro de Energia Nuclear na Agricultura e outras unidades da Universidade de São Paulo e de instituições públicas e privadas.
Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Ltda www.goodyear.com	Fundada em 1898 por Frank A. Seiberling, atualmente é uma das mais conhecidas marcas no mercado com diversos prêmios na área de inovação industrial.
IP Desenvolvimento Empresarial e Institucional http://ipdei.com/	A IP foi criada em 2002 com o propósito de coordenar e apoiar os esforços empresariais e institucionais para as mudanças que vinham ocorrendo no Brasil, com a forte internacionalização de sua economia. A forte conotação internacional da empresa viria pelas negociações internacionais que o Brasil estava desenvolvendo à época, no Mercosul com a União Européia, a ALCA e a OMC, que influenciaram setores e empresas na região.
John Deere Brasil S.A. www.johndeere.com.br	A John Deere iniciou sua participação no mercado brasileiro através de uma associação com a indústria brasileira Schneider Logemann & Cia. Ltda. em 1979, quando adquiriu 20% do capital da fabricante de equipamentos sediada em Horizontina, RS. Atualmente, além de 3 fábricas, a John Deere mantém um escritório regional em Porto Alegre, que centraliza o comando das operações na América do Sul, o Banco John Deere, também sediado em Porto Alegre, o Centro de Distribuição de Peças para a América do Sul, sediado em Campinas (SP) e a Unidade de Negócios Cana, localizada em Ribeirão Preto (SP). A John Deere América do Sul tem por missão fornecer sistemas de mecanização para a agricultura, com tecnologia adequada e qualidade superior, visando a satisfação de clientes, a realização de funcionários e o retorno aos acionistas.
Maeda S.A. - Agroindustrial www.maeda.com.br	Informação não disponível Último acesso em 18/09/2009
Malteria do Vale S.A.	Informação não disponível Último acesso em 18/09/2009
Máquinas Agrícolas Jacto S.A. www.jacto.com.br	Fundada em 1948, a Jacto é presença marcante no setor de máquinas agrícolas. Seus produtos são exportados para 106 países.
Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas Tatu S.A. www.marchesan.com.br	Tendo tido origem numa pequena oficina em 1946 na cidade de Matão, hoje representa uma das maiores empresas do setor na América Latina. Em Julho de 1996, recebeu o certificado <i>ISO 9001:2000</i> , emitido pelo <i>BUREAU VERITAS QUALITY INTERNATIONAL</i> , destacando-se nos mais rígidos padrões internacionais de qualidade para fabricação, vendas e assistência técnica de máquinas e implementos agrícolas.
Monsanto do Brasil Ltda. www.monsanto.com.br	A Monsanto chegou ao Brasil em 1951 e sua sede no país localiza-se em São Paulo, mesmo estado onde foi instalada a primeira fábrica, na cidade de São José dos Campos (SP), em 1976. No Brasil, dedica-se a produzir herbicidas e sementes de milho, soja, algodão, hortaliças e variedades de cana-de-açúcar.
	A MRS Logística é uma concessionária que controla, opera e

<p>MRS Logística S.A. www.mrs.com.br</p>	<p>monitora a Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal. A empresa atua no mercado de transporte ferroviário desde 1996, quando foi constituída, interligando os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. São 1.643 Km de malha. O foco das atividades da MRS está no transporte ferroviário de cargas gerais, como minérios, produtos siderúrgicos acabados, cimento, bauxita, produtos agrícolas, e contêineres; e na logística integrada, que implica planejamento, multimodalidade e <i>transit time</i> definido.</p>
<p>Petróleo Brasileiro S.A. www.petrobras.com</p>	<p>Em outubro de 1953, com a edição da Lei 2.004, a constituição da Petrobras foi autorizada com o objetivo de executar as atividades do setor petróleo no Brasil em nome da União. A Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS iniciou suas atividades com o acervo recebido do antigo Conselho Nacional do Petróleo (CNP), que manteve sua função fiscalizadora sobre o setor. Em 2006, com a produção da plataforma P-50, no Campo de Albacora Leste, na Bacia de Campos, permitiu ao Brasil atingir auto-suficiência em petróleo. Atualmente, a Companhia está presente em 27 países. Em 2007, a Petrobras foi classificada como a 7ª maior empresa de petróleo do mundo. No início de 2008, a Petrobras foi reconhecida através de pesquisa da Management & Excellence (M&E) a petroleira mais sustentável do mundo.</p>
<p>Pirelli Pneus S.A. www.pirelli.com.br</p>	<p>Em 1929, a Pirelli começou a escrever sua história no Brasil com a aquisição da Conac, uma pequena fábrica de condutores elétricos instalada na cidade de Santo André, em São Paulo. Em 1941, a empresa inaugurou sua primeira fábrica de pneus, também em Santo André. As décadas de 1970 e 1980 marcaram o processo de expansão da produção de pneus no mercado local, que foi consolidado com a aquisição de três fábricas de marcas concorrentes na época: Dunlop, BF Goodrich e a brasileira Tropical. As três plantas, atualmente, correspondem às fábricas de Campinas e Sumaré, em São Paulo, e Feira de Santana, na Bahia, respectivamente. Enquanto isso, a empresa também trabalhava na construção de uma nova fábrica: Gravataí, no Rio Grande do Sul. A Pirelli Pneus é a quinta maior empresa do mundo no mercado de reposição de pneus, com níveis de lucro entre os maiores do setor. Em 2008, a Pirelli Pneus gerou retornos de aproximadamente 4.1 Bilhões de Euros.</p>
<p>PIONEER www.pioneer.com.br</p>	<p>Informação não disponível Último acesso em 16/09/2009</p>
<p>PricewaterhouseCoopers www.pwcglobal.com</p>	<p>PricewaterhouseCoopers é um <i>network</i> global de firmas separadas e independentes que trabalham de forma integrada na prestação de serviços de Assessoria Tributária e Empresarial e de Auditoria. As firmas que compõem o <i>network</i> global estão presentes em 153 países e congregam mais de 154.000 colaboradores e sócios em todo o mundo. No Brasil são 16 escritórios com 4000 colaboradores.</p>
<p>PUBLIE PUBLICAÇÕES E EVENTOS</p>	<p>Informação não disponível Último acesso em 16/09/2009</p>
<p>SADIA S.A. www.sadia.com.br</p>	<p>Fundada em 1944 por Attilio Fontana, a Sadia cresceu e tornou-se um dos principais grupos da indústria de alimentos.</p>
<p>SAFRAS & MERCADO www.safras.com.br</p>	<p>O Grupo SAFRAS, melhor conhecido por sua principal marca comercial SAFRAS & Mercado, é uma companhia brasileira de Informações e Consultoria, atuando desde 1976 no Brasil e América do Sul nas áreas de: informações econômicas, previsões</p>

	de mercados e consultoria de planejamento empresarial.
SYNGENTA www.syngenta.com.br	A atuação da Syngenta no Brasil se iniciou no dia 12 de fevereiro de 2001. A empresa utiliza alta tecnologia para oferecer produtos que atendam às necessidades das mais diversas culturas agrícolas.
TRADEMAQ www.abimaq.org.br	Empresa que concentra as atividades comerciais da ABIMAQ, tais como Eventos, Feiras de Negócios e Publicações Técnicas. Seu principal evento é a AGRISHOW. Atualmente, a AGRISHOW é realizada pela empresa Reed Alcântara Machado.
UNICA www.unica.com.br	A União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) é apresentada como a maior organização representativa do setor de açúcar e bioetanol do Brasil. Sua criação, em 1997, resultou da fusão de diversas organizações setoriais do estado de São Paulo, após a desregulamentação do setor.
USINA ALTO ALEGRE	Informação não disponível Último acesso em 18/09/2009
UDOP www.udop.com.br	Fundada em 28 de novembro de 1985, a UDOP – União dos Produtores de Bioenergia, é uma entidade com representação em seis estados da federação, representando produtores de etanol, açúcar, bioeletricidade, biodiesel, similares e conexos.

Fonte: Websites das empresas.

Apêndice - C

Agrishow/RP (1994-2008)

Dados

Itens/Ano	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Total de Expositores	86	-	150	204	300	350	400	450
Expositores da Área de Pastagem	-	-	-	-	-	-	50	60
Expositores Estrangeiros	-	-	x.x.x	5	20	30	40	60
Total de visitantes	50.000	60.000	43.500 47.000	66.218 67.000	84.600	102.000	122.500	130.908
Área total do evento	-	-	250	250	250	250 334	250	250
Área ocupada pela exposição (m2)	-	-	77.800	98.300	140.000	170.000	170.000	170.000
Área ocupada pela pecuária (m2)	-	-	-	-	-	-	25.000	30.000
Área para dinâmicas (ha)	-	-	137	130	145	180	200	200
Volume de negócios gerados	US\$ 500 milhões	US\$ 1 bi	-	-	-	-	Acima de 800 milhões	Superior a R\$ 1 bi
Itens/Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total de Expositores	450	540	600	-	700	-	-	-
Expositores da Área de Pastagem	60	64	80	-	-	-	-	-
Expositores Estrangeiros	60	60	60	-	-	-	-	-
Total de visitantes	135.000	140.000	150.000	138.000	115.000	140.000	135.000	-
Área total do evento	250	250	250	250	250	250	250	-
Área ocupada pela exposição (m2)	175.000	180.000	190.000	-	-	-	-	-
Área ocupada pela pecuária (m2)	30.000	40.000	50.000	-	-	-	-	-
Área para dinâmicas (ha)	200	200	200	-	240	-	-	-
Volume de negócios gerados	R\$ 1 bi	Acima de R\$ 1,2 bi	R\$ 1,8 bi	R\$ 760 milhões	R\$ 500 milhões	R\$ 710 milhões	R\$ 800 milhões	-

Fontes: *Panorama Rural*, edições de 1999 a 2008; *10 Anos Abag. Em defesa do desenvolvimento do País e 15 Anos Abag. Uma história de realizações.*

